



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1310

Segunda-feira - 26 de Agosto de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### **Municípios**

Antônio Carlos .....	3
Arroio Trinta .....	3
Biguaçu .....	4
Bom Retiro .....	13
Braço do Trombudo .....	14
Caçador .....	20
Camboriú .....	28
Campo Alegre .....	38
Campos Novos .....	41
Canoinhas .....	42
Capinzal .....	44
Chapadão do Lageado .....	44
Cocal do Sul .....	45
Concórdia .....	46
Cordilheira Alta .....	50
Coronel Freitas .....	59
Curitibanos .....	59
Ermo .....	60
Faxinal dos Guedes .....	61
Forquilha .....	62
Fraiburgo .....	64
Garopaba .....	66
Garuva .....	66
Gaspar .....	80
Herval d'Oeste .....	81
Ibiam .....	82
Imbituba .....	87
Ipumirim .....	87
Irineópolis .....	90
Itapiranga .....	91
Itapoá .....	91
Joaçaba .....	92
José Boiteux .....	93
Lages .....	93
Lebon Régis .....	94
Leoberto Leal .....	94
Lindóia do Sul .....	96
Luzerna .....	96
Maracajá .....	99
Massaranduba .....	101
Meleiro .....	106
Navegantes .....	107
Nova Trento .....	108
Papanduva .....	109
Paulo Lopes .....	110
Porto União .....	110
Rio do Sul .....	113
Santa Rosa do Sul .....	136
Santa Terezinha do Progresso .....	136

São Bento do Sul .....	136
São Domingos .....	144
São João do Sul .....	145
São José .....	147
São Lourenço do Oeste .....	148
Schroeder .....	149
Timbé do Sul .....	151
Timbó .....	158
Três Barras .....	190
Vargem Bonita .....	198
Vidal Ramos .....	198
Videira .....	199

### **Consórcios**

CIGA .....	215
CIM-AMAVI .....	216

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 26 DE AGOSTO

### Parabéns, Navegantes, por seus 51 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



## Antônio Carlos

### PREFEITURA

**Portaria N° 376/2013**

PORTARIA N° 376/2013  
Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR Prefeito Municipal de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder, LICENÇA PREMIO, ao servidor FLAVIO BRAZ GLASENAPP, ocupante do cargo de MEDICO VETERINARIO, a partir de 23 de agosto de 2013, referente ao período aquisitivo de março/2007 a março/2012.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de agosto de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 26 de agosto de 2013.

**Publicação de Convenio**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 004/2013. Convenientes: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS e SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA CRUZEIRO, inscrita no CNPJ n.º 83.845.743/0001 90, com sede na Antônio Pedro Scherer, s/n, Bairro Santa Maria Município de Antônio Carlos/SC, CEP 88.180 000, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Quido José Kreff. Objeto: Prestar subvenção social à Beneficiária, obrigando se à repassar a importância de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) para a Sociedade Esportiva E Recreativa Cruzeiro, a qual organiza a festa da Cachaça no ano de 2013. Valor Total do Convênio: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais). Prazo de validade do convênio: 31/12/2013, ou até a aprovação da prestação de contas.

Antônio Carlos, 22/09/2013.

**Resultado do Chamamento N° 008/213**

Antonio Carlos, em 23 de agosto de 2013  
Estado de Santa Catarina  
Município de Antonio Carlos  
Chamamento Público nº 008/2013

Esta municipalidade torna público o seguinte Ato:

Segue abaixo a lista de comparecimento ao Chamamento Público nº 008/213, que exercerão em caráter temporário, os Cargos de Medico 20H Medico Psiquiatra 20H e Auxiliar de Manutenção e Conservação

MEDICO 20H  
01º NATIELE GRÃNA DE MEDEIROS

MEDICO PSIQUIATRA 20H  
1º VALERIA PEREIRA SILVA

**AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

1º ANTONIO ALTAMIRO MIRANDA  
2º LINDOLFO ANTUNES ALVES

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

**Decreto N° 1550, de 22 de Agosto de 2013.**

DECRETO N° 1550, de 22 de agosto de 2013.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1641 de 22/08/2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do ano 2013, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

02.10.26.782.2601.2053 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS

33900000 0100.00 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00  
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 60.000,00

Art. 3º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar definido no Art. 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.10.26.782.2601.1055 OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL  
44900000 0100.00 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00  
TOTAL ANULADO R\$ 60.000,00

Art. 4º Este decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta SC, 22 de agosto de 2013.  
ALCIDIRFELCHILCHER  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 22 de agosto de 2013.

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração



# Biguaçu

## PREFEITURA

### Portaria N° 2563 de 22 de Agosto de 2013

PORTARIA nº 2563 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SARITA MENDES DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SARITA MENDES DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/08/2013 a 01/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### Portaria N° 2564 de 22 de Agosto de 2013

PORTARIA nº 2564 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIETE FERREIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ELIETE FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### Portaria N° 2565 de 22 de Agosto de 2013

PORTARIA nº 2565 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREZA BELEM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANDREZA BELEM, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### Portaria N° 2566 de 22 de Agosto de 2013

PORTARIA nº 2566 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DARLIANE CRISTINA FERNANDES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DARLIANE CRISTINA FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### Portaria N° 2567 de 22 de Agosto de 2013

PORTARIA nº 2567 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIANA BORBA, e dá



outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARIANA BORBA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2568 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2568 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIANE BATISTA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ELIANE BATISTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2569 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2569 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAROLINE HOFFMANN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CAROLINE HOFFMANN, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2570 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2570 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANA MARA DO NASCIMENTO DA MAIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANA MARA DO NASCIMENTO DA MAIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 15/08/2013 a 14/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2571 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2571 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JEFFERSON DAVID PEREIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JEFFERSON DAVID PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria

Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/09/2013 a 03/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 04/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2572 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA n° 2572 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARILENE SOARES ROMARIZ, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARILENE SOARES ROMARIZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2573 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA n° 2573 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALEXSANDRA APARECIDA MACHADO CORREIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ALEXSANDRA APARECIDA MACHADO CORREIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 10/08/2013 a 09/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2574 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA n° 2574 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ESTER DA CUNHA LIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ESTER DA CUNHA LIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/08/2013 a 01/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2575 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA n° 2575 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUANNA PAULA WALTRICH, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse LUANNA PAULA WALTRICH, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 08/07/2013 a 08/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/07/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2576 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2576 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSEFA VITOR DE BARROS MACEDO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSEFA VITOR DE BARROS MACEDO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 13/07/2013 a 13/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2577 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2577 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DIOGO ADRIANO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DIOGO ADRIANO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2578 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2578 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MELISSA PEIXOTO CONTI,

e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MELISSA PEIXOTO CONTI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA II (OFTALMOLOGISTA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 20 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2579 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2579 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDRESA JACQUES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANDRESA JACQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2580 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2580 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GLADIS DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**



Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse GLADIS DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2581 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2581 de 22 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Gilson Roberto Pauli, ocupante do cargo temporário de Professor III (EJA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Gilson Roberto Pauli, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (EJA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2583 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2583 de 22 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Renata Silvia de Moraes da Fonseca, ocupante do cargo temporário de Professor III (Matemática), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Renata Silvia de Moraes da Fonseca, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Matemática), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2584 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2584 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BENONI SIDINEI BRIZOLLA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse BENONI SIDINEI BRIZOLLA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2585 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2585 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE SILVA DE JESUS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CRISTIANE SILVA DE JESUS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2586 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2586 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE HERNANDEZ



CRISPIM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CRISTIANE HERNANDEZ CRISPIM, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2587 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2587 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PRISCILA HOFFMANN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse PRISCILA HOFFMANN, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2588 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2588 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIANE DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ELIANE DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2589 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2589 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MEIRE KARIANE AMARAL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MEIRE KARIANE AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2590 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2590 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODOLFO KOCH, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse RODOLFO KOCH, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de

Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2591 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2591 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELA SOSNITZJI ELEUTERIO ROSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse GABRIELA SOSNITZJI ELEUTERIO ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2592 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2592 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TALITA CABRERA CORREA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TALITA CABRERA CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2593 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2593 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MÁRCIA CRISTINA CARRIEL GOMES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MÁRCIA CRISTINA CARRIEL GOMES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ODONTÓLOGO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2594 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2594 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KARINE GUIMARÃES VIEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse KARINE GUIMARÃES VIEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2595 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2595 de 22 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DANIEL AGUIAR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DANIEL AGUIAR, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SAÚDE II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 16/08/2013 a 15/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2596 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2596 de 22 de agosto de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) DIEGO DANTON CARLOS DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA SOCORRISTA (SAMU), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DIEGO DANTON CARLOS DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA SOCORRISTA (SAMU), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23/07/2013 a 20/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/07/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2597 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2597 de 22 de agosto de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) MICHELLY MORO SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FONOAUDIÓLOGO, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MICHELLY MORO SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FONOAUDIÓLOGO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 25/07/2013 a 24/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/07/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2598 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2598 de 22 de agosto de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) JOSÉ LEANDRO MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSÉ LEANDRO MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/08/2013 a 02/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2599 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2599 de 22 de agosto de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) THAIS HELENA OTTO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) THAIS HELENA OTTO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/08/2013 a 05/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal



**Portaria N° 2600 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2600 de 22 de agosto de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) LAISE LOCKS STAHLHOFER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAISE LOCKS STAHLHOFER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/07/2013 a 29/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/07/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2601 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2601 de 22 de agosto de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) FERNANDA SONIA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA SONIA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 22/07/2013 a 31/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/07/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2602 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2602 de 22 de agosto de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CLEONICE SCHNEIDER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLEONICE SCHNEIDER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29/07/2013 a

28/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/07/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2603 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2603 de 22 de agosto de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CAMILA PEREIRA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAMILA PEREIRA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2013 a 31/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2604 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2604 de 22 de agosto de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27/06/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/06/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2606 de 22 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2606 de 22 de agosto de 2013

ERRATA:

Na portaria 1795/2013, de exoneração da servidora Daniela Cristina Vicco Dominguez, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria 1795 de 04 de junho de 2013:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Daniela Cristina Vicco Dominguez, detentor do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito na matrícula funcional nº 10888, a partir de 11/06/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Daniela Cristina Vicco Dominguez, detentor do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito na matrícula funcional nº 10888, a partir de 11/06/2013.

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

### Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 105/2013 FUNREBOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOTAS EM COURO PROFISSIONAL PARA COMBATE A INCENDIOS , E BOTAS TATICAS OPERACIONAIS PARA ATIVIDADES DE VISTORIAS, DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO , PARA A UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 6 setembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 6 setembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279 8010 e 3279 8019

Biguaçu, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### Minuta Rescisão Cessão de Uso Rod e Ass Jur 2013 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

##### Termo de Rescisão de Cessão de Uso

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral da Cessão de Uso de uma sala comercial na Rodoviária de Bom Retiro, sendo esta para uso de uma Lanchonete, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Bom Retiro e o Sr. Carlos Jose Berto da Silva, celebrado em 08/01/2013.

Extrato Contrato 98/2013  
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FIA)

Contratado: Thaise Gisliane Cabral.

Objeto: Prestação de Serviços Mensais de Consultoria e Assessoria Jurídica, para Análise de Constitucionalidade de Projetos de Lei, Contratação de Pessoal, Acompanhamento as Demandas Judiciais e Extrajudiciais, Defesa de Causas, em qualquer instância, Foro ou Tribunal e, Serviços Relativos à Contratação de Compras e Serviços e Licitações e Outros de Interesse da Prefeitura e Fundos Municipais de Bom Retiro SC.

Valor Mensal: R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais). Bom Retiro, 06 de agosto de 2013.

Bom Retiro, 23 de agosto de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

## PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Decreto 058/2013

DECRETO Nº 058/2013

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0753/2013 de 21.08.2013, etc...

### DECRETA

Art.1º Fica anulada a importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), correspondente a seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01	Secretaria de Obras/Estradas/Serviços Urbanos e Agropecuarios	
	Const./Ampl./Man./Limpeza Pública/Praças, Jardins, Calçadas, Passeios e Pontes	
	Aplicações Diretas	
15.452.0150.2040	Aplicações Diretas	
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.000 (51)	Manutenção do Consórcio de Saneamento	
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.000 (53)	Transf. a Cons.Público por Contrato	
15.512.0170.2044		R\$ 10.000,00
	Transf. a Consórcios Públicos	
3.1.7.1.00.00.00.00.0.1.000 (56)		R\$ 5.000,00
3.3.7.1.00.00.00.00.0.1.000 (54)	Transf. a Consórcios Públicos	
4.4.7.1.00.00.00.00.0.1.000 (58)		R\$ 5.000,00
	Aquisição de imóveis P/Abatedouro Municipal	
20.602.0200.1028		R\$ 5.000,00
	Aplicações Diretas	
4.5.9.0.00.00.00.00.0.1.000 (70)		R\$ 5.000,00
	Construção /Equip. Abatedouro Municipal	
20.602.0200.1029		R\$ 1.000,00
	Aplicações Diretas	
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.000 (72)		R\$ 1.000,00
	Construção/Ampliação/Reforma/Manutenção Pontes Galerias Fluviais/Estradas	
26.782.0260.1030.	Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.000 (88)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.000 (89)	Total	R\$ 60.000,00

Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

12.01	Secretaria dos Desportos	
27.812.0270.2050	Reequipamento e Manutenção da C.M.E	R\$ 60.000,00
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.000.1 (178)	Aplicações Diretas	

Art.3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 22 de agosto de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal





**Ata de Registro de Preço 13/2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/5

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2013****Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 22/08/2013****Válido até: 22/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Materiais de cama, banho, copa e cozinha que serão utilizados na Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bacia de plástico com tampa 3 litros. (3507)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	giplas	0	7,3912	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Km	0	7,3970	2
2	Bule de café 3lts em alumínio. (3509)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Cambe	0	35,6178	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Kerysklyc	0	35,6217	2
3	chaleira em alumínio polido n°18 - capacidade mínima 3,10 lts (3512)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Cambe	0	25,1203	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Kerysklyc	0	25,1230	2
4	Conjunto de potes com tampa com 3 peças, plástico. (3516)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	giplas	0	4,3249	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Implast	0	4,3253	2
5	Copos plásticos descartáveis de 50ml - pct c/ 100 un. (3517)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Mastercopo	0	1,1986	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Copozan	0	1,1987	2
6	Copos plásticos descartáveis de 180ml - pct c/ 100 un. (3518)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Mastercopo	0	3,5158	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Copozan	0	3,5162	2
7	Garra térmica 1/8 litros, garrafa de mesa, jato digressionável, bico corta pingo, corpo em aço inoxidável, ampola de vidro - inox. (3528)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Termolar	0	101,8394	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2013**

Número do Registro de Preços: 13/2013

Data do Registro: 22/08/2013

Válido até: 22/08/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de Materiais de cama, banho, copa e cozinha que serão utilizados na Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Tomix	0	101,8505	2
8	prato plástico descartável 15 cm, com 10 unidades. (3546)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Strawplast	0	1,1486	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Copozan	0	1,1488	2
9	Prato plástico descartável 18 cm, com 10 unidades. (3547)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Strawplast	0	2,1075	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Copozan	0	2,1077	2
10	Prato plástico descartável 21 cm, com 10 unidades. (3548)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Strawplast	0	1,7280	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Copozan	0	1,7281	2
11	Pote com tampa 4 lts. (3549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	giplas	0	5,9829	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Implast	0	5,9836	2
12	Xícara de vidro transparente clara para café (tipo lisa). (3574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Cisper	0	2,9865	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Wheaton	0	2,9868	2
13	Cobertor solteiro microfibr 1,50x200 cm, cor lisa. (3575)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Yaris	0	50,0574	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Import	0	50,1360	2
14	Lençol de malha solteiro com elástico+fronha, 100% algodão. (3576)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Havan	0	32,5582	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2013****Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 22/08/2013****Válido até: 22/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Materiais de cama, banho, copa e cozinha que serão utilizados na Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Retalhos	0	32,6099	2
15	Travesseiro em em fibra 50x70. (3577)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Havan	0	15,6666	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Retalhos	0	15,6915	2
16	Toalha de rosto felpuda cores variadas, 100% algodão, tamanho 45x70 cm. (3578)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Reistin	0	6,6033	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Marcotex	0	6,6138	2
17	Toalha de banho felpuda cores variadas, 100% algodão, tamanho 75x150 cm. (3579)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Reistin	0	13,3061	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Marcotex	0	13,3273	2
18	Jarra para suco de 2 litros com tampa, plástica. (3580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Cisper	0	5,4735	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Implast	0	5,4741	2
19	Pote para guardar balas, capacidade mínima de 500 grs. (3584)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	giplas	0	1,9876	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2013****Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 22/08/2013****Válido até: 22/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Materiais de cama, banho, copa e cozinha que serão utilizados na Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)		Implast		0	1,9879	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2013****Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 22/08/2013****Válido até: 22/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Materiais de cama, banho, copa e cozinha que serão utilizados na Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2013****PROCESSO N° 13/2013**

(6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

(6638) - LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA

Braço do Trombudo, 22 de Agosto de 2013.

# Caçador

## PREFEITURA

### Lei N° 3.027

L E I N° 3.027, de 22 de agosto de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

#### LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 80.712,00 (oitenta mil, setecentos e doze reais), conforme segue:

#### 08.80 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 Fundo Municipal de Saúde

4.4.90.00.0023 Aplicações Diretas R\$ 80.712,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito especial especificado no artigo anterior, os recursos advirão da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.572, de 12 de novembro de 2012, a qual objetiva a aquisição de equipamentos destinados as Unidades Básicas de Saúde UBS de Caçador.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre se e Publique se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal.

### Lei N° 3.028

L E I N° 3.028, de 22 de agosto de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

#### LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais):

#### 02.01 Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

#### 02.03 SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

15.452.0020.1.051 Construção e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros

4.4.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 430.000,00

#### 02.04 DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06.181.0004.2.019 Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

SOMA R\$ 150.000,00

#### 02.08 GABINETE DO VICE PREFEITO

04.122.0002.2.158 Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice Prefeito

3.1.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

#### 02.11 SECRETARIA DA FAZENDA

04.123.0002.2.778 Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 635.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no artigo anterior, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias do Orçamento vigente, no valor de R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais):

#### 02.01 Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.004 Manutenção do Procon

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06.182.0002.2.156 Manutenção do Fundo da Defesa Civil

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

SOMA R\$ 130.000,00

#### 02.02 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 115.000,00

#### 02.03 SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

15.452.0020.1.051 Construção e Reforma de Pontes, Pontilhões e Bueiros

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

15.452.0020.1.057 Construção e Manutenção de Abrigos para Passageiros

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

SOMA R\$ 80.000,00

#### 02.07 SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.1.180 Construção de Poços Artesianos na Área Rural

4.4.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

20.606.0026.2.091 Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

20.606.0026.2.092 Assistência Técnica ao Produtor Rural

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

20.606.0026.2.093 Produção de Mudas Nativas

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

20.606.0026.2.098 Programa de Subsídio para a Implantação de Agro Indústrias

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

20.606.0026.2.100 Realização de Feiras e Eventos

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

SOMA R\$ 230.000,00

#### 02.08 GABINETE DO VICE PREFEITO

04.122.0002.2.158 Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice Prefeito

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

#### 03.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

04.122.0000.0.004 Indenizações e Restituições

3.3.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 635.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Registre se e Publique se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de agosto de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

### Lei N° 3.029

L E I N° 3.029, de 22 de agosto de 2013.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal de Cultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal de Cultura, na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais):

#### 13.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0019.2.069 Manutenção do Departamento de Cultura  
3.3.50.00.0000 Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 70.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais):

02.01 Gabinete do Prefeito

04.122.0033.2.013 Contribuições Financeiras à Entidades

3.3.50.00.0000 Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 50.000,00

#### 13.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0019.1.046 Aquisição de Veículos  
4.4.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre se e Publique se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de agosto de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal.

### Lei N° 3.030

L E I N° 3.030, de 22 de agosto de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 1.630.000,00

(um milhão, seiscentos e trinta mil reais):

#### 08.80 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Bloco de Atenção Básica  
3.1.90.00.0002 Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00  
3.1.91.00.0002 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00  
3.3.50.00.0002 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 360.000,00  
TOTAL R\$ 1.630.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 1.630.000,00 (um milhão, seiscentos e trinta mil reais):

#### 08.80 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 Bloco de Investimentos  
4.4.90.00.0002 Aplicações Diretas R\$ 440.000,00  
10.301.0008.2.037 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Bloco Atenção Básica  
3.3.90.00.0002 Aplicações Diretas R\$ 635.000,00  
10.301.0008.2.062 Bloco de Vigilância em Saúde  
3.3.90.00.0002 Aplicações Diretas R\$ 75.000,00  
10.301.0008.2.185 Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar  
3.3.90.00.0002 Aplicações Diretas R\$ 480.000,00  
TOTAL R\$ 1.630.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre se e Publique se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de agosto de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal.

### Lei N° 3.031

L E I N° 3.031, de 22 de agosto de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

#### 05.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.193 Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
3.3.50.00.0000 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 30.000,00

#### 13.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0019.2.069 Manutenção do Departamento de Cultura  
3.3.50.00.0000 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 10.000,00  
TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no artigo anterior, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

**01.01 CÂMARA MUNICIPAL**

**01.031.0001.2.001** Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais

**3.3.90.00.0000** Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre se e Publique se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal.

**Lei N° 3.032**

L E I N° 3.032, de 22 de agosto de 2013.

Autoriza transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Liga Atlético Caçadoreense LAC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Liga Atlético Caçadoreense LAC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.496.395/0001 52, estabelecida na Avenida Santa Catarina, nº 191, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a serem pagos em cinco parcelas mensais e iguais de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), após a aprovação desta LEI.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei, destinam se a custear as despesas com a realização do Projeto "Manutenção dos Campeonatos da Liga Atlético Caçadoreense".

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

**12.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

**27.812.0031.2.149** Contribuições Financeiras à Entidades Desportivas Organizadas do Município

Elemento 3.3.50.00.00 R\$ 27.000,00

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre se e Publique se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal.

**Lei N° 3.033**

L E I N° 3.033, de 22 de agosto de 2013.

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 1.833, de 21 de dezembro de 2002, que dispõe sobre ruídos nocivos à saúde e proteção do bem estar e do sossego público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os

habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º Os arts. 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 13, 16, 18 e 19 da Lei nº 1.833, de 21 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

§ 1º O nível de som da fonte poluidora, medidos a 2,00m (dois) metros de qualquer divisa do imóvel, ou medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, não poderá exceder os níveis fixados na Tabela I A, que é parte integrante desta Lei.

§ 3º Quando a propriedade onde se dá o suposto incômodo estiver situada em local próximo a escolas, creches, bibliotecas públicas, centros de pesquisas, fórum, asilo de idosos, hospitais, maternidades, ambulatorios, estabelecimentos de saúde ou similares, com leitos para internamento, deverão ser atendidos os limites estabelecidos na segunda faixa atribuída pela Tabela I A do anexo desta lei e deverá ser observada a faixa de 200,00m (duzentos) metros de distância, definida como zona de silêncio.

§ 4º Quando o nível de ruído proveniente de tráfego, medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo vier a ultrapassar os níveis fixados por esta Lei, caberá a Fundação Municipal do Meio Ambiente, articular se com os órgãos competentes, visando à adoção de medidas para eliminação ou minimização dos distúrbios sonoros. (NR)

Art. 6º As atividades potencialmente causadoras de poluição sonora classificadas pelo Plano Diretor como: Geradores de Incômodo (grupo 3), Geradores de Impacto – Compatível (grupo 4a) e Geradores de Impacto – Não Compatível (grupo 4b), dependem de prévia autorização dos órgãos competentes, mediante licença ambiental, para obtenção dos alvarás de construção e localização. (NR)

Art. 7º .....

Parágrafo único. Nenhuma fonte de emissão sonora em logradouros públicos poderá ultrapassar o nível máximo de 85 dB (oitenta e cinco decibéis) na curva A do medidor de intensidade de som, à distância de 7,00m (sete metros) da origem do som, salvo casos especiais devidamente analisados e autorizados pela Administração Municipal. (NR)

Art. 8º .....

I .....

II respeitem como limite máximo, os índices de ruído aplicáveis a cada área de acordo com a Tabela I A. (NR)

Art. 9º.....

§ 1º Para a execução de testes de fabricação ou instalação de alarmes sonoros veiculares, deverão ser utilizados dispositivos de controle, de forma que não seja necessária a emissão sonora acima dos limites estabelecidos na Tabela I A desta Lei. (NR)

Art. 10.....

I .....

V por explosivos utilizados no arrebentamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonados no período diurno e previamente autorizados pelos órgãos competentes da Administração Municipal, não sendo permitido nos domingos e feriados;

(NR)

Art. 13. Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão requerer à Administração Municipal certidão de tratamento acústico adequado, sendo os requerimentos instruídos com os documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações: (NR)

Art. 16. ....

I .....

II .....

III apreensão do equipamento causador do ruído;

IV apreensão do veículo causador do ruído;

V embargo da obra;

VI interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;

VII cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;

VIII perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

IX paralisação da atividade poluidora. (NR)

Art. 18. ....

I .....

VI a reincidência. (NR)

Art. 19. ....

I arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa do ruído emitido;

II ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve. (NR)''

Art. 2º Acrescenta a Tabela I A e altera as Tabelas II e III do Anexo I da Lei nº 1.833, de 2002, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no que couber no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

Registre se e Publique se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de agosto de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal.

ANEXO I

\* Tabela I  
PLANILHA DE MEDIÇÃO SONORA POR ZONA ABRANGE

Limites Máximos Permissíveis de Ruídos

DCb Diurno	DCb Noturno	Zonas de Uso
------------	-------------	--------------

63.0	49.3	ZR1B
70.7	60.2	ZMC
60.5	44.2	ZR2B
75.5	61.0	ZR2A
57.7	44.0	ZER1B
69.4	54.2	ZM5
48.2	45.2	ZR3A
70.8	43.6	ZM4
70.2	52.4	ZR3B
65.8	48.8	ZI1C
59.5	49.5	ZI2C
63.1	55.7	ZER1D
50.6	42.0	ZE3
65.3	41.9	ZI1A
43.3	38.9	ZER1A
43.3	42.1	ZI1B
75.4	62.5	ZI2B
59.3	49.6	ZME
44.5	38.2	ZE2
73.3	64.0	ZI2A
54.2	42.5	ZER10

Obs.: As Zonas de abrangência desta Lei estão definidas na Lei Municipal nº 034/80

\* Declarada inconstitucional, pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2010.035165 4, de 25 de agosto de 2011.

Tabela I A

Nível de critério de avaliação (NCA) para ambientes externos, em dB(A)

Tipos de áreas	Diurno	Noturno	Zoneamento
Áreas de sítios e fazendas (fora do perímetro urbano de Caçador)	40	35	Não aplicável
Área próxima (raio de 200,00m) de hospitais ou de escolas	50	45	Especificado
Área mista, predominantemente residencial	55	50	ZR1, ZR2, ZR3, ZR4, ZR5 ZEIS1, ZEIS2, ZEIS3
Área mista, com vocação comercial e administrativa	60	55	ZC1, ZC2, SE
Área mista, com vocação recreacional	65	55	ZIA1, ZIA2, AV
Área predominantemente industrial	70	60	ZRU, ZEU, ZI, ZS, ZA

Obs.: As áreas descritas na coluna "Zoneamento" são as constantes da Lei Complementar nº168, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo do Município de Caçador e dá outras providências.

Tabela II  
Serviços de Construção Civil

ATIVIDADE	NÍVEL DE RUÍDO
Atividades não confináveis	75 dB(A) para qualquer zona, permitido somente no horário diurno.
Atividades passíveis de confinamento	Limite da zona constante da Tabela I A, acrescido de 5 dB(a), nos dias úteis em horário diurno. Nos demais dias e horários noturnos aplicam-se os limites da zona constante na Tabela I A.

Tabela III

CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO	VALOR EM VRM
Leve	Atividade Geradora de Ruído até 10 dB(A) acima do limite	2 VRM
Leve	Outras infrações a esta Lei	2 VRM
Grave	Ruído de 10 a 30 dB(A) acima do limite	3,5 VRM
Gravíssima	Ruído mais de 30 dB(A) acima do limite	6 VRM

**Portaria N° 22.954**

PORTARIA N° 22.954, de 22 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº 22.534, de 28 de março de 2013, que nomeou DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, no que se refere ao cargo, que passa a ser Secretária Adjunta para Assuntos da Administração, do "Grupo Ocupacional Comissão" do Poder Executivo Municipal, Referência CC 2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

**Aviso Alteração e Prorrogação de Prazo PR 48 2013 Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ALTERAÇÃO DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
EDITAL: Pregão Presencial nº 48/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR. ALTERAÇÕES: Alteração na descrição dos itens, alteração dos preços máximos, inclusão do custo máximo por quilometro do lote, alteração da alínea "e" do item 1.2 e alteração do item 3.3 do Edital, inclusão dos itens 3.3.1 e 3.3.2 no Edital, alteração dos Anexos IX Planilhas de cálculo por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 11/09/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:10 Horas do Dia 11/09/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Av. Santa Catarina, 195, e mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 22 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preço N° 111 2013 Prefeitura**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E AO IPPUC, SENDO O MUNICIPIO O ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO, referente ao processo licitatório nº 70/2013, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, a empresa DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.570/0001 00, com sede na cidade de Blumenau SC, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	10	CAIXA	ALFINETE SIMPLES COM BOLINHA COLORIDA EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	JOCAR	1,31	13,10
2	20	UNID	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 3 VERMELHA	STAMP	1,61	32,20
3	20	UNID	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 4 AZUL	STAMP	2,7	54,00
4	100	UNID.	APONTADOR COM RESERVA	LEONORA	0,17	17,00



5	50	UNID.	BATERIA 9 V ALCALINA.	ELGIN	5,16	258,00
6	2	UNID.	BOBINA PAPEL KRAFT DE 15 KG COM 1,20 ALTURA E 80 GRAMATURA	TRENTTO	58,00	116,00
7	100	UNID.	BOBINA PARA CALCULADORA 57X60 ACETINADA	ALL SOMA	0,74	74,00
8	100	UNID.	BOBINA PARA FAX	S.R.	3,20	320,00
9	100	UNID.	BORRACHA ESCOLAR BRANCA Nº 40	REDBOR	0,11	11,00
11	30	UNID.	CADERNO DE LINGUAGEM – 48 FOLHAS (BROCHURA)	JANDAIA	0,53	15,90
12	30	UNID.	CADERNO DE LINGUAGEM 96 FLS CAPA DURA COM LINHAS E MARGENS	MEGA LIFE	1,70	51,00
13	50	UNID.	CALCULADORA SOLAR COM 12 DÍGITOS	CLASSE	7,35	367,50
14	3000	UNID.	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL – COM TAMPA E COM UM FURINHO A 6 CM DA BASE FINAL, PONTA TUNGSTÊNIO.	CARIM BRAS	0,26	780,00
15	800	UNID.	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR PRETA – COM TAMPA E COM UM FURINHO A 6 CM DA BASE FINAL, PONTA TUNGSTÊNIO.	CARIM BRAS	0,26	208,00
16	400	UNID.	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR VERMELHA – COM TAMPA E COM UM FURINHO A 6 CM DA BASE FINAL, PONTA TUNGSTÊNIO.	CARIM BRAS	0,26	104,00
17	10	UNID.	CANETA PARA TRANSPARÊNCIA RETRO PROJETO, CORES VARIADAS.	JOCAR	0,92	9,20
18	15	CAIXA	CANETA PARA QUADRO BRANCO, PINCEL LARGO, CAIXA COM 12 UNIDADES, CORES A ESCOLHER	JOCAR	10,98	164,70
19	30	UNID.	CAPA PLÁSTICA PARA ENCADERNAÇÃO (CONTRA CAPA), FORMATO A4, COR PRETA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	USA	15,00	450,00
21	200	UNID.	CARTOLINA CORES VARIADAS	ALLCART	0,26	52,00
22	30	UNID.	CARTUCHO DE TINTA 92 PRETO, NOVO COM GARANTIA DE 6 MESES	PREMI UM	22,00	660,00
23	50	UNID.	CARTUCHO DE TINTA 20 – PRETO NOVO COM GARANTIA DE 6 MESES	PREMI UM	22,00	1.100,00
26	30	UNID.	CARTUCHO DE TINTA 27 PRETO, NOVO COM GARANTIA DE 6 MESES	PREMI UM	20,00	600,00
27	50	UNID.	CARTUCHO DE TINTA 49 COLORIDO, NOVO COM GARANTIA DE 6 MESES	PREMI UM	22,00	1.100,00
30	30	UNID.	CARTUCHO DE TINTA 93 COLORIDO, NOVO COM GARANTIA DE 6 MESES.	PREMI UM	36,40	1.092,00
34	50	UNID.	COLA BRANCA ESCOLAR, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, 90GRAMAS	NE MAGIC	0,64	32,00
35	100	UNID.	COLA DE BASTÃO EMBALAGEM COM 9 GR	LEONO RA	0,42	42,00
37	50	UNID.	CORRETIVO EM FITA 5MM X 6 METROS	JOCAR	1,98	99,00
38	100	UNID.	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE ÁGUA, TUBO COM 18 ML	NEW MAGIC	0,62	62,00
39	100	UNID.	DESTACA TEXTO, CORES VARIADAS.	JOCAR	0,57	57,00
41	5	PCT	ELÁSTICO PARA PAPEL EMBALAGEM DE 1KG.	REDBOR	14,85	74,25
42	100	CAIXA	ENVELOPE EM PAPEL PARDOS OU KRAFT TAMANHO 17X25 CAIXA COM 250 UNIDADES	SCRITY	15,90	1.590,00
43	5	UNID.	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA Nº 12, PACOTE COM 100 UNIDADES.	MARES	7,29	36,45
44	5	UNID.	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA Nº 14, PACOTE COM 100 UNIDADES.	MARES	8,46	42,30
45	6	UNID.	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA Nº 17, PACOTE COM 80 UNIDADES.	MARES	11,25	67,50
46	28	UNID.	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA Nº 40, PACOTE COM 18 UNIDADES.	MARES	10,40	291,20
47	5	UNID.	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA Nº 7, PACOTE COM 100 UNIDADES.	MARES	3,96	19,80
48	5	UNID.	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA Nº 9, PACOTE COM 100 UNIDADES.	MARES	5,06	25,30
49	50	UNID.	ESTILETE LÂMINA ESTREITA, PLÁSTICO, COMPLETO	JOCAR	0,43	21,50
50	50	UNID.	ESTILETE LÂMINA LARGA, PLÁSTICO COMPLETO	JOCAR	0,72	36,00
52	100	UNID.	FITA ADESIVA 50MM X 50M (CREPE) BRANCA	EURO CEL	5,28	528,00
55	100	UNID.	FITA CREPE BRANCA 19MMX50M	EURO CEL	1,78	178,00
58	200	UNID.	FOLHA DE EVA, 40X50 CM CORES VARIADAS	LEO LEO	0,92	184,00
59	100	CAIXA	GRAFITE 0,5 MM, CAIXA COM 24 UNIDADES	CONCEPT	0,60	60,00
60	50	UNID.	GRAMPEADOR DE MESA, COM BASE DE NO MÍNIMO 18 CM	JOCAR	11,60	580,00
61	10	UNID.	GRAMPEADOR GRANDE DE MESA 9/10 PARA ATÉ 100 FOLHAS	JOCAR	29,88	298,80
62	300	CAIXAS	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, METAL GALVANIZADO, CAIXA COM 5000 UNIDADES	JOCAR	1,88	564,00

63	20	CAIXA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/10, PRATA, CAIXA COM 5000 UNID.	BACCHI	10,30	206,00
64	50	CAIXAS	GRAMPO TRILHO DE METAL, CAIXA COM 50 UNIDADES	JOCAR	4,46	223,00
67	30	UNID	LIVRO ATA COM 100 FOLHAS, CAPA DURA, PRETA	MEGALIFE	5,19	155,70
68	30	UNID	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS, CAPA DURA, PRETA	MEGALIFE	3,53	105,90
69	10	UNID.	LIVRO DE PROTOCOLO, 100 FOLHAS CAPA DURA	MEGALIFE	3,44	34,40
73	50	CAIXA	PAPEL A4, 75G/M², RECICLADO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, CORTE PERFEITO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. CAIXA COM 10 RESMAS.	ECO MILLENIUM	115,90	5.795,00
75	5	ROLO	PAPEL KRAFT COM 60 CM DE LARGURA GRAMATURA 60G/M2, ROLO COM NO MÍNIMO 12 KG	TRENTON	51,95	259,75
77	5	CAIXA	PAPEL VERGE , TAMANHO A4 CORES VARIADAS GRAMATURA 120 , CAIXA COM 50 UNIDADES	OFF PAPER	5,55	27,75
81	500	UNID.	CAIXA DE ARQUIVO MORTO COR PARDO	DIAL	1,11	555,00
83	200	UNID.	PASTA DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE 2 CM, C/ ELÁSTICO	ALAPLAST	1,23	246,00
84	200	UNID	PASTA DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE 4 CM, C/ ELÁSTICO	ALAPLAST	1,65	330,00
86	20	UNID.	PENDRIVE 4096MB, USB 2.0.	SANDISK	16,50	330,00
87	20	UNID.	PENDRIVE 8192MB, USB 2.0.	SANDISK	19,99	399,80
89	100	PCT	PILHA ALCALINA, TAMANHO AA, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	ELGIN	2,19	219,00
90	150	PCT	PILHA PALITO ,ALCALINA, TAMANHO AAA, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	ELGIN	2,19	328,50
91	100	UNID.	PINCEL ATÔMICO – CORES A ESCOLHER	J. STAMP	0,72	72,00
92	40	UNID	PORTA CANETA/PAPEL/ CLIPS EM ACRÍLICO	WALEU	4,75	190,00
93	20	UNID.	PRANCHETA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE TAMANHO OFÍCIO	NOVACRIL	5,96	119,20
94	20	UNID	PRANCHETA EM DURATEX, TAMANHO OFÍCIO	BACCHI	1,80	36,00
96	200	BLOCOS	RECADO AUTO ADESIVO, TAMANHO 76X102MM, BLOCO COM 100 FOLHAS.	JOCAR	1,23	246,00
108	5	UNID	CARTUCHO DE TINTA PARA PLOTTER HP 800 C4912 A Nº 82 MAGENTA PARA IPPUC	HP	145,00	725,00
109	5	UNID	CARTUCHO DE TINTA PARA PLOTTER HP 800 C4913 A Nº 82 AMARELO PARA IPPUC	HP	145,00	725,00
TOTAL GERAL						23.867,70

### Ata de Registro de Preço Nº 112 2013 Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E AO IPPUC, SENDO O MUNICÍPIO O ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO, referente ao processo licitatório nº 70/2013, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, a empresa DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.413.591/0001 56, com sede na cidade de Campos Novos/SC, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
76	10	CAIXAS	PAPEL OFÍCIO Nº 9 – CAIXA COM 10 RESMAS	CHAMEX	126,00	1.260,00
TOTAL GERAL						1.260,00

### Ata de Registro de Preço Nº 113 2013 Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E AO IPPUC, SENDO O MUNICÍPIO O ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO, referente ao processo licitatório nº 70/2013, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, a empresa, DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.803.230/0001 53, com sede na cidade de Campos Novos/SC, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
10	20	UNID.	CADERNO UNIVERSITÁRIO – COM 10 MATÉRIAS – 200 FOLHAS CAPA FLEXÍVEL – ARAMADO	CREDEAL	3,50	70,00
31	300	UNID	CDR REGRAVÁVEL	MULTILA SER	1,30	390,00
32	150	CAIXA	CLIPS NIQUELADO 2/0 CAIXA C/ 500G	NEW	5,30	795,00
33	30	CAIXA	CLIPS NIQUELADO 8/0 CAIXA C/ 500G	NEW	5,30	159,00



40	100	UNID	DVD RW	MULTILASER	2,00	200,00
97	100	UNID.	RÉGUA TRANSPARENTE EM ACRÍLICO, 30 CM	WALEU	0,35	35,00
TOTAL GERAL						1.649,00

### Ata de Registro de Preço N° 114 2013 Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 114/2012, PREGÃO PRESENCIAL N° 51/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E AO IPPUC, SENDO O MUNICÍPIO O ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO, referente ao processo licitatório n° 70/2013, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, a empresa, INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 04.586.694/0001 41, com sede na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, SC, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
20	30	UNID.	CAPA PLÁSTICA PARA ENCAPERNAÇÃO, FORMATO A4, COR CRISTAL, PACOTE COM 100 UNIDADES	ALAPLAST	15,40	462,00
24	80	UNID	CARTUCHO DE TINTA 21 – PRETO IMPRESSORA HP DESKJET F4180 NOVO COM GARANTIA DE 6 MESES	MASTER	26,75	2.140,00
25	80	UNID	CARTUCHO DE TINTA 22 – COLORIDO IMPRESSORA HP DESKJET F4180 NOVO COM GARANTIA DE 6 MESES	MASTER	33,81	2.704,80
28	30	UNID	CARTUCHO DE TINTA 60 COLORIDO, NOVO COM GARANTIA DE 6 MESES	MASTER	42,75	1.282,50
29	30	UNID	CARTUCHO DE TINTA 60 PRETO, NOVO COM GARANTIA DE 6 MESES	MASTER	30,00	900,00
36	40	CAIXA	COLCHETE N° 16 – CAIXA COM 100 UNIDADES	GASTER	6,00	240,00
51	80	UNID	EXTRATOR DE GRAMPO EM INOX, RESISTENTE	JAPAN	0,75	60,00
53	250	UNID.	FITA ADESIVA TRANSPARENTE (TIPO DUREX) 12 X 50 CM	FLAX	0,60	150,00
54	200	UNID.	FITA ADESIVA TRANSPARENTE (TIPO DUREX) –LARGA – 48 X 50 CM	FLAX	1,49	298,00
57	50	UNID	FITA PARA IMPRESSORA EPSON 132 COLUNAS	MASTER	6,90	345,00
65	20	CAIXAS	LÁPIS PRETO N° 02 – TIPO EVOLUTION – CAIXA COM 144 UNIDADES	VISION	19,44	388,80
66	300	UND	LAPISEIRA 0,5 MM PONTA DE METAL DE BOA QUALIDADE	CIS	1,50	450,00
70	30	UNID.	LIVRO PONTO COM 100 FOLHAS,CAPA DURA	FORONI	8,76	262,80
71	70	UNID.	UMEDECEDOR DE DEDOS, GEL , NÃO TÓXICO , INODORO EMBALAGEM COM 12 GR	PEGA FÁCIL	1,28	89,60
72	200	CAIXAS	PAPEL A4, ALCALINO, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. CAIXA COM 10 RESMAS.	SOLCOPY	111,00	22.200,00
74	10	ROLO	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE, ROLO COM 25METROSX45 COM. 70 MICRAS	INFOMS	26,50	265,00
78	100	UNID	PASTA DE PAPELÃO COM GRAMPO TRILHO	ICL	0,64	64,00
79	150	UNID.	PASTA AZ LOMBO ESTREITO (INDICATIVO REMOVÍVEL)	CHIES	4,00	600,00
80	150	UNID.	PASTA AZ LOMBO LARGO (INDICATIVO REMOVÍVEL)	CHIES	5,00	750,00
82	100	UNID.	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO, VÁRIAS CORES	ICL	0,75	75,00
85	500	UNID.	PASTA SUSPensa TERMINAL DE PLÁSTICO MARMORIZADA	DELLO	0,72	360,00
88	50	UNID.	PERFURADOR DE PAPEL DE METAL GRANDE, PERFURAÇÃO MÍNIMA DE 50 FOLHAS	ADECK	37,50	1.875,00
95	300	BLOCOS	RECADO AUTO ADESIVO, TAMANHO 38X51MM, PACOTE COM 4 UNIDADES.	INFORMS	1,88	564,00
98	50	UNID.	TESOURAS INOXIDÁVEL , 21 CM, LAMINA AÇO INOX E CABO PROPILENO	GOLLER	2,70	135,00
99	20	UNID	TINTA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO , VERMELHO, EMBALAGEM COM 40 ML	JAPAN	1,31	26,20
100	20	UNID	TINTA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO, PRETO, EMBALAGEM COM 40 ML	JAPAN	1,31	26,20
101	60	ROLO	PAPEL PARA PLOTTER 914MMX45M, 90GR/M2 PARA IPPUC	VR	24,59	1.475,40
102	2	UNID	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO PARA PLOTTER HP 800 C4812A N° 11 MAGENTA PARA IPPUC	HP	134,82	269,64
103	2	UNID	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO PARA PLOTTER HP 800 C4812A N° 11 AMARELO PARA IPPUC	HP	134,82	269,64
104	2	UNID	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO PARA PLOTTER HP 800 C4812A N° 11 PRETO PARA IPPUC	HP	134,82	269,64

105	2	UNID	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO PARA PLOTTER HP 800 C4812A Nº 11 CIANO PARA IPPUC	HP	134,82	269,64
106	15	UNID	CARTUCHO DE TINTA PARA PLOTTER HP 800 C4844A Nº 10 PRETO PARA IPPUC	HP	128,90	1.933,50
107	5	UNID	CARTUCHO DE TINTA PARA PLOTTER HP 800 C4911 A Nº82 CIANO PARA IPPUC	HP	134,00	670,00
TOTAL GERAL						41.871,36

**Camboriú****PREFEITURA**

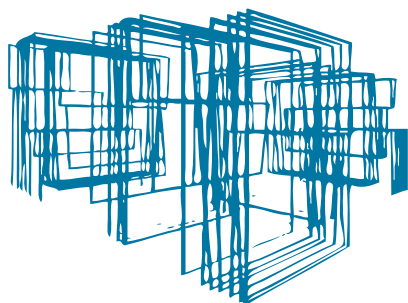
**Ata de Registro de Preços do PR 20/13 FMS**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 020/2013 FMS Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2013 FMS SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E REPARO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 22/08/2014  
1ª Publicação.

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 836, 840, 844, 847, 851/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N° 194 836/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PLaca	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO8318	55005346D	6912/0	18/06/2012	232
MDS7514	55650997D	5045/0	19/06/2012	162 * V
MF11111	55005747D	6556/1	18/06/2012	230 * I
MF11111	55005748D	6556/5	18/06/2012	230 * I
MGK1741	55005741D	6912/0	17/06/2012	232
MIK7962	55651195D	6599/2	21/06/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 21 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 840/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AST0684	55651087D	6602/0	20/07/2012	230 * VI
DRP8583	55651924D	6599/2	20/07/2012	230 * V
MAM1647	55005983D	6920/0	19/06/2012	233
MBO6792	55005991D	6920/0	19/06/2012	233
MBZ7312	55005153D	5010/0	16/01/2012	162 * I
MBZ7312	55005154D	5061/0	16/01/2012	163 c/c 162 * I
MCC5747	55651857D	6653/1	16/07/2012	230 * XI
MDJ0072	55005987D	6920/0	19/06/2012	233
MDP4710	55006635D	6599/2	30/06/2012	230 * V
MDP8046	55652001D	5010/0	21/07/2012	162 * I
MDP8046	55652002D	6599/2	21/07/2012	230 * V
MED5288	55651033D	5010/0	18/06/2012	162 * I
MEL1669	55006192D	6726/1	19/06/2012	230 * XVIII
MEL1669	55006193D	5045/0	19/06/2012	162 * V
MFQ4405	55651457D	6599/2	18/07/2012	230 * V
MGW6912	55651381D	5010/0	28/06/2012	162 * I
MGW6912	55651381D	6610/2	28/06/2012	230 * VII
MHB0046	55651744D	6912/0	11/07/2012	232
MIE5015	55005745D	5010/0	18/06/2012	162 * I
MIT8154	55006419D	6599/2	17/07/2012	230 * V
MIT8154	55006420D	5010/0	17/07/2012	162 * I
MIT8154	55006421D	5061/0	17/07/2012	163 c/c 162 * I
MKF9461	55951718C	5010/0	26/06/2012	162 * I
MKF9461	55951719C	5061/0	26/06/2012	163 c/c 162 * I
MKF9461	55951720C	6653/1	26/06/2012	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 21 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 844/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZY8284	55651916D	6599/2	09/07/2012	230 * V
MAB1402	55651579D	6599/2	20/07/2012	230 * V
MDW6778	55651756D	6599/2	19/07/2012	230 * V
MDW6778	55651758D	6912/0	19/07/2012	232
MEZ0571	55651387D	5010/0	04/07/2012	162 * I
MEZ0571	55651388D	5061/0	04/07/2012	163 c/c 162 * I
MEZ0571	55651389D	6610/2	04/07/2012	230 * VII
MHM4841	55006850D	6637/2	18/07/2012	230 * IX
MHP2402	55652108D	7340/0	13/07/2012	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 21 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 847/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DATA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
LYC3779	55006493D	6599/2	13/07/2012	230 * V
MAE6130	55651668D	5010/0	28/07/2012	162 * I
MAE6130	55651669D	6599/2	28/07/2012	230 * V
MAV5227	55651861D	6599/2	29/07/2012	230 * V
MAV5227	55651862D	6912/0	29/07/2012	232
MAV5227	55651863D	5010/0	29/07/2012	162 * I
MBB4537	55651665D	6726/1	28/07/2012	230 * XVIII
MBB6017	55652304D	6599/2	26/07/2012	230 * V
MBC8302	55651884D	6912/0	02/08/2012	232
MBE7577	55652151D	6700/1	15/07/2012	230 * XVI
MBM6909	55651870D	5010/0	01/08/2012	162 * I
MBM6909	55651871D	6912/0	01/08/2012	232
MBM6909	55651872D	5061/0	01/08/2012	163 c/c 162 * I
MBM6909	55651943D	6556/1	01/08/2012	230 * I
MBM6909	55651944D	6637/2	01/08/2012	230 * IX
MBM6909	55651944D	6653/2	01/08/2012	230 * XI
MBV2599	55651339D	6653/1	29/07/2012	230 * XI
MBV2599	55651340D	5010/0	29/07/2012	162 * I
MBV2599	55651342D	6599/2	29/07/2012	230 * V
MCP9151	55652306D	6556/1	26/07/2012	230 * I
MCQ6527	55652008D	5045/0	21/07/2012	162 * V
MCQ6527	55652009D	6912/0	21/07/2012	232
MCQ6527	55652010D	6599/2	21/07/2012	230 * V
MCZ4584	55651927D	5010/0	25/07/2012	162 * I
MDP8046	55652003D	6912/0	21/07/2012	232
MDP8046	55652005D	5274/1	21/07/2012	175

MFF6418	55951722C	5010/0	13/07/2012	162 * I
MFF6418	55951723C	5061/0	13/07/2012	163 c/c 162 * I
MFF6418	55951724C	6653/1	13/07/2012	230 * XI
MFF6418	55951725C	6599/2	13/07/2012	230 * V
MFF6418	55951726C	6637/2	13/07/2012	230 * IX
MFH3161	55652352D	6599/2	26/07/2012	230 * V
MFH3161	55652353D	5045/0	26/07/2012	162 * V
MFJ8767	55652011D	5010/0	21/07/2012	162 * I
MFJ8767	55652012D	6653/2	21/07/2012	230 * XI
MFR5140	55651879D	6637/2	02/08/2012	230 * IX
MGB1776	55652129D	6599/2	02/08/2012	230 * V
MGZ9054	55651659D	6912/0	25/07/2012	232
MHL0472	55651662D	6599/2	25/07/2012	230 * V
MHL0472	55651663D	6556/1	25/07/2012	230 * I
MHL8947	55651880D	5010/0	02/08/2012	162 * I
MIM6524	55651574D	6912/0	15/07/2012	232
MIM6524	55651575D	5010/0	15/07/2012	162 * I
MIO1197	55651883D	6637/2	02/08/2012	230 * IX
MIO3212	55651345D	6653/1	02/08/2012	230 * XI
MIO5920	55958246B	5010/0	23/07/2012	162 * I
MIO5920	55958247B	5061/0	23/07/2012	163 c/c 162 * I
MJC8765	55651601D	6653/1	14/07/2012	230 * XI
MJY8799	55651864D	6653/1	29/07/2012	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 21 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
 DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
 DE TRÂNSITO Nº 194 851/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAta dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
AKL1001	55652206D	5010/0	13/08/2012	162 * I
AKL1001	55652207D	5118/0	13/08/2012	164 c/c 162 * I
AOH8073	55005090D	5010/0	02/08/2012	162 * I
APH9980	55005099D	5010/0	21/08/2012	162 * I
APH9980	55005100D	5282/0	21/08/2012	176 * I
BRC0107	55651969D	6920/0	09/08/2012	233
HSN9313	55651957D	6920/0	09/08/2012	233
ILH4585	55651234D	6599/2	15/08/2012	230 * V
LWY4645	55651581D	6599/2	06/08/2012	230 * V
LWY4645	55651582D	5010/0	06/08/2012	162 * I
LWY4645	55651583D	5274/1	06/08/2012	175
LWY4645	55651584D	6726/1	06/08/2012	230 * XVIII
LWY4645	55651585D	5169/1	06/08/2012	165
LWY4645	55651586D	5118/0	06/08/2012	164 c/c 162 * I
LXX6046	55652141D	5274/2	03/08/2012	175
LYV8773	55652451D	6610/2	07/08/2012	230 * VII
LYV8773	55652452D	5010/0	07/08/2012	162 * I
MAX9417	55651346D	6653/2	06/08/2012	230 * XI
MBB6232	55652140D	6610/2	03/08/2012	230 * VII
MBS8862	55005765D	6920/0	23/08/2012	233
MCR6557	55005095D	5010/0	08/08/2012	162 * I
MCR7239	55005097D	6599/2	20/08/2012	230 * V
MCR7239	55005098D	5010/0	20/08/2012	162 * I
MDE5583	55651084D	6599/2	19/07/2012	230 * V
MDE5583	55651085D	5010/0	19/07/2012	162 * I
MDE5583	55651086D	5118/0	19/07/2012	164 c/c 162 * I

MDF9674	55652017D	5010/0	10/08/2012	162 * I
MDF9674	55652018D	6599/2	10/08/2012	230 * V
MEA5444	55652163D	5010/0	22/08/2012	162 * I
MEA5444	55652178D	6599/2	22/08/2012	230 * V
MEC6173	55652024D	6653/2	14/08/2012	230 * XI
MEG8969	55652160D	5010/0	02/08/2012	162 * I
MEN2683	55652171D	5010/0	09/08/2012	162 * I
MEV9904	55652251D	5010/0	04/08/2012	162 * I
MEV9904	55652252D	6599/2	04/08/2012	230 * V
MEZ4075	55651459D	6912/0	18/07/2012	232
MFR5140	55651946D	5010/0	02/08/2012	162 * I
MFR5140	55651947D	6912/0	02/08/2012	232
MGC0383	55005091D	6599/2	02/08/2012	230 * V
MGN2082	55652176D	6599/2	22/08/2012	230 * V
MGS3350	55652179D	5010/0	22/08/2012	162 * I
MGS3350	55652180D	6599/2	22/08/2012	230 * V
MGU4542	55006785D	6599/2	22/08/2012	230 * V
MGY3260	55652204D	5037/1	09/08/2012	162 * III
MGY3260	55652204D	5045/0	09/08/2012	162 * V
MGY3260	55652204D	6599/2	09/08/2012	230 * V
MHL6037	55651671D	6653/1	05/08/2012	230 * XI
MHL6037	55651672D	6556/1	05/08/2012	230 * I
MHP6478	55651670D	5010/0	05/08/2012	162 * I
MHR5020	55652260D	5010/0	07/08/2012	162 * I
MIA0399	55651896D	5010/0	21/08/2012	162 * I
MIA0399	55651897D	5061/0	21/08/2012	163 c/c 162 * I
MIF5003	55652561D	6653/2	15/08/2012	230 * XI
MIK4441	55652554D	6599/2	24/08/2012	230 * V
MIK4441	55652555D	6912/0	24/08/2012	232
MIQ3432	55651349D	6653/2	06/08/2012	230 * XI
MIQ9767	55651888D	5010/0	21/08/2012	162 * I
MIS9313	55651673D	5010/0	05/08/2012	162 * I
MIS9313	55651674D	5061/0	05/08/2012	163 c/c 162 * I
MIW9587	55652165D	6610/2	02/08/2012	230 * VII
MIW9587	55652166D	5010/0	02/08/2012	162 * I
MJO0908	55652025D	6653/1	14/08/2012	230 * XI

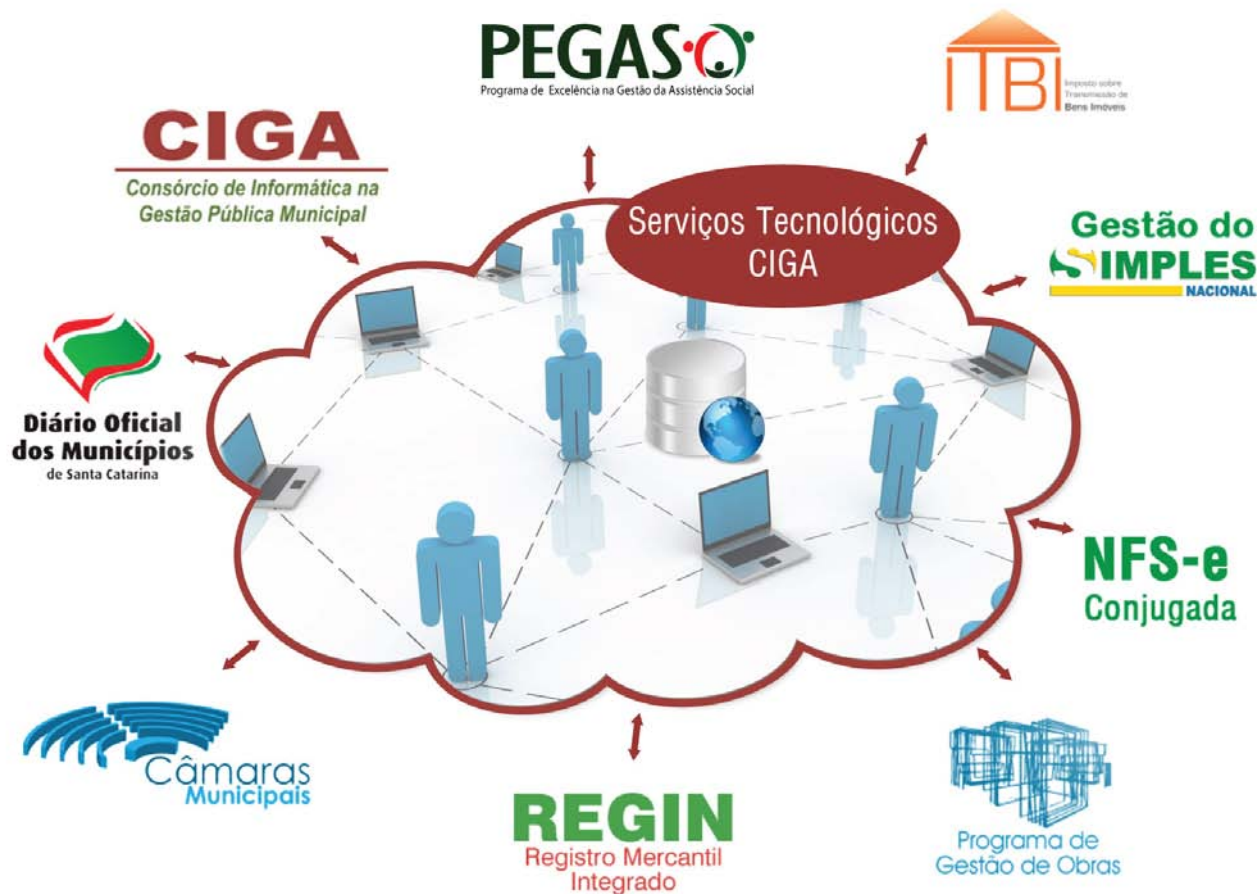
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 21 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto N° 7.911 de 22 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.911 DE 22 DE AGOSTO DE 2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal n° 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 Secretaria Municipal de Educação

05.02 Serviço do Ensino Fundamental

12.361.0010.2.105 Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental

300000.00.519 Despesas Correntes

330000.00.519 Outras Despesas Correntes

339000.00.519 Aplicações Diretas

339039.00.519 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 Secretaria Municipal de Educação

05.02 Serviço de Manutenção Salário Educação

12.361.0010.2.105 Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental

400000.00.519 Despesas de Capital

440000.00.519 Investimentos

449000.00.519 Aplicações Diretas

449052.00.519 Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

22 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais n° 2.416 e 3.386 em: 22/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria N° 10.257 de 19 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.257 DE 19 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I na

função de Auxiliar Operacional, IZOLETE GODOIS DOS SANTOS JESUS, Matrícula Funcional n° 000597, Registro no Sistema sob n° 954832, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de agosto de 2013 a 02 de setembro de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

19 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais n° 2.416 e 3.386 em: 19/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria N° 10.258 de 20 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.258 DE 20 DE AGOSTO DE 2013

INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público e na Função de Auxiliar de Enfermagem, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, Matrícula funcional n° 330, Registro no Sistema sob n° 129040, a partir de 16 de julho de 2013.

Parágrafo único: A interrupção de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista solicitação formulada pela Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, através do ofício n° SMS N° 182/2013 em data de 20 de agosto de 2013, protocolado sob n° 0022991.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de julho de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

20 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais n° 2.416 e 3.386 em: 20/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 10.259 de 20 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.259 DE 20 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 03 (zero três) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor Ensino Infantil e Séries Iniciais, PRISCILLA DINAH COSTA LOURENÇO, Matrícula Funcional nº 000628, Registro no Sistema sob nº 955055, referente ao período aquisitivo 12 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 29 de julho de 2013 a 31 de julho de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de julho de 2013.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.147 de 24 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria N° 10.260 de 20 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.260 DE 20 DE AGOSTO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo I VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 0203, Registro no Sistema sob nº 308050, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2011 a 31 de março de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de julho de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.090 de 17 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Ata Pregão 83/2013**

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 83/2013 – modalidade Pregão (presencial)  
Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marcinia Munhoz, Pregoeira Municipal, Gustavo Machado do Amaral e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 83/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a equipamentos e materiais para análises, bacteriológicas, físicas químicas da água, para Estação de Tratamento da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Hexis Científica S/A e Pró Análise Química e Diagnóstica Ltda. As empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. A empresa apresentou Certidão Simplificada com enquadramento como Microempresa para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo: Sr. Daledier José Jorge Junior, representante da empresa Pró Análise Química e Diagnóstica Ltda e Sr. Rodrigo de Faria representante da empresa Hexis Científica S/A. O critério de julgamento é o MENOR PREÇO UNITÁRIO. Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa primeira classificada, obtendo o seguinte resultado:

**ITEM 01**

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Pró Análise	7.248,47	5.500,00	1ª	HABILITADA
Hexis Científica S/A	6.596,80	6.000,00	2ª	

**ITEM 02**

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Hexis Científica S/A	161,00	145,00	1ª	HABILITADA

**ITEM 03**

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Pró Análise	3.878,80	3.750,00	1ª	HABILITADA

HEXIS CIENTIFICA S/A	4.324,60	3.850,00	2ª	
----------------------	----------	----------	----	--

## ITEM 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
HEXIS CIENTIFICA S/A	3.064,20	2.800,00	1ª	HABILITADA

## ITEM 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRÓ ANÁLISE	1.699,62	1.540,00	1ª	HABILITADA
HEXIS CIENTIFICA S/A	1.700,00	1.550,00	2ª	

## ITEM 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
HEXIS CIENTIFICA S/A	4.350,70	4.150,00	1ª	HABILITADA

## ITEM 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRÓ ANÁLISE	123,30	99,00	1ª	HABILITADA
HEXIS CIENTIFICA S/A	158,90	100,00	2ª	

## ITEM 08

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRÓ ANÁLISE	123,30	99,00	1ª	HABILITADA
HEXIS CIENTIFICA S/A	158,87	100,00	2ª	

## ITEM 09

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
HEXIS CIENTIFICA S/A	5,00	5,00	1ª	HABILITADA

## ITEM 10

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
HEXIS CIENTIFICA S/A	601,75	600,00	1ª	HABILITADA

## ITEM 11

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
HEXIS CIENTIFICA S/A	45,00	43,00	1ª	HABILITADA

## ITEM 12

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRÓ ANÁLISE	748,44	740,00	1ª	HABILITADA

## ITEM 13

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRÓ ANÁLISE	1.290,00	1.290,00	1ª	HABILITADA
A empresa Hexys pediu desclassificação do item por não atender as especificações exigidas no Edital.				

## ITEM 14

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRÓ ANÁLISE	46,85	45,00	1ª	HABILITADA

## ITEM 15

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRÓ ANÁLISE	67,50	65,00	1ª	HABILITADA

## ITEM 16

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRÓ ANÁLISE	18,88	18,00	1ª	HABILITADA

## ITEM 17

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Nenhuma empresa apresentou proposta para este item.				

## ITEM 18

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
HEXIS CIENTIFICA S/A	20,90	18,00	1ª	HABILITADA

## ITEM 19

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Nenhuma empresa apresentou proposta para este item.				

## ITEM 20

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Pró Análise	8,79	8,79	1ª	HABILITADA

## ITEM 21

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Pró Análise	9,61	9,61	1ª	HABILITADA

## ITEM 22

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Hexis Científica S/A	124,95	118,00	1ª	HABILITADA

Considerando a classificação e habilitação das empresas primeiras classificadas em cada item a Pregoeira as declara vencedoras desta licitação conforme especificado na tabela acima. O representante da empresa Hexis Científica S/A, Sr. Rodrigo de Faria manifestou intenção de recurso, solicitando a desclassificação da empresa Pró Análise no item 01 alegando que o produto ofertado não possui no mínimo 12 pontos na curva de calibração, não possui IP67 e não possui sistema de correção automática do branco. Concede-se o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando a licitante Pró Análise Química e Diagnóstica Ltda desde logo intimada para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**Campos Novos**

**PREFEITURA**

### Homologa Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Edital N° 002/2013, Realizado Pelo Município de Campos Novos e Dá Outras Providências.

DECRETO N° 6.789 /13 DE 23/08/2013

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 002/2013, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal De Campos Novos, Estado De Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**D E C R E T A:**

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo

Seletivo Simplificado, concernente ao Edital de Processo Seletivo n° 002/2013, em virtude de que foram obedecidas todas as etapas previstas, e divulgado o resultado final não existindo a interposição de recurso, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados constantes dos Anexos que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Publique-se a classificação definitiva dos aprovados, observando nos termos do edital o critério de desempate, se necessário e quando possível.

Art. 3º. O Processo Seletivo terá validade pelo prazo de 01 (um) ano, a partir desta data, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, SC, 23 de agosto de 2013.  
NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação PP 50/2013 Contratação de Empresa Especializada Em Perfuração de Poço de Monitoramento do Cemitério Dom Daniel, e Relatório Hi

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PROCESSO N° 148/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06 de setembro de 2013 às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto o: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO DE POÇO DE MONITORAMENTO DO CEMITÉRIO DOM DANIEL, E RELATÓRIO HIDROGEOLOGICO, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida n° 323, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 22 de agosto de 2013.

Atenciosamente,

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto N° 21/2013

DECRETO N° 21/2013

VISA CONCEDER A COMENDA "JOÃO GONÇALVES DE ARAÚJO" AO SENHOR "JOÃO MARIA GONÇALVES DE LIMA".

O cidadão Dirceu José Kaiper, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Visa conceder a Comenda "João Gonçalves de Araújo" ao Senhor "JOÃO MARIA GONÇALVES DE LIMA", Presidente da Associação dos Remanescentes do Quilombo da Invernada dos Negros.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Parágrafo Único: João Maria Gonçalves de Lima mais conhecido por Téco Lima, filho do senhor João Fernandes Gonçalves e Maria Indelina de Lima, nasceu no dia 03 de outubro de 1961 em Campos Novos. É casado com Zaira Aparecida Gonçalves com quem possui 4 filhos, Gustavo, Josiane, Thiago e Chayane. Estudou na Escola da Corredeira Invernada dos Negros, cursou o ensino fundamental na Escola de Educação Básica Gasparino Zorzi e o ensino médio na Escola de Educação Básica Paulo Blasi. Foi vereador pelo Partido Progressista (PP), no ano de 1997 à 2000. Hoje é presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), é Coordenador Nacional do Sul do Brasil da CONAC (Coordenação Nacional de Articulação nas Comunidades Negras Rurais Quilombo-la), e Presidente da Associação dos Remanescentes do Quilombo da Invernada dos Negros.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos SC,  
em 23 de agosto de 2013.  
DIRCEU JOSÉ KAIPER  
Presidente da Mesa

### Decreto N° 22/2013

DECRETO N° 22/2013

CONCEDE A MEDALHA DE HONRA E MÉRITO "PADRE QUINTILIO COSTINI" AO SENHOR "SERGIO JOSÉ SILVESTRIN".

O cidadão Dirceu José Kaiper, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Concede a Medalha de Honra e Mérito "Padre Quintilio Costini" ao Senhor "SERGIO JOSÉ SILVESTRIN", considerando que o mesmo contribuiu muito para o desenvolvimento da área esportiva em nosso município. Sendo que ele, além de um grande professor de educação física, também foi um criador, organizador e coordenador de eventos esportivos.

Parágrafo único: Sergio José Silvestrin nasceu no dia 06 de maio de 1950 no distrito Marondin, interior da Vargem. Filho do senhor Antenor Silvestrin e Louri Jungues Silvestrin, possui três filhos e três netos.

Cursou o primário em Ipiranga no Rio Grande do Sul e na escola G.E. Gustavo Richard (hoje Paulo Blasi); o Ensino Médio na Escola Técnica de Comércio João Batista Scalabrini; Cursou o ensino superior no ESEF UDESC, em Educação Física; tem especialização na FACIP Curitiba/ Balneário Camboriú.

Trabalhou em diversas áreas e após a formação ministrou aulas em diversas escolas de Campos Novos como: Paulo Blasi, Colégio Auxiliadora, Santa Julia Biliart; na UNOESC e na Escola Maria Terezinha Garcia em Camboriú. Foi Diretor das Unidades escolares E.E.B. Gasparino Zorzi e E.E.B. Paulo Blasi; Gerente de Educação da SDR; Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Campos Novos. Atualmente é diretor do G.E.M. Waldemar Rupp. Trabalha na área esportiva, é atleta e técnico preparador físico e árbitro. Foi criador, organizador ou coordenador de eventos esportivos, onde podemos destacar: Jogos da Primavera em 1979; Jogos Escolares Camponovenses JECAM em 1981; Jogos Intercomunitários Camponovenses JOINC em 1991; Jogos Estudantis de Camboriú JECAM em 2001. Ainda foi coordenador de diversos eventos classistas, como Bradesco, CDL, Rotary, realizados em Campos Novos, Fecoop de 1986. Colunista do Jornal Espigão e do

Jornal Planalto. Autor de artigos e poesias como: "Aquele Mulher" e "Água para todos".

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos SC,  
em 23 de agosto de 2013.  
DIRCEU JOSÉ KAIPER  
Presidente da Mesa

## SAMAE

### Portaria 041/2013

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Rua Caetano Carlos 466 Fone/Fax (49) 3541 0844 e 3541 0834

89.620 000 CAMPOS NOVOS SANTA CATARINA

CNPJ 83.158.105/0001 09 Inscrição Estadual Isento

PORTARIA SAMAE CNO 041/2013, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

O Diretor do SAMAE Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

SUSPENDER, o servidor Antônio Fernando Silva, Vigilante, Padrão 3.2.A, pelo prazo de 05 (cinco) dias, de acordo com o Art. 124, Incisos I e X, e Art. 138, no período de 26/08/2013 à 30/08/2013, sem direito à remuneração.

PUBLIQUE SE E REGISTRE SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

## Canoinhas

## PREFEITURA

### Publicação das Homologações do Período de 13/08/2013 À 23/08/2013 da Entidade Fundo Municipal de Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL N° 17/13

PROCESSO LICITATÓRIO N° 27/13

HOMOLOGAÇÃO: 21/08/13

CONTRATADO: JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O PROJETO DE PREVENÇÃO DO HIV/AIDS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais)

DATA: 23/08/13

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

### Publicação de Homologação do Período de 13/08/2013 À 23/08/2013 da Entidade PMC.

PREGÃO PRESENCIAL N° 52/13

PROCESSO LICITATÓRIO N° 95/13

HOMOLOGAÇÃO: 13/08/13



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



CONTRATADO: UNIVALE UNIAO PLANTAD. VALE DO  
CANOINHAS LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE BARRAS DE FERRO,  
PREGOS, TUBOS E CONEXÕES DE PVC E DIVERSOS OUTROS  
MATERIAIS, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO  
MUNICÍPIO.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.359,92 (três mil trezentos e cinquenta  
e nove reais e noventa e dois centavos)

DATA: 23/08/13  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/13  
HOMOLOGAÇÃO: 13/08/13  
CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE BARRAS DE FERRO,  
PREGOS, TUBOS E CONEXÕES DE PVC E DIVERSOS OUTROS  
MATERIAIS, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO  
MUNICÍPIO.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 165,09 (cento e sessenta e cinco reais e  
nove centavos)

DATA: 23/08/13  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/13  
HOMOLOGAÇÃO: 13/08/13  
CONTRATADO: COMÉRCIO E INDÚSTRIA BREITHAUP T S/A  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE BARRAS DE FERRO,  
PREGOS, TUBOS E CONEXÕES DE PVC E DIVERSOS OUTROS  
MATERIAIS, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO  
MUNICÍPIO.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.760,06 (nove mil setecentos e sessenta  
reais e seis centavos)

DATA: 23/08/13  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/13  
HOMOLOGAÇÃO: 14/08/13  
CONTRATADO: JOSÉ CARLOS SELVINO DA COSTA  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO  
MURO DA ESCOLA FREI FABIANO, FECHAMENTO DA ESCOLA  
NEI PACHECO E C.E.I MACHADO DE ASSIS, COM O  
FORNECIMENTO DE TODA MÃO DE OBRA E MATERIAL  
NECESSÁRIO.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.815,50 (dezesseis mil oitocentos e  
quinze reais e cinquenta centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.

DATA: 23/08/13  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

### **Publicação de Homologações do Período de 13/08/2013 À 23/08/2013 da Entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/13  
HOMOLOGAÇÃO: 16/08/13  
CONTRATADO: RETIFICA MOTOCAR LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA  
RECUPERAÇÃO DO SISTEMA RODANTE DA ESCAVADEIRA  
HIDRÁULICA KOMATSU PC 160 Nº 72.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos  
reais)

DATA: 23/08/13  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/13  
HOMOLOGAÇÃO: 20/08/13  
CONTRATADO: TRATORANA TERRAPLANAGEM LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS,  
TRATOR DE ESTEIRAS E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA,  
DESTINADAS AOS PROGRAMAS PORTEIRA ADENTRO E  
INCENTIVO À PECUÁRIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais)

DATA: 23/08/13  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/13  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/13  
HOMOLOGAÇÃO: 20/08/13  
CONTRATADO: CHV SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS,  
TRATOR DE ESTEIRAS E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA,  
DESTINADAS AOS PROGRAMAS PORTEIRA ADENTRO E  
INCENTIVO À PECUÁRIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais)

DATA: 23/08/13  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

### **Edital de Julgamento Nº002/2013 Conselho Municipal de Contribuintes**

EDITAL DE JULGAMENTO Nº002/2013  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS  
PAUTA DE JULGAMENTO SESSÃO ORDINÁRIA

Data 27 de agosto de 2013 às 8h00min  
Local Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Mu-  
nicipal de Canoinhas (Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de  
Saúde)

Presidente, DIOGO CARLOS SEIDEL, faz saber a quem interessar  
possa, que na data acima, serão julgados os seguintes recursos:

(1)

Numero do Recurso 0001/2013 Protocolo nº 162/2012  
Recorrente : Adolfo Dyba  
Recorrida : Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Francisco Afonso Bechel Pedido de vista

(2)

Numero do Recurso 0013/2013 Protocolo nº 163/2012  
Recorrente: Matilde do Rosário Budik  
Recorrida : Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Roberto Ivan Ludka

(3)

Numero do Recurso 0009/2013 Protocolo nº 161/2012  
Recorrente: Silmara de Fátima Soares  
Recorrida : Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Roberto Ivan Ludka

(4)

Numero do Recurso 0008/2013 Protocolo nº 169/2012  
Recorrente: Edenilson Leal de Barros  
Recorrida : Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Francisco Afonso Bechel

(5)

Numero do Recurso 0007/2013 Protocolo nº 174/2012  
Recorrente: Maria Aparecida Chagas Romanhuki  
Recorrida : Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Francisco Afonso Bechel

(6)

Numero do Recurso 0011/2013 Protocolo nº 164/2012  
Recorrente: Irene Bedretchuk  
Recorrida : Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Luis Gustavo Vieira de Britto

(7)

Numero do Recurso 0012/2013 Protocolo nº 170/2012  
Recorrente: Silvino Konig  
Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Luis Gustavo Vieira de Britto

(8)

Numero do Recurso 0014/2013 Protocolo nº 172/2012  
Recorrente: Arildo Ribeiro de Lima  
Recorrida : Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Alfredo Lang Scultetus

(9)

Numero do Recurso 0010/2013 Protocolo nº 165/2012  
Recorrente: Silvano Cidral Artnet  
Recorrida : Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Alfredo Lang Scultetus

(10)

Numero do Recurso 0005/2013 Protocolo nº 166/2012  
Recorrente : Ivone Porto Haag  
Recorrida : Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Alfredo Lang Scultetus

(11)

Numero do Recursos 0003/2013 Protocolo nº 168/2012  
Recorrente : Joselito Abrão Tomczyk  
Recorrida : Fazenda Municipal de Canoinhas  
Conselheiro Relator: Alfredo Lang Scultetus

Canoinhas (SC), 23 de agosto de 2013.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas

## Capinzal

### PREFEITURA

#### Termo Aditivo 002/2013

TEMO ADITIVO 002/2013

Processo Licitatório Nº 0074/2012

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0010/2012

CONTRATO 0139/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ENGHEVIA SERVIÇOS E OBRAS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a supressão do valor do contrato original, de R\$ 15.279,71(quinze mil duzentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos), conforme justificativas em anexo.

VALOR R\$: 15.279,71

VIGÊNCIA: 22/08/2013 até 31/12/2013

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Portaria N° 275/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 275/2013

CONSIDERANDO, a apresentação do Requerimento de Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família instruído com a solicitação do Médico do Paciente, ratificada pela Junta Médica Oficial do Município, nomeada através da Portaria n° 243/2013;

CONSIDERANDO, as disposições constantes no Processo Administrativo SAP/DRH n. 003/2013, que caracterizou a necessidade da Servidora Requerente permanecer prestando assistência direta ao Paciente no período referido abaixo;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5°, 6°, 7°, 8°, 9° e 10, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º Prorrogar a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família em favor da Servidora Pública LUCIANI PAUL KERSCHBAUM, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Assistência Social, matriculada sob o nº 2423/02, pelo período de 22.08.13 a 31.08.2013 (10 dias), com remuneração integral de acordo com o §10, I , do art. 64 da LC n. 008/99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 22.08.2013.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
23 de agosto de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### Decreto SAF/N°. 431/13

DECRETO SAF/N°. 431/13, de 22 de julho de 2013.

DISPÕE SOBRE O PROTESTO EXTRAJUDICIAL DOS CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 45 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que atualmente a Dívida Ativa Consolidada do Município importa em aproximadamente R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), em sua maior parte originada do não pagamento do ISS e de multas impostas pela municipalidade, valores esses que podem e devem ser cobrados e revertidos em prol do bem estar da comunidade sul cocalense;

CONSIDERANDO que o Município de Cocal do Sul cobra parte dessa dívida ativa em aproximadas 1.800 (um mil e oitocentas) ações de execução fiscal, que estão em andamento na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Urussanga;

CONSIDERANDO esse enorme quantitativo de ações abarrotar o Judiciário local, fato que causa uma excessiva lentidão na tramitação dos processos de interesse do Município de Cocal do Sul;

CONSIDERANDO que os custos processuais com essas aproximadas 1.800 (um mil e oitocentas) ações são elevados e dotados de baixo índice de eficácia;

CONSIDERANDO que o protesto de Certidão de Dívida Ativa não acarretará nenhuma despesa com emolumentos, taxas, diligências ou condução para o Município, em razão da isenção legal contida no artigo 33 da Lei Complementar Estadual n° 156, de 15 de maio de 1997;

CONSIDERANDO que do ponto de vista legal podem ser protestados os títulos de crédito, as obrigações que se originem de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais e outros documentos de dívida, conforme a norma estampada no artigo 1.º da Lei 9.492, de 10/09/1997 (Lei do Protesto);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 585, V, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei n.º 11.382/2006, as Certidões de Dívida Ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios são títulos executivos extrajudiciais, sendo passíveis, portanto, de protesto extrajudicial;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo já exarou orientação no sentido de que todos os títulos executivos judiciais e extrajudiciais previstos nos artigos 584 e 585 do Código de Processo Civil, dentre eles a certidão de dívida ativa, podem ser protestados;

CONSIDERANDO que a 3.ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, em decisão de 19 de outubro de 2010 nos Embargos Infringentes n° 994.08.204665 6/50002, rel. o Des. Magalhães Coelho, concluiu pela legalidade do protesto de Certidão de Dívida Ativa, porquanto integrante do conceito aberto de "outros documentos de dívida" contido no artigo 1.º da Lei 9.492, de 10/09/1997;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça e os 91 (noventa e um) Tribunais do país definiram como meta prioritária (Meta 03) reduzir em 20% os 25 milhões de execuções fiscais que abarrotam nossos fóruns e tribunais, enfrentando aquilo que presidente do CNJ definiu como o maior gargalo do Judiciário brasileiro;

CONSIDERANDO que no julgamento dos Pedidos de Providências 2009.10.00.004178 4 e 2009.10.00.004537 6, realizado em 06 de abril de 2010 (102.ª Sessão Plenária), o Conselho Nacional de Justiça recomendou que os Tribunais de Justiça editassem os atos normativos necessários para se realizar o protesto extrajudicial de Certidões de Dívida Ativa da Fazenda Pública;

CONSIDERANDO que o Código de Norma da Corregedoria Geral de Justiça do nosso Estado de Santa Catarina, em posição de vanguarda, já prevê o protesto de certidão de dívida ativa no artigo 953, a dispor que "é cabível o protesto por falta de pagamento da certidão de dívida ativa que atenda aos requisitos dos parágrafos 5º e 6º do art. 2º da Lei Federal nº 6.830/80, a serem verificados pelo oficial no ato da apresentação";

CONSIDERANDO que no âmbito federal o Senhor Ministro de Estado da Fazenda Interino e o Advogado Geral da União assinaram a Portaria Interministerial n.º 574 A, de 20 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. n.º 02, de 04/01/2011, autorizando o protesto das Certidões de Dívida Ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais, independentemente do valor do crédito fiscal;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 321, de 06/04/2006, do Senhor Procurador Geral da Fazenda Nacional, publicada no D.O.U. de 07/04/2006, já autorizava o protesto das Certidões de Dívida Ativa da União;

CONSIDERANDO que a presente medida não implica na instituição, extinção, majoração, redução, definição de fato gerador, fixação de alíquota, base de cálculo, cominação de penalidades, exclusão, suspensão ou na extinção de crédito tributário, não estando, portanto, sujeita aos princípios da legalidade e da anterioridade (artigos 96 e 104 do Código Tributário Nacional), o que dispensa lei em sentido formal;

CONSIDERANDO que de acordo com o representante da Advocacia Geral da União, procurador geral federal Marcelo de Siqueira Freitas, responsável pelo protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa da União em sua fase inicial, o índice médio de recuperação de créditos com o ajuizamento de ações para a cobrança de dívida ativa é de 1%, enquanto no protesto em cartório dos créditos do INMETRO chegou se a alcançar uma taxa de retorno de 48%;

CONSIDERANDO, por fim, que o protesto de certidão da dívida ativa implicará, certamente, em uma melhoria na gestão pública, capaz de diminuir a inadimplência e aumentar significativamente a arrecadação municipal, permitindo o desenvolvimento de novas e melhores ações nas áreas de educação e saúde, bem como o investimentos em obras públicas, inclusive a (re)pavimentação de logradouros públicos, tudo em plena consonância com o princípio da eficiência plasmado no artigo 37 da Constituição da República, ao qual a Administração Tributária deve obediência;

### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Município, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Parágrafo único. Além do nome completo e dos demais elementos

exigidos nas leis e regulamentos em vigor relativos ao protesto de títulos, os documentos da dívida deverão conter a indicação precisa do número de inscrição no CPF ou no CNPJ do contribuinte ou devedor.

Art. 2º As parcelas inadimplidas de parcelamentos concedidos pela Administração Tributária poderão ser levadas a protesto, individualmente, mediante expedição de certidão específica para a parcela não paga.

Art. 3º As Certidões de Dívida Ativa cuja cobrança já tenha sido ajuizada poderão, igualmente, ser levadas a protesto.

Art. 4º Os tabelionatos fornecerão ao Município, quando solicitado, certidão, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa ou outro meio, nem mesmo parcialmente.

Parágrafo único. A certidão na forma de relação será fornecida gratuitamente, sem nenhum ônus para o Município, e os tabelionatos serão responsáveis pelas informações que enviarem.

Art. 5º O Município poderá fornecer ao interessado apenas informações a respeito da existência ou não de protesto e o tabelionato que o lavrou, cabendo-lhe a responsabilidade pelos dados que fornecer.

§ 1º. O Município não prestará informações sobre protestos cancelados, conforme dispõe o artigo 29, § 1º, da Lei nº 9.492, de 10/09/1997.

§ 2º. Para maiores informações, o usuário deverá solicitar certidão no tabelionato competente.

Art. 6º Ao protesto e seu procedimento aplicam-se as leis e regulamentos que lhes são próprios.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de julho de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado pro afixação no Mural da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**Concórdia**

**PREFEITURA**

### **Resolução N° 028**

RESOLUÇÃO nº 028, de 11 de julho 2013.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de junho/2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 13 de junho de 2013, no uso de suas atribuições que lhe confere Art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e o art.

30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 Lei Orgânica da Assistência Social LOAS.

RESOLVE:

Art. 1o. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, delibera e aprova de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de junho de 2013.

Art. 2o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 11 de julho de 2013.

TANIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA

Presidente do CMAS

### **Resolução N° 029**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442 0118 / 3442 0119.

cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N° 029, de 22 de agosto de 2013.

Dispõe sobre a aprovação das deliberações de VII Conferência Municipal de Assistência Social de Concórdia SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CMAS, reunião ordinária realizada no dia 22 de agosto de 2013, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no uso das competências que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e suas alterações por meio da Lei nº 12.435/2011; Norma Operacional Básica NOB/SUAS 2012; inciso I do artigo 2º e inciso V e XXII do artigo 5º, ambos da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e artigo 27º do regimento Interno da VII Conferência Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as deliberações anexas, na forma do previsto no artigo nº 27 do Regimento Interno da VII Conferência Municipal de Assistência Social, realizada no dia 2 de agosto de 2013, no Teatro Municipal Maria Luiza de Mattos, situado na Rua Abramo Eberle, nº 322, centro, na cidade de Concórdia SC, tendo com o tema "A GESTÃO E O FINANCIAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de junho de 2013.

TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### **ANEXO**

PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL DA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Concórdia SC, 2 de agosto de 2013.

EIXO 1

COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Criar lei municipal que estabeleça no mínimo 3% da receita corrente do município para a política da ASSISTÊNCIA SOCIAL.
2. Extinguir o Fundo Social Estadual e que os recursos sejam alocados diretamente no Fundo Estadual de Assistência Social, com regulamentação assegurada por Lei de no mínimo de 3% da receita corrente do Estado.
3. Assegurar o aumento do cofinanciamento de no mínimo 4% da receita corrente para serviços, programas e projetos (Esfera Federal) para a Política de Assistência Social.
4. Ampliar o valor do piso fixo do PAIF E PAEFI pela Esfera Federal.
5. Ampliar cofinanciamento destinado ao atendimento a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade pela Esfera estadual.
6. Destinar cofinanciamento da esfera estadual para o PAIF.

EIXO 2



**GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

1. Alterar a nomenclatura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação para Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
2. Abrir campo de estágio para cursos afins à área social para contribuir com o processo de avaliação e monitoramento da política de Assistência Social.
3. Garantir através de concurso público a contratação de equipe técnica da gestão (vigilância social, monitoramento, gestão de benefícios, do trabalho e alta complexidade), conforme NOB/RH.
4. Criar mecanismos de divulgação dos serviços prestados pela Assistência Social na rede pública e privada.
5. Garantir a contratação de equipes técnicas volantes, com o cofinanciamento estadual e federal, a fim de estruturar a busca ativa no município.

**EIXO 3****GESTÃO DO TRABALHO**

1. Ampliar a equipe técnica que atua no Ministério Público e Poder Judiciário, evitando sobrecarga da rede socioassistencial do município.
2. Elaborar Plano de Capacitação Permanente das entidades, conselheiros e trabalhadores do SUAS (Municipal/Estadual e Federal).
3. Instalar mesa de negociações prevista pela NOB/RH para discutir as questões afetas à gestão do trabalho.
4. Adequar através de concurso público à equipe técnica no órgão gestor e nas unidades públicas, conforme NOB/RH.
5. Contratar equipe técnica nas SDRs para acompanhar de forma descentralizada o trabalho desenvolvido nos municípios (Estado);

**EIXO 4****GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS**

1. Implantar um centro dia para atendimento a idosos e pessoas com deficiência intelectual em graus moderado a severo e deficiências múltiplas;
2. Garantir que a gestão dos benefícios de transferência de renda e eventuais sejam ofertados no Órgão Gestor e não nos CRAS.
3. Implantar brinquedotecas nos CRAS e CREAS;
4. Garantir o planejamento e reordenamento dos serviços socioassistenciais conforme orientações da tipificação nacional dos serviços e demais normativas do SUAS.

**EIXO 5****GESTÃO DOS BENEFÍCIOS DO SUAS**

1. Rever a lei municipal dos benefícios eventuais para ampliar o acesso dos usuários aos benefícios. (município).
2. Aprimorar a gestão e fiscalização do PBF através da ampliação da equipe técnica. (município).
3. Ampliar as ações de divulgação dos benefícios da assistência social, sobretudo nas comunidades de maior índice de vulnerabilidades social. (município).
4. Criar resolução municipal conjunta do CMAS e ICSPBF que vincule o recebimento dos benefícios (PBF) à participação nas atividades desenvolvidas nos CRAS ou outros como Pronatec. (município).
5. Reconhecer ao cuidador o direito de aposentadoria por idade nos casos em que o beneficiário é dependente de cuidados de terceiros para receber o BPC. (união)
6. Excluir os valores referentes à aposentadoria de um salário mínimo no cálculo de renda per capita para receber o BPC (união)
7. Alterar na LOAS o aumento do critério de renda para acesso ao BPC para 1/2 salário mínimo per capita. (união)
8. Aumentar o cofinanciamento do estado nos benefícios eventuais, sendo contínuos e mensais. (estado).
9. Estender a majoração dos 25% sobre a aposentadoria por invalidez para as demais espécies de aposentadoria onde a pessoa dependa do cuidado de terceiros. (união).

**EIXO 6****REGIONALIZAÇÃO**

1. Garantir cofinanciamento do transporte público coletivo, aos usuários das políticas públicas da Assistência Social, que residem

na área rural (Município).

2. Implantar Instituição de Acolhimento Provisório, com acessibilidade para pessoas em situação de risco e/ou violação de direitos, como: pessoas com deficiência, mulheres e idosos. Contando com apoio de equipe interdisciplinar (Município, Estado e Federal).
3. Implantar instituição de acolhimento para deficientes moderados a graves (Município, Estado e Federal).

**Resolução N° 030**

RESOLUÇÃO nº 030, de 22 de agosto 2013.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de julho/2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 13 de junho de 2013, no uso de suas atribuições que lhe confere Art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e o art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 Lei Orgânica da Assistência Social LOAS.

**RESOLVE:**

Art. 1o. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, delibera e aprova de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de julho de 2013.

Art. 2o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 22 de agosto de 2013.

TANIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA

Presidente do CMAS

**Comunicação de Interposição Recursal Pregão Presencial N° 11/2013 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA SC

PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2013 FMS

Objeto: Contratação de serviços de Engenharia Sanitarista para análise de projetos no setor de Vigilância Sanitária, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

**COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL**

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos à licitante: PROBIO AMBIENTAL LTDA ME que a licitante: CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, interpôs, na data de 20 de agosto de 2013, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de classificação final do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 22 de agosto de 2013.

MARLÔ CRISTINA RIBEIRO

Pregoeira

**Extrato do Convênio N° 006/2013 FIA**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO N° 006/2013 FIA

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001 04, representado por sua Gestora, CRISTIANE FERNANDA WERLANG e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002 82, representada pela sua Presidente, senhora ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO.





**OBJETO:** Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente FIA de Concórdia SC, para a realização do curso de gestantes "A espera de um bebê", que objetiva repassar informações relevantes sobre a gravidez, parto, pós parto e cuidados com o recém nascido, relativos à primeira infância, incentivando o parto normal e o aleitamento materno.

**VALOR:** R\$ 1.975,00.

**PRAZO:** 31 de dezembro de 2013, a partir da data de assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 23/08/2013

#### **Extrato do Convênio N° 1/2013 FIA**

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

**EXTRATO DO CONVÊNIO N° 1/2013 FIA**

**ESPÉCIE:** Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001 04, representado por sua Gestora, CRISTIANE FERNANDA WERLANG e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001 50, representada pelo seu Presidente, senhor DARCI RODRIGUES DA SILVA.

**OBJETO:** Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente FIA de Concórdia SC, para a construção de parque infantil (playground) para atender os educandos da Entidade, na faixa de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos.

**VALOR:** R\$ 61.017,18.

**PRAZO:** 31 de dezembro de 2013, a partir da data de assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 23/08/2013

#### **Extrato do Convênio N° 19/2013 Fmec**

**EXTRATO DO CONVÊNIO N° 19/2013 FMEC**

**ESPÉCIE:** Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001 01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA FRIA, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 01.491.743/0001 74, representada pelo seu Presidente, senhor DENILSO JOSÉ ZOTTI.

**OBJETO:** O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores da Localidade de Barra Fria e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

**VALOR:** R\$ 4.000,00

**PRAZO:** De 16.08.2013 a 31.12.2013.

**DATA DA ASSINATURA:** 16 de Agosto de 2013.

#### **Extrato do Convênio N° 2/2013 FIA**

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

**EXTRATO DO CONVÊNIO N° 2/2013 FIA**

**ESPÉCIE:** Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001 04, representado por sua Gestora, CRISTIANE FERNANDA WERLANG e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001 50, representada pelo seu Presidente, senhor DARCI RODRIGUES DA SILVA.

**OBJETO:** Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente FIA de Concórdia SC, para a realização do programa de comunicação suplementar e alternativa "Dando Voz a Quem Tem Vez", com uso de tecnologia assistiva em sala de aula, objetivando proporcionar melhores condições de vida e a inclusão social de alunos que possuem atraso no desenvolvimento

neuropsicomotor, através da aplicação dos recursos citados no plano de trabalho

**VALOR:** R\$ 14.400,00.

**PRAZO:** 31 de dezembro de 2013, a partir da data de assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 23/08/2013

#### **Extrato do Convênio N° 20/2013 Fmec**

**EXTRATO DO CONVÊNIO N° 20/2013 FMEC**

**ESPÉCIE:** Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001 01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RE-CREATIVA SOCIALIZAÇÃO PRIMAVERA, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 78.479.037/0001 31, representada pelo seu Presidente, senhor ARI CAMILLO.

**OBJETO:** O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Engenho Velho e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

**VALOR:** R\$ 36.000,00

**PRAZO:** De 23.08.2013 a 31.12.2013.

**DATA DA ASSINATURA:** 23 de agosto de 2013.

#### **Extrato do Convênio N° 3/2013 FIA**

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

**EXTRATO DO CONVÊNIO N° 3/2013 FIA**

**ESPÉCIE:** Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001 04, representado por sua Gestora, CRISTIANE FERNANDA WERLANG e a SOCIEDADE CONCORDIENSE DE AUXILIO FRATERNAL SCAF, inscrita no CNPJ sob nº 83.575.167/0001 08, representada pela sua Presidente, senhora NADIA INÊS GRAPEGGIA ZOLET.

**OBJETO:** Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente FIA de Concórdia SC, para a realização da Oficina de Trabalho Manuais "Trabalhando com Linhas", que objetiva desenvolver habilidades, a criatividade, coordenação motora e auxiliar no processo de socialização transformadora, com experiência educativa.

**VALOR:** R\$ 12.920,00.

**PRAZO:** 31 de dezembro de 2013, a partir da data de assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 23/08/2013

#### **Extrato do Convênio N° 4/2013 FIA**

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

**EXTRATO DO CONVÊNIO N° 4/2013 FIA**

**ESPÉCIE:** Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001 04, representado por sua Gestora, CRISTIANE FERNANDA WERLANG e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001 06, representada pelo seu Presidente, senhor ADIR JOÃO SOMARIVA.

**OBJETO:** Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente FIA de Concórdia SC, para a realização do projeto "Bombeiros Mirins e Aspirantes", que objetiva auxiliar adolescentes, com um conjunto de conhecimentos, habilidades e valores concretos relativos as atividades e práticas da área bombeiro.

**VALOR:** R\$ 25.073,00.

**PRAZO:** 31 de dezembro de 2013, a partir da data de assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 23/08/2013

### **Extrato do Convênio N° 5/2013 FIA** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

#### **EXTRATO DO CONVÊNIO N° 5/2013 FIA**

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001 04, representado por sua Gestora, CRISTIANE FERNANDA WERLANG e a ESPORTE CLUBE CANARINHO, inscrito no CNPJ sob nº 80.641.137/0001 64, representado pelo seu Presidente, senhor ROBERTO GUILHERME DETONI.

OBJETO: Destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente FIA de Concórdia SC, para a realização do projeto "Formando Cidadão Atleta", que objetiva promover atividades esportivas com crianças e adolescentes, agregando o ensino de valores e a formação para o exercício da cidadania.

VALOR: R\$ 11.000,00.

PRAZO: 31 de dezembro de 2013, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 23/08/2013

### **Extrato do Convênio N° 84/2013**

#### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

#### **EXTRATO DO CONVÊNIO N° 84/2013**

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001 00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, em exercício, senhor NEURI ANTONIO SANTHIER e a ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO CAMINHO DA ROÇA, inscrita no CNPJ sob nº 05.582.664/0001 20, representada pela sua Presidenta, senhora ELIANE SALETE GUARESÍ SGARBOSSA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado dos Pintos e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades e promoção do turismo local.

VALOR: R\$ 3.500,00

PRAZO: Até 31.12.2013, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 22 de agosto de 2013.

### **Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas Concorrência N° 2/2013 PMC**

#### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

#### **CONCORRÊNCIA N° 2/2013 PMC**

Objeto: Seleção de empresas para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 5 (cinco) lotes de terra nua, conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais no 477, de 18/12/06 e nº 253, de 20/11/2002 sendo todos localizados na Área Industrial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo industrial, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital, com o Anexo "D" e Adendos 01 e 02.

#### **EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade:

a empresa FORNARI LTDA EPP obteve 1.416 (Um mil, quatrocentos e dezesseis) pontos; a empresa ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE COMPRAS DA REGIAO DE CONCORDIA CECORDIA obteve 1.058 (Um mil e cinquenta e oito) pontos; a empresa TRITECNO IMPLEMENTOS PARA MOTOCICLETAS LTDA obteve 837 (oitocentos e

trinta e sete) pontos; a empresa KEL INDÚSTRIA DE TRAVESSEIROS LTDA EPP obteve 744 (setecentos e quarenta e quatro) pontos; a empresa SUL BRASIL SEMI REBOQUES LTDA ME obteve 594 (quinhentos e noventa e quatro) pontos; a empresa VIDEV VIDRAÇARIA E DECORAÇÕES CONCÓRDIA LTDA obteve 388 (trezentos e oitenta e oito) pontos; a empresa CG INDÚSTRIA E REFORMAS DE CÂMARAS FRIGORÍFICAS LTDA ME obteve 224 (duzentos e vinte e quatro) pontos e a empresa CONCRETET CONCRETO DE EDIFICAÇÃO LTDA obteve 144,3 (cento e quarenta e quatro vírgula três) pontos. Ressalva se que as empresas SUL BRASIL SEMI REBOQUES LTDA ME e CONCRETET CONCRETO DE EDIFICAÇÃO LTDA foram DESCLASSIFICADAS pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico CMDE. Sendo assim, ficam classificadas para os seguintes lotes: Item nº 01 Concessão de Direito Real de Uso (lote número 11) para a empresa: FORNARI LTDA EPP, Item nº 02 Concessão de Direito Real de Uso (lote número 20) para a empresa: CG INDÚSTRIA E REFORMAS DE CÂMARAS FRIGORÍFICAS LTDA ME, Item nº 03 Concessão de Direito Real de Uso (lote número 29) para a empresa: KEL INDÚSTRIA DE TRAVESSEIROS LTDA EPP, Item nº 04 Concessão de Direito Real de Uso (lote número 30) para a empresa: VIDEV VIDRAÇARIA E DECORAÇÕES CONCÓRDIA LTDA, Item nº 05 Concessão de Direito Real de Uso (lote número 31) para a empresa: TRITECNO IMPLEMENTOS PARA MOTOCICLETAS LTDA e o Item nº 06 Concessão de Direito Real de Uso (lote número 04) para a empresa: ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE COMPRAS DA REGIAO DE CONCORDIA CECORDIA. Em virtude da ausência dos responsáveis legais das licitantes SUL BRASIL SEMI REBOQUES LTDA ME e CONCRETET CONCRETO DE EDIFICAÇÃO LTDA, a Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da nova fase classificatória deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, será contado a partir da data que será veiculada a referida intimação.

Concórdia, SC, 23 de agosto de 2013.

NAIR KOPPE VOGT

Vice Presidente da CPL

### **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Emenda À Lei Orgânica N° 22/2013, de 21 de Agosto de 2013**

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 22/2013, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Dá nova redação ao inciso V do art. 70 da Lei Orgânica do Município de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 33, § 2º da Lei Orgânica do Município de Concórdia, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica.

Art. 1º O inciso V do art. 70 da Lei Orgânica do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão, destinam se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, preferencialmente preenchidos por servidores de carreira, observadas as seguintes condições:

- a) o total dos cargos em comissão do Executivo Municipal, incluindo as fundações, autarquias e sociedade de economia mista criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal, não poderá exceder a 6% (seis por cento) do total de servidores municipais efetivos;
- b) do total dos cargos que trata a letra "a" deste inciso, o percentual

de 40% (quarenta por cento), no mínimo, fica reservado aos servidores de carreira.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 2 de janeiro de 2017.

Concórdia, 21 de agosto de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

MAURO MENDES

Vice Presidente

ARLAN GULIANI

1º Secretário

VILMAR COMASSETTO

2º Secretário

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### Decreto N. 536/2013

DECRETO Nº 536/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DECRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto Nº 534/2013 de 13 de agosto de 2013, nos seguintes termos:

Onde se lê: Art. 1º Conceder 03 (três ) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. MARGA ANGELA MOCELLIN GIACOMIN, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento , de acordo com o atestado anexo.

Leia se: Art. 1º Conceder 01 (um ) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. MARGA ANGELA MOCELLIN GIACOMIN, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento , de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### Decreto N. 537/2013

DECRETO Nº 537/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

“REVOGA CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais , atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001 art. 56, § 2º, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Policlínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado, a concessão de adicional de insalubridade, aos servidores abaixo relacionados:

Alcinei Aparecida Briancini Zanettini

Aline Tecchio Borsoi

Arlete Dal Santo Grolli

Eder Pizzatto

Elsa da Rosa Telles Beé

Francilei Martins

Ilvania Terezinha S. Chiesa

Jessica Gabriel

Justina Graciani Vilani

Kely Aline Sabadin

Marilia Di Domenico

Sandra Figueiró Pedroso Cenci

Thaise Marcia Fidelis

Andreia Regina Di Domenico

Neides Pederssetti

Claudir Antoninho Possa

Dirceu Cesar Guolo

Higor Tressoldi

Ivonei Breansini

Itamar Zamiani

Julcionir Cunico

Miguel do Rosário

Osmar Breansini

Silvano Andreis Gabriel

Valdinei Garbozza

Ana Paula Biessek

Diva Correa Figueiró

Fernanda M. Muller Nichel Buss

Gilson Cardozo

Jair Borsoi

Katiane Ortolan

Lourdes Maria Lanzarini Fávero

Oscar Borsoi

Sirley Trezinha Seibt

Valdemar Necker de Moura

Ana Maria Zanchet

Isabel Cristina Tozzo

Ademir Pedro Grolle

Andre Luiz Nassinger

Eleandro Fantinel

Everson Vivian

Fabiano Morescho

Lourdes Maria Gabriel Maggioni

Laudir Antonio Pedroso

João do Rosário

Luciano R. da Silva

Carmem Aparecida Tressoldi Warken

Carmem Casonatto Tressoldi

Fernando Morelatto

Katia Rosy Grando

Maicon Adão Defiltro

Taísa Borsoi

Everson Vivian

Helvico José Sabbi

Olivio Batista de Mattos

Ediléia Vilani  
Marcos Luiz Natt  
Juliano Zeni  
Edimar dos Passos  
Josiane Matos Carneiro  
Zenilda Malacarne Stakonski  
Maria Terezinha Lusa  
Rafael Botega  
Alcir Pederssetti  
Tatiana Ribeiro de Oliveira  
Eliane Graciani  
Marcia Zanete  
Sidiane Maria Debastiane Zamiani  
Juliano Brustolin  
Leandro Trevizan

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Revogam se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 13 de agosto de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

#### **Decreto N. 538/2013**

DECRETO Nº 538/2013, DE 14 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido a servidora, Sra. TAISA BORSOI, ocupante do cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, adicional de insalubridade na ordem de 40 %, conforme Anexo V, da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 4º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### **Decreto N. 539/2013**

DECRETO Nº 539/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido a servidora, Sra. EDILEIA VILANI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, adicional de insalubridade na ordem de 40 %, conforme Anexo V, da Lei Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 4º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### **Decreto N. 540/2013**

DECRETO Nº 540/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, à Sra. KATIA ROSY GRANDO, ocupante do cargo de Médica veterinária, lotada na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, na ordem de 40 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



**Decreto N. 541/2013**

DECRETO Nº 541/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. JOÃO BASSÉGIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Infraestrutura, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 542/2013**

DECRETO Nº 542/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. HELVICO JOSÉ SABBÍ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Infraestrutura, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 543/2013**

DECRETO Nº 543/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. OLÍVIO BATISTA DE MATTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Infraestrutura, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 544/2013**

DECRETO Nº 544/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. FERNANDO MORELATTO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



**Decreto N. 545/2013**

DECRETO Nº 545/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Policlínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. MAICON ADÃO DEFILTRO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 546/2013**

DECRETO Nº 546/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Policlínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Periculosidade, ao Sr. EVERSON VIVIAN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Infraestrutura, na ordem de 30 % sob o vencimento do cargo de provimento efetivo, conforme anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 547/2013**

DECRETO Nº 547/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"EXONERA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir desta data, a Sra. DULCINEIA SIMIONATO, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 548/2013**

DECRETO Nº 548/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Policlínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, à Sra. JOSIANE MATOS CARNEIRO, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 549/2013**

DECRETO Nº 549/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, à Sra. ZENILDA MALACARNE STAKONSKI, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 550/2013**

DECRETO Nº 550/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, à Sra. MARIA TEREZINHA LUSA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 551/2013**

DECRETO Nº 551/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, à Sra. TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 552/2013**

DECRETO Nº 552/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, à Sra. ELIANE GRACIANI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 553/2013**

DECRETO Nº 553/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, à Sra.CARMEM TRESSOLDI WARKEN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem , lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social , na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC,13 de agosto de 2013  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 554/2013**

DECRETO Nº 554/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. RAFAEL BOTEGA, ocupante do cargo de Clínico Geral , lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social , na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC,13 de agosto de 2013  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 555/2013**

DECRETO Nº 555/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Médico Geriatra , lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social , na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC,13 de agosto de 2013  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 556/2013**

DECRETO Nº 556/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. LEANDRO TREVIZAN, ocupante do cargo de Médico Especialista Pediatra , lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social , na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC,13 de agosto de 2013  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 557/2013**

DECRETO Nº 557/2013, DE 13 DE AGOSTO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o

disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001, art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Policlínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, ao Sr. ALCIR PEDERSSETTI, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, na ordem de 20 %, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de agosto de 2013.

Art. 3º Registra se, comunica se e publica se.

Cordilheira Alta, SC, 13 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 558/2013**

DECRETO Nº 558 /2013, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 002/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 11, II da Lei Municipal Nº 468/01,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica Demitido, a pedido, a partir desta data, o Sr. ITAMAR ZAMIANI, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto N. 559/2013**

DECRETO Nº 559/2013, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. ANA MARIA COLOMBELLI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de Agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 560/2013**

DECRETO Nº 560/2013, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. JESSICA GABRIEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto N. 561/2013**

DECRETO Nº 561/2013, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

"

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica admitida, a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. PATRICIA BRIANCINI, na função de Professora de Educação Física, no C.E.M. Mediação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, nos turnos Matutino e Vespertino, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal (LC Nº018/01), Lei nº 468/01, Lei nº 1040/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.



Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto N. 562/2013**

DECRETO Nº 562 /2013, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 006/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido , a partir desta data,em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. ITAMAR ZAMIANI, na função de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### **Decreto N. 563/2013**

DECRETO Nº 563 /2013, DE 20 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 006/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida , a partir desta data,em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. LÍGIA CARLA PEDROSO, na função de Auxiliar de Serviços Gerais ,com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal da Cultura e Esporte.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### **Decreto N. 564/2013**

DECRETO Nº 564 /2013, DE 20 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 006/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido , a partir desta data,em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. IDINEI SALLES, na função de Auxiliar de Serviços Gerais ,com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura..

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### **Decreto N. 565/2013**

DECRETO Nº 565 /2013, DE 20 DE AGOSTO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 006/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido , a partir desta data,em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. CLAUDEMIR VILANI, na função de Operador de Máquinas ,com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.



Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de agosto de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### **Extrato Aviso de Licitação Pregão Registro de Preço 35/2013**

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 83/2013

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 35/2013

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de mantimentos para confecção de lanche quando da realização de encontros dos programas desenvolvidos pelo setor social.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 05/09/2013

Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 05/09/2013

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 21 de agosto de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### **Extrato Aviso de Licitação Pregão Registro de Preço 36/2013**

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 84/2013.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 36/2013.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para contratação de serviços de hora máquina.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 05/09/2013.

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 05/09/2013.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta SC, 21 de agosto de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

#### Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



#### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### Alteração de Data Concorrência N° 03/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Alteração de Data Ref. CONCORRÊNCIA N° 03/2013

Através deste queremos retificar que :

onde se lê : RECEBIMENTO DOS ENVELOPES ÀS 08:30 HRS E ABERTURA DOS ENVELOPES ÀS 08:45 HRS DO DIA 24/09/2013, leia-se: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES ÀS 08:00 HRS E ABERTURA DOS ENVELOPES ÀS 08:45 HRS DO DIA 11/10/2013

O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone: 3347.0322

Coronel Freitas (SC), 23 de Agosto de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito municipal

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Edital de Concorrência N° 205/2013

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 205/2013

O Município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo Menor Preço por tonelada entregue no aterro sanitário, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994, 9.648 de 27 de maio de 1998 e decreto municipal nº 4.024/2011 do Plano de Saneamento Básico, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia para, em regime de execução indireta, prestar serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e compactáveis gerados dentro dos limites do perímetro urbano de Curitibanos e nas localidades: Marombas (13 Km), Cartão Sbravatti (28 Km), Cadoriti (46 Km), Santa Cruz do Pery (25 Km), Horizolândia (18 Km), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Empresa Berneck S.A., bem como o seu depósito no aterro sanitário do município, de acordo com as normas ambientais vigentes, conforme projeto e memorial descritivo em anexo.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 27 de Setembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 27 de Setembro de 2013.

Curitibanos, 14 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Presidente da CPL

#### Edital de Pregão Presencial N° 214/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 214/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO DE TINTAS E SOLVENTES PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE Curitibanos, DEVIDO À MUDANÇA NO TRÂNSITO, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS NAS NORMAS DA ABNT 11862 E NBR 7396, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 06/09/2013, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 06/09/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 20 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial N° 215/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 215/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de peça para a retroescavadeira LB 110, da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 06/09/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 06/09/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 às 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 20 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

**Editais de Pregão Presencial N° 40/2013**  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 40/2013

O Fundo Municipal de Educação Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GETÚLIO VARGAS, PARTE INTERNA; E, NO C.E.I. ALFREDO LENSER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 06/09/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 06/09/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Curitibanos, 20 de Agosto de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA

Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO

CNPJ: 82.508.433/0001-1

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação: 212/2013 Numero do Processo: 212/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 556/2013

Fundamento Legal:

Objeto: CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, COM EXCLUSIVIDADE À COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO-CASAN..

Data da Assinatura: 19/08/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/08/2013

Vigência: 19/08/2013 A 19/08/2043

Valor: 50.290.414,00

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso XXVI da Lei N° 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da lei 8.666/93 e alterações posteriores

**Ermo****PREFEITURA****Lei N° 325, de 20 de Agosto de 2013.**

LEI N° 325, de 20 de agosto de 2013.

Define Perímetro Urbano na Localidade de Morro do Soares e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica definido como Perímetro Urbano na localidade de Morro do Soares, conforme mapa anexo a esta lei, a área que inicia-se no Vértice P01, de coordenadas N 6.791.567,128 m. e E 633.422,406 m., deste, segue com azimute de 105°01'04" e distância de 100,00 m., até o vértice P02, de coordenadas N 6.791.541,216 m. e E 633.518,990 m.; deste, segue com azimute de 165°44'52" e distância de 558,40 m., até o vértice P03, de coordenadas N 6.791.000,000 m. e E 633.656,465 m.; deste, segue com azimute de 120°21'34" e distância de 634,26 m., até o vértice P04, de coordenadas N 6.790.679,430 m. e E 634.203,754 m.; deste, segue com azimute de 204°46'30" e distância de 509,62 m., até o vértice P05, de coordenadas N 6.790.216,712 m. e E 633.990,194 m.; deste, segue com azimute de 249°46'46" e distância de 566,24 m., até o vértice P06, de coordenadas N 6.790.021,000 m. e E 633.458,850 m.; deste, segue com azimute de 308°13'56" e distância de 1.200,99 m., até o vértice P07, de coordenadas N 6.790.764,232 m. e E 632.515,461 m.; deste, segue com azimute de 45°22'53" e distância de 712,36 m., até o vértice P08, de coordenadas N 6.791.264,583 m. e E 633.022,517 m.; deste, segue com azimute de 52°53'23" e distância de 501,44 m., até o vértice P01, de coordenadas N 6.791.567,128 m. e E 633.422,406 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51 WGr, tendo como o Datum SAD 69. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º Fica revogada a Lei Municipal nº 285, de 22 de março de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de agosto de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

MEMORIAL DESCRITIVO

PERÍMETRO URBANO DE MORRO SOARES

Imóvel: PERÍMETRO URBANO DE MORRO SOARES

Proprietário: PREF. MUN. DE ERMO Município: ERMO

Comarca: COMARCA UF: SC

Área ( ha): 133,566537 Ha Perímetro 4.783,33

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, de coordenadas N 6.791.567,128 m. e E 633.422,406 m., deste, segue com azimute de 105°01'04" e distância de 100,00 m., até o vértice P02, de coordenadas N 6.791.541,216 m. e E 633.518,990 m.;



deste, segue com azimute de 165°44'52" e distância de 558,40 m., até o vértice P03, de coordenadas N 6.791.000,000 m. e E 633.656,465 m.; deste, segue com azimute de 120°21'34" e distância de 634,26 m., até o vértice P04, de coordenadas N 6.790.679,430 m. e E 634.203,754 m.; deste, segue com azimute de 204°46'30" e distância de 509,62 m., até o vértice P05, de coordenadas N 6.790.216,712 m. e E 633.990,194 m.; deste, segue com azimute de 249°46'46" e distância de 566,24 m., até o vértice P06, de coordenadas N 6.790.021,000 m. e E 633.458,850 m.; deste, segue com azimute de 308°13'56" e distância de 1.200,99 m., até o vértice P07, de coordenadas N 6.790.764,232 m. e E 632.515,461 m.; deste, segue com azimute de 45°22'53" e distância de 712,36 m., até o vértice P08, de coordenadas N 6.791.264,583 m. e E 633.022,517 m.; deste, segue com azimute de 52°53'23" e distância de 501,44 m., até o vértice P01, de coordenadas N 6.791.567,128 m. e E 633.422,406 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51 WGr, tendo como o Datum SAD 69. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

DEIVIDI MATOS DE BORBA  
Engenheiro Agrimensor  
Crea 082.343-8

APROVAÇÃO:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

ERMO, 07 DE MAIO DE 2013.

## Faxinal dos Guedes

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato. Contrato N° 0121/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato n° 0121/2013. Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes. Contratado: Arcus Indústria Gráfica Ltda. Objeto: Aquisição de forma parcelada de material gráfico e impressos. Valor: R\$ 12.090,00 (doze mil e noventa reais). Amparo Legal: Lei n° 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório n° 0066/2013, na Modalidade Carta Convite n° 0020/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de agosto de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Extrato de Contrato. Contrato N°. 0064/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato n°. 0064/2013. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes. Contratado: Zappe e Brunetto Ltda ME. Objeto: Contratação de empresa para confecção e instalação de totem em ACM, com estrutura metálica, incluindo materiais e mão de obra para instalação completa. Valor: R\$ 11.840,00 (onze mil oitocentos e quarenta reais). Amparo Legal: Lei n° 8.666/93, Lei n° suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório n° 0043/2013, na Modalidade Carta Convite n° 0003/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de agosto de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Extrato de Contrato. Contrato N°. 0122/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato n°. 0122/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Companhia Ultragaz S.A. Objeto: Aquisição de forma parcelada de cargas de gás para a secretaria de educação de Faxinal dos Guedes. Valor: R\$ 15.560,00 (quinze mil quinhentos e sessenta reais). Amparo Legal: Lei n° 8.666/93, Lei n° suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório n° 0064/2013, na Modalidade Pregão Presencial n° 0023/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de agosto de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Credenciamento 0005/2013.

Estado de Santa Catarina. Município de Faxinal dos Guedes. CRE-DENCIAMENTO 0005/2013. Credenciamento de pessoas jurídicas, para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos nas áreas especificadas. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Lei n° 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de agosto de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Extrato de Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Ata de Registro de Preços n° 026/2013. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes. Contratado: CDIPSUL - Clínica de Diagnóstico por Imagem do Sul Ltda. Objeto: Contratação de prestador de serviço para a contratação de exames de ressonâncias e tomografias para o F.M.S de Faxinal dos Guedes. Valor: R\$ 1.290.500,00 (um milhão duzentos e noventa mil e quinhentos reais). Amparo Legal: Lei n° 8.666/93, 10.502/02 Lei Complementar 123/06 e o Decreto Municipal n° 257/2010 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório n° 0040/2013, na Modalidade Pregão Presencial n° 0021/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de agosto de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL.



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Forquilha

## PREFEITURA

### Lei N° 1.894, de 22 de Agosto de 2013.

LEI N° 1.894, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE CONSÓRCIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA - CIASAMREC DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica ratificado o Contrato de Consórcio do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera de Santa Catarina - CIASAMREC, que segue em anexo, com as alterações aprovadas em Assembleia Geral dos Prefeitos realizada no dia 04 de junho do corrente ano.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de agosto de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de agosto de 2013

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### Lei N° 1.895, de 22 de Agosto de 2013.

LEI N° 1.895, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A TÍTULO DE INCENTIVO A CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) para impressão do livro "RECORDAÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE UM PEQUENO AGRICULTOR", de LINDEMAR LOCH, inscrito no CPF sob o nº. 105.895.709-00, a título de incentivo a cultura.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação 08.02.2.046-3.3.90.00.0100 (120) do orçamento vigente do Fundo Municipal de Cultura.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de agosto de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de agosto de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### Lei N° 1.896, de 22 de Agosto de 2013.

LEI N° 1.896, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ARRECAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º A arrecadação de imóveis urbanos abandonados pelos seus proprietários e possuidores poderá ser efetivada pela Administração Pública, nos termos dos arts. 1275, III e 1276 do Código Civil. Parágrafo único. Os procedimentos regulados por esta Lei pautar-se-ão pelos princípios constitucionais da função social e econômica da propriedade, do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa e da publicidade, dentre outros, sempre voltados à concretização das políticas públicas de ocupação ordenada do solo urbano, de saúde pública e saneamento básico.

Art. 2º Considera-se passível de arrecadação pelo Município o imóvel urbano localizado em seu território, abandonado pelo proprietário, com a intenção de não mais conservá-lo em seu patrimônio, não se encontrando na posse de outrem, passando à propriedade do Poder Público após três anos da caracterização como bem vago e ao final do respectivo procedimento administrativo.

§ 1º Presumir-se-á de modo absoluto a intenção a que se refere este artigo, quando cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais e posturais definidos na legislação própria.

§ 2º Prioritariamente, serão arrecadados os imóveis cujo estado de abandono implique riscos iminentes à segurança e à saúde públicas, sem prejuízo dos demais casos.

Art. 3º O procedimento para arrecadação terá início de ofício ou mediante denúncia, com a abertura de processo administrativo específico no qual deverá constar, pelo menos a informação sobre a localização de imóvel cujos atos de posse tenham cessado e seu registro imobiliário.

§ 1º A fiscalização municipal fará de imediato relatório circunstanciado, descrevendo as condições do imóvel, e lavrará autos de infração à postura do Município, caso já não o tenham sido lavrados. § 2º Além dos documentos relativos aos autos e diligências previstas no parágrafo anterior, o processo administrativo também será instruído com os seguintes documentos:

- I - requerimento ou denúncia que motivou a instauração do procedimento de arrecadação, quando houver;
- II - matrícula do imóvel atualizada;
- III - prova do estado de abandono;
- IV - termo declaratório dos confinantes, quando houver;
- V - certidão positiva de ônus fiscais.

Art. 4º O proprietário do imóvel passível de arrecadação será notificado, por meio de correspondência com aviso de recebimento, a ser postada para o endereço de notificação constante nos cadastros municipais, desde que não seja o do próprio imóvel.

§ 1º No caso de devolução da correspondência sem o devido comprovante de recebimento, a notificação de que trata este artigo deverá ser feita por edital a ser publicado no órgão oficial do Município, por três dias consecutivos.

§ 2º Da data de recebimento da correspondência ou da última publicação do edital de notificação, poderá o proprietário, em



um prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa administrativa, acompanhada de toda a prova documental que pretenda produzir para demonstrar suas alegações, bem como indicar eventuais testemunhas a serem ouvidas.

§ 3º Em havendo o arrolamento de testemunhas, a Autoridade Administrativa competente designará audiência para sua oitiva, responsabilizando-se o proprietário pela apresentação das mesmas em dia e hora designados. No caso de desnecessidade de prova testemunhal, a Autoridade Administrativa decidirá de plano. § 4º A decisão da Autoridade Administrativa sobre a arrecadação será notificada nos mesmos moldes do caput e do § 1º deste artigo e ficará sujeita a recurso voluntário a ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, ao Prefeito Municipal.

Art. 5º Atendidas às diligências previstas nos arts. 3º e 4º e evidenciadas as circunstâncias mencionadas no art. 2º desta Lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal decretará a encampação e arrecadação do imóvel, ficando este sob guarda e posse do Município.

Art. 6º Será dada publicidade ao Decreto mediante a publicação da íntegra de seu conteúdo no átrio do prédio-sede da Prefeitura e no órgão oficial do Município, devendo, também, ser afixado edital junto ao prédio encampado, em local visível.

Art. 7º Decorridos três anos da data da última publicação no diário oficial, se não manifestada expressamente a intenção do proprietário em manter o bem em seu patrimônio, fazendo para tanto o recolhimento dos respectivos tributos, o pagamento de multa por infração à Postura Municipal e o ressarcimento de eventuais despesas realizadas pelo Município, o bem passará à propriedade do Município, na forma dos arts. 1275, III e 1276 do Código Civil.

Art. 8º Finalizados todos os procedimentos previstos nesta Lei, será lavrada certidão de inteiro teor do processo administrativo e encaminhada ao Cartório de Registro de Imóveis competente, para registro da propriedade em nome do Município.

Art. 9º O Poder executivo regulamentará, no que couber, a presente LEI.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 22 de agosto de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de agosto de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 29/FMS/2013.**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial N° 29/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para cobertura de seguros de veículos diversos lotados na Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de setembro de 2013 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e/ou licitações@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 23 de agosto de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

### **Extrato de Contrato PMF N° 174/2013**

EXTRATO DE CONTRATO PMF N° 174/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA ME

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de videomonitoramento público da Polícia Militar composto por central de monitoramento e 07 (sete) câmeras, no Município de Forquilha/SC.

VALOR - Pelos serviços prestados será pago o valor global de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) a serem repassados em parcelas mensais.

VIGÊNCIA - Este contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência de 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO - 0701.2033.3390 (86).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n° 116/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 06 de agosto de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato PMF N° 177/2013**

EXTRATO DE CONTRATO PMF N° 177/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CAIXA ECONOMICA FEDERA

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a contratação da CAIXA ECONOMICA FEDERAL para prestação de serviços financeiros e outras avenças.

VALOR - O valor total de R\$ 592.330,30 (quinhentos e noventa e dois mil trezentos e trinta reais e trinta centavos), sendo que R\$ 192.330,30 (cento e noventa e dois mil trezentos e trinta reais e trinta centavos), correspondente à devolução à CAIXA, por força da renegociação e rescisão antecipada do Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças assinado em 02/02/2010, que se extingue antecipadamente com a formalização do presente instrumento, será retido pela CAIXA no ato da liberação dos recursos relativos à primeira parcela do desembolso.

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato será 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação n° 122/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 13 de agosto de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### **Extrato do Termo Aditivo FMS N° 07/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS N° 07/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N° 18/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME

DO OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2013, de acordo com a proposta da contratada e com as condições e especificações constantes do edital e seus anexos, que independentemente de transcrição fazem parte integrante

deste instrumento contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 18/FMS/2013 de 31/07/2013 para 31/10/2013 conforme solicitação da Secretaria da Saúde.  
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial N°. 128/PMF/2013;**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial N°. 128/PMF/2013;

OBJETIVO: Aquisição de mobiliário e equipamentos para uso nos diversos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de setembro de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 23 de agosto de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

### **Retificação do Edital - Pregão Presencial N°. 123/PMF/2013**

RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL N°. 123/PMF/2013

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial N°. 123/PMF/2013 que tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material escolar para utilização nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses. A alteração do edital se dá no seguinte item:

Onde se lê: DATA DA ABERTURA: 23 DE AGOSTO DE 2013;

Leia-se: DATA DA ABERTURA: 26 DE AGOSTO DE 2013.

Por esta alteração não afetar a formulação das propostas, fica inalterado o prazo inicialmente estabelecido. Edital alterado e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por email: processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 23 de agosto de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

## **Fraiburgo**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto N° 0263/2013**

DECRETO N° 0263, DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei N° 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

#### **DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer FME para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) nas seguintes dotações:

13.00 - Fundação Municipal De Esportes - FME

13.01 - Fundação Municipal De Esportes - FME

27.812.0029.2.064 - Programa de Desenvolvimento do Desporto Amador

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0800 (02) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

13.00 - Fundação Municipal De Esportes - FME

13.01 - Fundação Municipal De Esportes - FME

27.812.0029.2.064 - Programa de Desenvolvimento do Desporto Amador

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0800 (01) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria N° 2034/2013**

PORTARIA N.º 2.034, DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 1156/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SIMONE ANTUNES PINTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 053.133.629-84, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 26 de agosto de 2013.

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços N° 0008/2013-PMF Dom**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 0008A/2013 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para construção de empresa do ramo para construção do "Espaço Mais Cultura para Mais Pessoas", na Rua Mar-Iy, ao lado da Casa da Cultura, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação das empresas: DOCA CASA & JARDIM LTDA enquadrada como ME; ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA enquadrada como EPP; CONSTRULACER COMÉRCIO E CONST; LACERDOPOLIS LTDA enquadrada como ME; GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA; CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA enquadrada como ME e CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA, foram INABILITADAS pela Comissão CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA e CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA pela não apresentação regular da documentação de acordo com item 4 do Edital. As demais proponentes, foram HABILITADAS pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, desta forma, transcorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das Propostas de Preços das empresas HABILITADAS.

Fraiburgo (SC), 23 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Lei N° 2194, de 23 de Agosto de 2013.**

PROIBE O CONSUMO DE FUMO EM RECINTO COLETIVO FECHADO.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, faz saber a todos os habitantes, que o Poder Legislativo aprovou e nos termos do artigo 32, V, da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica proibido no território do Município de Fraiburgo, em recintos de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, que produza fumaça e o uso de cigarro eletrônico, em complementação ao artigo 61, da Lei Complementar municipal nº 98, de 09 de dezembro de 2008 (Código de Postura).

§ 1º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por paredes, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º Além dos locais enumerados nos incisos I a X, do artigo 61 do Código de Postura, são considerados recintos de uso coletivo,

dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde e laboratórios, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 3º Excluem-se da proibição determinada neste artigo os locais abertos ou ao ar livre, varandas, terraços e recintos fechados destinados ao fumo, desde que devidamente isolados, e com arejamento conveniente.

Art. 2º Nos recintos de uso público é obrigatória a afixação de avisos em locais de ampla visibilidade, indicando a proibição e as sanções aplicáveis, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos recintos onde for comum a presença de estrangeiros ou analfabetos.

Art. 3º A efetivação da proibição e a colocação dos avisos mencionados no artigo 2º desta Lei deverão ser feitas no prazo de 60 (sessenta) dias da sua vigência.

Parágrafo Único. O não cumprimento deste dispositivo e aos infratores aplicar-se-ão as penalidades previstas nos artigos 194 e seguintes da Lei Complementar municipal nº 98/2008 (Código de Postura).

Art. 4º O responsável pelos recintos de que trata esta Lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante o auxílio de força policial.

Art. 5º Tratando-se de fornecimento de produtos e serviços, o empresário deverá cuidar, proteger e vigiar para que no local de funcionamento de sua empresa não seja praticada a infração ao disposto nesta LEI.

Art. 6º Qualquer pessoa poderá relatar ao responsável pela Vigilância Sanitária municipal fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta Lei.

§ 1º O relato de que trata o caput deste artigo conterà:

I - a exposição do fato e suas circunstâncias;

II - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;

III - a identificação do autor, com nome, prenome, número de cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2º A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio da rede mundial de computadores - internet do órgão referido no caput do artigo 6º desta Lei, devendo ser ratificado, para atendimento de todos os requisitos previstos nesta Lei.

§ 3º O relato feito nos termos deste artigo constitui prova idônea para o procedimento administrativo para aplicação de penalidade.

Art. 7º Compete ao órgão municipal de Vigilância Sanitária a fiscalização do cumprimento desta Lei, pelos estabelecimentos referidos, aplicando-se as sanções previstas no Código de Postura, por se tratar de norma de proteção à saúde e ao meio ambiente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 1803/2004.

SALA DAS SESSÕES, 23 de agosto de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo



**Pregao Presencial 0001/2013**

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial tendo como objeto a aquisição equipamentos de informática e cadeiras giratórias estofadas. Tipo: Menor Preço Por Item. Recepção dos Envelopes: até às 13h59min horas do dia 05 de setembro de 2013, na sede da Câmara Municipal situada a Avenida Lebon Regis, s/n, Bairro São José, Fraiburgo/SC. Abertura: às 14h00min do mesmo dia. A obtenção do Edital estará disponível diretamente no Departamento de Licitações da Câmara Municipal, no horário das 13h30min às 17h30min, ou através do e-mail cmfraiburgo@hbinfo.com.br. Maiores informações através do telefone (49) 3246-2764 das 13:00hrs as 17:00hrs.

Fraiburgo/SC, 22 de agosto de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

**Pregao Presencial 0002/2013**

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial tendo como objeto a aquisição equipamentos de sonorização para o auditório da Câmara Municipal. Tipo: Menor Preço Global. Recepção dos Envelopes: até às 14h59min horas do dia 05 de setembro de 2013, na sede da Câmara Municipal situada a Avenida Lebon Regis, s/n, Bairro São José, Fraiburgo/SC. Abertura: às 15h00min do mesmo dia. A obtenção do Edital estará disponível diretamente no Departamento de Licitações da Câmara Municipal, no horário das 13h30min às 17h30min, ou através do e-mail cmfraiburgo@hbinfo.com.br. Maiores informações através do telefone (49) 3246-2764 das 13:00hrs as 17:00hrs.

Fraiburgo/SC, 22 de agosto de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

## Garopaba

### PREFEITURA

**Portaria N.º 667/2013**

PORTARIA N.º 667, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.  
DESIGNAR MEMBROS PARA CONSTITUIR COMITÊ INTERSETORIAL MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 10.386/2004, Decreto Federal n.º 5209/2004, Decreto Municipal n.º 108 de 19 de agosto de 2013 e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Designar, de acordo com o Decreto Municipal n.º 108/2013, membros para constituir o Comitê Intersetorial do Programa Bolsa Família, os servidores a seguir: da Secretaria de Assistência Social: Marivone Inácia de Abreu - CPF: 987.347.419-68; da Secretaria de Educação e Cultura: Cláudio Pereira, CPF: 290.269.039-87; e da Secretaria de Saúde: Suzel Marques de Oliveira, CPF: 418.274.060-20.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de agosto de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/08/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## Garuva

### PREFEITURA

**Portaria N° 485/2013**

PORTARIA N° 485, de 19 de agosto de 2013.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL JUNTO À SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 1º. Designar o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. JOSE CARLOS SCHUTZ, RG nº 1260953-6 SSP/SC, CPF nº 420.240.999-04, para representar a Prefeitura Municipal junto à Secretaria de Direitos Humanos.

ART. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSE CHAVES

Prefeito Municipal



**Programa de Gestão de Obras:**  
**um sistema para ajudar quem constrói o Brasil**

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Ata de Registro de Preços PMG N° 021/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA**  
**SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMG N° 001/2013**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob o n° 83.102.848/0001-59, com sede nesta Cidade, na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal José Chaves, brasileiro, casado, contador, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social(is), em ordem de preferência por classificação resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, em decorrência do Processo Licitatório n.º 021/2013, Pregão Presencial, homologado em 19/08/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes nos termos das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, dos Decretos Municipais n° 70/2006 e n° 09/2009, observadas as condições do Edital que rege a Licitação, aquelas enunciadas abaixo e nos lotes que se seguem:

<b>13132.6 - P.A.S. - PROG DE ALIM SOCIAL IND E COM LTDA</b>						
<b>CNPJ 08.903.201/0001-30</b>						
<b>Item</b>	<b>Qtde</b>	<b>Unid</b>	<b>Preço Unit.</b>	<b>Preço Total</b>	<b>Julgamento</b>	<b>Marca</b>
00003.00010	2	N.Cad as	4,7350	9,47	MEN. PREÇO	01-MEXE BEM
UTENSILIO PLASTICO PARA MEXER CAFE, COM PALHETA DE 9 CM. PACOTE C/ 500 UNID						
00003.00009	150	N.Cad as	2,9000	435,00	MEN. PREÇO	01- LIPLAST
EMBALAGEM PARA FREEZER - TRANSPARENTE, PARA CONGELAMENTO/FREEZER, CAPACIDADE DE 5 KG; EMBALAGEM TIPO ROLO COM 100 UNID						
00003.00008	12	unida de	3,4000	40,80	MEN. PREÇO	01-BIC
ISQUEIRO A GAS DESCARTAVEL						
00003.00007	154	N.Cad as	0,7000	107,80	MEN. PREÇO	01-JULLY
GUARDANAPO FACE A FACE 30x32,5 C/ 50 UN.						
00003.00006	189	N.Cad as	1,5000	283,50	MEN. PREÇO	01-PARANÁ
FOSFORO CAIXA COM 200 PALITOS LONGOS DE 5CM						
00003.00005	264	N.Cad as	2,0000	528,00	MEN. PREÇO	01-PILÃO
FILTRO DE PAPEL PARA CAFE N° 103 - PCTE COM 40 UNID						
00003.00004	6	unida de	2,3500	14,10	MEN. PREÇO	01- LIPLAST
EMBALAGEM PARA FREEZER BIODEGRADAVEL EMBALAGEM C/ 100 UNIDADES DE 3KG						
00003.00003	105	N.Cad as	1,1700	122,85	MEN. PREÇO	01- ALTACOPO
COPO DESCARTAVEL 50 ML COPO PLASTICO DESCARTAVEL PARA AGUA EM PLASTICO BRANCO, MATERIAL POLIPROPILENO ATOXICO, NAO RECICLADO, SEM SUJIDADE INTERNA OU EXTERNA, ISENTO DE MATERIAL ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, INFORMACOES, BORDAS AFIADAS E REBARBAS, APLICACAO AGUA/SUCO/REFRIGERANTE.GRAVACAO NO FUNDO DO COPO DO SIMBOLO DE IDENTIFICACAO P/ RECICLAGEM PP, CONFORME NBR 13230 E CAPACIDADE DO COPO. PACOTE C/100 UNID						
00003.00002	3.032	N.Cad as	61,7950	6.488,48	MEN. PREÇO	01- ECOCOPO
COPO DESCARTAVEL PARA AGUA 180 ML EM PLASTICO BRANCO, NAO TOXICO, NAO						



RECICLADO, SEM SUJIDADE INTERNA OU EXTERNA, ISENTO DE MATERIAS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMACOES, BORDAS AFIADAS E REBARBAS. - PACOTE C/100 UNID.						
00003.00001	100	unida de	1,7000	170,00	MEN. PREÇO	01-COLONIAL
COADOR DE CAFE TECIDO CABO ARAME GALVANIZADO REFORCADO TAMANHO G						
00003	1	CJTO.	8.200,0000	8.200,00	MEN. PREÇO	01-
COZINHA						
00005.00003	32	unida de	12,0000	384,00	MEN. PREÇO	01-BEL PLUS
DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO: BASE EM METAL PARA FIXACAO NA PAREDE, RECIPIENTE EM PLASTICO ABS, BRANCO, CAPACIDADE MINIMA 800 ML						
00005.00002	49	unida de	12,0000	588,00	MEN. PREÇO	01-BEL PLUS
DISPENSER PARA PAPEL TOALHA - 20 X 27 X 12CM EM ACRILICO BRANCO;						
00005.00001	18	unida de	11,8000	212,40	MEN. PREÇO	01-GLOBO
DISPENSER PARA COPO DESCARTAVEL DE AGUA: EM ACRILICO BRANCO						
00005	1	CJTO.	1.184,4000	1.184,40	MEN. PREÇO	01-
DISPENSER						
00011.00011	28	CJTO.	3,6900	103,32	MEN. PREÇO	01-DANNY
LUVAS PARA LIMPEZA EM LATEX TAMANHO G - COR PRETA						
00011.00010	68	CJTO.	3,6900	250,92	MEN. PREÇO	01-DANNY
LUVAS PARA LIMPEZA EM LATEX TAMANHO M - COR PRETA						
00011.00009	68	CJTO.	3,6900	250,92	MEN. PREÇO	01-DANNY
LUVAS PARA LIMPEZA EM LATEX TAMANHO P - COR PRETA						
00011.00008	28	CJTO.	1,5600	43,68	MEN. PREÇO	01-TALGE
LUVAS PARA LIMPEZA EM LATEX TAMANHO G - COR AMARELA						
00011.00007	68	CJTO.	1,5600	106,08	MEN. PREÇO	01-TALGE
LUVAS PARA LIMPEZA EM LATEX TAMANHO M - COR AMARELA						
00011.00006	68	CJTO.	1,5600	106,08	MEN. PREÇO	01-TALGE
LUVAS PARA LIMPEZA EM LATEX TAMANHO P - COR AMARELA						
00011.00005	70	CJTO.	1,6200	113,40	MEN. PREÇO	01-VOLK
LUVA DE BORRACHA TAMANHO MEDIO - DE PROTECAO E SEGURANCA ELABORADA COM LATEX NATURAL ANTIDERRAPANTE E QUE DISPENSA USO DE TALCO						
00011.00004	10	CJTO.	1,6200	16,20	MEN. PREÇO	01-VOLK
LUVA DE BORRACHA natural para limpeza - luva de proteção e segurança elaborada com látex natural antiderrapante e que dispensa o uso de talco - tamanho P						
00011.00003	445	CJTO.	0,2500	111,25	MEN. PREÇO	01-BRITSH
ESPONJA DE LOUCA DUPLA FACE COMPOSICAO: ESPUMA DE POLIURETANO, FIBRA SINTETICA, ABRASIVA, PCTE COM 03 UNID						
00011.00002	246	CJTO.	0,8400	206,64	MEN. PREÇO	01-Q LUSTRO
ESPONJA DE LA DE ACO - PCTE. C/8 UNID.						
00011.00001	150	unida de	0,8400	126,00	MEN. PREÇO	01-Q LUSTRO
ESPONJA DE ACO GROSSA P/ LIMPAR PANELAS						
00011	1	CJTO.	1.434,4900	1.434,49	MEN. PREÇO	01-
ESPONJA E LUVA						
00013.00005	60	unida de	3,1000	186,00	MEN. PREÇO	01-CHICK CLEAN
ESCOVA SANITARIA COM ESTOJO						
00013.00004	37	unida de	1,7700	65,49	MEN. PREÇO	01-CHICK CLEAN
ESCOVA PEQUENA PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS - POLIPROPILENO E CERDAS DE NYLON, COM CABO ANATOMICO. DIMENSOES:ALTURA: 4,5CM, LARGURA: 2,5CM, COMPRIMENTO: 9,5CM, PESO: 52G.						

00013.00003	38	unida de	1,2500	47,50	MEN. PREÇO	01-CHICK CLEAN
ESCOVA PARA LIMPEZA COM CERDAS DE NYLON, LAVAR ROUPAS: ESCOVAO PLASTICO PARA LIMPEZA EM GERAL, OVAL, CERDAS E SUPORTE PLASTICO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 12X6X4CM.						
00013.00002	33	unida de	1,9000	62,70	MEN. PREÇO	01- SHANGRILA
ESCOVA DE LAVAR MAMADEIRA (PARA LIMPEZA DE ALMOTOLIAS). FLEXIVEL, COM CERDAS MACIAS EM NYLON (QUE NAO CAUSE RANHURAS), EXTREMIDADES ARREDONDADAS, CABO LONGO, CONFORTAVEL AS MAOS, CAPAZ DE PASSAR PELOS ORIFICIOS DE APROXIMADAMENTE 2CM DE CIRCUNFERENCIA DAS ALMOTOLIAS.						
00013.00001	15	unida de	4,3100	64,65	MEN. PREÇO	01- PEROVINHA
ESCOVA COM CERDAS DE NYLON DURAS, BASE EM PLASTICO RESISTENTE. DEVE APRESENTAR CABO (MINIMO 1,60 MT).						
00013	1	CJTO.	426,3400	426,34	MEN. PREÇO	01-
ESCOVA						
00015.00002	9	unida de	31,6800	285,12	MEN. PREÇO	01- BETTANIN
PLACAS DE SINALIZACAO - CUIDADO - PISO MOLHADO CASO NAO VENHA COMO PARTE INTEGRANTE DO CARRO FUNCIONAL. DEVE SER DOBRAVEL, EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTENCIA NA COR AMARELA. ACABAMENTO: RETO; DIMENSAO: 50X30X30 (CM) IMPRESSAO: 2 LADOS						
00015.00001	3	unida de	445,0000	1.335,00	MEN. PREÇO	01- BETTANIN
CARRO FUNCIONAL - CARROS COM RODIZIOS REVESTIDOS COM BORRACHA OU MATERIAL SIMILAR, APOIO PARA EMPURRAR/DESLOCAR. DEVE POSSUIR PLACA DE SINALIZACAO, PA COLETORA, E LOCAL PARA TRANSPORTE DE MATERIAL DE LIMPEZA NECESSARIO AO SERVICO. DIMENSOES: 90 X 43 X 106 CM.						
00015	1	CJTO.	1.620,1200	1.620,12	MEN. PREÇO	01-
CARRO FUNCIONAL E PLACAS DE SINALIZACAO						
00018.00005	194	unida de	1,5000	291,00	MEN. PREÇO	01- ASSUGRIM
ADOCANTE LIQUIDO COM 100 ML						
00018.00004	1	CJTO.	25,0000	25,00	MEN. PREÇO	01-MAGRO LIGHT
ADOCANTE EM SACHE 01 GRAMA - CAIXA COM 1000 UNID						
00018.00003	1	CJTO.	11,8700	11,87	MEN. PREÇO	01-UNIÃO
ACUCAR REFINADO EM SACHE 06 GRAMAS, CAIXA COM 336 UNID						
00018.00002	101	CJTO.	7,0000	707,00	MEN. PREÇO	01-CEDRO
ACUCAR TIPO CRISTAL, NA COR BRANCA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA, CONTENDO 5 KG, INFORMACOES NUTRICIONAIS NA EMBALAGEM, CONTENDO DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 06 MESES E DATA DE FABRICACAO NAO SUPERIOR A 30 DIAS, COM REGISTRO DO MINISTERIO COMPETENTE						
00018.00001	816	CJTO.	8,1200	6.625,92	MEN. PREÇO	01-ALTO ALEGRE
ACUCAR BRANCO REFINADO - PCTE C/5 KG; ACUCAR REFINADO EMB. COM 5 KG, NA COR BRANCA, SACAROSE DE CANA DE ACUCAR, EMBALAGEM EM POLIETILENO, PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E ATENDER A PORTARIA DO MINISTERIO DA SAUDE E RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA.						
00018	1	CJTO.	7.660,7900	7.660,79	MEN. PREÇO	01-
ACUCAR E ADOCANTE						
00022.00002	503	CJTO.	2,3716	1.192,90	MEN. PREÇO	01-LEÃO
CHA MATE TOSTADO SABORES DIVERSOS - CX.C/25 SAQUINHOS						
00022.00001	2.320	CJTO.	5,2100	12.087,10	MEN. PREÇO	01-PELÉ
CAFE EM PO TORRADO E MOIDO, COM SELO DE PUREZA DA ABIC, C/ 0,24 G CARBOIDRATOS EMBALADO A VACUO - PCTE 500 GRAMAS - CAFE TORRADO E MOIDO PRODUTO DE 1ª QUALIDADE; NAO CONTEM GLUTEN; EMBALAGEM: 500G; EMBALAGEM ALUMINIZADA, SELO DE PUREZA EMITIDO PELA ASSOCIACAO BRASILEIRA DA						

INDUSTRIA DO CAFE - ABIC; VALIDADE 90 DIAS APOS O EMPACOTAMENTO; ROTULAGEM SEGUINDO OS PADROES DA RESOLUCAO N° 259 DE 20/09/2002 DO MS; COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 12						
00022	1	CJTO.	13.280,0000	13.280,00	MEN. PREÇO	01-
CAFE E CHA						
00023.00005	19	CJTO.	0,6300	11,97	MEN. PREÇO	01-APTI
CALDO DE GALINHA: COMPOSTO DE SAL, AMIDO, GLUTAMATO MONOSSODICO, ACUCAR, ALHO, CEBOLA, GORDURA VEGETAL, EXTRATO DE CARNE DE FRANGO. VALIDADE MINIMA DE 10 MESES A CONTAR DA ENTREGA. EM TABLETES, COM NO MINIMO 9G CADA. ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO COM 06 TABLETES. E SUAS CONDICICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 70(DECRETO 12.342/78).						
00023.00004	50	unida de	1,2300	61,50	MEN. PREÇO	01-GOIAS VERDE
MILHO VERDE EM CONSERVA - LATA C/200 GRAMAS						
00023.00003	41	unida de	1,7500	71,75	MEN. PREÇO	01-PURITY
MAIONESE POTE COM 500G						
00023.00002	65	unida de	1,0900	70,85	MEN. PREÇO	01-BONARE
EXTRATO DE TOMATE, CONCENTRADO, COM NO MINIMO 1% DE CARBOIDRATO E 5% DE SODIO POR PORCAO, DEVERA SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS ESCOLHIDOS, SAOS, SEM PELE E SEMENTES, O PRODUTO DEVERA ESTAR ISENTO DE FERMENTACAO E NAO INDICAR PROCESSAMENTO DEFEITUOSO, EMBALAGEM COM PESO LIQUIDO DE 350GR.						
00023.00001	50	unida de	1,1400	57,00	MEN. PREÇO	01-GOIAS VERDE
ERVILHA EM CONSERVA - LATAS DE 300 G (PESO DRENADO) SEM AMASSOS OU FERRUGENS E QUE CONTENHAM DATA DE FABRICACAO E VALIDADE - PRODUTO COM NO MAXIMO 30 DIAS DE FABRICACAO. COMPOSICAO: ERVILHA, AGUA, ACUCAR E SAL. VALIDADE MINIMA - 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.						
00023	1	CJTO.	273,0700	273,07	MEN. PREÇO	01-
CALDO DE GALINHA, ERVILHA, EXTRATO DE TOMATE, MAIONESE E MILHO VERDE						
00029.00004	25	unida de	0,6600	16,50	MEN. PREÇO	01-APTI
PO PARA GELATINA SABOR MORANGO, O PRODUTO DEVERA CONTER ACUCAR, GELATINA E AROMA ARTIFICIAL DO SABOR E DEMAIS COMPONENTES DESDE QUE PERMITIDOS PELA LEGISLACAO. O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA NTA 02 E 79.- APARENCIA: COR, SABOR E ODOR PROPRIOS. EMBALAGEM DE 35 G - COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES, APOS A DATA DE FABRICACAO.						
00029.00003	25	unida de	0,6600	16,50	MEN. PREÇO	01-APTI
PO PARA GELATINA SABOR ABACAXI, O PRODUTO DEVERA CONTER ACUCAR, GELATINA E AROMA ARTIFICIAL DO SABOR E DEMAIS COMPONENTES DESDE QUE PERMITIDOS PELA LEGISLACAO. O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA NTA 02 E 79.- APARENCIA: COR, SABOR E ODOR PROPRIOS. EMBALAGEM DE 35 G- COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES, APOS A DATA DE FABRICACAO.						
00029.00002	25	unida de	0,6600	16,50	MEN. PREÇO	01-APTI
PO PARA GELATINA SABOR LIMAO, O PRODUTO DEVERA CONTER ACUCAR, GELATINA E AROMA ARTIFICIAL DO SABOR E DEMAIS COMPONENTES DESDE QUE PERMITIDOS PELA LEGISLACAO. O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA NTA 02 E 79.- APARENCIA: COR, SABOR E ODOR PROPRIOS. EMBALAGEM DE 35 G- COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES, APOS A DATA DE FABRICACAO.						
00029.00001	25	unida de	0,6600	16,50	MEN. PREÇO	01-APTI
PO PARA GELATINA SABOR UVA, O PRODUTO DEVERA CONTER ACUCAR, GELATINA E AROMA ARTIFICIAL DO SABOR E DEMAIS COMPONENTES DESDE QUE PERMITIDOS PELA LEGISLACAO. O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA NTA 02 E 79.- APARENCIA: COR, SABOR E ODOR PROPRIOS. EMBALAGEM DE 35G- COM VALIDADE						

MINIMA DE 12 MESES, APOS A DATA DE FABRICACAO.						
00029	1	CJTO.	66,0000	66,00	MEN. PREÇO	01-
PO PARA GELATINA						
00030.00001	54	unida de	1,8800	101,52	MEN. PREÇO	01-MILKIN
ACHOCOLATADO EM PO INSTANTANEO TRADICIONAL, A BASE DE ACUCAR, CACAU EM PO E EXTRATO DE MALTE, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS, EMBALAGEM DE 400G, COM IDENTIFICACAO DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO NA EMBALAGEM. VALIDADE DE NO MINIMO 12 MESES E DATA DE FABRICACAO NAO SUPERIOR A 30 DIAS.						
00030	1	CJTO.	101,5200	101,52	MEN. PREÇO	01-
ACHOCOLATADO						
00031.00001	30	CJTO.	4,2500	127,50	MEN. PREÇO	01-FIBRALON
CEREAL PARA ALIMENTACAO INFANTIL A BASE DE FARINHA DE ARROZ INSTANTANEO, CONTENDO NO MINIMO: FARINHA DE ARROZ, ACUCAR, VITAMINA C, VITAMINA E, VITAMINAS DO COMPLEXO B, CALCIO, FERRO E FOSFORO. EMBALAGENS DE POLIETILENO, ATOXICA, ORIGINAL DE FABRICA DE 400 GRAMAS, COM DATA DE VALIDADE, INFORMACAO NUTRICIONAL E CONTANDO A ESPECIFICACAO CONTEM GLUTEN NO ROTULO, - MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAU DE ARROZ, FONTE DE VITAMINAS E MINERAIS. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR VALIDADE MINIMA DE 06 (SEIS) MESES						
00031	1	CJTO.	127,5000	127,50	MEN. PREÇO	01-
CEREAL						
00034.00002	312	CJTO.	2,0900	652,08	MEN. PREÇO	01-PRODASA
BOLACHA DOCE SABOR LEITE - PCTE. DE 400 GRAMAS.						
00034.00001	390	CJTO.	2,1200	826,80	MEN. PREÇO	01-PRODASA
BOLACHA SALGADA TIPO CREAM CRAKER - PCTE. C/400 G.						
00034	1	CJTO.	1.478,8800	1.478,88	MEN. PREÇO	01-
BOLACHA						
Total: 35.853,11 (TRINTA E CINCO MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E TRES REAIS E ONZE CENTAVOS )						

16694.4 - L & E COMÉRCIO ATACADISTA - ME CNPJ 06.951.456/0001-68						
Item	Qtde	Unid	Preço Unit.	Preço Total	Julgamento	Marca
00021.00006	20	CJTO.	3,2030	64,06	MEN. PREÇO	01-RIO BELO
FEIJAO PRETO TIPO 1: O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A NTA 14 (LEI 6.305 DE 15/12/75 E DECRETO 82.110 DE 14/08/78); OBEDECENDO A PORTARIA 161 DE 24/07/87 - MAPA; CONSTITUIDO DE NO MINIMO 95% DE GRAOS INTEIROS E INTEGROS DE COR CARACTERISTICA, MADUROS, LIMPOS E SECOS, DE PRODUCAO DE ULTIMA SAFRA. ISENTO DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, INSETOS, MATERIA TERROSA, PARASITAS, GRAOS OU PEDACOS DE GRAOS AVARIADOS, PARTIDOS, QUEBRADOS, MOFADOS, ARDIDOS, GERMINADOS, CARUNCHADOS, CHOCOS, OU SEMENTES						
00021.00005	116	unida de	0,9500	110,20	MEN. PREÇO	01-CHEMIM
VINAGRE DE ALCOOL EMBALAGEM DE 900 A 950 ML						
00021.00004	112	unida de	3,1700	355,04	MEN. PREÇO	01-SINHÁ
OLEO VEGETAL COMESTIVEL DE SOJA, REFINADO, SEM COLESTEROL, EMBALAGEM PET DE 900 ML, APLICACAO CULINARIA EM GERAL, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE MINIMA DE 06 MESES, CONSTANTES NA EMBALAGEM.						
00021.00003	70	CJTO.	3,5000	245,00	MEN. PREÇO	01-DELICIA
MARGARINA VEGETAL COM SAL E 65% DE LIPIDIOS - POTE500G (EMBALAGEM PROPRIA						

DO PRODUTO, SEM ALTERACOES QUE POSSAM LEVANTAR SUSPEITA SOBRE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO MESMO).						
00021.00002	15	CJTO.	9,0300	135,45	MEN. PREÇO	01-SABOR SUL
ARROZ PARBOLIZADO, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAOS INTEIROS, LIVRE DE UMIDADE, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, EMBALAGEM DE 5 KG EM SACOS PLASTICOS TRANSPARENTES E ATOXICOS, LIMPOS NAO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATE O MOMENTO DO CONSUMO ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, INFORMACAO NUTRICIONAL, NUMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERA A						
00021.00001	35	unida de	2,2803	75,25	MEN. PREÇO	01-MAIS CERTA
AMIDO DE MILHO, PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO DO MILHO, FABRICADAS A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS SAS E LIMPO ISENTAS DE MATERIAS TERROSAS E PARASITAS, NAO PODENDO ESTAR UMIDOS, FERMENTADOS OU RANCOSOS. SOB A FORMA DE PO, DEVERAO PRODUZIR LIGEIRA CREPITACAO QUANDO COMPRIMIDO ENTRE OS DEDOS. UMIDADE MAXIMA 14%P/P, ACIDEZ 2,5%P/P, MINIMO DE AMIDO 84%P/P E RESIDUO MINERAL FIXO 0,2%P/P. - EMBALAGEM DE 500G . A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, INFORMACAO NUTRICIO						
00021	1	CJTO.	985,0000	985,00	MEN. PREÇO	01-
AMIDO DE MILHO, ARROZ, MARGARINA, OLEO, FEIJAO E VINAGRE						
00024.00002	60	unida de	2,2937	137,62	MEN. PREÇO	01-ITAMBÉ
LEITE CONDENSADO COM 395G						
00024.00001	66	unida de	1,4300	94,38	MEN. PREÇO	01-PIRACANJUBA
CREME DE LEITE - C/ 300 GRAMAS						
00024	1	CJTO.	232,0000	232,00	MEN. PREÇO	01-
CREME DE LEITE E LEITE CONDENSADO						
00025.00003	44	unida de	2,0800	91,52	MEN. PREÇO	01-LUIS ALVENSE
DOCE TIPO CHIMIA, CREMOSO, SABOR UVA, 1º LINHA, 100% PURO, TEXTURA HOMOGENEA, PASTA COMPACTA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FABRICA, POTE DE 400G. REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.						
00025.00002	44	unida de	2,0800	91,52	MEN. PREÇO	01-LUIS ALVENSE
DOCE TIPO CHIMIA, CREMOSO, SABOR ABACAXI, 1º LINHA, 100% PURO, TEXTURA HOMOGENEA, PASTA COMPACTA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FABRICA, POTE DE 400G. REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.						
00025.00001	44	unida de	2,0800	91,52	MEN. PREÇO	01-LUIS ALVENSE
DOCE TIPO CHIMIA, CREMOSO, SABOR MORANGO, 1º LINHA, 100% PURO, TEXTURA HOMOGENEA, PASTA COMPACTA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FABRICA, POTE DE 400G. REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.						
00025	1	CJTO.	274,5600	274,56	MEN. PREÇO	01-
DOCE						
00026.00005	15	unida de	1,2500	18,75	MEN. PREÇO	01-SINHÁ
FLOCOS DE MILHO, PRE COZIDO CONSTAR ROTULO COM MARCA, ENDERECO DO FABRICANTE, NUMERO DO REGISTRO E DATA DE VALIDADE MINIMA DE 12 MESES DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS						
00026.00004	26	unida de	3,2200	83,72	MEN. PREÇO	01-FERMIX
FERMENTO BIOLOGICO SECO, INSTANTANEO, CLASSIFICACAO/ CARACTERISTICAS GERAIS: DEVERA APRESENTAR ODOR CARACTERISTICO, AUSENCIA DE PARASITAS, SUJIDADES, MOFOS. CONSTAR ROTULO COM MARCA, ENDERECO DO FABRICANTE, NUMERO DO REGISTRO E DATA DE VALIDADE MINIMA DE 12 MESES DA DATA DE						



ENTREGA. EMBALAGEM DE 100GR						
00026.00003	60	unida de	1,8900	113,40	MEN. PREÇO	01-ROYAL
FERMENTO QUIMICO EM PO PARA BOLO, PRODUTO FORMADO DE SUBSTANCIAIS QUIMICAS QUE POR INFLUENCIA DO CALOR E/OU UMIDADE PRODUZ DESPRENDIMENTO GASOSO CAPAZ DE EXPANDIR MASSAS ELABORADAS COM FARINHAS, AMIDOS OU FECULAS, AUMENTANDO-LHES O VOLUME E A POROSIDADE. CONTENDO NO INGREDIENTE BICARBONATO DE SODIO, CARBONATO DE CALCIO E FOSFATO MONOCALCICO. EMBALAGEM POTE 100GR.						
00026.00002	180	CJTO.	8,2400	1.483,20	MEN. PREÇO	01-DONA BENTA
FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE CEREAL LIMPO DESGERMINADO, SAOS E LIMPOS, ISENTOS DE MATERIA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO. NAO PODERA ESTAR UMIDA, FERMENTADA OU RANCOSA. COM ASPECTO DE PO FINO, COR BRANCA OU LIGEIRAMENTE AMARELADA, CHEIRO PROPRIO E SABOR PROPRIO. COM UMA EXTRACAO MAX. DE 20% E COM TEOR MAX. DE CINZAS DE 0,68%. COM MINIMO DE GLUTEN SECO DE 6%P/P. EMBALAGEM DE PLASTICO - PACOTE COM 5 KG,, COM PRAZO DE VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DAT						
00026.00001	6	CJTO.	3,4300	20,58	MEN. PREÇO	01-SUPER 10
FARINHA DE MANDIOCA FINA, SECA, BRANCA OU AMARELA, ISENTA DE MATERIA TERROSA, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS. EMBALAGENS DE 1 KG, COM IDENTIFICACAO DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO NA EMBALAGEM, VALIDADE MINIMA DE 06 MESES.						
00026	1	CJTO.	1.719,6500	1.719,65	MEN. PREÇO	01-
FARINHA, FLOCOS E FERMENTO						
00027.00002	1.558	CJTO.	8,9899	14.006,30	MEN. PREÇO	01-ITAMBÉ
LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO - ENRIQUECIDO COM VITAMINAS A E D, CONTENDO NO MINIMO 26G DE PROTEINAS E 38G DE CARBOIDRATOS POR CADA 100G DO PRODUTO, ACONDIONADO EM EMBALAGENS METALICAS DE 400G, COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA						
00027.00001	25	CJTO.	13,7480	343,70	MEN. PREÇO	01-LEO
LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS: O PRODUTO DEVERA SER DE BOA SOLUBILIDADE, SEM GLUTEN, SEM SORO DE LEITE. APARENCIA: ASPECTO, COR, SABOR E ODORES PROPRIOS. O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA MA-369, SER REGISTRADO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA SIF / DIPOA. EMBALAGEM DE FILME DE POLIESTER METALIZADO, RESISTENTE, ATOXICA, HERMETICAMENTE SELADO PESANDO 01 (UM) QUILO. COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, APOS A DATA DE FABRICACAO.						
00027	1	CJTO.	14.350,0000	14.350,00	MEN. PREÇO	01-
LEITE						
00028.00004	23	CJTO.	1,6500	37,95	MEN. PREÇO	01-DUSUL
TEMPERO COMPLETO SEM PIMENTA - POTE C/1 KG.						
00028.00003	23	unida de	0,5000	11,50	MEN. PREÇO	01-ZIZO
SAL IODADO REFINADO - PCTE. C/ 1 KG.(embalagem própria do produto, sem alterações que possam levantar suspeita sobre a integridade e qualidade do mesmo).						
00028.00002	15	unida de	1,2100	18,15	MEN. PREÇO	01- OGLIARI
MASSA ALIMENTICIA SEMOLA, TIPO ESPAGUETE, COM OVOS, EMBALAGEM DE 500G, TIPO FINO, INFORMACOES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE MINIMA DE 06 MESES E DATA DE FABRICACAO NAO SUPERIOR A 30 DIAS, COM REGISTRO NO MINISTERIO COMPETENTE.						
00028.00001	20	unida de	1,2200	24,40	MEN. PREÇO	01- OGLIARI
MASSA ALIMENTICIA SEMOLA, TIPO PARAFUSO, COM OVOS, EMBALAGEM DE 500G, INFORMACOES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 06 MESES E DATA DE FABRICACAO NAO SUPERIOR A 30 DIAS, COM REGISTRO						

NO MINISTERIO COMPETENTE.						
00028	1	CJTO.	92,0000	92,00	MEN. PREÇO	01-
MASSA, SAL E TEMPERO						
00032.00001	90	CJTO.	28,2700	2.544,30	MEN. PREÇO	01-TIROL
LEITE UHT INTEGRAL, LEITE DE VACA, DO TIPO LONGA VIDA , HOMOGENEIZADO, SUBMETIDO AO PROCESSO DE ULTRAPASTEURIZACAO E ENVASADO, SOB CONDICAOES ASSEPTICAS EM EMBALAGENS ESTERILIZADAS HERMETICAMENTE FECHADAS. NAO DEVE CONTER QUALQUER TIPO DE IMPUREZAS OU ELEMENTOS ESTRANHOS. AUSENCIA DE CONSERVADORES E FORMALDEIDO. EMBALAGEM LONGA VIDA DE 1 LITRO. CAIXA COM 12 UNIDADES.						
00032	1	CJTO.	2.545,0000	2.545,00	MEN. PREÇO	01-
LEITE UHT INTEGRAL						
Total: 20.198,21 (VINTE MIL E CENTO E NOVENTA E OITO REAIS E VINTE E HUM CENTAVOS )						

17255.3 - J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP CNPJ 05.785.417/0001-20						
Item	Qtde	Unid	Preço Unit.	Preço Total	Julgamento	Marca
00006.00005	7	CJTO.	4,9500	34,65	MEN. PREÇO	01-EDEPEL
SACO PLASTICO PARA LIXO DOMESTICO CAPACIDADE 15 LITROS, COR PRETO, TAMANHO MINIMO 39 CM X 58 CM - MINIMO 0,12 MICRAS, CONFORME NBR 9191 DA ABNT, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE NAO TRANSPARENTE, EM PERFEITA VEDACAO NAO PERMITINDO PERDA DE CONTEUDO AO MANUSEIO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 100 PECAS CONTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO E FABRICACAO.						
00006.00004	269	CJTO.	8,2500	2.219,25	MEN. PREÇO	01-EDEPEL
SACO PLASTICO PARA LIXO DOMESTICO CAPACIDADE 30 LITROS, COR PRETO, TAMANHO MINIMO 59 CM X 62 CM - MINIMO 0,12 MICRAS, CONFORME NBR 9191 DA ABNT, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE NAO TRANSPARENTE, EM PERFEITA VEDACAO NAO PERMITINDO PERDA DE CONTEUDO AO MANUSEIO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 100 PECAS CONTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO E FABRICACAO.						
00006.00003	17	CJTO.	18,0000	306,00	MEN. PREÇO	01-EDEPEL
SACO PLASTICO PARA LIXO DOMESTICO CAPACIDADE 50 LITROS, COR PRETO, TAMANHO MINIMO 63 CM X 80 CM - MINIMO 0,12 MICRAS, CONFORME NBR 9191 DA ABNT, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE NAO TRANSPARENTE, EM PERFEITA VEDACAO NAO PERMITINDO PERDA DE CONTEUDO AO MANUSEIO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 100 PECAS CONTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO E FABRICACAO.						
00006.00002	100	CJTO.	15,5200	1.552,00	MEN. PREÇO	01-EDEPEL
SACO DE LIXO PARA LIXO DOMESTICO CAPACIDADE 60 LITROS, COR PRETO, TAMANHO MINIMO 58 CM X 76 CM - MINIMO 0,12 MICRAS, CONFORME NBR 9191 DA ABNT, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE NAO TRANSPARENTE, EM PERFEITA VEDACAO NAO PERMITINDO PERDA DE CONTEUDO AO MANUSEIO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 100 PECAS CONTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO E FABRICACAO.						
00006.00001	197	CJTO.	29,9000	5.890,30	MEN. PREÇO	01-EDEPEL
SACO PLASTICO PARA LIXO DOMESTICO CAPACIDADE 100 LITROS, COR PRETO, TAMANHO MINIMO 105 CM X 75 CM - MINIMO 0,12 MICRAS, CONFORME NBR 9191 DA ABNT, CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE NAO TRANSPARENTE, EM PERFEITA VEDACAO NAO PERMITINDO PERDA DE CONTEUDO AO MANUSEIO, EMBALAGEM COM NO MAXIMO 100 PECAS CONTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO E FABRICACAO.						
00006	1	CJTO.	10.002,2000	10.002,20	MEN. PREÇO	01-
SACO DE LIXO						
00016.00002	5	unida de	25,0000	125,00	MEN. PREÇO	01-BRALIMPIA
RODO MINI LOCK COM CABO DE ALUMINIO						
00016.00001	74	unida de	0,4000	29,60	MEN. PREÇO	01-BETTANIM
REFIL PARA MINILOCK - FIBRA VERDE GROSSA						
00016	1	CJTO.	154,6000	154,60	MEN. PREÇO	01-
REFIL PARA MINILOCK E RODO						

Total: 10.156,80 (DEZ MIL E CENTO E CINQUENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS )

17606.0 - ENIA DO ROCIO MENDES DE MOURA - ME CNPJ 15.511.076/0001-59						
Item	Qtde	Unid	Preço Unit.	Preço Total	Julgamento	Marca
00004.00007	24	unida de	32,1750	772,20	MEN. PREÇO	01- BRALIMPIA
REFIL MOP PO PAREDE HIGH TECHE DE 60 CM.						
00004.00006	15	unida de	23,1620	347,43	MEN. PREÇO	01- BRALIMPIA
REFIL MOP PO PAREDE HIGH TECHE DE 40 CM.						
00004.00005	14	unida de	20,4500	286,30	MEN. PREÇO	01- BRALIMPIA
REFIL MOP LIMPEZA DE VIDROS LUVA TIPO LA DE CARNEIRO COM VELCRO PARA FECHAMENTO E 45 CM DE COMPRIMENTO.						
00004.00004	14	unida de	28,1629	394,28	MEN. PREÇO	01- BRALIMPIA
REFIL DE MOP						
00004.00003	3	unida de	31,5867	94,76	MEN. PREÇO	01- BRALIMPIA
CONJUNTO MOP - LIMPEZA DE VIDROS - RODO E ESPONJA, TIPO LA DE CARNEIRO COMBINADOS, MEDIDA APROXIMADA DE 22 CM. CABO EM ALUMINIO COM APROXIMADAMENTE 1,0 METRO.						
00004.00002	3	unida de	58,9000	176,70	MEN. PREÇO	01- BRALIMPIA
CONJUNTO MOP PO - CONJUNTO COMPLETO FORNECIDO COM CABO DE ALUMINIO ANODIZADO (1,40 M X 24MM), ARMACAO DOBRAVEL EM POLIPROPILENO E ACO GALVANIZADO, LUVA COMPOSTA POR FIOS 100% ACRILICOS (60CM)						
00004.00001	3	unida de	28,1633	84,49	MEN. PREÇO	01- BRALIMPIA
CONJUNTO MOP PLANO COM ESPONJA ABRASIVA (VERDE) - SUPORTE PARA UTILIZACAO DE FIBRAS ABRASIVAS DE LIMPEZA. BASE UNIVERSAL, ARTICULAVEL, COM MOBILIDADE E FLEXIBILIDADE. CABO COM APROXIMADAMENTE 140 CM.						
00004	1	CJTO.	2.156,1600	2.156,16	MEN. PREÇO	01-
MOP						
Total: 2.156,16 (DOIS MIL E CENTO E CINQUENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS )						

18579.5 - AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA EPP CNPJ 04.835.184/0001-60						
Item	Qtde	Unid	Preço Unit.	Preço Total	Julgamento	Marca
00002.00002	51	unida de	18,7500	956,25	MEN. PREÇO	01- JHONSON
XAMPU INFANTIL TUBO COM 500ML LAURIL ETER SULFOSSUCINATO DE SODIO, LAURATO DE SORBITAN ETOXILADO, COCOIL SARCOSINATO DE SODIO, COCOANFOCARBOXIGLICINATO DE SODIO. SUAVE, POSSUINDO TENSOATIVOS E AGENTES DE LIMPEZA ESPECIFICOS PARA REMOVER DELICADAMENTE RESTOS DE SECRECAO SEBACEA E PELE DESCAMADA. PH BALANCEADO, ISENTO DE SABAO E ALCOOL.						
00002.00001	214	BOMBO NA	9,2000	1.968,80	MEN. PREÇO	01- DASERRA
SABONETE LIQUIDO - EMBALAGEM C/5 LITROS SABONETE LIQUIDO, ASPECTO LIQUIDO FISICO PEROLADO E CREMOSO, COMPOSTO DE LAURIL, ETER, SULFATO DE SODIO, ESPESSANTE, FRAGRANCIA						
00002	1	CJTO.	2.925,0500	2.925,05	MEN. PREÇO	01-
HIGIENE						

Total: 2.925,05 (DOIS MIL E NOVECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E CINCO CENTAVOS )

18581.7 - TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN CNPJ 17.765.586/0001-88						
Item	Qtde	Unid	Preço Unit.	Preço Total	Julgamento	Marca
00007.00008	60	unida de	4,2510	255,06	MEN. PREÇO	01- LUCATEX
TOALHA DE ROSTO, DIVERSAS CORES LISAS, 100% ALGODAO, TAMANHO 45 X 70 CM						
00007.00007	60	unida de	8,4900	509,40	MEN. PREÇO	01- LUCATEX
TOALHA DE BANHO BRANCA, 100% ALGODAO, TAMANHO MINIMO 0,70 X 1,20 CM						
00007.00006	780	unida de	1,1100	865,80	MEN. PREÇO	01- MARTINS
PANO DE LOUCA DE TECIDO 100 % ALGODAO ATOALHADO MACIO E DE ALTA ABSORCAO C/ BAINHA - APROXIMADAMENTE 45X68 CM.						
00007.00005	400	unida de	3,8100	1.524,00	MEN. PREÇO	01-NOBRE
PANO DE LIMPEZA TIPO ATOALHADO DOS DOIS LADOS, P/ PO, TAMANHO 34X44 CM COM 55% ALGODAO E 5% POLIESTER - PCTE. C/ 3 UNID						
00007.00004	70	unida de	1,7500	122,50	MEN. PREÇO	01- MARTINS
PANO DE CHAO - TIPO SACO PARA USO DOMESTICO EM GERAL, 100% ALGODAO LAVADO E ALVEJADO, ALTO PODER DE ABSORCAO, TRAMAS BEM FECHADAS TAMANHO MINIMO 80 X 98 CM, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO / FABRICACAO / TAMANHO E ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.						
00007.00003	805	unida de	1,6000	1.288,00	MEN. PREÇO	01- MARTINS
PANO DE CHAO DUPLO TIPO ATOALHADO - GRANDE ESPECIAL APROXIMADAMENTE 60X80 CM						
00007.00002	24	unida de	0,7600	18,24	MEN. PREÇO	01- MARTINS
FLANELA PARA LIMPEZA 24 X 28 CM 100% ALGODÃO						
00007.00001	150	unida de	0,8800	132,00	MEN. PREÇO	01- MARTINS
FLANELA COR BRANCA EM 100% ALGODAO, MEDIDAS 30 X 40CM						
00007	1	CJTO.	4.715,0000	4.715,00	MEN. PREÇO	01-
PANOS						
00008.00005	25	CJTO.	1,1120	27,80	MEN. PREÇO	01- TECNICARE
ABSORVENTE PACOTE C/ 8 ABSORVENTES NORMAL COM ABAS						
00008.00004	20	unida de	8,3600	167,20	MEN. PREÇO	01-CLEAN SOFT
LENCO UMEDECIDO SEM PERFUME - BALDE C/ 450 UNIDADES; MEDINDO 20,0CM X 12,0CM; ANTIALERGICO, PARA CRIANCAS DE 0 A 03 ANOS.						
00008.00003	50	CJTO.	23,7000	1.185,00	MEN. PREÇO	01- TECNICARE
FRALDA DESCARTAVEL, TAMANHO G, PARA CRIANCAS COM PESO DE ATE 13 KG PREPARADAS COM MATERIAIS ANTI-ALERGICOS, COM GEL ULTRA ABSORVENTE, CAMADA EXTRA SECA E ULTRA PROTETORA, BARREIRA ANTI-VAZAMENTO, FORMATO ANATOMICO, FAIXA MULTIAJUSTAVEL, ELASTICO NAS PERNINHAS, PACOTE COM MINIMO DE 60 UNIDADES, COM VALIDADE DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICACAO (COMPOSICAO: FILME DE POLIETILENO, POLPA DE CELULOSE, FITA ADESIVA, ELASTANO, COBERTURA INTERNA DE POLIPROPILENO E GEL SUPERABSORVENTE, ESSENCIA E ADES)						
00008.00002	50	CJTO.	23,3500	1.167,50	MEN. PREÇO	01- TECNICARE
FRALDA DESCARTAVEL - M - C/70 UNIDADES						
00008.00001	50	CJTO.	19,6500	982,50	MEN. PREÇO	01-

						TECNICARE
FRALDA DESCARTAVEL - TAM P - C/80 UNIDADES						
00008	1	CJTO.	3.530,0000	3.530,00	MEN. PREÇO	01-
HIGIENE 2						
00009.00003	3	unida de	125,5000	376,50	MEN. PREÇO	01-BELOSH
LIXEIRA PARA LIXO INFECTANTE: COR BRANCA, RETANGULAR COM PEDAL. CAPACIDADE: 100 LITROS. DIMENSOES APROXIMADAS: 920 X 570 X 460 MM CORPO: POLIETILENO DE MEDIA DENSIDADE MATERIAL PEDAL: ACO 1010/20 GALVANIZADO, COM SIMBOLOGIA OU LOGOMARCA DE INFECTANTE.						
00009.00002	3	unida de	97,5000	292,50	MEN. PREÇO	01-BELOSCH
LIXEIRA PARA LIXO INFECTANTE: COR BRANCA, RETANGULAR COM PEDAL. CAPACIDADE: 50 LITROS. DIMENSOES APROXIMADAS: 450 X 420 X 360 MM. CORPO: POLIETILENO DE MEDIA DENSIDADE MATERIAL PEDAL: ACO 1010/20 GALVANIZADO, COM SIMBOLOGIA OU LOGOMARCA DE INFECTANTE.						
00009.00001	1	unida de	386,0000	386,00	MEN. PREÇO	01-CAJOVIL
LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA COM 03 X 50 LITROS NAS CORES AZUL, AMARELO E VERMELHO, COM IDENTIFICACAO PARA SEPARACAO DOS MATERIAIS, COM PINTURA ADITIVADA CONTRA RAIOS ULTRA-VIOLETA, COM SUPORTE METALICO PINTADO EM PRETO COM TRATAMENTO ELETROSTATICO E PINTURA EPOXI. MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD).						
00009	1	CJTO.	1.055,0000	1.055,00	MEN. PREÇO	01-
LIXEIRA						
00010.00005	100	unida de	10,7502	1.075,02	MEN. PREÇO	01-ARQPLAST
LIXEIRA PLASTICA GRANDE C/TAMPA 60 LITROS. LIXEIRA EM PLASTICO REFORCADO, COM TAMPA, CAPACIDADE 60 LITROS.						
00010.00004	50	unida de	1,9400	97,00	MEN. PREÇO	01-ARQPLAST
LIXEIRA PLASTICA DE 10 LITROS C/TAMPA.						
00010.00003	8	unida de	83,4700	667,76	MEN. PREÇO	01-S.BERNARD O
LIXEIRA PLASTICO COM PEDAL 50 LITROS, COM TAMPA,USO GERAL EM POLIPROPILENO, COR BRANCA, FORMATO RETANGULAR OU CILINDRICA, REFORCADO E RESISTENTE A IMPACTOS.						
00010.00002	13	unida de	26,5700	79,71	MEN. PREÇO	01-S.BERNARD O
LIXEIRA PLASTICO COM PEDAL 15 LITROS, COM TAMPA,USO GERAL EM POLIPROPILENO, COR BRANCA, FORMATO RETANGULAR OU CILINDRICA, REFORCADO E RESISTENTE A IMPACTOS.						
00010.00001	3	unida de	10,2700	133,51	MEN. PREÇO	01-ARQPLAST
LIXEIRA PLASTICO COM PEDAL 30 LITROS, COM TAMPA,USO GERAL EM POLIPROPILENO, COR BRANCA, FORMATO RETANGULAR OU CILINDRICA, REFORCADO E RESISTENTE A IMPACTOS.						
00010	1	CJTO.	2.053,0000	2.053,00	MEN. PREÇO	01-
LIXEIRA 2						
00012.00006	1.400	CJTO.	7,5544	10.576,10	MEN. PREÇO	01-SPRING
PAPEL TOALHA BRANCO ESPECIAL 22,5 X 20,5 CM - PCTE COM 1.000 FOLHAS						
00012.00005	120	CJTO.	2,0333	244,00	MEN. PREÇO	01-CLARYS
PAPEL TOALHA BRANCO - PCTE C/2 ROLOS. PAPEL TOALHA INTERFOLHAS BRANCO LUXO 100% FIBRAS NATURAIS VIRGENS 22,5X22, PARA COZINHA, MACIO, ABSORVENTE, FOLHA DUPLA, PICOTADO- PACOTE COM 2 ROLOS.						
00012.00004	40	CJTO.	2,4650	98,60	MEN. PREÇO	01-FOFINHO
PAPEL HIGIENICO FOLHA DUPLA, LUXO, MACIO, BRANCO 30M, PCTE COM 04 UNID						



00012.00003	150	CJTO.	23,3300	3.499,50	MEN. PREÇO	01-SPRING
PAPEL HIGIENICO BRANCO - ROLO COM 300 METROS - PCTE COM 08 ROLOS						
00012.00002	58	CJTO.	34,7000	2.012,60	MEN. PREÇO	01-SPRING
PAPEL HIGIENICO BRANCO ESPECIAL, 10 CM X 60 M, FOLHA SIMPLES, NEUTRO, PICOTADO, GOLFRADO, EXTRA MACIO, ALTA ABSORCAO, ACONDICIONADO EM FARDOS COM MAXIMO 64 ROLOS DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO / LOTE / VALIDADE, FABRICACAO.						
00012.00001	180	CJTO.	20,4400	3.679,20	MEN. PREÇO	01-SPRING
PAPEL HIGIENICO FOLHA BRANCA SIMPLES PICOTADA - FARDO C/64 ROLOS						
00012	1	CJTO.	20.110,0000	20.110,00	MEN. PREÇO	01-
PAPEL HIGIENICO						
00014.00010	355	unida de	2,6875	954,05	MEN. PREÇO	01- PEROVINHA
VASSOURA DE NYLON NO. 05 C/BASE PLASTICA RESISTENTE, CEPO C/20 CM E CABO DE MADEIRA VASSOURA DE NYLON COM CERDAS MACIAS, CEPO PLASTICO DE 22 CM, CERDAS DE 11,5 CM COM PLUMAGEM NAS PONTAS, COM CABO ROSQUEADO DE MADEIRA PLASTIFICADA, PARA LIMPEZA EM GERAL, TIPO DOMESTICA, CONTENDO GANCHO PARA PENDURAR.						
00014.00009	311	unida de	8,5000	2.643,50	MEN. PREÇO	01- COLOMBINA
VASSOURA DE MILHO C/03 AMARRACOES E 03 COSTURAS SEM SEMENTES C/CABO DE MADEIRA VASSOURA DE MILHO, MATERIAL DAS CERDAS MILHO, MATERIAL DO CABO MADEIRA, COMPRIMENTO DAS CERDAS 60 CM, COM CABO COMPRIDO PARA LIMPEZA EM GERAL.						
00014.00008	19	unida de	8,1253	154,38	MEN. PREÇO	01- PEROVINHA
RODO - DEVE SER DO TIPO PROFISSIONAL, APRESENTAR CABO (MINIMO 1,60 MT) E BASE COM LAMINA DE BORRACHA DE MAIOR EXTENSAO (MINIMO 0,60 CM), QUE PERMITE MAIOR ABRANGENCIA DA AREA A SER LIMPA.						
00014.00007	50	unida de	3,3750	168,75	MEN. PREÇO	01- PEROVINHA
RODO COM ESPUMA. PARA APLICAR CERA, COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM PLASTICO, REFORCADO, DE 30 A 40 CM.						
00014.00006	7	unida de	4,3129	30,19	MEN. PREÇO	01- PEROVINHA
RODO 40 CM, COM BASE PLASTICA REFORCADA, CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM PLASTICO.						
00014.00005	180	unida de	4,5000	810,00	MEN. PREÇO	01- PEROVINHA
RODO DE ALUMINIO COM DUAS BORRACHAS E CABO DE MADEIRA 40/45CM						
00014.00004	12	unida de	19,8750	238,50	MEN. PREÇO	01- PEROVINHA
PA DE LIXO - CAIXA EM POLIPROPILENO, ALTA RESISTENCIA E CABO DE ALUMINIO COM MANOPLA DE FORMATO ANATOMICO: 80 CM. MED. APROXIMADAS (CM): 29(COMP.)X29(LARG.)X14(ALT.).						
00014.00003	60	unida de	2,7500	165,00	MEN. PREÇO	01- PEROVINHA
PA PARA LIXO, RESISTENTE, TAMANHO APROXIMADO 18X20CM, COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO PLASTICO DE APROXIMADAMENTE 80 CM.						
00014.00002	5	unida de	2,3760	11,88	MEN. PREÇO	01- PEROVINHA
PA PARA LIXO - CABO LONGO, EM CHAPA PLASTICA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 CM DE LARGURA POR 19 DE COMPRIMENTO, C/ CABO DE APROXIMADAMENTE 50 CM.						
00014.00001	122	unida de	2,1250	259,25	MEN. PREÇO	01- ARQPLAST
BALDE PLASTICO- CAPACIDADE DE 15 LITROS- BALDE PLASTICO REFORCADO, COM ALCA DE ARAME GALVANIZADO. PADRONIZAR CORES: AZUL, VERMELHO E VERDE.						
00014	1	CJTO.	5.435,5000	5.435,50	MEN. PREÇO	01-
PA, BALDE, VASSOURA E RODO						
00017.00003	1	unida	20,5800	20,58	MEN. PREÇO	01-

		de				PEROVINHA
ESFREGADEIRA DE ROUPA FEITA DE MADEIRA						
00017.00002	1	unida de	274,0700	274,07	MEN. PREÇO	01- MAESTRO
ESCADA. DEVE POSSUIR DEGRAUS ANTIDERRAPANTES E PLATAFORMA DE APOIO, DISPOSITIVOS LATERAIS PARA SUPORTE DE MATERIAIS. ALTURA MINIMA DE 1,60M.						
00017.00001	11	unida de	85,8182	944,00	MEN. PREÇO	01- KAPAZZI
CAPACHO SINTETICO TAMANHO 30 X 60CM						
00017	1	CJTO.	1.238,6500	1.238,65	MEN. PREÇO	01-
CAPACHO, ESCADA E ESFREGADEIRA						
Total: 38.137,15 (TRINTA E OITO MIL E CENTO E TRINTA E SETE REAIS E QUINZE CENTAVOS )						

<b>Total Geral</b>	
(Os sub-itens não entram na soma dos totais)	109.426,48

**Aviso de Licitação PMG N° 029/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº029/2013 - Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço

Objeto: Registro de Preços para Contratação de jornal diário de grande circulação para a publicação dos avisos contendo os resumos dos editais de licitação e demais atos oficiais de interesse da Administração Direta do Município de Garuva.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 06/09/2013 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 23 de agosto de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação PMG N° 033/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 033/2013 - Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de materiais de consumo, produtos de limpeza e gêneros alimentícios, com entrega de acordo com as necessidades das Secretarias de Educação, Administração, Saúde e Assistência Social.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 05/09/2013 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 23 de agosto de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**Gaspar**

**PREFEITURA**

**Portaria RH 69/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 69/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o)

servidor(a) Solano Francisco Pereira, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 11/11/2003 a 21/11/2008, devendo folgar 02 meses a partir de 26/08/2013 a 24/10/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**Aviso do Pregão Presencial N° 167/2013**

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 167/2013

OBJETO: Registro de Preços objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de horas de máquina com operador e caminhão hidrojato com motorista. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até as 9h do dia 06/09/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 06/09/2013 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 23/08/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato da Dispensa N° 161/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 161/2013

Objeto: locação de imóvel situado no bairro Poço Grande, na Rua Henrique Thon, 204, com área de 70m², para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: TOMIO IMÓVEIS LTDA (07.326.475/0001-11). Valor Total: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Base legal: Artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 16 de Agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato da Dispensa N° 162/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 162/2013

Objeto: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua Ernesto Hostert, 210, com área de 90m², para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: ANTONIO SILVIO ZIMMERMANN (614.348.689-15). Valor Total Julgado: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Base legal: art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 16 de Agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****Extrato de Termo Aditivo a Contrato**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo nº 001/2013 ao Contrato nº CM 002/2013.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: Duraline Tecnologia Ltda. - EPP,

CNPJ nº 05.690.638/0001-15.

Termo Aditivado: Objeto: Aquisição de mais 1 (um) microcomputador, marca Positivo, modelo Master D360, com processador de dois núcleos, cache de 3Mb e 3.3GHz de clock, 4Gb de RAM, pelo valor unitário de R\$ 1.915,00 (um mil novecentos e quinze reais), conforme Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013.

Valor do Aditamento: R\$ 1.915,00 (um mil novecentos e quinze reais).

Valor do Contrato com o Aditamento: R\$ 13.405,00 (treze mil, quatrocentos e cinco reais).

Dotação: Órgão: 01 Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 Legislativa; Subfunção: 031 Ação Legislativa; Programa: 0001 Manutenção do Legislativo; Projeto: 1.100001 Compra de Mobiliário e Atualização da Biblioteca.

Prazo: Inicia-se com as necessárias assinaturas e terá vigência até o prazo final da última garantia do equipamento cotado pela contratada e adquirido pela contratante.

Data do Aditivo: 19 de agosto de 2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****Portaria Nº 587/2013**

PORTARIA Nº 587/2013

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR, a Senhora FABIANE CRISTINA DEITOS EMMERICH (Matr. 3709), a partir de 22 de agosto de 2013, aprovada e classificada em 12º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 281/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Agosto de 2013.

RICARDO JOSÉ NODARI

Prefeito em Exercício

**Portaria Nº 588/2013**

PORTARIA Nº 588/2013

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR, a Senhora ANDRÉIA FACHIN (Matr. 3710), a partir de 22 de agosto de 2013, aprovada e classificada em 13º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 281/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Agosto de 2013.

RICARDO JOSÉ NODARI

Prefeito em Exercício

**Portaria Nº 589/2013**

PORTARIA Nº 589/2013

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria nº 042/2013, a qual Concedeu Progressão Funcional, à Servidora ORAIDE SALETE CALDEROLI (Matr. 2083), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível - 3, Referência "C", para o Nível - 3, Referência "D", 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 22 de Agosto de 2013.

RICARDO JOSÉ NODARI

Prefeito em Exercício

**Convocação Taciane Arieli de Bairos**

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar a Senhora TACIANE ARIELI DE BAIROS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 088.411.329-90, aprovada em (85º) Octogésimo Quinto Lugar no Processo Seletivo nº 001/2011/SMECE/SMAS, homologado pelo Decreto Municipal 3.006/2012, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, (40) quarenta horas semanais.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para apresentar a documentação necessária para a posse.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) em 20 de Agosto de 2013

## CÂMARA MUNICIPAL

### Tomada de Preços N° 001/2013

Tomada de Preços N° 001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2013

TOMADA DE PREÇOS N° 001/2013

UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE

TIPO JULGAMENTO: Menor Preço Global

### OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para na área de informática, para licenciamento/locação de sistemas de gestão pública integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, por um período de 48 (quarenta e oito) meses

### ENTREGA DOS ENVELOPES

Até as 14h00min horas do dia 15/08/2013.

### LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), na Sala de Sessões.

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 68.755,70 (Sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos)

### EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site: [www.camarahervaldoeste.sc.gov.br](http://www.camarahervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC). Outras informações pelo fone (49) 3554 1174.

Herval d'Oeste, 24 de julho de 2013.

GILMAR JOSÉ DRI

Presidente

# Ibiam

## PREFEITURA

### Portaria N° 108/2013

PORTARIA N° 108, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

"NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII e XIII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, c/c. art. 6º, da Lei Municipal nº 0063/97,

### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros do Conselho Municipal da saúde, composto pelos seguintes representantes:

#### I - Representantes do Governo Municipal:

Secretaria Municipal da Saúde

Titular- Jocimar Tesck de Oliveira

Suplente - Salete Maria Balbinote

Secretaria Municipal da Educação

Titular - Rodrigo Perosa

Suplente - Odete Gonçalves Walter Wille

Prestadores de Serviço

Titular - Rudimar Braz Peri

Suplente - Juliana Cecatto Samistraro

Profissionais da Saúde

Titular - Kellyn Regina de Oliveira Reineher

Suplente - Alessandra Seratto

#### II - Representantes da Sociedade Civil:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiam

Titular - Sales Clair Slongo

Suplente - Bruna Cristina Belusso de Castro

Representante dos Clubes de Mães

Titular - Marli Fátima Micheluzzi da Silva Matos

Suplente - Carmelita Chiesa Tragancin

Representante da Associação de Mulheres Agricultoras de Ibiam (AMAI)

Titular - Maria Gorete Rinaldi

Suplente - Odila Thomé Laidnes

Representante da Associação de Pais e Professores

Titular - Célio Lucas Ramos

Suplente - Waldemar Cordeiro

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 25 DE FEVEREIRO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e treze.



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 256/2013**

PORTARIA N° 256, DE 15 DE AGOSTO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA O SERVIDOR LUIZ ALVARO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 24, § 5º, da Lei Municipal nº 320, de 29 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor LUIZ ALVARO RAMOS, servidor efetivo no cargo de Motorista - Nível 2 - Referência A, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dra. Valéria Mitterhofer - CRM/SC 9565, a partir de 31 de julho de 2013.

§1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento do servidor, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, o servidor está em auxílio doença (INSS), a contar da data de 15 de agosto e enquanto ele permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE AGOSTO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 257/2013**

PORTARIA N° 257, DE 15 DE AGOSTO DE 2013

"DETERMINA A COMPENSAÇÃO DAS HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, que os gastos com despesas de pessoal, atingem os limites prudenciais previstos em LEI;  
Considerando, a necessidade de retornar os limites permitidos;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 6º e ss. do Decreto Municipal nº 2227, de 31 de agosto de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Adotar o sistema de Banco de Horas, que estabelece a compensação das horas extras trabalhadas num dia, com a diminuição em outro dia.

Art. 2º. Mensalmente os responsáveis pelos vários setores da administração, deverão encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos, relatórios detalhados da ocorrência de fatos descritos

no artigo anterior.

Art. 3º. A compensação do Banco de Horas deverá ocorrer no exercício que foram processados, e eventuais situações favoráveis ao servidor no final do exercício serão indenizadas.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE AGOSTO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 258/2013**

PORTARIA N° 258, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a redução de 10% (dez por cento) dos vencimentos do cargo de Prefeito Municipal, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 259/2013**

PORTARIA N° 259, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a redução de 500,00 (quinhentos reais) dos vencimentos do cargo de Procurador Geral do Município, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 260/2013**

PORTARIA N° 260, DE 16 DE AGOSTO DE 2013  
"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a redução de 10% (dez por cento) dos vencimentos do cargo de Secretário Municipal da Administração e da Fazenda, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 261/2013**

PORTARIA N° 261, DE 16 DE AGOSTO DE 2013  
"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a redução de 10% (dez por cento) dos vencimentos do cargo de Secretário Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 262/2013**

PORTARIA N° 262, DE 16 DE AGOSTO DE 2013  
"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a redução de 10% (dez por cento) dos vencimentos do cargo de Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 263/2013**

PORTARIA N° 263, DE 16 DE AGOSTO DE 2013  
"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a redução de 10% (dez por cento) dos vencimentos do cargo de Secretário Municipal da Educação, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 264/2013**

PORTARIA N° 264, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

**"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a redução de 10% (dez por cento) dos vencimentos do cargo de Secretário Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 265/2013**

PORTARIA N° 265, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

**"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a redução de 10% (dez por cento) dos vencimentos do cargo de Secretário Municipal do Planejamento e Gestão Administrativa, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 266/2013**

PORTARIA N° 266, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

**"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a redução de 10% (dez por cento) dos vencimentos do cargo de Secretária Municipal da Saúde e Secretária Municipal da Assistência Social, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 267/2013**

PORTARIA N° 267, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

**"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a redução de 10% (dez por cento) dos vencimentos do cargo de Diretora do Departamento de Assistência Social, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 268/2013**

PORTARIA N° 268, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

**"REDUZ VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, solicitação protocolada no Departamento de Pessoal, em 13 de agosto de 2013;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII e XIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a redução de 10% (dez por cento) dos vencimentos do cargo de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 269/2013**

PORTARIA N° 269, 16 DE AGOSTO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DA SERVIDORA ODETE GONÇALVES WALTER WILLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, protocolado em 16 de agosto de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a servidora ODETE GONÇALVES WALTER WILLE, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Maria Alves dos Santos Walter - mãe, de conformidade com o laudo médico do Dr. Antonio Euclides Pereira de Souza - CRM/SC 1035.

Art. 2º. O período de afastamento é de 15 (quinze) dias, conforme laudo médico, no período compreendido de 12.08.2013 a 26.08.2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de agosto de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria N° 270/2013**

PORTARIA N° 270, 19 DE AGOSTO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DA SERVIDORA FLAVIA LENITA PELENTIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, protocolado em 19 de agosto de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a servidora FLAVIA LENITA PELENTIR, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo - Nível 5 - Referência E, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Terezinha Calai Pelentir - mãe, de conformidade com o laudo médico do Dra. Luciane Angela Fabro Scaini - CRM/SC 13396.

Art. 2º. O período de afastamento é de 10 (dez) dias, conforme laudo médico, no período compreendido de 19.08.2013 a 28.08.2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



# Imbituba

## CÂMARA MUNICIPAL

### Ato da Presidência N° 040/13

Ato da Presidência nº 039/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 27ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 26 de agosto de 2013 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PL nº 4.390/2013	26/06/13	Legislativo Municipal	Léa de Oliveira Lopes	Disciplina a nomeação para cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 22 de agosto de 2013.

Luís Antônio Dutra Presidente	Luiz Cláudio Carvalho de Souza Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Rogberto de Farias Pires Segundo-Secretário

# Ipumirim

## PREFEITURA

### Lei Complementar N° 133

ACRESCENTA ÁREA AO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E FAZ ENQUADRAMENTO NA ZONA MISTA DIVERSIFICADA-ZMD.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que O Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica acrescido ao Perímetro Urbano da Sede do Município de Ipumirim, área de 621,19m²(seiscentos e vinte e um vírgula dezenove metros quadrados) sendo parte do lote rural nº 80 do Bloco 28 da Colônia Concórdia, Propriedade do Rio Engano, situado na Rua João Pedro Haas, neste Município de Ipumirim- SC, com as seguintes confrontações: ao norte: Na extensão de 39,41m com a área remanescente de Neldo Simon; ao sul:Na extensão de 44,06m com a área remanescente de Neldo Simon; ao leste: Na extensão de 15,00m com a área remanescente e Neldo Simon; e ao oeste: Em linha quebrada contínua de 6,60 metros e 8,42 metros, com a estrada São Rafael - Centro de Ipumirim, o imóvel está matriculado sob o nº730; 20.762 do livro 2 "BJ" do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, Santa Catarina, matriculado no INCRA sob nº 814.121.009.059-4, pertencente a

Empresa Marildo Lang-ME.

Art. 2º A área acrescida ao Perímetro Urbano, estabelecido no artigo 1º da presente Lei passa a enquadrar-se como Zona Mista Diversificada-ZMD de acordo com o Anexo 5- Tabela de Uso e Ocupação de Solo estabelecido pela Lei Complementar nº 124 de 20 de março de 2013.

Art. 3º Esta lei entrará vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário

Ipumirim-SC, 22 de agosto de 2.013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei Complementar N° 134

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL E CEDÊNCIA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 132 e inciso I do artigo 130 da Lei Orgânica Municipal e inciso III do artigo 137 da Lei Complementar nº 01/2002 faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder em cessão de uso gratuito ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para funcionamento do Fórum da Comarca de Ipumirim, de imóvel localizado na esquina da Avenida com a Rua Bento



Gonçalves, centro de Ipumirim-SC, com as seguintes áreas por pavimento:

Área Térreo:	450,00 m²
Área 1º Pavimento:	307,00 m²
Área Total:	757,00 m²

Art. 2º A concessão de uso, autorizada nos termos desta Lei, processar-se-á pelo prazo de 05 (cinco) anos, mediante assinatura de Termo de Cessão.

Parágrafo único. Contar-se-á o prazo de cessão a partir da ata de encerramento do termo de cessão de uso em vigor.

Art. 3º O ato de cessão de uso será processado mediante a assinatura de Termo de Cessão de Uso, firmado entre o Município e a Cessionária, observadas as cláusulas do instrumento.

Art. 4º Fica também o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder com ônus a origem, mediante termo de convênio, servidor público municipal para atividades laborais no Fórum da Comarca de Ipumirim.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário

Ipumirim-SC, 22 de agosto de 2.013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei Nº 1722

LEI Nº 1722 de 22 de agosto de 2013.

Altera Ementa e artigo 1º da Lei nº 1719 de 17 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. A Ementa da presente Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM A FIRMAR CONVÊNIO E/OU TERMO DE COOPERAÇÃO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA-SIE.(NR)

Art. 2º. O artigo 1º da presente Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio e/ou Termo de Cooperação com O Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura-SIE, com o objetivo de estabelecer entre as partes compromisso para execução de serviços e obras de engenharia rodoviária destinadas ao melhoramento de estradas rurais integrantes da rede viária de competência deste município, no âmbito das ações e metas do Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina - Componente: Fortalecimento de Atividades Estruturantes da Competitividade Rural, Subcomponente: Infraestrutura, Atividade: ESTRADAS RURAIS TERCIÁRIAS(NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim, 22 de agosto de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

### Lei Nº 1723

Lei nº 1723 de 22 de agosto de 2013

INSTITUI O REGIME DE ADIANTAMENTO PARA SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 68 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou Ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a instituir a forma de pagamento de despesas pelo presente Regime de Adiantamento para servidores do poder executivo municipal, que reger-se-á segundo as normas legais vigentes que disciplinam a matéria.

Art. 2º Entende-se por adiantamento os recursos colocados à disposição de servidor do poder executivo, precedido de empenho na dotação própria, a fim de lhe dar condições de realizar despesas de pequeno valor e pronto pagamento que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal de aplicação.

Art. 3º Será designado por ato formal o servidor, responsável pela realização de despesas sob o regime de adiantamento, que demonstre capacidade técnica, probidade e zelo para o desempenho da função.

Parágrafo Único - Consideram-se servidores para a presente Lei, funcionários comissionados, efetivos e contratados temporariamente.

Art. 4º Os pagamentos a serem efetuados através do regime de adiantamento ora instituído, restringir-se-ão aos casos previstos nesta LEI.

Art. 5º Poderão realizar-se sob regime de adiantamento os pagamentos decorrentes das seguintes despesas:

I. Despesas relativas a postagens, fretes e carretos;

II. Despesas com alimentação, estadia ou deslocamento de servidores quando em serviço em locais distantes da repartição pagadora;

III. Despesas com alimentação, estadia ou deslocamento de servidores quando da participação em cursos, seminários e eventos de interesse da municipalidade, desde que não beneficiários de diárias;

IV. Despesas com alimentação, estadia ou deslocamento de:

a. atletas, servidores ou não, quando em representação do município em eventos esportivos ou jogos amistosos em outros municípios;

b. membros de conselhos criados por lei, comissões instituídas pelo município e demais agentes honoríficos convocados pelo município, quando em participação em eventos, cursos ou em representação do município em locais distantes da repartição pagadora;

c. alunos da rede pública quando em participação em eventos escolares, viagens de estudo ou em representação do município em locais distantes da repartição pagadora;

d. Membros da banda municipal quando em apresentação em festas e eventos no município ou fora dele;

e. pacientes notadamente carentes, quando transportados em veículos pertencentes ao município.

V. Despesas com consertos e lavagens, assim como bens consumíveis, como lubrificantes, combustíveis, pneus e peças de reposição de veículos públicos ou locados pelo município, quando em serviço fora do município;

VI. De diligências administrativas, taxas e emolumentos;

VII. De despesa judicial, exceto pagamento de precatórios;

VIII. De transporte em geral de servidores, por via terrestre ou aérea;

IX. De pequenos serviços ou pequenas aquisições de bens

consumíveis, feitos esporadicamente, destinados aos órgãos da administração municipal, assim compreendidos aqueles de valor inferior a 25% (vinte e cinco por cento do salário mínimo vigente).

**Art. 6º** As requisições de adiantamento serão feitas em documento específico e serão autorizadas pela chefia imediata, constando, necessariamente, as seguintes informações:

- I - Fundamentação legal;
- II - Descrição da destinação do adiantamento;
- III - Nome completo, matrícula e cargo ou função do servidor responsável pelo Adiantamento;
- IV - Dotação orçamentária a ser onerada;
- V - Assinatura do responsável.

**Art. 7º** Na liberação do adiantamento e na realização das despesas, serão observadas as normas aplicáveis à despesa pública, as normativas expedidas pelos órgãos de controle interno e externo e os decretos de regulamentação por ventura emitidos pelo chefe do poder executivo.

§ 1º - As despesas deverão ser realizadas segundo a destinação para qual se deu o adiantamento.

§ 2º - nenhum pagamento poderá ser efetuado fora do período de aplicação.

§ 3º - As despesas realizadas no regime de adiantamento sujeitam-se à legislação vigente sobre licitação e contratos administrativos.

**Art. 8º** Constituem comprovantes regulares da despesa os documentos fiscais, em primeira via, conforme definido na legislação tributária, emitidos contra o Município de Ipumirim, em seu CNPJ e endereço oficiais, devendo conter:

- I - a data de emissão;
- II - a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;
- III - os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 1º Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.

§ 2º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

§ 3º Excepcionalmente serão admitidos comprovantes de despesa, recibos de taxistas, comprovantes de estacionamento, recibos de postagem, bilhetes de passagens e os recibos de prestação de serviços emitidos por entidades sem fins lucrativos desobrigadas de emissão de nota fiscal na forma da legislação vigente, desde que seja possível a correlação da despesa com a destinação do adiantamento e a correta identificação do emitente.

§ 4º Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

§ 5º - Não serão admitidas, segundas vias, fotocópias, ou qualquer outra espécie de reprodução.

§ 6º - Os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços devem conter o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

**Art. 9º** O prazo de aplicação dos recursos entregue a título de adiantamento não poderá exceder, contados da data da entrega

do numerário ao responsável, a:

- I. 30 (trinta) dias no caso da hipótese dos incisos II, III e alíneas "b" e "c" do art. 5º;
- II. 180 (cento e oitante) dias nos demais casos.

**Art. 10** Não serão concedidos adiantamentos:

- I - A servidor responsável por dois adiantamentos;
- II - A servidor com prazo de prestação de contas vencido;
- III - A servidor que, dentro do prazo fixado, deixar de atender a notificação para regularizar prestação de contas;
- IV - Para servidor que tenha anteriormente aplicado recursos em desacordo com a legislação vigente ou tenha de forma dolosa ou displicente dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;
- V - Para servidor que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos;
- VI - Para despesas já realizadas ou maiores que as quantias adiantadas;
- VII - A servidor responsável pela guarda ou pela utilização do material a adquirir, salvo se não houver outro servidor para tal fim no órgão ou entidade.

**Art. 11** Os recursos concedidos a título de adiantamento serão depositados em conta bancária específica, identificada com o nome da unidade concedente e a expressão "adiantamento" e movimentados por ordem bancária, transferência eletrônica de numerário ou através da utilização de cartão de pagamento eletrônico.

§ 1º - Para os servidores que deslocam-se constantemente para outros municípios, adotar-se-á preferencialmente, a utilização de cartão de pagamento eletrônico.

§ 2º - A movimentação por cheques nominais e individualizados por credor somente será admitida quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

§ 3º - Os saques para pagamento em espécie aplicar-se-ão para as hipóteses previstas nos incisos II e III e alíneas "b" e "c" do inciso IV do art. 5º, desde que os adiantamentos sejam concedidos de forma esporádica;

**Art. 12** Os valores de adiantamento serão de acordo com a necessidade verificada nas respectivas unidades gestoras.

**Art. 13** O prazo para recolhimento do saldo não utilizado e da apresentação da prestação de contas será de 10 (dez) dias, a contar do termo final do período de Aplicação.

§ 1º - O saldo de adiantamento não utilizado deverá ser devolvido, via depósito à conta bancária indicada pelo setor de contabilidade.

§ 2º - A cada adiantamento corresponderá uma prestação de contas.

**Art. 14** A prestação de contas far-se-á mediante apresentação, de no mínimo, dos seguintes documentos junto ao setor de contabilidade, dos seguintes documentos:

- I - Cópia do requerimento de que trata o art. 6º.
- II - Balancete de prestação de contas, contendo a identificação do empenho e a relação de todos os documentos de despesa constando: número do documento, data de documento, número do cheque, se for o caso, nome do emitente e valor da despesa, constando no final a soma do recebimento e pagamento.
- IV - Extrato da conta bancária com a movimentação completa do período.

V - Documentos das despesas realizadas, dispostas em ordem cronológica, na mesma sequência do Balancete de prestação de contas mencionado no item II deste artigo.

VI - Relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa fundamentada da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesas em espécie.

§ 1º - O modelo do balancete de que trata o inciso II deste artigo e demais documentos a serem apresentados nas prestações de contas, serão fixados por meio do regulamento de que trata o art. 18.

§ 2º - Quando tratar-se de adiantamento para participação em curso de aperfeiçoamento ou para participação em evento, será anexado em até 40 (quarenta) dias, comprovante da participação dos beneficiários.

§ 3º - Poderão ser solicitados outros documentos adicionais quando houver dúvidas quanto a aplicação dos recursos, para complementação das informações

Art. 15 Caberá ao Serviço de Contabilidade do município o recebimento das prestações de contas dos adiantamentos, sendo que a aprovação destas observará o disposto nesta lei e as normativas expedidas pelos órgãos de controle interno e externo.

§ 1º - Aprovadas as contas, será procedida a baixa da responsabilidade no sistema de compensação e providenciado o seu arquivamento juntamente com a nota de empenho, em local seguro onde ficará à disposição do Tribunal de Contas.

§ 2º - Desaprovadas as contas ou aprovadas parcialmente, o servidor responsável será notificado a proceder a devolução dos valores levantados, corrigidos monetariamente na forma da lei, sendo que a não composição amigável do débito, resultará na instauração de tomada de contas especial, na forma definida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Art. 16 Vencido o prazo de prestação de contas sem a sua apresentação, o Serviço de Contabilidade comunicará ao responsável pela respectiva secretaria que oficiará diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final improrrogável de 30 (trinta) dias para fazê-lo.

Parágrafo Único - Não sendo cumprida a obrigação de Prestação de Contas ou composição amigável do débito, após o vencimento do prazo final estabelecido caput do artigo, a secretaria comunicará ao chefe do poder executivo, que determinará a instauração de tomadas de contas especial, nos termos da legislação vigente.

Art. 17 As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente afeto as unidades orçamentárias concedentes.

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal baixará por decreto normas à presente lei, em especial a utilização do cartão de pagamento eletrônico de que trata o art. 11.

Art. 19 Fica revogada a lei 845 de 13 de dezembro de 1.990.

Art. 20 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 22 de agosto de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Portaria N°. 376/2013 de 21 de Agosto de 2.013.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A CARLOS ALBERTO SERAFIN, matrícula 13-2, Licença Prêmio de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de junho de 1996 a junho de 2001 e gozo de 21/08/2013 a 04/09/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 21 de Agosto de 2013.

Ipumirim - SC, 21 de Agosto de 2.013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal.

### **Portaria N°. 377/2013 de 22 de Agosto de 2013.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDINEI SGANZERLA, matrícula 544-4, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 24/02/2010 a 23/02/2011 e gozo de 15/08/2013 a 29/08/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22/08/2013.

Ipumirim - SC, 22 de agosto de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Irineópolis**

**PREFEITURA**

### **Extrato de Contrato 127/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
CONTRATO Nº 127/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 127/2012 - CLAUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, § 1º inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Sétima do Contrato n.º 127/2012, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 17.12.2013, conforme solicitado através do Ofício nº 724-A/2013. CLAUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 19 de agosto de 2013.



Município de Irineópolis  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Contratante

WILMAR DA COSTA MARTINS JUNIOR  
W. L. A. ASSESSORIA LTDA.  
Contratada

## Itapiranga

### PREFEITURA

#### Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL PARA  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 141/2013, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos de informática e eletrônica, para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos das diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 06 de setembro de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 22 de agosto de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

## Itapoá

### PREFEITURA

#### Ata do Pregão Presencial Nº 47/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013  
ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 23/08/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros VALERIO PACHECO, ISABELA RAICIK DUTRA POHL, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 47/2013, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)  
REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA  
GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO -ME

Representantes (Credenciados)  
LUIZA SCHMITZ REGIS  
SERGIO LUIS KONDLATSCH

Analizados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sobpena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO -ME	27.900,0000	0,0000
2	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	8.027,0000	0,0000
3	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	10.215,0000	0,0000
4	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	1.747,0000	0,0000
5	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	8.000,0000	0,0000
6	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	1.670,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que, todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	29.659,0000
GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO -ME	27.900,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a

tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 23/08/2013.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio

VALERIO PACHECO

ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Presentes na sessão

CENITA SCHIZZI DANI

Assinantes

Representantes

Assinatura

. .REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA . .

. .GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO -ME . .

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

### **Lei N° 4.373 de 23 de Agosto de 2013.**

LEI N° 4.373 DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS  
A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara  
de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
LEI:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a  
promover o repasse de recursos financeiros ao CENTRO DE TRA-  
DIÇÃO GAÚCHA PORTEIRA DO OESTE, no valor de R\$ 20.000,00  
(vinte mil reais), em parcela única, destinados para realização de  
evento, conforme Plano de Aplicação, parte integrante desta LEI.  
Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o  
"caput" deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva  
prestação de contas no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da  
liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei, corre-  
rão por conta da Dotação Orçamentária do superávit do exercício  
financeiro de 2012.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 23 de agosto de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

### **Aditivo Contrato 83/2013 PMJ TA 01** CONTRATO N° 83/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro,  
378, inscrito no CNPJ/MF sob n° 82.939.380/0001-99, neste ato  
representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante deno-  
minado CONTRATANTE, e a Empresa CLACIANE APARECIDA RE-  
GINATTO ME inscrita no CNPJ/MF sob o n° 05.663.800/0001-06,

estabelecida na RUA SANTO ANTONIO, 437, Bairro PRIMAVERA,  
no Município de XAXIM/SC, doravante denominada CONTRATADA,  
neste ato representada pelo Sra. CLACIANE A. REGINATTO, por-  
tador da C. I. n° 4.035.632 e CPF n° 041.560.949-60, residente  
e domiciliado na cidade de XAXIM/SC, celebram entre si o pre-  
sente TERMO ADITIVO ao contrato n° 83/2013/PMJ, firmado em  
18/07/2013, proveniente do Processo de Licitação n° 73/2013/  
PMJ - Edital PP n° 43/2013/PMJ, homologado em 18/07/2013,  
cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA de serviços de re-  
presentação artística (artistas de música e grupo/banda musical)  
para a apresentação de diversos shows nos eventos comemorati-  
vos aos 96 anos do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁU-  
SULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO e a  
CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO, nos  
seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**

Em face às fortes precipitações pluviométricas previstas para ocor-  
rerem nos dias programados para a realização dos eventos, os  
subitens 1.2.2.1 e 1.2.2.2 do contrato original, passam a ter a  
seguinte redação:

1.2.2.1. A apresentação relativa ao item 3 (artista ARMANDINHO  
e grupo musical de acompanhamento) será realizada por ocasião  
do Aniversário do Município, no dia 01 de setembro de 2013, na  
Praça da Catedral, centro, com início previsto para as 21 horas;

1.2.2.2. A apresentação relativa ao item 4 (grupo artístico BANDA  
MERCOSUL) será realizada por ocasião do Aniversário do Municí-  
pio, no dia 08 de setembro de 2013, na Praça da Catedral, centro,  
com início previsto para as 21 horas;

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO**

Tendo em vista a transferência das datas de realização dos even-  
tos constante na cláusula primeira deste Termo, a vigência do  
contrato fica prorrogada para 30 de setembro de 2013, em con-  
formidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões  
oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer ou-  
tro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, junta-  
mente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para  
todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 18 de julho de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito

CLACIANE APARECIDA REGINATTO ME

CLACIANE APARECIDA REGINATTO

Testemunhas: 1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_



**Ordem de Serviço N° 203/2013/PMJ - Recebida Em 21/08/2013**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 203/2013

Autorizo por meio desta, a empresa GRUBER INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA, CNPJ/MF nº 03.620.753/0001-98 a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma da cobertura do prédio sede da Prefeitura do Município de Joaçaba, Santa Catarina de acordo com o Processo de Licitação nº 77/2013/PMJ - Tomada de Preços nº 15/2013/PMJ, homologado no dia 21/08/2013. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 163.230,78 (cento e sessenta e três mil, duzentos e trinta reais e setenta e oito centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Terceira do Contrato nº 106/2013/PMJ, de 21 de agosto de 2013. O prazo para vigência do início dos serviços é de até 10 (dez) dias e o prazo para execução é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de recebimento da presente Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 21 de Agosto de 2013

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: GRUBER INDUSTRIA DE ESQUADRIAS E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA

Representante: EDUARDO GRUBER

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_

CPF: 004.527.979-93

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**SIMAE****Contrato JHL 0078/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0078/2013  
TOMADA DE PREÇOS JHL Nº 0004/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0038/2013  
PROTOCOLO JHL 1999/2013  
Data: 22/08/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE SANEAMENTO, NÃO EXCLUSIVO, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS PARA O SIMAE.

Contratado: J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

Valor do Contrato: R\$ 2.699,00 (Dois mil, seiscentos e noventa e nove reais)

Programa/atividade - 14.01.17.512.00029.2060

Elemento - 33.90.39.11.00.00

Prazo de vigência: 01/09/2013 a 31/08/2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**José Boiteux****CÂMARA MUNICIPAL****Processo Licitatório 002/2013**

CÂMARA DE VEREADORES

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2013

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2013

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Tomada de Preço, no dia 11/09/2013, às 09:00 horas, tendo como local, a Sede da Câmara de Vereadores de José Boiteux, sito a Avenida 26 de Abril, nº26 sala 2, Referente ao fornecimento de materiais diversos e prestação de serviço de mão de obra para a construção da 5ª etapa do Prédio da Câmara Municipal de Vereadores, no município de José Boiteux/SC, de acordo com as condições fixadas neste instrumento e seus anexos. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 08:00 às 11:30 horas no Departamento de Licitações da Câmara, no endereço acima, ou pelo fone/fax (47) 3352-7184.

José Boiteux/SC, em 23 de Agosto de 2013.

GENESIO PEREIRA

PRESIDENTE

**Lages****PREFEITURA****PP 66-2013 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 66-2013 PML

Objeto: Aquisição de Servidores para Softwares

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 12/09/2013 às 09:00

Valor Estimado: 31.515,33

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de agosto de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### Portaria N° 302/2013 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA No. 0302/2013 de 22 de Agosto de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

#### RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, ROSELI FERREIRA, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 22/10/2013.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 22 de Agosto de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### Homologação Processo Licitatório

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL N° 25/13

PROCESSO LICITATÓRIO N° 43/13

HOMOLOGAÇÃO: 23/08/13

CONTRATADO: CARBONI DISTRIBUIDORA VEICULOS LTDA

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para conserto de um Micro-ônibus Daily Cityclass 70C16 ano/modelo 2011/2012, pertencente à Secretaria de Educação, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.000,04 (dezesesseis mil reais e quatro centavos)

DATA: 23/08/13  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### Errata Decreto N.º 059/2013

RETIFICAÇÃO DO DECRETO N° 054/2013

Considerando erros nos valores do Decreto 059/2013, publicado

no Diário Oficial dos Municípios/DOM, publicado na edição 1309, de 23 de agosto de 2013, página 168/170, retifica-se o referido decreto, para a seguinte redação:

DECRETO N° 059, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 982, de 21 de agosto de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	221.572,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	221.572,00
Função	12	Educação	75.572,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	75.572,00
Programa	0004	Educação é Tudo	75.572,00
Projeto/ Atividade	2.008	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	75.572,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	56.252,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	56.252,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	56.252,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUN-DEB	56.252,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	19.320,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	19.320,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos/Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	19.320,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUN-DEB	19.320,00
Função	12	Educação	146.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	146.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	146.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	146.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	146.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	137.700,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	137.700,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	137.700,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.300,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.300,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos-Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	8.300,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	8.300,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....			221.572,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	221.572,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	221.572,00
Função	12	Educação	131.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	16.487,00
Programa	0004	Educação é Tudo	16.487,00
Projeto/ Atividade	2.008	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	16.487,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.487,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	16.487,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	16.487,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	16.487,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	9.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	9.000,00
Projeto/ Atividade	2.009	Transporte Escolar - Ensino Infantil	9.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	9.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	9.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	23.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	23.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	23.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	23.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	23.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	23.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	23.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	27.085,00
Programa	0004	Educação é Tudo	27.085,00

Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Infantil	27.085,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	27.085,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	18.465,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	18.465,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	18.465,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.620,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos-Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	8.620,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	8.620,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	96.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	96.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	96.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	96.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	80.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	80.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	16.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos-Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	16.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	16.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	35.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	35.000,00
Projeto/ Atividade	2.009	Transporte Escolar - Ensino Infantil	35.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	35.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos-Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.000,00

Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	5.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	15.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	15.000,00
Projeto/ Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto - Ensino Infantil	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	3.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....			221.572,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de Agosto de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Declaração de Licitação Deserta Pregão 49/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO N° 49/2013

Pedro Ari Parizotto- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, objetivando a contratação de empresa, com o fornecimento de Peças e Mão de Obra para conserto da bomba injetora da retroescavadeira Caterpillar 416 E, ano 2007 numero 133, e da bomba injetora do micro ônibus volare w8 placa MCT 8307, foi DECLARADA DESERTA, no dia 23 de agosto de 2013 as 08:30 horas. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 23 de agosto de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação N° 03/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 03/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, para contratação de serviços de internamento de longa permanência para paciente idoso portador de distúrbio mental, conforme determinação Judicial, constante nos autos nº 242.08.000747-3.

CONTRATADA: VERA LEANDRA BISONHIM E CIA LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 8.136,00 (oito mil cento e trinta e seis reais)

VIGÊNCIA: Até 20 de agosto de 2014.

Lindóia do Sul, SC, 21 de agosto de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Edital de Processo Seletivo 007/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 007/2013 de 22 de agosto de 2013.

"ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e suas alterações posteriores e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna, para contratação e para substituição de servidores em afastamentos legais;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população;

Considerando que não há mais aprovados para a Educação Infantil no Processo Seletivo que estejam disponíveis para contratação,

Considerando a necessidade de substituição de professoras que entrarão em licença gestação e licença de saúde;

Considerando a inexistência de tempo para realização de novo Processo Seletivo de provas e títulos, uma vez que o ano letivo já está no segundo semestre, e visando não prejudicar os alunos, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

#### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES de Luzerna(SC)

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vagas na forma de substituição de servidoras em afastamentos legais, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.



**II - DAS INSCRIÇÕES**

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 22 a 27 de agosto de 2013, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o emprego/função, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.2.4. Ser portador de CPF válido;

2.2.5. Gozar de boa saúde;

2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverá ser anexado o currículo do candidato, juntamente com todos os documentos necessários para comprovação do mesmo.

2.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos.

2.5. Às inscrições realizadas por procuração deverá estar anexa cópia do RG e CPF, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato.

2.6 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7 Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.11. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.12. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.13. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento

de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

**III - DA SELEÇÃO**

3.1. A seleção será feita objetivamente pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:

3.1.1 - Pós-Graduação em nível de Doutorado na área - 5,00 pontos;

3.1.2 - Pós-Graduação em nível de mestrado na área - 4,00 pontos;

3.1.3 - Pós-Graduação em nível de Especialização na área - 3,00 pontos;

3.1.4 - Habilitação específica de Licenciatura Plena completa - 2,00 pontos;

3.1.5 - Cursando a partir da 6ª fase do ensino superior na área específica - 1,00 ponto;

3.1.6 - Magistério em nível de 2º grau ou outra habilitação concluída - 0,50 pontos;

3.1.7 - Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina e área de ensino, realizados a partir do ano de 2011 - 0,5 décimos para cada 40 horas de curso freqüentado e/ou ministrado (limitado a 160 horas);

3.1.8 - Tempo de Serviço no Magistério no Município de Luzerna (inclusive como estagiário) - 1,00 ponto para cada ano de serviço;

3.1.9 - Tempo de Serviço no Magistério (em outros municípios) - 0,80 pontos para cada ano de serviço;

3.2 - Na contagem dos títulos referentes à habilitação constantes nos itens 3.1.1 a 3.1.6, a habilitação maior prevalecerá sobre a menor, não sendo cumulativa;

3.2.1 - Apenas será válida e computada para pontuação, habilitação em conformidade com o disposto no Anexo I deste Edital, e para os cursos de pós-graduação, aqueles com enfoque pedagógico.

3.3 - A pontuação obtida nos itens 3.1.7 a 3.1.9 será somada à pontuação referente à habilitação de que trata os itens 3.1.1 a 3.1.6.

3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

**IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**

4.1. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

**V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo;

5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

a) maior habilitação;

b) maior tempo de serviço no Município;

c) maior tempo de serviço;

d) maior idade.

5.3 A classificação final obedecerá a divisão em Professor II - Habilitado, para os que tiverem a graduação concluída na área, e Professor Não Habilitado, para aqueles que estiverem cursando a partir da 6ª fase do curso de licenciatura na área específica ou tenham concluído o Magistério em nível de 2º grau ou outra habilitação concluída.

**VI - DA HOMOLOGAÇÃO**

6.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Murai Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br).

**VII - DA CONTRATAÇÃO**



7.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Nível de escolaridade exigido para o emprego, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;
- c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal de Luzerna;
- e) Cópia dos seguintes documentos:

1. Documento de Identidade (RG)
2. Cadastro de Pessoa Física
3. Certidão de Casamento
4. Certidão de Nascimento de Filhos
5. Carteira de Trabalho
6. uma (01) foto 3x4.

7. demais documentos, conforme especificação do emprego, descrito no Anexo I deste Edital.

7.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

7.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

#### VIII - DO FORO JUDICIAL

8.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

9.2. Este Processo Seletivo terá validade durante o ano letivo de 2013, podendo ser prorrogado por mais um ano letivo.

9.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

9.4. O candidato classificado no Processo Seletivo que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, será reclassificado para o último lugar dos classificados.

9.5. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

9.6. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

9.7. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.

9.8. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Do Emprego, Vencimentos e Habilitação Mínima;

ANEXO II - Das Atribuições do Emprego;

ANEXO III - Do Cronograma Previsto.

Luzerna(SC), 22 de agosto de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### DO EMPREGO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Professor II – Professor da Educação Infantil * **	40h	R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do curso de licenciatura na área específica ou tenham concluído o Magistério em nível de 2º grau ou outra habilitação concluída.

\* A carga horária constante deste Anexo é meramente exemplificativa, visando demonstrar o vencimento para a carga horária máxima, sendo que, a Administração Municipal reserva-se o direito da contratação conforme a necessidade de substituição de servidor em afastamento legal, complementação de carga horária ou regência de classe de aulas excedentes, não havendo, pois, número de vagas fixas, sendo a carga horária proporcional à necessidade, e os vencimentos também proporcionais à carga horária realizada, podendo essa ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais.

\*\* O candidato aprovado que não tiver concluído a graduação na área específica no momento da convocação será contratado como Professor Não-Habilitado e receberá o equivalente a 70% do valor inicial de carreira do Professor I, conforme §7º do art.9º da Lei Complementar n° 033/03.

#### ANEXO II

#### DAS ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

Realizar o exercício da docência em classes de Educação Infantil e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

#### DESCRIÇÃO DETALHADA:

planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;  
participar do processo de planejamento das atividades da escola;  
cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar;  
elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino;  
executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;  
contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
participar de processos seletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário;  
colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;  
avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;  
estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento;  
atualizar-se em sua área de conhecimento;  
participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino;  
cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional;  
zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente;  
manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s);

seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório por escrito;  
manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário;  
comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar;  
preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado;  
manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar;  
manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho;  
executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

### ANEXO III DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	22/08/2013
Período de Inscrições	22 a 27/08/2013
Análise dos currículos	28/08/2013
Homologação final do Processo Seletivo	28/08/2013

### Edital de Convocação - Fórum Eletivo Conselho de Habitação EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocadas as e entidades privadas, bem como, segmentos da sociedade ligados à área de habitação, e movimentos populares com atuação no Município de Luzerna(SC), em conformidade com a lei municipal nº 044 de 26 de maio de 1997 alterada pela lei nº 1126 de 09 de julho de 2013 para participarem do FÓRUM ELETTIVO que será realizado no dia 20 de setembro de 2013, as 14hrs no Centro de Múltiplo Uso, sito a Av. 16 de fevereiro, 161, Centro, no Município de Luzerna, que elegerá os representantes da Sociedade Civil para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Luzerna, biênio 2013/2015. Serão credenciadas as entidades que preencherem os seguintes requisitos: Estarem legalmente constituídas e em regular atuação no Município; Não possuírem fins lucrativos. Compete ao Fórum Eletivo eleger 04 (quatro) representantes titulares e 04(quatro) representantes suplentes, sendo ¼ (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE LUZERNA, biênio 2013/2015. Os representantes que se candidatarem, ao se inscreverem, deverão apresentar: fotocópia de seus documentos pessoais, comprovante de endereço, e Estatuto da entidade que representa com as suas alterações; ata de eleição da atual Diretoria.  
Os documentos acima relacionados deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 16 de setembro de 2013, na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social com a Assistente Social Joviane Colombelli.

Cada Entidade deverá encaminhar seu representante devidamente credenciado (delegado).

Luzerna(SC), 21 de agosto de 2013.  
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROEHR  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

## Maracajá

### PREFEITURA

#### Lei 939/2013

LEI Nº 939 DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

AUTORIZA O PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar débitos do Município de Maracajá, Estado de Santa Catarina, para com a FAZENDA NACIONAL relativo às contribuições previdenciárias de responsabilidade deste município, nos exatos termos e limites da Lei Federal nº 12.810 de 15 de maio de 2013, com conversão da Medida Provisória nº 589 de 13 de novembro de 2012, no valor de R\$ 1.351.785,70 (um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais, setenta centavos), apurado até 28 de fevereiro de 2013, relativo a contribuições previdenciárias, não recolhidas nos períodos de 1997 à 2008.

§ 1º O débito de que trata o caput será corrigido na forma da legislação previdenciária em vigor, com parcelas vencíveis conforme Termo de Parcelamento a ser assinado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O pagamento do débito corrigido será efetuado conforme Termo de Parcelamento em 240 (duzentos e quarenta) parcelas, vencíveis e recolhidas mensalmente.

Art. 2º O Poder Executivo consignará nas Leis Orçamentárias anuais os dispositivos legais e as dotações orçamentárias com valor suficiente para suportar os pagamentos dos débitos especificados nesta LEI.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria do corrente exercício, podendo ser suplementada se necessário, na forma da Lei em vigor.

§ 1º As parcelas pagas mensalmente serão descontadas automaticamente do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) do município de Maracajá/SC pela Fazenda Nacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, 22 de Agosto de 2013.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 22 de Agosto de 2013.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

#### Decreto Nº 54/2013

DECRETO Nº 54 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ESTABELECE A REVISÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DE DEFICIT ATUARIAL, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 875 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 73, inciso VII da Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Nº 875 de 08 de novembro de 2011, em seu art. 2º, § 2º,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecida a revisão do Plano de Amortização para equacionamento de déficit atuarial, em conformidade com o § 2º do art. 2º da Lei nº 875 de 08 de novembro de 2013, nos termos do artigo seguinte.

Art. 2º Conforme indicado no Parecer Atuarial do exercício de 2013, o valor do passivo atuarial do Município de Maracajá/SC é de R\$ 3.683.723,50 (três milhões e seiscentos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), que será amortizado no curso de 30 anos a uma taxa suplementar inicial de 5,77% (cinco vírgula setenta e sete por cento) no ano de 2013, de acordo com a tabela abaixo:

Art. 3º A taxa suplementar de que trata o caput passará a vigor a partir de 01 de Setembro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, 20 de Agosto de 2013.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o Presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 20 de Agosto de 2013.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**Portaria 326/2013**

Portaria N.º 326 de 12 de agosto de 2013.

EXONERA O SERVIDOR APOSENTADO ADELINO DE OLIVEIRA NUNES EM RAZÃO DE SEU FALECIMENTO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições prevista no Art. 73, VII da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º Exonerar o servidor aposentado Adelino Oliveira Nunes aposentado pelo Decreto nº 33/2010, tendo em vista o seu falecimento ocorrido em 9 de agosto de 2013, conforme Certidão de Óbito - Matrícula: 108068 01 55 2013 4 00024 235 0010793 62.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 9 de agosto de 2013.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de agosto de 2013.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de agosto de 2013.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**Portaria 327/2013**

Portaria nº 327 de 12 de agosto de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear ANDRÉ DA SILVA, brasileiro, maior, nascido em 12 de janeiro de 1980, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas

do Ministério da Fazenda sob o nº 032.080.229-99, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 12 de agosto de 2013 podendo vigorar até 27 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de agosto de 2013.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de agosto de 2013.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**Portaria 328/2013**

Portaria nº 328 de 15 de agosto de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear Maria Karina Waterkemper, brasileira, maior, nascida em 11 de fevereiro de 1982, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 029.915.759-80, para exercer o cargo de Monitor de Ônibus - ACT, 40 horas, no período de 15 de agosto de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de agosto de 2013.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de agosto de 2013.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**Portaria 329/2013**

Portaria nº 329 de 15 de agosto de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear EDINÉIA MOTA, brasileira, maior, nascida em 30 de março de 1989, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 068.868.489-09, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 15 de agosto de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de agosto de 2013.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de agosto de 2013.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração



**Portaria 330/2013**

Portaria n° 330 de 15 de agosto de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei n° 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CRISTIANO FLORÊNCIO, brasileiro, maior, nascido em 11 de novembro de 1975, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n° 942.338.299-15, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, em substituição a servidora Lays Laurentino Costa que se encontra de Licença.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de agosto de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de agosto de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

## Massaranduba

### PREFEITURA

**Lei N° 1526 de 20 de Agosto de 2013**

LEI Nº 1526 DE 20 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para 2014 e dá outras providências

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

**I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de Massaranduba, para o exercício de 2014, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

**II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar n° 101/2000, são as identificadas nos anexos desta lei, e que contera ainda:

- Anexo - Demonstrativo da Receita;
- Anexo - Demonstrativo dos Programas;
- Anexo - Demonstrativo das ações por Programa;
- Anexo - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por ações;
- Anexo - Demonstrativo das Metas Fiscais;
- Anexo - Demonstrativo do Desdobramento das Metas Fiscais por quadrimestre;
- Anexo - Demonstrativo dos Riscos Fiscais;
- Anexo - Demonstrativo da priorização de recursos para obras em andamento e conservação do Patrimônio Público;
- Anexo - Estimativa e Compensação da renúncia de receita;
- Anexo - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

**III - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2013**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**IV - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificações da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria

Conjunta 03/2008.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas à seus Fundos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de despesa, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei nº 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria econômica, conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XV - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014. (Art. 5º, III);

XVI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada fonte na composição da Receita total (Princípio da transparência Art. 48 da LRF)

II - Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa (Princípio da transparência Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### V - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 Os Orçamentos para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art.12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não



comprometidos.

Art. 15 Os orçamentos para o exercício de 2014 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 16 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, Parágrafo 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, constantes do anexo específico desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 20 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida

pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda ao valor do limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 22 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Art. 23 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 24 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 25 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 26 Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 27 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações, e contemplados na Lei Orçamentária para 2014, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 29 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 30 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 28 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo

13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VII- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 31 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF). Poderá ainda o Executivo Municipal contribuir para plano de assistência à saúde dos servidores municipais, de acordo com a disponibilidade financeira.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 32 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 33 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 34 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Massaranduba, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 36 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF).

Art.37 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2ºda LRF)

#### IX- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 38 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 22/12/2013.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 39 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014.

Art. 41 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 20 DE AGOSTO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

#### Lei Nº. 1525 de 20 de Agosto de 2013

LEI Nº. 1525 DE 20 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o Quadriênio 2014/2017 e dá outras providências.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017 serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta LEI.

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Massaranduba para o quadriênio 2014/2017, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as despesas relativas aos programas de duração continuada estando expresso nas planilhas dos anexos desta LEI.

Art. 3º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos desta Lei, serão estruturadas em programa, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VI- Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 4º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçadas a preços correntes com projeção de inflação em torno de 6% ao ano.

Art. 5º As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara.

Art. 6º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta LEI.

Art. 8º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 20 DE AGOSTO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### **Decreto N°. 2745 de 22 de Agosto de 2013**

DECRETO N°. 2745 DE 22 DE AGOSTO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012,

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2032 - Manutenção da Farmácia Básica  
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 36701 - Farmácia Básica R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 22 DE AGOSTO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### **Decreto N°. 2746 de 22 de Agosto de 2013**

DECRETO N°. 2746 DE 22 DE AGOSTO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População  
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 16405 - Programa Saúde Bucal R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População  
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 16405 - Programa Saúde Bucal R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 22 DE AGOSTO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### **Lic 64.2013 PP 28.2013 Rp - Ipi´S**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 64/2013 -

PREGÃO PRESENCIAL - N°. 28/2013 - multientidade

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o e Decreto Municipal nº. 2.051, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços, com adjudicação por item, visando a aquisição de EPI´S para os servidores públicos do Município de Massaranduba

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 05/09/2013  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 05/09/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada



na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 22 de Agosto de 2013.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito

ANNA K. R. FRANS  
Gestora do Fundo Municipal

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 324/2013

PORTARIA n.º 324/2013  
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal PATRÍCIA MATHEOS MIGUEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 02 de abril de 2005 a 31 de março de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Agosto de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### Portaria N.º 325/2013

PORTARIA n.º 325/2013  
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

#### CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora GREICE KELLI MANOEL SERAFIM, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na APAE, em substituição à Servidora

Patricia Matheos Miguel, em virtude de Licença Prêmio.  
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Agosto de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### Portaria N.º 326/2013

PORTARIA n.º 326/2013  
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A Pedido, a Senhorita MICHELLI CADORIN PIAZZA, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, sendo 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini e 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus a partir de 23/08/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 100/2013.

Meleiro, 23 de Agosto de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### Portaria N.º 327/2013

PORTARIA n.º 327/2013  
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora JOYCE FRANCISCO VALNIER, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, sendo 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini e 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli



Nápole, até o término das aulas.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **Portaria N.º 328/2013**

PORTARIA n.º 328/2013

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n° 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n° 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da Licença saúde, a servidora IVONETE MINATO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 219/2013.

Meleiro, 23 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Navegantes

**PREFEITURA**

### **Errata Lei Complementar 180**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N° 180 DE 22 DE MAIO DE 2013

ALTERA A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO CARGO DE PRODUTOR CULTURAL CRIADO PELA LEI COMPLEMENTAR N° 177 DE 30 DE ABRIL DE 2013

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º A habilitação profissional do cargo de Produtor Cultural, criado pela lei complementar n° 177 de 30 de abril de 2013, prevista no anexo II da referida lei, passará a ser a seguinte:

Produtor Cultural Portador de Diploma de Curso Superior em Música, Produção Audiovisual, Teatro, Dança e Artes Visuais.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **Substitui Membro Na Comissão Permanente de Licitações**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 3113 DE 23 DE AGOSTO DE 2013

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O ANO DE 2013

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, combinado com a lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I SUBSTITUIR LÚCIA HELENA DE SOUZA por DOUGLAS LEMOS na Comissão Permanente de Licitações para o ano de 2013, instituída pela Portaria 1165 de 1º de março de 2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 23 DE AGOSTO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 14/2013 Fmv

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2013 FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS PARA USO DA DELEGACIA DE POLICIA DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: dia 10/09/2013 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 10/09/2013 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 23 de agosto de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Decreto N° 093/2013

DECRETO N° 093 DE 22 DE AGOSTO DE 2013

Cria a Comissão Multidisciplinar de Sistematização da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento/SC,

DECRETA:  
DA COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR DE SISTEMATIZAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Art. 1º Constitui-se a Comissão Multidisciplinar de Sistematização da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento, composta dos seguintes membros:

N°	Nome	Cargo/Função
01	Luiz Carlos Orsi	Secretário Municipal de Educação e Esporte
02	Lilian Cristiani Fontanelli	Secretária Adjunta de Educação
03	Fabiana Marchiori	Diretora de Ensino
04	Naide Feller	Supervisora de Ensino Fundamental
05	Ana Miria Cipriani Marchi	Supervisora da Educação Infantil
06	Hindyanara A .dos Passos	Supervisora da Educação Especial
07	Rosilda Maria Dalri Merizio	Professora
08	Eloiza Tridapalli Dalri	Assistente Administrativo
09	Juliana Marchiori Vinotti	Professora
10	Maria Goreti dos Santos	Professora

§ 1º A Comissão Multidisciplinar de Sistematização da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento compromete-se a adotar uma metodologia participativa e democrática, envolvendo entidades representativas das etapas e modalidades ofertadas pela rede de ensino.

§ 2º São atribuições da Comissão Multidisciplinar de Sistematização da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento:

Representar os profissionais da educação que atuam nas etapas e

modalidades ofertadas pela rede ensino (Educação Infantil de 0 a 3 anos e 4 a 5 anos; Alfabetização, professores dos 4º e 5º anos e professores representantes de cada uma das áreas de conhecimento dos anos finais), além da equipe técnico-pedagógica da Secretaria de Educação nas discussões relativas a complementação da Proposta Pedagógica Municipal;

Fls. 02 Decreto n° 093/2013

Comparecer as reuniões e encontros para estudar, promover apreciação crítica e deliberar sobre os documentos que comporão a Proposta Pedagógica Municipal;

Analisar os textos relativos à Proposta Pedagógica Municipal, emitindo pareceres e acompanhando a reformulação dos textos;

Propor temas, conceitos e referências bibliográficos para a construção da Proposta Pedagógica Municipal;

Reunir os professores para discussão, análise, apreciações e proposições aos documentos produzidos;

Acompanhar o processo de comunicação dos resultados do trabalho relativo a Proposta Pedagógica Municipal junto aos profissionais da educação que atuam nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

Sistematizar os documentos dos encontros com os professores, além do texto final da Proposta Pedagógica Municipal;

Elaborar um plano de implementação da Proposta Pedagógica Municipal;

Art. 2º Os membros da Comissão Multidisciplinar de Sistematização da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento, ficarão sob a coordenação do Secretário Municipal de Educação que:

Indicará profissional para a coordenação dos trabalhos na primeira reunião de trabalho.

Estabelecerá agenda de atividades.

Acompanhará por meio de relatórios, o andamento das atividades.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e findam-se seus objetivos ao final da conclusão do plano de implementação da Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Trento, 22 de agosto de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado neste Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário M. Administração e Finanças

#### Decreto N° 094/2013

DECRETO n° 094/2013

CONVOCA OS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 09/2013 QUE NOMINA PARA COMPARECIMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao

Setor de Recursos Humanos, no dia 26 de agosto de 2013, munidos da documentação abaixo relacionada, observando o grau de instrução dos respectivos cargos:

- I - Cópia da Carteira de Identidade;
  - II - Cópia do CPF;
  - III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
  - IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);
  - V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
  - VI - 01 (uma) foto 3/4
  - VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;
  - VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;
  - IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;
  - X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);
  - XI - Inscrição no PIS/PASEP;
  - XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);
  - XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;
  - XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.
- Art. 2º A efetiva contratação dos convocados dar-se-á a partir do dia 27 do mês de agosto de 2013.
- Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 4º Registre-se e publique-se na forma da LEI.

Nova Trento/SC, 23 de agosto de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 094/2013)

#### CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
01	Denize Monteiro Soares
02	Adriana Costa
03	Ires Niemaier

#### Resultado Habilitação - Concorrência N° 004/2013

Resultado do Julgamento da Habilitação - Processo Licitatório nº 082/2013 - Concorrência nº 004/2013 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é o registro de preços de medicamentos para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade e Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, houve a participação das seguintes empresas licitantes: WINCORP FARMA LTDA., CIRÚRGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., MAURO MARCIANO COM. DE MEDICAMENTOS LTDA., CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS

FARMACEUTICOS LTDA., DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CITOPHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA., KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., SÓDROGAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CORRELATOS PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA., CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. - MINAS, E AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Da análise e julgamento da HABILITAÇÃO, decidi a comissão: DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DECIDIU A COMISSÃO: A) HABILITAR PARA A SEQUENCIA DO CERTAME AS EMPRESAS: FUFA-SC, JAW, CENTERMEDI, ANDROMEDA, ALTERMED, PROSAUDE, MAURO MARCIANO, CRISTÁLIA, DIMASTER, 1000MEDIC, SANTA CRUZ, PROMEFARMA, VICTORIA, CITOPHARMA, KFMED, SODROGAS, LICIMED, CIAMED, RIOCLARENSE E AGLON; B) INABILITAR A EMPRESA WINCORP POR APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, NÃO COMPATÍVEL COM O SOLICITADO NO EDITAL (FALTA DE AUTENTICAÇÃO); C) DAR CIENCIA AOS PARTICIPANTES DA DECISÃO DA COMISSÃO; D) MARCAR PARA DIA 02/09/2013 AS 09:00 HORAS A FASE DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.

Nova Trento (SC), 22 de agosto de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

## Papanduva

### PREFEITURA

#### Dispensa de Licitação N° 128/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dispensa de Licitação nº 128/2013.

Objeto Contratação de serviços médicos de neuropediatria. Contratante: Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva. Contratado: STOLTE E COSTA CLINICA MEDICA LTDA ME. Justificativa Trata-se da contratação de serviços médicos de neuropediatria, destinada à manutenção dos Serviços de saúde do Fundo Municipal de Saúde, sendo estes profissionais indispensáveis para o atendimento às crianças do município, como também para acesso dos munícipes a unidade de saúde básica e a falta destes serviços colocará em risco a saúde e a vida dos cidadãos. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, combinado com o Artigo 26, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada. Prazo de vigência: a realização desta dispensa de licitação terá início em 22 de agosto de 2013 e duração de 60 dias. Valor total: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Papanduva, 22 de agosto de 2013

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## Paulo Lopes

### PREFEITURA

#### Lei Complementar N° 034/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 034 DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

Altera a Lei Complementar nº. 30 de 10 de Setembro de 2010 "Define o novo Perímetro Urbano e de Expansão Urbana do Município de Paulo Lopes".

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica incluída área no Perímetro Urbano de Paulo Lopes.

Art. 2º A área urbana incluída esta descrita e ilustrada os anexos I e II, ambos integrantes desta LEI.

I- ANEXO I: Memorial Descritivo da área inclusa;

II- ANEXO II: Mapa da alteração do Perímetro Urbano e de Expansão Urbana.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei Complementar no Diário Oficial dos Municípios no dia 26 de agosto de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

#### Lei Complementar N° 035/2013

LEI COMPLEMENTAR N.º 035 DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Altera o Anexo 2 da Lei Complementar nº. 31 de 10 de Setembro de 2010 que "Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal do Município de Paulo Lopes, e dá outras providências".

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Altera-se o Anexo 2 da Lei Complementar nº. 31 de 10 de Setembro de 2010, incluindo o mapa e memorial descritivo constantes nos anexos desta LEI.

Art. 2º . Art1º - A área ilustrada pelo ANEXO A desta Lei e definida geograficamente pelo Memorial Descritivo no ANEXO B fica estabelecida como Zona de Expansão Habitacional (ZEH), regida conforme os dispositivos da Lei Complementar nº 31 de 10 de Setembro de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo municipal do Município de Paulo Lopes, e dá outras providências.

Art. 3º Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, em 23 de Agosto de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 26 de fevereiro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

## Porto União

### PREFEITURA

#### Lei N° 4.166/2013

LEI N° 4.166, de 21 de agosto de 2013.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 11.704,73 (Onze mil, setecentos e quatro reais e setenta e três centavos):

ÓRGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE 2087 - Programa IGD - SUAS

MODALIDADE 4490 - 170 - Aplicações Diretas novo 11.704,73

TOTAL DO CRÉDITO 11.704,73

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro, na Fonte 170 - Recursos de Convênios com a União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### Decreto N° 273/2013

DECRETO N° 273, de 16 de agosto de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO 1003 - Construção Centros de Educação Infantil

MODALIDADE 4490 - 104 - Aplicações Diretas 28 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 10.000,00



Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, na Fonte 104.  
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 16 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Edital de Convocação 101/2013

Edital de convocação 101/2013

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, APROVADO no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 07/08/2013 a 14/08/2013, no horário das 08:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar as fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens sou Cópia do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega junto a Chefia de Recursos Humanos dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

### CARGO DE TÉCNICO DE PEDAGOGO

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
ADRIELY APARECIDA DE BRITO	5º		

Porto União (SC), 07 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### Edital de Convocação 106/2013

Edital de convocação 106/2013

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANÍZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 23/08/2013 à 29/08/2013, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, a candidata deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

### AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
REGINA JAK	50º		

Porto União (SC), 22 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### Edital de Convocação 107/2013

Edital de convocação 107/2013

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANÍZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 23/08/2013 à 29/08/2013, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, a candidata deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

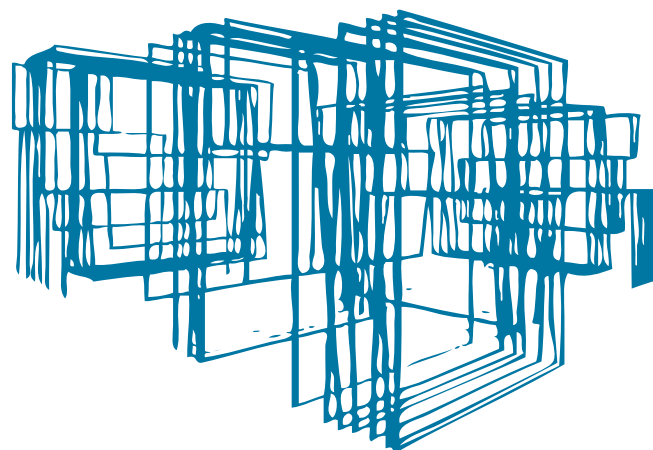
Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01			
NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
MARLI CARRER	51º		

Porto União (SC), 22 de agosto de 2013.

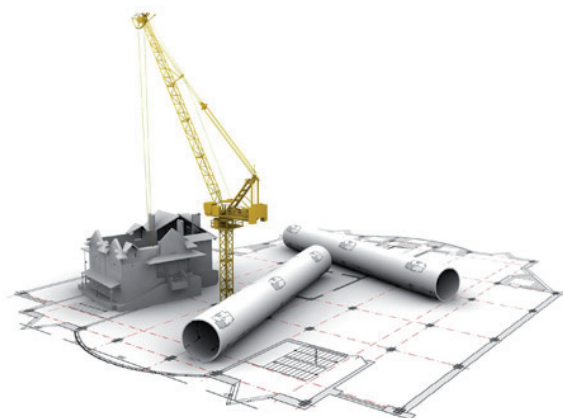
ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Rio do Sul

## PREFEITURA

**Editais por Infração de Trânsito; do N°1739/2013 ao N°1746/2013.**

EDITAIS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO; N°1739/2013, N°1740/2013, N°1741/2013, N°1742/2013, N°1743/2013, N°1744/2013, N°1745/2013, N°1746/2013.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N° 043 1739/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFQ9984	55330756D	6599/2	19/06/2013	230 * V
AJS0218	54692004E	5169/1	29/06/2013	165
AKV8480	54273300E	6920/0	20/06/2013	233
CCR2579	54273662E	6920/0	26/06/2013	233
DIN8549	54273669E	6920/0	28/06/2013	233
DNW5072	55280693D	6599/2	16/07/2013	230 * V
IAZ4092	55331508D	5169/1	22/06/2013	165
IJO5354	54273668E	6920/0	28/06/2013	233
LXK0982	55331445D	6653/2	14/06/2013	230 * XI
LXK3791	54692240E	6610/2	24/07/2013	230 * VII
LXQ8986	55281120D	6750/0	04/07/2013	230 * XXI
LXS9421	54692305E	6610/2	19/07/2013	230 * VII
LXU6204	54692010E	6599/2	06/07/2013	230 * V
LXU6204	54692011E	5010/0	06/07/2013	162 * I
LYB7129	54692301E	6599/2	17/07/2013	230 * V
LYG5650	55329921D	6610/2	29/06/2013	230 * VII
LYG5650	55329922D	6408/0	29/06/2013	221
LYI1263	55329430D	6912/0	17/07/2013	232
LYU9945	54273661E	6920/0	26/06/2013	233
LYY1487	55331304D	5010/0	22/07/2013	162 * I
LYY1487	55331305D	5061/0	22/07/2013	163 c/c 162 * I
LZJ7969	55329428D	5118/0	12/07/2013	164 c/c 162 * I
LZR2607	54692307E	5169/1	20/07/2013	165
LZR2607	54692308E	6556/1	20/07/2013	230 * I
LZT5932	54273253E	6920/0	13/06/2013	233
MAN0314	55331055D	6912/0	07/06/2013	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBB5542	55280738D	6599/2	26/06/2013	230 * V
MBK4245	55280688D	6670/0	29/06/2013	230 * XIII
MBX7781	54273684E	6920/0	05/07/2013	233
MBX7781	55328390D	6599/2	29/06/2013	230 * V
MCF3233	55326644D	6599/2	29/06/2013	230 * V
MCR1239	54273293E	6920/0	20/06/2013	233
MDC5484	54273251E	6920/0	13/06/2013	233
MDM7669	54692314E	6599/2	24/07/2013	230 * V
MDO5392	55331466D	6599/2	27/06/2013	230 * V
MDW5607	54692226E	6599/2	16/07/2013	230 * V
MDX6144	54273702E	6920/0	17/07/2013	233
MFF5861	55281119D	6599/2	28/06/2013	230 * V
MFK5641	55331531D	6599/2	27/06/2013	230 * V
MGH2920	54273279E	6920/0	21/06/2013	233
MHG0724	54273273E	6920/0	14/06/2013	233
MHJ8632	54692356E	5010/0	15/07/2013	162 * I
MHJ8632	54692357E	5061/0	15/07/2013	163 c/c 162 * I
MIP4159	55331480D	6610/2	29/06/2013	230 * VII
MJF0704	54692380E	6599/2	17/07/2013	230 * V
MKE2596	55331414D	6653/2	12/06/2013	230 * XI
MKK1373	54273261E	6920/0	13/06/2013	233
MKS1830	54273264E	6920/0	14/06/2013	233
NPI3433	54273270E	6920/0	17/06/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 22 DE AGOSTO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1740/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJS0218	55331545D	5185/1	29/06/2013	167
BKW8986	55288201D	5541/4	23/07/2013	181 * XVII
CBD2309	55280921D	5568/0	17/06/2013	181 * XIX
CGR6660	55281303D	5541/4	25/06/2013	181 * XVII
KFH8475	54692319E	7234/0	24/07/2013	250 * I * a
KPB0338	55281291D	5541/4	20/07/2013	181 * XVII
LWS8902	55331483D	5185/1	30/06/2013	167
LWS8902	55331484D	7366/2	30/06/2013	252 * VI
LXK0728	55288154D	5568/0	19/07/2013	181 * XIX
LYA1660	55286727D	5541/6	05/07/2013	181 * XVII
LYY3349	55331454D	5967/0	25/06/2013	203 * V
LZJ7969	55329429D	5193/0	12/07/2013	168
LZS8026	54692312E	5525/0	22/07/2013	181 * XV
LZX8079	55280923D	5541/1	24/06/2013	181 * XVII
MAJ8393	55288162D	5541/4	20/07/2013	181 * XVII
MAK3368	55288172D	5541/4	23/07/2013	181 * XVII
MAN6353	55286668D	5568/0	04/07/2013	181 * XIX
MAW0740	55281220D	5541/1	18/06/2013	181 * XVII
MBO9003	55288161D	5550/0	19/07/2013	181 * XVIII
MCB4550	55281039D	5541/4	05/07/2013	181 * XVII
MCF3233	55326645D	7056/2	29/06/2013	244 * III c/c §1º
MCN8510	55286713D	5568/0	03/07/2013	181 * XIX
MDF3802	54692230E	7366/2	17/07/2013	252 * VI
MDM6295	55288030D	5541/2	17/06/2013	181 * XVII
MDM6295	55288040D	5541/2	17/06/2013	181 * XVII
MDY3807	55286658D	7030/2	18/06/2013	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEL4459	55288051D	5541/1	05/07/2013	181 * XVII
MEP7474	55288167D	5541/5	20/07/2013	181 * XVII
MEV1313	55286719D	5541/1	05/07/2013	181 * XVII
MEW0392	55281283D	5487/0	26/06/2013	181 * XI
MGN4886	54692309E	7366/2	22/07/2013	252 * VI
MGP8082	55281218D	5541/1	15/06/2013	181 * XVII
MGY6722	55331518D	7366/2	25/06/2013	252 * VI
MGY6722	55331519D	5703/0	25/06/2013	185 * I
MHV0551	55331426D	6050/1	12/06/2013	208
MHV0551	55331427D	5185/1	12/06/2013	167
MIO1933	55331270D	6050/1	27/06/2013	208
MIR9377	54692397E	6050/1	16/07/2013	208
MIW4447	55330898D	6050/1	28/06/2013	208
MJC8463	54692245E	5835/0	27/07/2013	195
MJC8463	54692246E	6076/0	27/07/2013	210
MJC8463	54692247E	5819/1	27/07/2013	193
MJC8463	54692248E	6050/1	27/07/2013	208
MJC8463	54692249E	5819/5	27/07/2013	193
MJC8463	54692250E	5215/2	27/07/2013	170
MJE5560	55281183D	5541/4	05/07/2013	181 * XVII
MJM3208	54692399E	6050/2	19/07/2013	208
MJZ0140	55330599D	6050/1	21/06/2013	208
MKI2603	55281025D	5541/6	15/06/2013	181 * XVII
MKY5050	55286661D	6050/1	26/06/2013	208
MLH0450	55286726D	5541/5	05/07/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 22 DE AGOSTO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1741/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BHO3061	55331366D	5045/0	06/06/2013	R\$ 191,53	162 * V
BHO3061	55331367D	5142/0	06/06/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
BHO3061	55331368D	6599/2	06/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
CAA0595	55330039D	5169/1	06/04/2013	R\$ 1.915,38	165
CPD1774	55331236D	6408/0	06/06/2013	R\$ 85,12	221
CQV5820	55893844B	6599/2	13/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
CQV5820	55893845B	5045/0	13/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
CQV5820	55893846B	6610/2	13/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
DCK9959	55329865D	6610/2	07/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
IAS3257	55329534D	5045/0	20/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
IAS3257	55329535D	5142/0	20/03/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
IAS3257	55329536D	6912/0	20/03/2013	R\$ 53,20	232
IAS3257	55329537D	6637/1	20/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYP2748	54272951E	6920/0	19/03/2013	R\$ 127,69	233
LYY9990	54272843E	6920/0	15/03/2013	R\$ 127,69	233
LZJ6360	55329842D	6610/2	28/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZU6215	55329959D	5010/0	09/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZU6215	55329960D	5118/0	09/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZU6215	55329961D	6599/2	09/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZY8880	55329958D	5169/1	09/03/2013	R\$ 1.915,38	165
MAT7674	55329586D	5045/0	07/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAT7674	55329588D	6610/2	07/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MBH7852	55330972D	6599/2	09/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBV5244	55330057D	7340/0	26/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MCX6872	54272839E	6920/0	13/03/2013	R\$ 127,69	233
MEE7016	55280062D	5169/1	01/03/2013	R\$ 1.915,38	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEE8203	55328777D	6599/2	09/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEX0106	55330351D	6599/2	02/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFD9905	54272826E	6920/0	08/03/2013	R\$ 127,69	233
MFN1549	55330152D	5045/0	22/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFN1549	55330153D	5142/0	22/03/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MFR5151	55328990D	6599/2	10/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFR5151	55328991D	6408/0	10/04/2013	R\$ 85,12	221
MGP0600	55328795D	6599/2	21/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGP0600	55328797D	6912/0	21/03/2013	R\$ 53,20	232
MGP0600	55328798D	6602/0	21/03/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MHG9193	55329863D	6700/0	07/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MID0517	54273121E	6920/0	06/05/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 22 DE AGOSTO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1742/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIV9383	55329984D	5185/1	22/03/2013	R\$ 127,69	167
AKC2064	55330234D	5185/1	30/03/2013	R\$ 127,69	167
CVC8137	55280325D	5568/0	17/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
JVC6861	55329151D	5185/1	23/03/2013	R\$ 127,69	167
LYO5799	55330337D	5185/1	09/04/2013	R\$ 127,69	167
LZA8423	55330066D	5193/0	28/03/2013	R\$ 191,53	168
LZA8423	55330067D	5185/1	28/03/2013	R\$ 127,69	167
MAQ0900	55279829D	5541/6	22/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF5464	55280472D	5185/1	18/03/2013	R\$ 127,69	167
MBG4392	55279125D	7366/2	09/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCC2524	55280480D	5541/6	23/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM6685	55280227D	7366/2	14/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MDT4399	55281004D	7366/2	17/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEP6641	55280200D	5541/1	16/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY1987	55280913D	5541/6	08/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN1549	55330154D	5185/1	22/03/2013	R\$ 127,69	167
MGB3089	55281161D	5550/0	16/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGO1387	55329463D	7366/2	28/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGS2186	55279133D	7366/2	28/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHT4401	55285428D	5550/0	19/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MII7602	55286441D	5568/0	10/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIU9494	55279802D	5460/0	22/02/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MJN7494	55280307D	5541/5	01/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJX2835	55279831D	5541/4	23/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB6241	55280273D	5541/6	25/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI9118	55281209D	5568/0	03/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKJ9987	55280171D	5541/6	25/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMJ2080	55279135D	5568/0	01/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 22 DE AGOSTO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1743/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARD0018	55329628D	5010/0	04/08/2013	162 * I
ARD0018	55329629D	5118/0	04/08/2013	164 c/c 162 * I
BGJ5023	54273238E	6920/0	10/06/2013	233
GZW1514	55280594D	6599/2	03/07/2013	230 * V
GZW1514	55280595D	5045/0	03/07/2013	162 * V
IDT1369	54273747E	6920/0	23/07/2013	233
JAH4050	54692406E	6556/1	20/07/2013	230 * I
LSA0136	54273249E	6920/0	12/06/2013	233
LWX8101	54273754E	6920/0	25/07/2013	233
LXF3646	54273731E	6920/0	22/07/2013	233
LYS0244	55886720B	6599/2	31/07/2013	230 * V
LYX3442	54692418E	6599/2	24/07/2013	230 * V
LYX3442	54692419E	6610/2	24/07/2013	230 * VII
LYX3442	54692420E	6408/0	24/07/2013	221
LZI2362	55281197D	5045/0	27/07/2013	162 * V
LZI2362	55281198D	6599/2	27/07/2013	230 * V
LZW7151	54692012E	5010/0	06/07/2013	162 * I
LZW7151	54692013E	5118/0	06/07/2013	164 c/c 162 * I
MAI0657	54273752E	6920/0	25/07/2013	233
MAW1854	55281342D	6610/2	27/07/2013	230 * VII
MBY6303	55280696D	6610/2	27/07/2013	230 * VII
MCJ1867	54273756E	6920/0	26/07/2013	233
MEC4927	55281294D	5045/0	30/07/2013	162 * V
MEC4927	55281295D	6912/0	30/07/2013	232
MGH1831	54692432E	5169/1	28/07/2013	165
MGR1077	54273740E	6920/0	19/07/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHL6532	55331499D	5045/0	09/07/2013	162 * V
MHL6532	55331500D	5142/0	09/07/2013	164 c/c 162 * V
MHR2322	54692098E	5010/0	09/07/2013	162 * I
MHR2322	54692099E	5118/0	09/07/2013	164 c/c 162 * I
MHR2322	54692100E	6599/2	09/07/2013	230 * V
MIB4910	54273745E	6920/0	23/07/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 22 DE AGOSTO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1744/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN2297	55280933D	5541/4	09/07/2013	181 * XVII
AHB0702	55288031D	5541/2	17/06/2013	181 * XVII
CDQ8952	54692273E	5185/1	11/07/2013	167
DUB2082	55288117D	5541/2	10/07/2013	181 * XVII
EEH7023	55279027D	5541/1	30/07/2013	181 * XVII
EMW2475	54692447E	5185/1	29/07/2013	167
GZW1514	55280593D	5541/4	03/07/2013	181 * XVII
IHI0213	55281226D	6050/1	09/07/2013	208
LXZ3027	54692435E	6190/0	26/07/2013	216
LZB7870	55330589D	6050/1	19/06/2013	208
LZT1123	54692086E	7366/2	05/07/2013	252 * VI
LZT7258	55288113D	5541/2	10/07/2013	181 * XVII
MBF7740	55281343D	5568/0	31/07/2013	181 * XIX
MBP4107	55286671D	6050/1	09/07/2013	208
MBR5642	55288204D	5541/5	31/07/2013	181 * XVII
MCS5149	55288404D	5541/4	31/07/2013	181 * XVII
MDA7941	54692449E	5185/1	31/07/2013	167
MDW8399	54692414E	6270/0	24/07/2013	220 * II
MDW8399	54692415E	7234/0	24/07/2013	250 * I * a
MER5404	55281333D	5541/6	23/07/2013	181 * XVII
MFC2078	55288135D	5541/2	10/07/2013	181 * XVII
MFD0617	55288042D	5541/2	17/06/2013	181 * XVII
MFT4645	55288408D	5541/1	31/07/2013	181 * XVII
MGL6677	55288405D	5541/6	31/07/2013	181 * XVII
MHM7938	55288021D	5541/2	15/06/2013	181 * XVII
MIK6276	55280743D	5541/5	25/07/2013	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIV0353	55280745D	7366/2	01/08/2013	252 * VI
MJP4101	55288011D	5541/2	15/06/2013	181 * XVII
MKC2296	54692443E	7366/2	29/07/2013	252 * VI
MKZ0096	55288125D	5541/2	10/07/2013	181 * XVII
MLV0554	55288123D	5541/2	10/07/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 22 DE AGOSTO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1745/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADB5875	54272814E	6920/0	01/03/2013	R\$ 127,69	233
AGQ4324	55280188D	5169/1	01/05/2013	R\$ 1.915,38	165
AHK8418	55330855D	6670/0	26/04/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
BJC0030	54273111E	6920/0	02/05/2013	R\$ 127,69	233
BKG5475	55280234D	5010/0	19/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
BKG5475	55280235D	5118/0	19/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
CHS1512	54273125E	6920/0	07/05/2013	R\$ 127,69	233
CLA3356	55327848D	5169/1	12/05/2013	R\$ 1.915,38	165
CVM1172	55330979D	6599/2	10/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
DCC5333	54273134E	6920/0	07/05/2013	R\$ 127,69	233
EMW2475	55330587D	6670/0	30/04/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
EMW2475	55330629D	6610/2	30/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
IGJ2506	55330834D	6599/2	21/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
INM6210	55331026D	6408/0	22/05/2013	R\$ 85,12	221
LWS0915	54273224E	6920/0	05/06/2013	R\$ 127,69	233
LWX1536	54273109E	6920/0	02/05/2013	R\$ 127,69	233
LWZ0312	54273138E	6920/0	17/05/2013	R\$ 127,69	233
LWZ6969	54273103E	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
LXD3398	55331179D	6408/0	22/05/2013	R\$ 85,12	221
LXF5393	55280612D	6599/2	15/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXV1962	54273023E	6920/0	10/04/2013	R\$ 127,69	233
LXV3852	55330466D	5010/0	11/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXV3852	55330467D	5118/0	11/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXX7358	55330477D	6556/1	12/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
LXZ5957	55327844D	6912/0	25/04/2013	R\$ 53,20	232
LYB7263	55279777D	6599/2	21/04/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYH3740	55330614D	6599/2	26/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYJ4839	54273053E	6920/0	17/04/2013	R\$ 127,69	233
LYN3875	54273083E	6920/0	24/04/2013	R\$ 127,69	233
LYQ9737	55285432D	6599/2	18/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYV5350	54273146E	6920/0	13/05/2013	R\$ 127,69	233
LYY5054	54273159E	6920/0	15/05/2013	R\$ 127,69	233
LZS3995	55327845D	6599/2	27/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZU8340	55330423D	5169/1	01/05/2013	R\$ 1.915,38	165
LZX7141	55328995D	5010/0	25/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZX7141	55328996D	5118/0	25/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZX7141	55328997D	6599/2	25/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAE2957	55893838B	5274/1	13/05/2013	R\$ 191,53	175
MAL7753	55330343D	6610/2	10/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAL7753	55330345D	6556/1	10/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MAR4358	54273166E	6920/0	17/05/2013	R\$ 127,69	233
MAV9211	55280149D	5010/0	10/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAV9211	55286444D	6610/2	10/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAW1120	55327847D	6599/2	29/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAY7537	55280767D	5045/0	23/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAY7537	55280768D	6912/0	23/04/2013	R\$ 53,20	232
MBD5931	55330533D	6599/2	26/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBD5931	55330534D	6408/0	26/04/2013	R\$ 85,12	221
MBE8986	54273058E	6920/0	18/04/2013	R\$ 127,69	233
MBG7822	55280577D	6599/2	17/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBL6732	55330990D	6556/1	14/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBN0646	55331028D	6653/2	22/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MBQ4254	55330585D	5118/0	30/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBQ4254	55330627D	5010/0	30/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBR8091	55280186D	6599/2	27/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBW9148	55279147D	5010/0	07/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBW9148	55279148D	5118/0	07/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCA4687	54273149E	6920/0	14/05/2013	R\$ 127,69	233
MCB9654	54273097E	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
MCB9654	55330400D	6912/0	24/04/2013	R\$ 53,20	232
MCD2951	55330977D	6599/2	10/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCG0963	54272840E	6920/0	14/03/2013	R\$ 127,69	233
MCK2802	55330954D	6408/0	01/05/2013	R\$ 85,12	221

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCK2802	55330955D	6599/2	01/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCM4927	55285438D	6610/2	30/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCW3195	55330251D	7340/0	31/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDP5169	54273158E	6920/0	15/05/2013	R\$ 127,69	233
MED2732	55330605D	5045/0	24/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MED2732	55330606D	5142/0	24/04/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MEF7791	55285498D	6556/5	10/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
MEH3123	55331184D	5010/0	25/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEH3123	55331185D	5118/0	25/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEO8051	55330636D	6599/2	03/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEO8372	54273164E	6920/0	17/05/2013	R\$ 127,69	233
MEV2999	54273143E	6920/0	13/05/2013	R\$ 127,69	233
MEY8770	54273114E	6920/0	03/05/2013	R\$ 127,69	233
MFE3650	55279342D	5118/0	01/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFE3650	55285422D	5010/0	01/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFF3569	55280543D	6599/2	04/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFF3569	55280544D	5010/0	04/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFK0810	55330844D	5010/0	24/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFK0810	55330845D	5118/0	24/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFR8053	54273096E	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
MFV2572	55280841D	6599/2	21/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFV2572	55280842D	5045/0	21/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFV4461	55330621D	6599/2	30/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGC2145	55331168D	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGR5990	55330554D	6599/2	11/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGY3300	55280854D	6610/2	05/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MHS0769	55330320D	6599/2	05/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHU2210	55285431D	5045/0	18/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIG2380	55330840D	5010/0	25/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIG2380	55330841D	5061/0	25/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIQ7402	54273100E	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
MIW0127	55330364D	6912/0	04/04/2013	R\$ 53,20	232
MKJ0948	55329613D	5010/0	03/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKJ0948	55329614D	5118/0	03/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 22 DE AGOSTO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1746/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABY3674	55280556D	5568/0	22/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
AJG1389	55330300D	5940/1	11/04/2013	R\$ 191,53	203 * III
AKG3911	55280825D	5185/1	13/05/2013	R\$ 127,69	167
AMA6384	55281165D	5568/0	28/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
AMB4263	55280808D	6050/1	06/05/2013	R\$ 191,53	208
APD1048	55280635D	5193/0	27/04/2013	R\$ 191,53	168
BCM2723	55280198D	5541/1	16/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BCM2723	55280903D	5568/0	14/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
CFB3004	55330537D	5185/1	27/04/2013	R\$ 127,69	167
CKZ9275	55280627D	5568/0	26/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
DRA2023	55281054D	5568/0	21/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
DSF6002	55280048D	5541/4	07/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
EHM8181	55281166D	6050/1	28/05/2013	R\$ 191,53	208
HMS9633	55280850D	5568/0	29/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
IGJ2506	55330831D	5835/0	21/04/2013	R\$ 127,69	195
IGJ2506	55330832D	5819/2	21/04/2013	R\$ 574,61	193
IGJ2506	55330833D	6076/0	21/04/2013	R\$ 191,53	210
IGJ2506	55330835D	5185/1	21/04/2013	R\$ 127,69	167
IGJ2506	55330836D	5819/7	21/04/2013	R\$ 574,61	193
IJM4305	55281157D	5380/0	16/05/2013	R\$ 85,12	181 * I
IKZ1111	55280233D	5568/0	19/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LWY5823	55328377D	5835/0	12/04/2013	R\$ 127,69	195
LWY5823	55328382D	6050/1	12/04/2013	R\$ 191,53	208
LXF5393	55280613D	7030/2	15/04/2013	R\$ 191,53	244 * I
LXZ6790	55280290D	5541/5	12/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYU9199	55280542D	5541/4	03/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZD9600	55279924D	5541/2	03/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZO1311	55280774D	5541/4	22/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAA6686	55280546D	5541/6	08/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAF8440	55280755D	5185/2	16/04/2013	R\$ 127,69	167
MAG0599	55280199D	5541/1	16/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAQ9091	55330966D	5185/1	04/05/2013	R\$ 127,69	167
MBF5657	55280324D	5568/0	17/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBG7822	55280576D	5541/1	17/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW9148	55279784D	5835/0	07/05/2013	R\$ 127,69	195
MCD2951	55330978D	5185/1	10/05/2013	R\$ 127,69	167
MCL3575	55284593D	5568/0	29/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MCQ7788	55279145D	5541/1	07/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDH0212	55285495D	5568/0	11/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDM4999	55280041D	5541/6	19/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDY7196	55280848D	5568/0	29/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEM6750	55280751D	5541/1	16/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW9573	55286440D	5541/1	10/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA8830	55285494D	5541/4	04/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB8567	55280184D	5568/0	26/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MFD7754	55281011D	6050/2	30/05/2013	R\$ 191,53	208
MFD7754	55281012D	6068/1	30/05/2013	R\$ 127,69	209
MFF1939	55280818D	5568/0	08/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MFY1112	55330983D	5959/1	10/05/2013	R\$ 191,53	203 * IV
MFY1112	55330984D	5967/0	10/05/2013	R\$ 191,53	203 * V
MGE8520	55281201D	7030/2	14/05/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGE8520	55281252D	6050/1	14/05/2013	R\$ 191,53	208
MGH1761	55280773D	5550/0	22/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGH8338	55281281D	5460/0	18/06/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MGT7455	55281007D	6050/1	22/05/2013	R\$ 191,53	208
MHR6733	55280846D	5568/0	29/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIJ8203	55280296D	6050/2	24/04/2013	R\$ 191,53	208
MIQ3921	55281104D	7366/2	23/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJD5266	55329835D	6050/1	25/03/2013	R\$ 191,53	208
MJP8510	55281251D	5738/0	14/05/2013	R\$ 191,53	186 * II
MJY5333	55284598D	5541/4	24/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY6219	55280832D	5568/0	17/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJY6219	55285435D	5460/0	24/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMA0880	55280194D	7366/2	08/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 22 DE AGOSTO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS

**Resolução N° 017 de 22 de Agosto de 2013.**

RESOLUÇÃO N° 017 de 22 de agosto de 2013.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE AO Sr. LUIZ FOSTER"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar n° 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto n° 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

**RESOLVE:**

Art.1º- Homologar o pedido de aposentadoria por idade ao Sr. Luiz Foster, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n° 721.042 e CPF n° 292.565.189-53 domiciliado e residente na Estrada da Madeira, 47, bairro Budag, em Rio do Sul - SC, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, nível A-1, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações, sem paridade, a partir de 1° de Setembro de 2013.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar n° 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar n° 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto n° 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 21 de agosto de 2013 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2013.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI  
PRESIDENTE DO FAP

**Resolução N° 018 de 22 de Agosto de 2013.**

RESOLUÇÃO N° 018 de 22 de agosto de 2013.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO Sr. JOÃO FERREIRA"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar n° 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto n° 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

**RESOLVE:**

Art.1º- Homologar o pedido de aposentadoria voluntaria por tempo de contribuição ao servidor público Sr. João Ferreira, portador da Cédula de Identidade n° 867.849 e CPF n° 247.523.479-20, domiciliado e residente na Rua Travessa Sete Quedas, s/n, Bairro Laranjeiras em Rio do Sul - SC em Rio do Sul - SC, no cargo de Detonador, nível B-1, matricula n° 807901, com proventos integrais, com paridade a partir de 1° de Setembro de 2013.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar n° 207 de 28/09/2010, letra "c", inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar n° 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto n° 119/02 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional n° 47/2005.

Art.3º - A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 21 de agosto de 2013 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2013.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI  
PRESIDENTE DO FAP

**Portaria N. 0989/RH**

PORTARIA N°. 0989/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a JEAN ABILIO SILVA, nomeado pela Portaria n° 0818/RH de 01 de julho de 2013, publicada em 09 de julho de 2013, para exercer o cargo de provimento efetivo Psicólogo, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de agosto de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração  
Cvsf

**Portaria N. 1031/RH**

PORTARIA N°. 1031/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, a partir desta data, o servidor TIAGO DA CONCEIÇÃO CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, nível "D", lotado na Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores e Memorando SMA/GAB N° 192/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**Contrato 37/2013 FMS**

CONTRATO 37/2013 FMS

Pelo presente Contrato Administrativo de Locação, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o n° 10.469.199/0001-55, sediado na Rua Tuiuti, 154, Centro, neste ato representada pelo seu gestor, Sr. Luiz Carlos Zanis, doravante denominado LOCATÁRIO, e de outro lado o Sr. José Roberto Machado, pessoa física, inscrito no CPF/MF sob o n° 901.603.129-49, daqui em diante denominado de LOCADOR, entre si celebram o

presente Contrato de Locação, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação de imóvel com as características necessárias para a execução de serviços básicos de saúde, sendo uma sala comercial localizada na rua Dom Pedro II, n° 452, bairro Canoas, nesta cidade de Rio do Sul.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS NORMAS GERAIS

O locador entregará as chaves do imóvel, ora contratado, nas condições em que este se apresentava quando da realização da vistoria, "in loco", e este será devolvido nas mesmas condições, conforme comprova a avaliação imobiliária feita quando da assinatura deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Para o cumprimento do Objeto deste contrato o locador se obriga a entregar o imóvel nas condições que este se encontrava no momento da inspeção realizada pela equipe desta Secretaria. Garantir o uso pacífico do imóvel locado, bem como, durante a vigência do presente contrato, eximir-se de alterar a forma e o destino do referido imóvel.

#### PARÁGRAFO ÚNICO: obrigar-se-á, ainda a:

- 1 - Assumir todas as obrigações fiscais decorrentes da locação contratada por este instrumento.
- 2 - Não prestar declarações ou informações, sem prévia e expressa autorização do Locador, a respeito do presente contrato.
- 3 - Notificar o Locatário no caso de venda, promessa de venda ou cessão de direito, conceder à Secretaria Municipal de Saúde, a preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros.
- 4 - A eventual alienação do imóvel a terceiros, não implicará na extinção do termo, que continuará vigindo em sua plenitude até o final do prazo previsto, devendo o comprador observá-lo rigorosa e fielmente.
- 5 - No caso de sucessão, o presente contrato vigorará, ainda que por morte do LOCADOR, sendo seus herdeiros e sucessores obrigados a cumprir o presente contrato em todas as suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

##### São obrigações da Secretaria Municipal de Saúde - FMS:

- 1 - Servir-se do imóvel locado para o uso a que se destina, tratando-o zelosamente, como se fosse o proprietário.
- 2 - Restituir o imóvel locado, ao término do contrato, no mesmo estado em que o recebeu, salvo as alterações decorrentes de uso correto e normal.
- 3 - Efetuar o pagamento no valor da locação, que será de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais, pelo uso do imóvel, pagos mensalmente, mediante depósito em conta corrente.
- 4 - Efetuar o pagamento das despesas de energia elétrica, água e telefone.
- 5 - Solicitar previamente e por escrito quaisquer obras ou

modificações internas ou externas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

O valor do aluguel sofrerá reajustes, conforme índice autorizado pelo governo e com base no Índice Geral de Preços IGP-M, acumulado no período, anualmente, a contar da data de assinatura do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão às expensas da dotação orçamentária 12 (Manutenção do Fundo Municipal de Saúde), do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

Pela Locação do imóvel ora contratado o LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR a importância de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sempre no 15º dia do mês, a ser depositado em conta corrente, em nome do LOCADOR.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

Este contrato tem prazo de vigência de 12 meses, a contar da data da assinatura, conforme edital de dispensa de licitação 28/2013 FMS, que a este deu origem, podendo ser prorrogado por igual período, por interesse das partes.

Havendo interesse de uma das partes em rescindir o presente contrato antes do seu cumprimento normal deverá comunicar tal pretensão por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA NONA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A fundamentação do presente contrato encontra-se definida no artigo 24, inciso X da lei 8.666/93, que reza: é dispensável a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação e localização condicionem sua escolha, desde que o preço do aluguel seja compatível com o valor de mercado, segundo a avaliação prévia.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Será cobrada multa penitencial no valor de 03 (três) aluguéis mensais, quando ocorrer descumprimento:

- 1 - Quando o locatário rescindir o contrato antes do prazo estipulado de 12 (doze) meses, salvo se a rescisão ocorrer por conta do locador. Nesta hipótese deverá notificar expressamente o locatário com no mínimo 30 (trinta) dias para entrega do imóvel, nas mesmas condições que recebeu.
- 2 - Não cumprir com as diretrizes contratuais;
- 3 - Transferir ou ceder a obrigação contratual de locação do imóvel, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da contratante;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente contrato.

E por estarem assim, entre si justos e acertados, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.



Rio do Sul, 05 de agosto de 2013.  
LUIZ CARLOS ZANIS JOSÉ ROBERTO MACHADO  
GESTOR DO FUNDO LOCADOR  
MUNICIPAL DE SAÚDE

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**Contrato Administrativo N° 282/2013**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 282/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto n° 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, n° 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA SALETE VIEIRA, portador(a) do CPF n° 670.855.399-68 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Evaldo Volkmann, s/n°, Taboão - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Cozinha, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 835,38 (oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/08/2013 e encerrando-se em 15/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei n° 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

MARIA SALETE VIEIRA  
Contratado (a)

**Contrato Administrativo N° 285/2013**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 285/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto n° 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, n° 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA, portador(a) do CPF n° 062.943.509-05 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Robert Holler, nº2510 Albertina - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/08/2013 e encerrando-se em 18/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei n° 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de agosto de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA  
Contratado (a)

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução N° 703/2013**

RESOLUÇÃO No 703, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Declara deserto o Processo Licitatório nº 13/2013, representado pelo Pregão Presencial no 07/2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar deserto o Processo Licitatório nº 13/2013, representado pelo Pregão Presencial no 07/2013, visto que não houve nenhum interessado em participar deste certame.

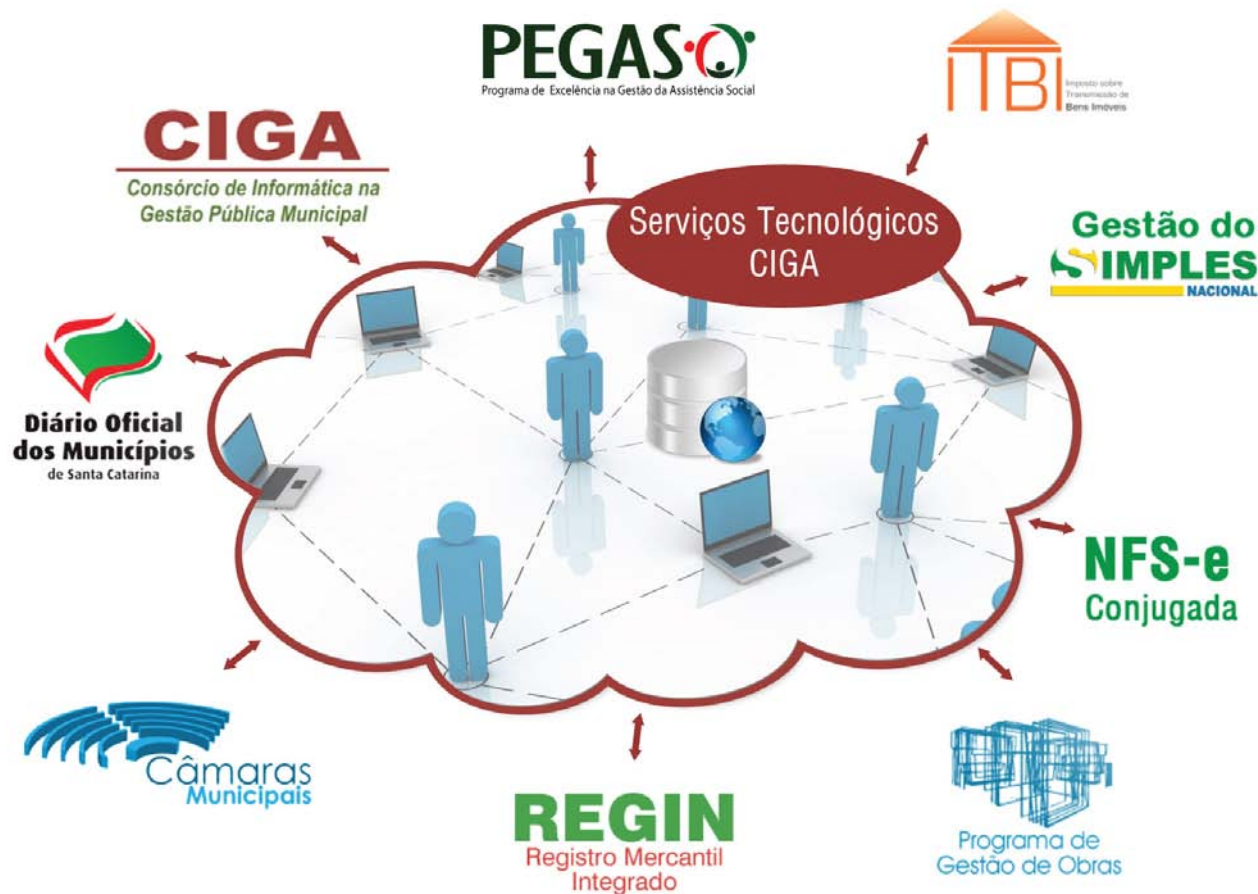
Art. 2º Comunicar aos possíveis interessados que será realizado novo Pregão Presencial, na mesma modalidade e objeto, conforme aviso a ser publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## Santa Rosa do Sul

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Lei Nº 922, de 22 de Agosto de 2013

Lei nº 922, de 22 de agosto de 2013.

Altera o Art. 7º da Lei 883, de 20 de dezembro de 2011 e dá outras providências.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou, o Prefeito Municipal, nos termos do § 3º do art. 37 da Lei Orgânica sancionou e, eu ANSELMO DE SOUZA BITENCOURT, Presidente da Câmara de Vereadores, nos termos do § 7º do mesmo artigo, promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º A carga horária semanal do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade descrito na carreira do quadro de servidores da Câmara Municipal, passa a ser de 30 horas semanais, alterando-se, no que couber, o art. 7º da Lei 883, de 20 de dezembro de 2011.

Parágrafo Único. Os vencimentos serão alterados respeitando a proporção do acréscimo da carga horária, com base no mês imediatamente anterior a este.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 22 de agosto de 2013.

VER. ANSELMO DE SOUZA BITENCOURT

Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado nesta Secretaria e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> na data supra.

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Decreto 238/2013

DECRETO Nº 238/2013

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a lotação da servidora pública Municipal contratada em caráter temporário de excepcional interesse público no cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, Simone Alves de Farias, CPF nº 086.747.509.90, RG nº 5.365.362.9, para o Cargo de Coordenador do PSF Nível CC-04, código 1033, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Comissionado do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de Agosto de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 136/8

#### Portaria 119/2013

PORTARIA Nº 119/2013

ATRIBUI FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Art. 37 e Parágrafos primeiro e segundo da Lei Complementar Municipal nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e;

Considerando que o cargo de pessoal permanente de fiscal de vigilante sanitário e ambiental encontra-se vago por pedido de demissão do titular,

RESOLVE

Art. 1º. Fica atribuída a função de fiscal de vigilância sanitária e ambiental à servidora Municipal Sra. SOLANGE SOARES DOS SANTOS Matrícula 1034/0 ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de pessoal permanente do Poder Executivo Municipal;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de Agosto de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 136/8

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3225/2013

LEI Nº 3225, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

RATIFICA O CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BENTO DO SUL-APAE

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado, nos termos do art. 18, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, o convênio nº 001/2013, de 07 de janeiro de 2013, celebrado entre o Município de São Bento do Sul e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Bento do Sul-APAE, nos termos da minuta anexa, parte integrante da presente lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 001/2013

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO A FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BENTO DO SUL - APAE.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Concedente: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através do FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste Município, inscrito no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO TURECK, portador do CPF nº 033.667.519-40, e a gestora do Fundo de Assistência Social Sra. RITA MARIA DUMS, portadora do CPF nº 481.099.599-20, residentes e domiciliados nesta cidade.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BENTO DO SUL - APAE, com sede à Rua Henrique Schwarz, nº 294, Centro, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº 83.172.478/0001-26, neste ato representado por seu Presidente, Sr. NEWTON MENDES JUNIOR, portador do CPF nº 419.959.709-30, residente e domiciliado nesta cidade.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

É objeto deste convênio o apoio financeiro ao Conveniente através de repasses de recursos provenientes de transferências oriundas do FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS, Serviços de Ação Continuada, para custeio do serviço de atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

O presente convênio vigorará a contar da data de sua assinatura, retroagindo a 01 de janeiro de 2013 e com término em 31 de dezembro de 2013.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO**

Este convênio poderá ser rescindido, automaticamente, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável, e particularmente quando constatada a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Atendimento.

Parágrafo Único - Rescindido ou extinto o presente convênio, os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos ao FNAS, para reutilização, conforme deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**

**I - DO CONCEDENTE:**

- a) transferir os recursos financeiros para a execução deste convênio, através do Fundo de Assistência Social, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observada a sua disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes e a liberação do FNAS;
- b) coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução deste convênio;
- c) examinar e aprovar os relatórios de atendimento.

**II - DO CONVENIENTE:**

- a) executar o objeto deste convênio de conformidade com o plano de atendimento;
- b) prestar contas dos recursos objeto deste convênio, através de relatório de atendimento;
- c) arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrentes da execução deste convênio;
- d) manter arquivado por 5 anos a documentação pertinente, disponível para fiscalização quando necessário.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS E DO VALOR**

Para a execução deste convênio o Concedente repassará ao Conveniente o valor relativo a 12 parcelas mensais de acordo com o

repasso do FNAS e a contrapartida do município.

Parágrafo Único - Fica o conveniente obrigado a prestar serviços diários em atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência, de acordo com a meta prevista no Plano de Atendimento, instrumento deste termo.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas deverá ser feita através de apresentação do Relatório de Atendimento, comprovando a execução do serviço, mensalmente.

Parágrafo Único - As faturas, recibos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesa deverão permanecer arquivados pelo período de 5 anos.

**CLÁUSULA OITAVA - DA PENALIDADE**

Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento e a prestação de contas não for apresentada no prazo exigido, bem como não for executado o objeto da avença, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas, o Conveniente deverá restituir o valor transferido acrescido de juros e correção monetária, segundo o índice oficial, a partir da data do seu recebimento ao FNAS.

**CLÁUSULA NONA - DAS DÚVIDAS**

As dúvidas suscitadas na execução deste convênio serão dirimidas entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Para dirimir os conflitos decorrentes deste Convênio fica eleito o foro do Município de São Bento do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para Validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

São Bento do Sul, 07 de janeiro de 2013.

FERNANDO TURECK

RITA MARIA DUMS

Pelo Município

Pelo Fundo de Assistência Social

NEWTON MENDES JUNIOR

Pela Apae

Testemunhas:

MARCOS GERTLER PAULO ISELICI TEM PASS

Secretário de Administração Secretário de Finanças

ASSESSORIA JURÍDICA

KATHERINE SCHREINER

Procuradora Jurídica, OAB/SC nº 19.220

**Lei Nº 3226/2013**

LEI Nº 3226, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: (criar) - Manutenção do CAPS

(criar) 3.3.90.14.00.00.00.00.0265 - Diárias - Civil R\$ 10.000,00



(criar) 3.3.90.30.00.00.00.00.0265 - Material de Consumo R\$ 40.000,00  
 (criar) 3.3.90.32.00.00.00.00.0265 - Mat. Dist. Gratuita R\$ 20.000,00  
 (criar) 3.3.90.33.00.00.00.00.0265 - Passag e Desp. Locomoção R\$ 20.000,00  
 (criar) 3.3.90.36.00.00.00.00.0265 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 33.000,00  
 (criar) 3.3.90.39.00.00.00.00.0265 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 70.000,00  
 (criar) 4.4.90.52.00.00.00.00.0265 - Equip. Mat. Permanente R\$ 30.000,00  
 (criar) 3.3.90.47.00.00.00.00.0265 - Obrigações Trib. Contributivas R\$ 7.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 721.500,00 (setecentos e vinte e um mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

**Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 4.007 - Departamento de Receita Tributação/Fiscalização

(96) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 39.500,00

**Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

(360) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 30.000,00

(361) 3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 20.000,00

(364) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 55.500,00

(374) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 25.000,00

**Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

(423) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 70.000,00

**Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(9) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 80.000,00

**Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 - Estratégias da Saúde da Família

(33) 3.1.90.11.00.00.00.00.0264 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 200.000,00

(31) 3.1.90.04.00.00.00.00.0264 - Contrat. por Tempo Determinado R\$100.000,00

(38) 3.3.90.30.00.00.00.00.0264 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

(40) 3.3.90.39.00.00.00.00.0264 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 20.000,00

(41) 4.4.90.52.00.00.00.00.0264 - Equip. Mat. Permanente R\$

30.000,00

**Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural

(14) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 25.000,00

(21) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 6.500,00

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais Especial e Suplementar, serão utilizados como fonte de recursos o excesso de arrecadação na fonte de recursos 0265 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), na fonte 0264 - Atenção Básica, no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) e a anulação das dotações:

**Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração

(64) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 39.500,00

**Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.049 - Auxílios Financeiros a Diversas Entidades

(408) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 40.000,00

**Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

(344) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 20.000,00

Atividade: 6.069 - Programa Pró-Jovem Trabalhador

(338) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 10.000,00

(339) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 25.000,00

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenv. Econômico

(357) 3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serviços Consultoria R\$ 55.500,00

(359) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 50.000,00

**Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.018 - Programa FNHIS

(25) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 80.000,00

**Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Projeto: 1.020 - Investindo na Cultura e Patrimônio

(23) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 9.500,00

(25) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 12.500,00

(28) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 9.500,00

Art. 4º. Ficam alterados os Anexos da Lei Municipal nº 3.107, de 28 de novembro de 2012 - PPA e a Lei Municipal nº 3.105, de 28 de novembro de 2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Programa de Trabalho nº. 15.



Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Decreto N° 265/2013**

DECRETO N° 0265, DE 20 DE AGOSTO DE 2013  
PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N° 009/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 37, III, da Constituição Federal e do Edital de Concurso Público n° 009/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada por dois anos, a partir de 09 de setembro de 2013, a validade do Concurso Público n° 009/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Decreto N° 269/2013**

DECRETO N° 0269, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n° 3226, de 22 de agosto de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e criará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: (criar) - Manutenção do CAPS

(criar) 3.3.90.14.00.00.00.00.0265 - Diárias - Civil R\$ 10.000,00

(criar) 3.3.90.30.00.00.00.00.0265 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

(criar) 3.3.90.32.00.00.00.00.0265 - Mat. Dist. Gratuita R\$ 20.000,00

(criar) 3.3.90.33.00.00.00.00.0265 - Passag e Desp. Locomoção R\$ 20.000,00

(criar) 3.3.90.36.00.00.00.00.0265 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 33.000,00

(criar) 3.3.90.39.00.00.00.00.0265 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 70.000,00

(criar) 4.4.90.52.00.00.00.00.0265 - Equip. Mat. Permanente R\$ 30.000,00

(criar) 3.3.90.47.00.00.00.00.0265 - Obrigações Trib. Contributivas R\$ 7.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 0265 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

Art. 3º. Ficam alterados os Anexos da Lei Municipal n° 3.107, de 28 de novembro de 2012 - PPA e a Lei Municipal n° 3.105, de 28 de novembro de 2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Programa

de Trabalho n°. 15.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Decreto N° 270/2013**

DECRETO N° 0270, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n° 3226, de 22 de agosto de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 721.500,00 (setecentos e vinte e um mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 4.007 - Departamento de Receita Tributação/Fiscalização

(96) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 39.500,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

(360) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 30.000,00

(361) 3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 20.000,00

(364) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 55.500,00

(374) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 25.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

(423) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 70.000,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(9) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 80.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 - Estratégias da Saúde da Família

(33) 3.1.90.11.00.00.00.00.0264 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 200.000,00

(31) 3.1.90.04.00.00.00.00.0264 - Contrat. por Tempo Determinado R\$100.000,00

(38) 3.3.90.30.00.00.00.00.0264 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

(40) 3.3.90.39.00.00.00.00.0264 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 20.000,00

(41) 4.4.90.52.00.00.00.00.0264 - Equip. Mat. Permanente R\$ 30.000,00

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL  
Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul  
Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural  
(14) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 25.000,00  
(21) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 6.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 0264 - Atenção Básica, no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) e da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade: 01 - Administração Geral  
Atividade: 2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração  
(64) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 39.500,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município  
Atividade: 2.049 - Auxílios Financeiros a Diversas Entidades  
(408) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 40.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO  
Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
(344) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 20.000,00

Atividade: 6.069 - Programa Pró-Jovem Trabalhador  
(338) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 10.000,00  
(339) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 25.000,00

Unidade: 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Atividade: 2.078 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenv. Econômico  
(357) 3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serviços Consultoria R\$ 55.500,00  
(359) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 50.000,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional  
Projeto: 1.018 - Programa FNHIS  
(25) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 80.000,00

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL  
Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul  
Projeto: 1.020 - Investindo na Cultura e Patrimônio  
(23) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 9.500,00  
(25) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 12.500,00  
(28) 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 9.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 3134/2013**

PORTARIA N° 3134, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.  
EXONERA CHEFE DE DIVISÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

#### **EXONERA:**

A partir de 01 de agosto de 2013, MARISA DO AMARAL, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Processos, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 3135/2013**

PORTARIA N° 3135, DE 22 DE AGOSTO DE 2013  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 701/2003,

#### **RESOLVE:**

A partir de 01 de agosto de 2013, conceder à servidora MARISA DO AMARAL, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a Gratificação de Função Nível FG-5, na função de Agente de Divisão de Captação de Recursos.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Aviso - Inexigibilidade de Licitação N° 158/2013**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 158/2013

OBJETO: Fornecimento de 7.000 (sete mil) passagens (vale transporte), para o CRAS Serra Alta, CRAS Centenário e nos Serviços Sócio Educativos, 5.200 (cinco mil e duzentos) passagens (vale transporte) para o Piso Fixo de Média Complexidade, Serviços Sócio Educativos e 2.000 (dois mil) passagens (vale transporte) para Serviço Social Especial L.A e PSC, pelo período de três (03) meses.  
CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos  
VALOR: R\$ 32.944,00

SÃO BENTO DO SUL, 05 de junho de 2013.  
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS  
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### **Justificativa Inexigibilidade de Licitação N° 158/2013**

##### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Fornecimento de 7.000 (sete mil) passagens (vale transporte), para o CRAS Serra Alta, CRAS Centenário e nos Serviços Sócio Educativos, 5.200 (cinco mil e duzentos) passagens (vale transporte) para o Piso Fixo de Média Complexidade, Serviços

Sócio Educativos e 2.000 (dois mil) passagens (vale transporte) para Serviço Social Especial L.A e PSC, pelo período de três (03) meses.

II - Contratado: NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: a empresa Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 32.944,00 (trinta e dois mil novecentos e quarenta e quatro reais) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Administração, Marcos Gertler.

RITA MARIA DUMS

Secretária de Assistência Social

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

### **Extrato de Contrato N° 236/2013**

EXTRATO DO CONTRATO N° 236/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Materiais e Serviços de Mão de Obra para Manutenção do Sistema de Iluminação Pública no Município, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e serviços de mão de obra, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e serviços de mão de obra para manutenção do sistema de iluminação pública no município de São Bento do Sul, conforme Dispensa de Licitação 136/2013 de 30 de julho de 2013.

DO VALOR: R\$ 189.316,85 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 180 dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 30 de julho de 2013.

ASS: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 093/2013 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 093/2013

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada n° 069/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, em 04 de OUTUBRO de 2012, conforme Edital Tomara de Preços n° 59/2012.

Considerando o objeto do Contrato n° 069/2012, que consiste na reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) Bela Aliança, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos; Considerando a necessidade de supressão contratual, sendo os valores aprovados pela fiscalização, de acordo com planilha anexa, faz-se necessário suprimir o valor do referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei n° 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica suprimido do Contrato o valor de R\$ 402,63 (quatrocentos e dois reais e sessenta e três centavos).

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 04 de outubro de 2012, Termo Aditivo n° 026/2013 de 18 de fevereiro de 2013 e Termo Aditivo n° 068/2013 de 15 de abril de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 10 de junho de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

LN CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 097/2013 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 097/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Blocos de Passagem n° 018/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, em 23 de JANEIRO de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação n° 16/2013.

Considerando o objeto do Contrato de n° 018/2013, que consiste no fornecimento de 69.640 (sessenta e nove mil, seiscentos e quarenta) passes (vale transporte) para o Fundo Municipal de Saúde, pelo período de janeiro a dezembro de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação n° 16/2013 de 23 de janeiro de 2013.

Considerando o Decreto n° 212 de 24 de junho de 2013, que reduz a tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Bento do Sul, para R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) a partir das 00:00 (zero horas) do dia 25 de junho de 2013, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato n° 018/2013, nos seguintes termos:

Fica alterado o valor unitário das passagens de R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) para R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos), a partir de 25 de junho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 23 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de julho de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 103/2013 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 103/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Blocos de Passagem n° 018/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, em 23 de JANEIRO de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação n° 16/2013.

Considerando o objeto do Contrato de n° 018/2013, que consiste no fornecimento de 69.640 (sessenta e nove mil, seiscentos e quarenta) passes (vale transporte) para o Fundo Municipal de Saúde, pelo período de janeiro a dezembro de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação n° 16/2013 de 23 de janeiro de 2013.

Considerando o Decreto n° 0221 de 04 de julho de 2013, que fixa a tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Bento do Sul, para R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) a partir das 00:00 (zero horas) do dia 05 de julho de 2013, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato n° 018/2013, nos seguintes termos:

Fica alterado o valor unitário das passagens de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos), a partir de 05 de julho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 23 de janeiro de 2013 e Termo Aditivo 097/2013 de 28



de junho de 2013, permanecem inalteradas.  
São Bento do Sul, 05 de julho de 2013.  
Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.  
NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 151/2013**

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 151/2013**

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 152/2011, firmado entre e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, em 25 de ABRIL de 2011, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 152/2011. Considerando o objeto do Contrato nº 147/2011, que consiste na prestação de serviços de implantação e manutenção do programa Betha Servidor Público para o Departamento de Recursos Humanos, faz-se necessário alterar o valor do referido Contrato, devido ao reajuste pela variação acumulada do IGPM em 7,2994%, com base na Cláusula Décima Sétima - Do Reajustamento, nos seguintes termos:

Fica alterado a partir de 01 de maio de 2013, conforme proposta anexa da Contratada, sendo o valor mensal de R\$ 642,50 (seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Único: Alteraram-se também os seguintes valores:

- Valor da hora técnica passa a ser R\$ 66,46 (sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos);
- Valor do deslocamento passa a ser R\$ 0,67 (sessenta e sete centavos) o KM rodado;
- Valor da estadia do técnico passa a ser R\$ 110,78 (cento e dez reais e setenta e oito centavos) ao dia.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de abril de 2011, Termo Aditivo nº 352/2011 de 09 de dezembro de 2011, Termo Aditivo nº 170/2012 de 04 de maio de 2012 e Termo Aditivo nº 430/2012 de 20 de dezembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.  
BETHA SISTEMAS LTDA, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 152/2013**

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 152/2013**

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 152/2011, firmado entre e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, em 29 de ABRIL de 2011, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 154/2011. Considerando o objeto do Contrato nº 152/2011, que consiste na prestação de serviços de implantação e manutenção do programa FLY E-NOTA para o Departamento de Tributos da Secretaria de Finanças, faz-se necessário alterar o valor do referido Contrato, devido ao reajuste pela variação acumulada do IGPM em 7,2994%, com base na Cláusula Décima Nona - Do Reajustamento, nos seguintes termos:

Fica alterado a partir de 01 de maio de 2013, conforme proposta anexa da Contratada, sendo o valor mensal de R\$ 7.643,54 (sete mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

Parágrafo Único: Alteraram-se também os seguintes valores:

- Valor da hora técnica passa a ser R\$ 66,46 (sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos);
- Valor do deslocamento passa a ser R\$ 0,67 (sessenta e sete centavos) o KM rodado;
- Valor da estadia do técnico passa a ser R\$ 110,78 (cento e dez reais e setenta e oito centavos) ao dia.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de abril de 2011, Termo Aditivo nº 011/2012 de 03

de janeiro de 2012, Termo Aditivo nº 171/2012 de 04 de maio de 2012 e Termo Aditivo nº 429/2012 de 20 de dezembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.  
BETHA SISTEMAS LTDA, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 170/2013**

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 170/2013**

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo de Empreitada de nº 373/2011 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL a Empresa EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA, em 27 de dezembro de 2011, conforme Edital de Tomada de Preços nº 393/2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 373/2011, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para construção de ginásio de esportes na Escola Básica Municipal Dr. Hercílio Malinowsky, situado na Rua Severino Eichendorf, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo e projetos;

Considerando que durante o andamento da obra, verificou-se que não estava contemplado, serviços no ginásio de esportes para uso escolar como: deixar o subsolo, alamedados e tela de proteção, drenagem externa do pátio e pintura externa, o qual este item a empresa contratada para realizar o projeto e orçamento do ginásio esqueceu-se de quantificar. Todos os serviços necessários estão especificados em planilha em anexo, e em consequência destes serviços extras, faz-se necessário aditar o valor no referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluído no Contrato o valor de R\$ 35.216,03 (trinta e cinco mil, duzentos e dezesseis reais e três centavos), conforme planilha anexa, para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de dezembro de 2011, Termo Aditivo nº 221/2012 de 20 de junho de 2012, Termo Aditivo nº 384/2012 de 07 de novembro de 2012, Termo Aditivo nº 013/2013 de 08 de janeiro de 2013 e Termo Aditivo nº 089/2013 de 11 de março de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.  
EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 175/2013**

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 175/2013**

#### **8º ADITIVO DO CONTRATO N° 146/2006**

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SOCHA & SOCHA LTDA - ME, firmado em 26 de abril de 2006, conforme Edital de Concorrência Pública nº 1637/64/2006.

Majorar para R\$ 1.600,89 (hum mil, seiscentos reais e oitenta e nove centavos) mensais, o valor referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala destinada para exploração de vendas de loterias num total de 45,37 m2, junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013 à 30 de abril de 2014.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 26 de abril de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.  
SOCHA & SOCHA LTDA ME, como Permissionária.

**Extrato de Termo Aditivo N° 177/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 177/2013

7º ADITIVO DO CONTRATO N° 155/2006

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, firmado em 02 de maio de 2006, conforme Inexigibilidade de Licitação n° 1637; 117/2006.

Majorar para R\$ 706,81 (setecentos e seis reais e oitenta e um centavos) mensais, o valor referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 22,55 m2, situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013 à 30 de abril de 2014. Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 02 de maio de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal n° 307/1985 e Leis Municipais n°s 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, como Permissionária.

**Extrato de Termo Aditivo N° 178/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 178/2013

7º ADITIVO DO CONTRATO N° 156/2006

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SCHORRTUR SERVIÇOS LTDA, firmado em 02 de maio de 2006, conforme Inexigibilidade de Licitação n° 1637; 117/2006.

Majorar para R\$ 716,59 (setecentos e dezesseis reais e cinquenta e nove centavos) mensais, o valor referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 23,92 m2, situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013 à 30 de abril de 2014. Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 02 de maio de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal n° 307/1985 e Leis Municipais n°s 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

SCHORRTUR SERVIÇOS LTDA, como Permissionária.

**Extrato de Termo Aditivo N° 179/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 179/2013

7º ADITIVO DO CONTRATO N° 157/2006

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, firmado em 02 de maio de 2006, conforme Inexigibilidade de Licitação n° 1637; 117/2006.

Majorar para R\$ 358,31 (trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e um centavos) mensais, o valor referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 11,28 m2, situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013 à 30 de abril de 2014. Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 02 de maio de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal n° 307/1985 e Leis

Municipais n°s 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, pela Permissionária.

**Extrato de Termo Aditivo N° 184/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 184/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de n° 328/2012 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL a Empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, em 12 de setembro de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços n° 283/2012.

Considerando o objeto do Contrato n° 328/2012, que consiste a adequação à mobilidade urbana na Rua Benjamin Constant, Centro, no Município de São Bento do Sul, com a execução de pavimentação, recapeamento, revitalização das calçadas, sinalização e demais obrigações necessárias, com fornecimento de material, mão de obra, conforme Contrato de Repasse n° 373.004-15/2011 - Ministério das Cidades/CAIXA;

Considerando que a última medição encontra-se em análise pela GIDUR - Caixa Econômica Federal, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato para fins contábeis, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei n° 8.666/2013, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 12 de junho de 2013 e com término em 11 de setembro de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 12 de setembro de 2012, Termo Aditivo n° 418/2012 de 10 de dezembro de 2012, Termo Aditivo n° 086/2013 de 06 de março de 2013 e Termo Aditivo n° 126/2013 de 15 de abril de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2013.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, como Contratada.

**Extrato de Termo Aditivo N° 206/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 206/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passes de n° 025/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, em 15 de JANEIRO de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação n° 31/2013.

Considerando o objeto do Contrato de n° 025/2013, que consiste no fornecimento de 60.895 (sessenta mil, oitocentos e noventa e cinco) unidades de passes (vale transporte) para funcionários da Rede Municipal de Ensino;

Considerando o Decreto n° 212 de 24 de junho de 2013, que reduz a tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Bento do Sul, para R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) a partir das 00:00 (zero horas) do dia 25 de junho de 2013, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato n° 025/2013, nos seguintes termos: Fica alterado o valor unitário das passagens de R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) para R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos), a partir de 25 de junho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 15 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.



São Bento do Sul, 28 de junho de 2013.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 207/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 207/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Blocos de Passagem de nº 008/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, em 07 de JANEIRO de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 1/2013.

Considerando o objeto do Contrato de nº 008/2013 que consiste no fornecimento de 4.300 (quatro mil e trezentos) blocos de passagens (vale transporte) com 20 (vinte) passagens cada bloco, para servidores públicos municipais;

Considerando o Decreto nº 212 de 24 de junho de 2013, que reduz a tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Bento do Sul, para R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) a partir das 00:00 (zero horas) do dia 25 de junho de 2013, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 008/2013, nos seguintes termos:

Fica alterado o valor unitário das passagens de R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) para R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos), a partir de 25 de junho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 07 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 28 de junho de 2013.

Ass: MARCOS GERTLER, pela Secretaria de Administração do Município.

NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 210/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 210/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Blocos de Passagem de nº 008/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, em 07 de JANEIRO de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 1/2013.

Considerando o objeto do Contrato de nº 008/2013, que consiste no fornecimento de 4.300 (quatro mil e trezentos) blocos de passagens (vale transporte) com 20 (vinte) passagens cada bloco, para servidores públicos municipais;

Considerando o Decreto nº 0221 de 04 de julho de 2013, que fixa a tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Bento do Sul, para R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) a partir das 00:00 (zero horas) do dia 05 de julho de 2013, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 008/2013, nos seguintes termos:

Fica alterado o valor unitário das passagens de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos), a partir de 05 de julho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 07 de janeiro de 2013 e Termo Aditivo 207/2013 de 28 de junho de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de julho de 2013.

Ass: MARCOS GERTLER, pela Secretaria de Administração do Município.

NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 211/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 211/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passes de nº 025/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, em 15 de JANEIRO de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 31/2013.

Considerando o objeto do Contrato de nº 025/2013, que consiste no fornecimento de 60.895 (sessenta mil, oitocentos e noventa e cinco) unidades de passes (vale transporte) para funcionários da Rede Municipal de Ensino;

Considerando o Decreto nº 0221 de 04 de julho de 2013, que fixa a tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Bento do Sul, para R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) a partir das 00:00 (zero horas) do dia 05 de julho de 2013, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 025/2013, nos seguintes termos:

Fica alterado o valor unitário das passagens de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos), a partir de 05 de julho de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 07 de janeiro de 2013 e Termo Aditivo nº 206/2013 de 28 de junho de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de julho de 2013.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

## **São Domingos**

### **PREFEITURA**

### **Ata de Reunião da Comissão de Licitações**

Reuniram-se no dia 23 de agosto de 2013, às 09:00 horas, o Pregoeiro e Equipe de Apoio para Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 047/2013, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços PREFE 025/2013, que visa eventuais futuras AQUISIÇÕES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS. O Processo foi amplamente divulgado, porém, somente a empresa Reunidas Turismo S. A., CNPJ n. 04.176.082/0001-80 apresentou credenciamento e envelopes n. 01 e n. 02, protocolados sob o n. 194/2013. O Sr. Antônio Carlos Gaio, CPF n. 892.568.249-49 restou credenciado a representar a empresa participante. O pregoeiro deu início a sessão. Foram rubricados os documentos de credenciamento, bem como os envelopes n. 01 e n. 02. Ato contínuo procedeu-se à abertura do envelope n. 01 - Proposta de Preços, sendo verificado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que a proposta da licitante foi apresentada de acordo com o exigido pelo edital, restando a participante CLASSIFICADA para a fase de lances. Indagado, o representante da licitante disse não haver possibilidade em ofertar lances, tendo em vista que os valores cotados pela empresa são preços tarifados pela Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), não existindo possibilidade de alterações sem autorização da aludida Agência. Ainda, o representante da participante informou que a empresa fornecerá ao Município, serviços de transporte de ida e volta de pacientes do local de desembarque (rodoviária) do município onde ocorrerá a consulta, até o consultório médico, sendo que tal serviço não terá nenhum custo adicional ao município. Destaca-se que tais serviços são realizados dentro das seguintes localidades: Chapecó, Joinville e Florianópolis. A licitante restou

vencedora em todos os itens, com os seguintes valores unitários: ITEM 1. R\$ 10,73 (dez reais e setenta três centavos); ITEM 2. R\$ 10,77 (dez reais e setenta e sete centavos); ITEM 3. R\$ 102,42 (cento e dois reais e quarenta e dois centavos); ITEM 4. R\$ 105,28 (cento e cinco reais e vinte e oito centavos); ITEM 5. R\$ 115,54 (cento e quinze reais e cinquenta e quatro centavos); ITEM 6. R\$ 117,50 (cento e dezessete reais e cinquenta centavos); ITEM 7. R\$ 141,11 (cento e quarenta e um reais e onze centavos); ITEM 8. R\$ 142,49 (cento e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos); ITEM 9. R\$ 21,91 (vinte e um reais e noventa e um centavos); ITEM 10. R\$ 22,41 (vinte e dois reais e quarenta e um centavos); ITEM 11. R\$ 11,78 (onze reais e setenta e oito centavos); ITEM 12. R\$ 12,28 (doze reais vinte e oito centavos); ITEM 13. R\$ 101,17 (cento e um reais e dezessete centavos); ITEM 14. R\$ 102,57 (cento e dois reais e cinquenta e sete centavos); ITEM 15. R\$ 133,56 (cento e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos); ITEM 16. R\$ 134,92 (cento e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos); ITEM 17. R\$ 115,19 (cento e quinze reais e dezenove centavos); ITEM 18. R\$ 118,20 (cento e dezoito reais e vinte centavos); ITEM 19. R\$ 75,06 (setenta e cinco reais e seis centavos); ITEM 20. R\$ 78,06 (setenta e oito reais e seis centavos); ITEM 21. R\$ 131,27 (cento e trinta e um reais e vinte e sete centavos); e; ITEM 22. R\$ 133,23 (cento e três reais e vinte e três centavos), totalizando, a proposta, o valor de R\$ 35.714,70 (trinta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e setenta centavos). Passou-se a abertura do envelope n. 02 - Documentos de Habilitação, onde foi verificado que a licitante cumpriu com todas as exigências editalícias. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), para conhecimento de todos os interessados. O presente processo será remetido na íntegra ao Setor Jurídico para elaboração de parecer e posteriormente à autoridade competente para deliberação. Nada mais.

São Domingos, SC, 23 de agosto de 2013.  
Flávio Celeste Lorenzi- Pregoeiro  
Paula Natana Comachio- Membro da Comissão  
Adriana Lúcia Pretto- Membro da Comissão  
Lenize Klein Latreille - Membro da Comissão

## São João do Sul

### PREFEITURA

#### Licitação N°. 061/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
LICITAÇÃO N°. 061/2013

Modalidade - Dispensa n°. 015/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XXVI, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, PARA ACESSO AO SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA (NFe-C) E GESTÃO DA ABERTURA, ALTERAÇÃO E BAIXA DE EMPRESAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO MEDIANTE O REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO (REGIN).

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 01/09/2013 à 31/12/2013

VALOR DO OBJETO: R\$ 840,00 - TOTAL.

São João do Sul - SC, em 22 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

#### Extrato de Contrato N°. 032/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO N°. 032/2013

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E VEICULAÇÃO DE CAMPANHAS NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NAS MÍDIAS FALADAS E IMPRESSAS, SENDO QUE, AS INFORMAÇÕES TERÃO CARÁTER EDUCATIVO, INFORMATIVO E DEVERÃO ESTAR EM SINTONIA COM AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS E ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SUL-SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: REDE DE COMUNICAÇÕES AMORIM LTDA EPP

VIGÊNCIA: 04/06/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 13.145,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 017/2013 - Carta Convite n°. 003/2013 de 24/05/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.2018 - 3.3.90.39.88.00.00.0085.

São João do Sul, 04 de Junho de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### Extrato de Contrato N°. 033/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO N°. 033/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (MATERIAL GRÁFICO).

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: J.R.C. MULLER EPP.

VIGÊNCIA: 13/06/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 18.852,10 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 014/2013 - Carta Convite n°. 003/2013 de 27/05/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.2018 - 3.3.90.30.16.00.00.0085.

São João do Sul, 13 de Junho de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### Extrato de Contrato N°. 034/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO N°. 034/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CPU DE COMPUTADOR MAIS MONITOR E ESTABILIZADOR; IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS E AUTO TRANSFORMADOR PARA A UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: TIAGO MAGNUS MACHADO  
VIGÊNCIA: 05/07/2013 à 31/07/2013  
VALOR: R\$ 3.220,00- Total  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 - 10.301.0107.2018  
- 4.4.90.52.30.00.00.00.1040; 0601 - 10.301.0107.2018 -  
4.4.90.52.35.00.00.00.1040.

São João do Sul, 05 de Julho de 2013.  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### **Extrato de Contrato N° 035/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO N° 035/2013  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 020/2013

OBJETO: Ficam aditados os quantitativos do item 01 do contrato original, referente a aquisição de gasolina comum filtrada para os veículos do esf municipal e vigilância epidemiológica.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 011/2013 - Carta Convite nº. 002/2013 de 25/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 09 de Junho de 2013.  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### **Extrato de Contrato N° 036/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO N° 036/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADO: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA  
VIGÊNCIA: 12/07/2013 à 31/12/2013  
VALOR: R\$ 12.300,00- Total  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 019/2013 - Carta Convite nº. 005/2013 de 05/07/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.2018 -  
3.3.90.30.00.00.00.0085.

São João do Sul, 12 de Julho de 2013.  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### **Extrato de Contrato N° 037/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO N° 037/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE (SISTEMA DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS), PARA USO DA FARMÁCIA DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADO: TRIER COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA - EPP.

VIGÊNCIA: 12/07/2013 à 31/12/2013  
VALOR: R\$ 330,00- Total  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.2018 -  
3.3.90.39.11.00.00.00.0085.

São João do Sul, 22 de Julho de 2013.  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### **Extrato de Contrato N° 038/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO N° 038/2013

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NÃO PODENDO A SUA DESTINAÇÃO SER MUDADA, SEM O CONSENTIMENTO EXORESSO DA LOCADORA.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADA: NAIRA ALVES LANGER  
VIGÊNCIA: 01/08/2013 à 31/12/2013.  
VALOR: R\$ 2.712,00 - Total.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.2018 -  
3.3.90.36.15.00.00.00.0080.

São João do Sul, 01 de Agosto de 2013.  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### **Extrato de Contrato N° 039/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO N° 039/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FITAS PARA VERIFICAÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR PARA O PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS DIABÉTICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, NUM TOTAL DE 50 USUÁRIOS, COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DOS APARELHOS PARA O USO DAS FITAS.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADA: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.  
VIGÊNCIA: 07/08/2013 à 31/12/2013  
VALOR: R\$ 4.750,00 - Total.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.2018 -  
3.3.90.32.99.00.00.00.0040.

São João do Sul, 07 de Agosto de 2013.  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### **Extrato de Contrato N° 040/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO N° 040/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL PARA UNIDADE DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADO: TS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA  
VIGÊNCIA: 08/08/2013 à 31/08/2013  
VALOR: R\$ 7.174,00 - Total  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 020/2013 - Dispensa



de Licitação nº. 013/2013 de 06/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.304.0107.2020 - 4.4.90.52.42.00.00.00.3045; 0601 - 10.301.0107.2018 - 4.4.90.52.42.00.00.00.3049; 0601 - 10.301.0107.2018 - 4.4.90.52.42.00.00.00.1049; 0601 - 10.301.0107.2018 - 4.4.90.52.42.00.00.00.1040.

São João do Sul, 08 de Agosto de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### Extrato de Contrato N°. 041/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO N°. 041/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM FILTRADA PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VIGÊNCIA: 20/08/2013 à 06/09/2013

VALOR: R\$2.940,00 - Total

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 022/2013 - Dispensa de Licitação nº. 014/2013 de 20/08/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 - 10.301.0107.2019 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0085; 0601 - 10.305.0107.2021 - 3.3.90.30.01.00.00.00.1046.

São João do Sul, 08 de Agosto de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**São José**

**PREFEITURA**

### Decreto N° 1.314/2013

DECRETO N° 1314/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, MICHEL DA SILVA SCHLEMPER, ocupante do cargo de Secretário de Serviços Públicos - SM, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### Resultado da Dispensa de Licitação N° 061/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 061/2013 - Processo nº 232/2013. Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de itens de socorro e assistência, destinados ao acolhimento de pessoas moradoras de rua, em decorrência da forte massa de ar polar que

atingiu o Município de São José/SC. Contratados: Las Comércio Ltda ME; Nó de Bambu Indústria e Comércio Ltda - ME; e Sidney Carlos da Silva ME. Valor: 19.343,10.

### Termo Aditivo/TA (Prazo) N° 023/2013-01

Termo Aditivo/TA (Prazo) nº 023/2013-01 - Chamamento Público Simplificado 001/2013 - Processo 014/2013 - Contratados: I - Centro Educacional Sonho de Cristal Ltda - ME; II - Casa Escola Cora Coralina Ltda - ME; III - Ana Lúcia Lobo ME; e IV - Colégio Silveira Ltda ME. Objeto: contratação de 99 (noventa e nove) vagas na rede de ensino particular dos bairros Campinas e Kobrasol, destinadas aos alunos da rede pública municipal de ensino, devidamente matriculados no CEI Ana Sperandio Battisti, o qual não dispõe de condições para atendimento imediato desses alunos. Prazo: Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato original por mais 60 (sessenta) dias, a contar do dia 11/06/2013.

Data da assinatura: 11 de junho de 2013.

### Termo Aditivo/TA N° 002/2013-01

Termo Aditivo/TA nº 002/2013-01 - PE 005/2012 - Processo 014/2012 - Contratado: Movesco Indústria e Comércio de Móveis Escolares Ltda. Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais permanentes para atender os Centros de Educação Fundamental e Infantil do Município de São José/SC. Valor: Fica readequado em 24% (vinte e quatro por cento) o Lote I, importando em 0,8% (zero vírgula oito por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços nº 002/2013, assim o valor total da Ata passará a vigorar em R\$ 2.306.786,86 (dois milhões, trezentos e seis mil, setecentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

Data da assinatura: 06 de agosto de 2013.

### Ata de Registro de Preços N° 038/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2013 - PR 067/2013 - Processo 132/2013 - Fornecedores: I - Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda; II - Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; III - Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda; IV - Cirurgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda; V - Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; VI - Onco Prod Distribuidora de Produtos Hospitalares e Oncológicos Ltda; e VII - Prodiel Farmaceutica S/A. Objeto: registro de preço para contratação de empresa para eventual fornecimento de medicamentos para atender as ações judiciais do Município de São José/SC. Valor global: A importância global desta Ata importa em R\$ 775.923,95 (setecentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e três reais, noventa e cinco centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 24 de julho de 2013.

VERA SUELY DE ANDRADE

Diretora de Compras.

### Ata de Registro de Preços N° 040/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 040/2013 - PR 089/2013 - Processo 167/2013 - Fornecedor: Only-Shop Comércio de Materiais Ltda. Objeto: registro de preço para contratação de empresa para eventual fornecimento de móveis, para atender o centro administrativo da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor global: A importância global desta Ata importa em R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 06 de agosto de 2013.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

### Ata de Registro de Preços N° 041/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 041/2013 - PR 030/2013 - Processo 048/2013 - Fornecedores: Las Comércio Ltda ME; e Hiper Cestas Atacado de Alimentos Ltda. Objeto: registro de preço para contratação de empresa para eventual fornecimento de gêneros alimentícios (café, açúcar e leite) para atender diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor global: A importância global desta Ata importa em R\$ 75.833,43 (setenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 24 de julho de 2013.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

### Decreto N° 4.717, de 22 de Agosto de 2013.

DECRETO N° 4.717, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal n° 2.111, de 21 de agosto de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal n° 4.320 de 1964.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 418.000,00 (quatrocentos e dezoito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01.10.301.4506.2.019 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0002 02  
Aplicação Direta R\$ 418.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal n° 4.320, de 1964 e Lei Municipal n° 2.062, de 22/01/2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

04.00  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM  
04.01.04.124.4512.2.005 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 09  
Aplicação Direta R\$ 5.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01.05.062.4503.2.044 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 22  
Aplicação Direta R\$ 5.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.392.4511.2.056 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 63  
Aplicação Direta R\$ 30.000,00  
09.01.15.392.4511.2.056 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 64  
Aplicação Direta R\$ 20.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01.15.451.4511.2.039 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 89  
Aplicação Direta R\$ 13.500,00

09.00  
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.02 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
09.02.15.451.4511.1.027 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 93  
Aplicação Direta R\$ 2.500,00  
09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.02 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
09.02.16.482.4511.2.040 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 97  
Aplicação Direta R\$ 5.000,00

09.00  
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - FUMSAN  
09.03.17.512.4511.2.032 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 100  
Aplicação Direta R\$ 25.000,00

10.00  
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  
10.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  
10.01.20.602.4507.2.023 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 102  
Aplicação Direta R\$ 65.000,00  
10.01.20.602.4507.2.023 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 103  
Aplicação Direta R\$ 25.000,00

10.00  
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  
10.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  
10.01.20.603.4507.2.024 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 104  
Aplicação Direta R\$ 17.000,00  
10.01.20.603.4507.2.024 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 105  
Aplicação Direta R\$ 20.000,00

11.00  
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS  
11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
11.01.08.243.4509.2.053 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 117  
Aplicação Direta R\$ 15.000,00

12.00  
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
12.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE  
12.01.22.661.4515.2.026 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 128  
Aplicação Direta R\$ 100.000,00  
12.01.22.661.4515.2.026 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 129  
Aplicação Direta R\$ 50.000,00

16.00  
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16.01.02.182.0000.0.003 3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0018 130  
Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de agosto de 2013.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal



**Extrato da Ata do Processo Licitatório N° 136/2013**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 136/2013

ORIGEM: Processo Licitatório N° 136/2013 - Pregão Presencial N° 097/2013.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA PREPARO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO.

FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA - CNPJ: 82.831.025/0001-00.

VALOR: R\$ 14.536,00 (quatorze mil quinhentos e trinta e seis reais).

FORNECEDOR: NOAL &amp; TREVISOL LTDA - ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30.

VALOR: R\$ 29.594,00 (vinte e nove mil quinhentos e noventa e quatro reais).

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94.

VALOR: R\$ 14.820,80 (quatorze mil oitocentos e vinte reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52.

VALOR: R\$ 30.086,00 (trinta mil e oitenta e seis reais).

FORNECEDOR: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME - CNPJ: 13.397.299/0001-01.

VALOR: R\$ 35.464,70 (trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos).

TOTAL: R\$ 124.501,50 (cento e vinte e quatro mil quinhentos e um reais e cinquenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 22/08/2013.

VIGÊNCIA: 22/08/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**Schroeder****PREFEITURA****Decreto N° 2.702/2013, de 23 de Agosto de 2013**

DECRETO No 2.702/2013, de 23 de agosto de 2013

ALTERA O ANEXO I DO DECRETO N.º 1.941/2009

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação dos custos tarifários referentes ao fornecimento de água potável, disponibilizados à população por meio da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, no que é pertinente ao sistema de abastecimento de água potável, diante da necessidade de novos investimentos no setor de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

Considerando que a autorização para o respectivo reajuste foi concedida pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, órgão regulador ao qual se vincula o Município de Schroeder, no que é pertinente aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio da Deliberação n.º 009/2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC na data 16 de agosto de 2013 (Edição n.º 1304, p. 381);

**DECRETA:**

Art. 1º O Anexo I do Decreto n.º 1.941/2009, de 5 de março de 2009, passa a vigorar com a redação prevista no Anexo I deste Decreto.

Parágrafo único. A alteração prevista no caput atinge somente o Item 1 do referido Anexo, que trata do custo dos serviços prestados, não atingindo o valor devido pelos serviços referentes à distribuição de água potável e coleta de esgoto sanitário.

Art. 2º O reajuste tarifário será de 10,75% com base no INPC, compreendido no período de novembro de 2011 a junho de 2013, conforme autorizado pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, surtindo efeitos a partir de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do mesmo no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK

VALDEMAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Diretor de Saneamento

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**ANEXO I****1. TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO**

Categoria/Tipo Tarifário	Faixas (m³)	Valor (R\$ por m³)	% Esgoto
Residencial Normal	0 a 10	2,33	80%
Residencial Normal	11 a 25	4,10	80%
Residencial Normal	26 a 999999	5,69	80%
Comercial Normal	0 a 10	3,40	80%
Comercial Normal	11 a 999999	5,47	80%
Industrial Normal	0 a 10	3,40	80%
Industrial Normal	11 a 999999	5,47	80%
Público Normal	0 a 10	2,38	80%
Público Normal	11 a 999999	3,83	80%
Residencial Social	0 a 10	0,43	80%
Residencial Social	11 a 25	1,19	80%
Residencial Social	26 a 999999	5,69	80%

**Observações:**

1. A estrutura tarifária descrita neste anexo será cobrada nas contas com vencimento a partir de 15 de outubro de 2013;

2. A tarifa referente à prestação de serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo.

3. Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, etc. equiparam-se as de Categoria Comercial.

4. O consumo mínimo tarifado (franquia), por economia, aplicável a todas as categorias tarifárias, será de 10m³ (dez metros cúbicos) de água potável.

**2. TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO - SERVIÇOS**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
24	AC - Emissão 2 Via de Fatura	2,20
3	AC – Taxa Entrega Fat. Via Correio	0,95
3007	LA - Inst. Nova Ligação não Residencial 1/2" e 3/4" c/Asf.	153,90
3005	LA - Inst. Nova Ligação não Residencial 1/2" e 3/4" s/Asf.	153,90

3019	LA - Instalação Nova Ligação não Residencial 1" c/Asf.	698,40
3017	LA - Instalação Nova Ligação não Residencial 1" s/Asf.	698,40
3011	LA - Instalação Nova Ligação Baixa Renda 1/2" e 3/4" c/Asf.	58,00
3009	LA - Instalação Nova Ligação Baixa Renda 1/2" e 3/4" s/Asf.	58,00
3003	LA - Instalação Nova Ligação Residencial 1/2" e 3/4" c/Asf.	153,90
3001	LA INSTALAÇÃO NOVA LIGAÇÃO RESIDENCIAL 1/2 E 3/4 SEM ASF.	153,90
3015	LA - Instalação Nova Ligação Residencial 1" c/Asf.	698,40
3013	LA - Instalação Nova Ligação Residencial 1" s/Asf.	698,40
3101	LA - Relig/Corte Cav.	19,90
3201	LA - Relig/Corte R.P.	57,10
1041	LA - Deslocamento Cavalete 1/2" e 3/4" P.U.	88,70
2041	LA Deslocamento do Ramal 1/2 e 3/4 s/ Asf P.U.	106,70
2043	LA - Deslocamento de Ramal 1/2" e 3/4" c/Asf. P.U.	106,70
1021	LA - Conserto Cavalete após Hidrômetro	13,90
3301	LA - Relig. RP. Corte Retirada Ramal/Cancelada	106,70
6001	FAT INSTALAÇÃO NOVA LIGAÇÃO RESIDENCIAL 1/2 E 3/4 SEM ASF.	153,90
5517	INF - Violação Corte Cavalete	75,00
6101	FAT - Relig/Corte Cav.	19,90
5513	INF - Violação de Lacre	75,00
5521	INF - Ligação Clandestina	300,24
1501	LA - Aferição de Hidrômetro P.U.	60,00

**Decreto Nº 2.701 de 22 de Agosto de 2013**

DECRETO Nº 2.701/2013 de 22 de agosto de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 11.311,44 (onze mil trezentos e onze reais e quarenta e quatro centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):  
 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS  
 06.03.15.451.0008.1.006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES/GALERIAS/PAVIMENTAÇÃO  
 4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0044 - Obras e Instalações R\$ 11.311,44

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):  
 Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0044 R\$ 11.311,44

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalMARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**I Errata de Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 18/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
 Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC  
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500  
 e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: http://www.schroeder.sc.gov.br

**I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2013-FMS**PROCESSO Nº. 61/2013-FMS  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 18/2013-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de purificador eletrônico e bebedouros elétricos para anteder as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 06 de setembro de 2013

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 06 de setembro de 2013 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

ANEXO X  
 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2013-FMS  
 TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊN- CIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊN- CIA
01	Purificador Eletrônico: Purificador Eletrônico Vazão 44 l/hora; Capacidade filtrante 2000 litros; Pressão min 39 KPA – max 290 KPA; Elemento Filtrante composto de Puricel: 100 % natural para diminuir turbidez da água, tem função bacte- ricida, regula PH e reduz metais pesados (Mercúrio, chumbo, cádmio, cromo) e amônio; Carvão Ativado com Placa Coloidal: retira o cloro, trihalometânos, substâncias odoríferas e de gosto desagra- dável, além de ter uma função bacte- riostática (impede o desenvolvimento de microorganismos) e sua respectiva insta- lação.	9	Unidade	470,00	4.230,00
02	Bebedouro elétrico com Compressor. Capacidade de gelar 3 l/h até 8 a 12 graus) e sua respectiva instalação.	9	Unidade	450,00	4.050,00
VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA					8.280,00

Schroeder, 23 de agosto de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **Termo de Rescisão Contratual** TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇO

Contrato n°. 16/2013-PMS  
Pregão Presencial Registro de Preço n°. 04/2013-PMS  
Processo n°. 08/2013-PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICIPIO DE SCHROEDER/SC, CNPJ N.º 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, Bairro Centro, Schroeder/SC, aqui representada pelo Exmo. Sr. Osvaldo Jurck, Prefeito do Município; e do outro lado como a empresa J.P COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 15.143.172/0001-91, estabelecida na Rua Marino Pisani, n° 235, Centro, na cidade de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.618-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Delmir Petry, inscrito no CPF sob o n°. 607.063.099-87, portador da carteira de identidade n°. 1.707.726-SSP-SC, ficam ajustados à rescisão

contratual amigável de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 78, XI e artigo 79, II, e conforme a seguir:

#### **CLÁUSULA 1.ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo n° 16/2013-PMS, celebrado no dia 1º. de março de 2013, para o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme parecer da Procuradoria n° 051/2013-PROJUR, diante da solicitação feita pela contratada.

#### **CLÁUSULA 2.ª - DO FORO:**

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 22 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:  
ORLANDO TECILLA  
CPF N.º 311.753.079-34  
Testemunha 01

IVANDRA DE SOUZA  
CPF N.º 047.563.299-00  
Testemunha 02

## Timbé do Sul

### **PREFEITURA**

#### **Lei 1.684/2013 Anexo I**

ANEXO I		
ORÇAMENTO DA RECEITA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
	Unidade Gestora: Prefeitura	2014/2017
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	55.200.000
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.220.000
1110.00.00	Impostos	2.000.000
1112.02.00	Imposto S/Propriedade Predial e Territorial Urbana	500.000
1112.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do trabalho	800.000
1112.08.00	Imposto S/Transmissão de Bens Imóveis - "Inter Vivos"	100.000
1113.05.00	Imposto S/Serviços de Qualquer Natureza	600.000
1120.00.00	Taxas	200.000
1121.00.00	Taxa P/Poder de Polícia	100.000
1122.00.00	Taxa P/Prestação de Serviços	100.000
1130.00.00	Contribuição de Melhoria	20.000
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	200.000

1220.29.00	Contrib. P/Custeio do Serviço de Iluminação Pública	200.000
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	120.000
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52.130.000
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	52.130.000
1721.00.00	Transferências da União	27.200.000
1721.01.00	Participação na Receita da União	23.280.000
1721.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Municípios	29.000.000
9721.01.02	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - FPM	(5.800.000)
1721.01.05	Cota-Parte do Imposto S/a Propr. Territorial Rural	100.000
9721.01.05	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - ITR	(20.000)
1721.22.00	Transferências da Compensação Financeira	340.000
1721.22.20	Cota-Parte da Compens. Financ. De Rec. Minerais - CFEM	40.000
1721.22.70	Cota-Parte do Fundo Especial do Petrólio - FEP	300.000
1721.34.00	Transf. de Rec. do Fundo Nac. de Ass. Soc. - FNAS	600.000
1721.35.00	Transf. Rec. do Fundo Nac. de Des. da Educ. - FNDE	2.000.000
1721.36.00	Transferência Financeira ICMS - Desoneração - LC 87/96	100.000
9721.36.00	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - LC 87/96	(20.000)
1721.99.00	Outras Transferência da União	900.000
1722.00.00	Transferências dos Estados	16.730.000
1722.01.00	Participação na Receita dos Estados	16.030.000
1722.01.01	Cota-Parte do ICMS	18.000.000
9722.01.01	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - ICMS	(3.600.000)
1722.01.02	Cota-Parte do IPVA	1.500.000
9722.01.02	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - IPVA	(300.000)
1722.01.04	Cota-Parte do IPI/Exportação	400.000
9722.01.04	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - IPI/Exp.	(80.000)
1722.01.13	Cota-Parte de Contr. De Interv. no Domínio Econom. - CIDE	110.000
1722.99.00	Outras Transferências dos Estados	700.000
1722.99.01	Outras Transf. dos Estados p/Serv. Transp. Escolar	700.000
1724.00.00	Transferências Multigovernamentais	8.200.000
1724.01.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	8.200.000
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	530.000
1910.00.00	Multas e Juros de Mora	200.000
1919.15.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	50.000
1930.00.00	Receita da Dívida Ativa	100.000
1990.00.00	Receitas Diversas	180.000
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	8.800.000
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000
	Operação de Crédito Interna	2.500.000
	Oper. Cre Educação	500.000
	Outras Oper. Cred	2.000.000
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.200.000

2471.00.00	TRANSF. CONV. DA UNIÃO DE DE SUAS ENTIDADES	3.200.000
2471.02.00	Transf. Conv. da União Destin. Programa Educação	1.300.000
2471.99.00	Outras Transf. de Convênio da União	1.900.000
2472.00.00	TRANSF. CONV. DOS EST. DISTR. FED. E SUAS ENTID.	3.000.000
2472.02.00	Transf. Conv. do Estado Destin. Programa Educação	-
24.72.99.00	Outros Transf. de Convênio do Estado	3.000.000
	SOMA	64.000.000

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
	Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde	2010/2013
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	5.000.000
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	350.000
1110.00.00	Impostos	350.000
1112.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do trabalho	350.000
1120.00.00	Taxas	-
1121.00.00	Taxa P/Poder de Polícia	
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.600.000
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	4.600.000
1721.00.00	Transferências da União	4.100.000
1721.33.00	Transf. de Rec. do Sistema Único de Saúde - SUS	4.100.000
1722.00.00	Transferências dos Estados	500.000
1722.33.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas de Saúde	500.000
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.000
1990.00.00	Receitas Diversas	50.000
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	700.000
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	700.000
2471.00.00	TRANSF. CONV. DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	600.000
2471.01.00	Transf. de Convênios p/SUS	600.000
2472.00.00	TRANSF. CONV. DOS EST. DISTR. FED. E SUAS ENTID.	100.000
2472.01.00	Transf. de Convênios p/SUS	100.000
	SOMA	5.700.000
	Unidade Gestora: SAMAE	
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.500.000
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	10.000
1325.02.01	Rec. De Rem. De Depósito de Poupança	10.000
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	2.400.000
1600.41.01	Tarifa de Água Residual	1.800.000
1600.41.02	Tarifa de Industrial	20.000
1600.41.03	Tarifa de Água Poderes Públicos/ Comercial	60.000
1600.41.04	Ligação de Água	440.000
1600.41.05	Expediente	5.000
1600.41.06	Desligamento de Água	5.000
1600.41.07	Aferição de Hidrômetro	5.000
1600.41.09	Outras Receitas	20.000
1600.42.01	Tarifa de Esgoto Residencial	25.000
1600.42.02	Tarifa de Esgoto Industrial	5.000
1600.42.03	Tarifa de Esgoto Poderes Públicos/ Comercial	5.000
1600.42.04	Ligação de Esgoto	-
1600.41.04	Tarifa de Religamento de Água	10.000

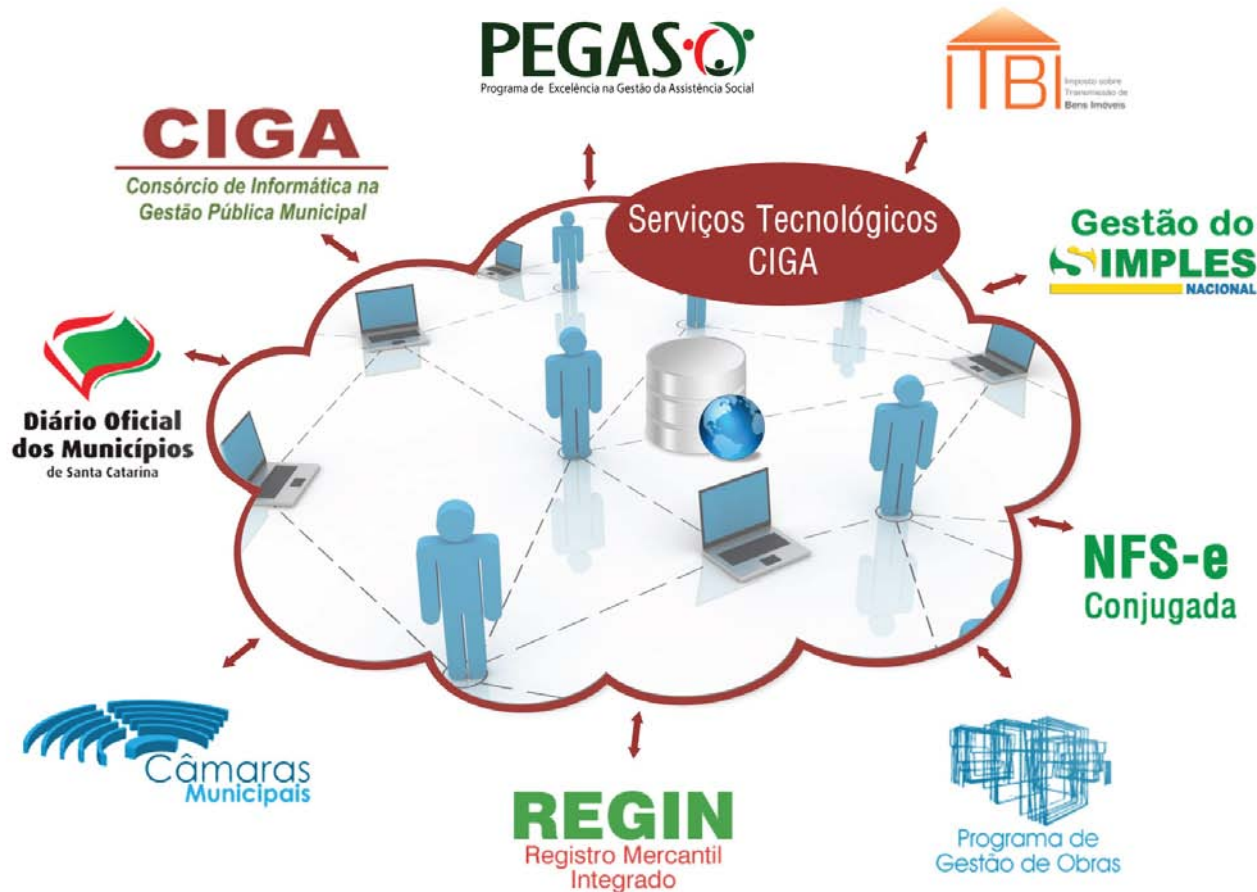


1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.000
1918.99.00	Multas e Juros de Mora de outras Receitas	20.000
1930.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	70.000
1932.99.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Receitas	70.000
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000
2471.00.00	TRANSF. CONV. DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.000.000
2471.03.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	1.000.000
	SOMA	3.500.000
	TOTAL	73.200.000

Timbé do Sul, 20 /08/ 2013

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal


[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)
**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## Lei 1.684/2013 Anexo II

## Anexo II

## Plano Plurianual – Período 2014/2017

Em R\$ 1,00

Função e subfunção	PROGRAMAS/AÇÕES	Produto	Unidade de medida	Meta	Recursos	
					Ordinários	Vinculados
	<b>000 - ENCARGOS ESPECIAIS</b>				<b>1.700.000</b>	<b>-</b>
28.843	0.001 – Amortização da Dívida Fundada	Contrato	Unidade		400.000	
28.846	0.004 – Manutenção dos Encargos Gerais	Encargos	Diversos	1	1.300.000	
	<b>0101 - PROCESSO LEGISLATIVO</b>				<b>3.300.000</b>	<b>-</b>
01.031	2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores	Seções	Unidade	160	3.100.000	
01.031	1.001 - Aquisição de Veículo e Equipamentos Funcionais	Veículo	Unidade	1	100.000	
01.031	1.002 - Ampliação da Sede do Poder Legislativo	Obra	Unidade	1	100.000	
	<b>0102 - ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA</b>				<b>8.100.000</b>	<b>-</b>
04.122	2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	Gabinete	Unidade	1	1.200.000	
04.122	1.003 - Aquisição de Veículo e Equip. Funcionais	Veículo	Unidade	1	200.000	
04.122	2.003 – Manutenção da Secretaria de Adm e Finanças	Secretaria	Unidade	1	6.700.000	
	<b>0103 - ENSINO E CIDADANIA</b>				<b>18.040.000</b>	<b>1.200.000</b>
12.361	2.006 – Manutenção do Ensino Básico	Alunos	Unidade	395	7.000.000	
12.406	2.007 – Programa de Alimentação Escolar	Alunos	Unidade	395	500.000	
12.361	2.008 – Manutenção do Transporte Escolar	Alunos	Unidade	824	5.800.000	
12.361	1.004 – Ampliação da Rede Física do Ensino Básico	Obra	Unidade	2	300.000	
12.361	1.005 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	Veículos	Unidade	5	400.000	500.000
12.365	2.009 – Manutenção do Ensino Infantil	Alunos	Unidade	235	4.000.000	
12.365	1.006 – Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	Obra	Unidade	1	40.000	700.000
	<b>0104 - DESPORTO AMADOR E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA</b>				<b>700.000</b>	<b>1.040.000</b>
27.812	2.012 – Manutenção do Esporte Amador	Atleta	Unidade	777	500.000	
27.812	1.007 – Aquis. Constr. Ampliação de Praças Poliesportivas	Obra	Unidade	1	60.000	340.000
27.812	1.008 - Construção de Ginásio de Esportes	Obra	Unidade	1	140.000	700.000
	<b>0105 - PROTEÇÃO SOCIAL</b>				<b>2.400.000</b>	<b>1.140.000</b>
08.122	2.013 – Manutenção do Dpto. de Promoção Social	Departam.	Unidade	1	470.000	
08.244	2.014 – Auxílios Eventuais a Pessoas Carentes	Famílias	Unidade	254	50.000	
08.244	2.015 – Apoio a Clube de Mães	Entidade	Unidade	22	100.000	
08.241	2.016 – Apoio a Pessoa Idosa	Idosos	Unidade	134	200.000	
08.242	2.017 – Apoio ao Portador de Deficiência	Pessoa	Unidade	62	80.000	
08.244	2.018 – Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes	Famílias	Unidade	234	100.000	
08.243	2.019 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Pessoas	Unidade	100	970.000	
08.243	2.020 – Apoio a Criança e ao Adolesc. em situação de Risco	Pessoas	Unidade	30	300.000	
08.244	1.009 – Construção do Centro de Múltiplo Uso	Obra	Unidade	1	100.000	300.000
16.842	1.010 – Construção de Unidades Habitacionais	Habitação	Unidade	50	20.000	750.000
17.512	1.011 – Construção de Unidades Sanitárias Domiciliares	USD	Unidade	60	10.000	90.000
	<b>0106- SAÚDE E CIDADANIA</b>				<b>14.980.000</b>	<b>700.000</b>
10.301	2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde	Pessoas	Unidade	5136	13.770.000	
10.304	2.022 – Manutenção da Vigilância Sanitária	Pessoas	Unidade	5136	100.000	
10.305	2.023 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica	Pessoas	Unidade	5136	100.000	
10.301	1.012 – Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	Veículo	Unidade	2	250.000	200.000

10.301	1.013 – Constr. Ampliação da Unidade Central de Saúde	Obra	Unidade	1	50.000	500.000
	MAC Ambulatoria e Hospitalar				210.000	
10.301	Assistência Farmaceutica Básica				500.000	
	<b>0107 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA</b>				<b>9.800.000</b>	<b>1.000.000</b>
26.782	2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município	Estradas	Km	347	7.500.000	
26.782	1.014 – Aquisição de Equipamentos Rodoviários	Equipam.	Unidade	4	200.000	1.000.000
15.452	2.025 – Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	Famílias	Unidade	689	900.000	
15.452	2.026 – Manutenção da Iluminação Pública	Ptos Ilum.	Unidade	913	1.200.000	
	<b>0108 - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA</b>				<b>470.000</b>	<b>1.300.000</b>
27.813	1.015 – Construção de Praça Pública	Obra	Unidade	1	50.000	100.000
15.451	1.016 – Pavimentação de Vias Urbanas	Obra	m2	10000	270.000	1.000.000
15.451	1.017 – Construção de Pontes, Pontilhões e Passeios Públicos	Obra	m2	5000	150.000	200.000
	<b>0109 - PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO</b>				<b>2.300.000</b>	<b>300.000</b>
20.122	2.027 – Manutenção da Secretaria de Agricultura	Secretaria	Unidade	1	800.000	
20.601	2.028 – Apoio ao Pequeno Agricultor	Famílias	Unidade	1200	1.400.000	
20.601	1.018 – Aquisição de Veículos e Equip. p/ Agricultura	Veículo	Unidade	1	100.000	300.000
	<b>0110 - TURISMO E CULTURA INTEGRADOS</b>				<b>850.000</b>	<b>320.000</b>
23.695	2.029 – Manutenção da Secr. de Turismo e Meio Ambiente	Secretaria	Unidade	1	400.000	
15.451	1.020 – Sinalização de Trânsito e Indicativos	Obra	Unidade	1	100.000	20.000
13.392	2.010 - Manutenção do Departamento de Cultura	Departam.	Unidade	1	150.000	
13.392	2.011 – Promoção e Divulgação de Eventos Culturais	Eventos	Unidade	6	200.000	300.000
	<b>0111 - ÁGUA E SANEAMENTO</b>				<b>2.480.000</b>	<b>1.000.000</b>
17.512	1.021 - Ampliação Sistema Abastecimento de Água	Obra	Unidade	1	160.000	700.000
17.512	1.022 - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Obra	Unidade	1	100.000	300.000
17.512	1.023 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	Equipam.	Unidade	1	110.000	
17.512	1.024 - Obras e Instalações do Laboratório - CISAN-SUL	Obra	Unidade	1	10.000	
17.512	2.030 - Manutenção Administrativa e Funcional do SAMAE	Unidade	Unidade	1	2.100.000	
	<b>9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>				<b>80.000</b>	<b>-</b>
99.999	9.991 - Reserva de Contingência - Prefeitura	Unidade	Unidade	1	40.000	
99.999	9.992 - Reserva de Contingência - FMS	Unidade	Unidade	1	20.000	
99.999	9.993 - Reserva de Contingência - SAMAE	Unidade	Unidade	1	20.000	
	<b>SOMA</b>				<b>65.200.000</b>	<b>8.000.000</b>
	<b>TOTAIS</b>					<b>73.200.000</b>

Obs.: a) - Para fins deste Plano, os recursos estão agrupados em ordinários e vinculados;

b) - Os recursos Ordinários compreendem as receitas próprias, as transferências Constitucionais e legais e as receitas provenientes de programas de duração continuada;

c) - Os recursos vinculados compreendem as receitas provenientes de operações de crédito e de transferências voluntários oriundas de convênios, contratos e congêneres, celebrados com o Governo Federal ou Estadual;

d) - Anualmente, na Proposta Orçamentária, os recursos serão especificados por fonte e destinação.

Timbé do Sul, 20 de Agosto de 2013.

**ECLAIR ALVES COELHO**  
**Prefeito Municipal**

**SAMAE****Altera Nível Salarial do Servidor Rodrigo dos Santos**  
PORTARIA SAMAE N. 12/2013 03 de junho de 2013.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Subir o nível salarial, do servidor RODRIGO DOS SANTOS: NIVEL 204 D1 PARA 204 - E1, relativo ao período aquisitivo de 01.06.2011 a 31.05.2013. Conforme determina o plano de cargos, Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de junho de 2013.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 03 de junho de 2013.  
AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE  
Diretor do SAMAE

**Altera Nível Salarial da Servidora Edna Dal Pont**  
PORTARIA SAMAE N. 13/2013 03 de junho de 2013.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Subir o nível salarial, do servidor EDNA DAL PONT: NIVEL 201 D1 PARA 201 - E1, relativo ao período aquisitivo de 01.06.2011 a 31.05.2013. Conforme determina o plano de cargos, Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de junho de 2013.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 03 de junho de 2013.  
AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE  
Diretor do SAMAE

**Altera Nível Salarial do Servidor Gilseu Scussel**  
PORTARIA SAMAE N. 14/2013 03 de junho de 2013.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Subir o nível salarial, do servidor GILSEU SCUSSEL: NIVEL 201 B1 PARA 201 - C1, relativo ao período aquisitivo de 01.06.2011 a 31.05.2013. Conforme determina o plano de cargos, Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de junho de 2013.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 03 de junho de 2013.  
AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE  
Diretor do SAMAE

**Concede Licença Para Auxílio Doença À Ricardo Stecanella**

PORTARIA SAMAE Nº. 17/2013 de 01 de julho de 2013.  
CONCEDE LICENÇA PARA AUXILIO DOENÇA

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE, Diretor do SAMAE, no uso das atribuições que lhe são auferidas através da Lei nº 819/94 de 1º de setembro de 1994, no seu Art. 1º.

**RESOLVE:**

Conceder ao servidor RICARDO STECANELLA, ocupante da Função de Coordenador do Samae, licença para tratamento da saúde, conforme atestado médico (de 30 dias), emitido no dia 01.07.2013 pelo Médico Dr. Aloir Neride Oliveira (Ortopedista e Traumatologia - CRM 9723).

Este Ato terá sua vigência a partir de 01 de Julho de 2013.

Timbé do Sul-SC, 01 de Julho de 2013.  
AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE  
Diretor do SAMAE

**Conceder Férias de 30 Dias, À Servidora Edna Dal Pont**

PORTARIA SAMAE N. 15/2013 01 de julho de 2013.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias de 30 dias, à servidora EDNA DAL PONT, relativo ao período aquisitivo 01.06.2012 a 31.05.2013.  
Art. 2º - O período de gozo das férias será de 01 a 30.07.2013.  
Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 01 de julho de 2013.  
AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE  
Diretor do SAMAE

**Conceder Férias de 30 Dias, À Servidora Juciana Carlessi Burin**

PORTARIA SAMAE N. 16/2013 09 de julho de 2013.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias de 30 dias, à servidora JUCIANA CARLESSI BURIN, relativo ao período aquisitivo 01.07.2012 a 30.06.2013.  
Art. 2º - O período de gozo das férias será de 09.07 a 07.08.2013.  
Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 09 de julho de 2013.  
AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE  
Diretor do SAMAE

**Conceder Férias de 30 Dias, ao Servidor Rodrigo dos Santos**

PORTARIA SAMAE N. 11/2013 03 de junho de 2013.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso

de suas atribuições:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias de 30 dias, ao servidor RODRIGO DOS SANTOS, relativo ao período aquisitivo 01.06.2012 a 31.05.2013.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 03a 02.07.2013.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 03 de junho de 2013

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE

Diretor do SAMAE

**Conceder Férias de 30 Dias, ao Servidora Ricardo Stecanella**

PORTARIA SAMAE N. 09/2013 1º de março de 2013.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias de 30 dias, ao servidora RICARDO STECANELLA, relativo ao período aquisitivo 05.10.2011 a 04.10.2012.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 1º a 30 de março de 2013.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 1º de março de 2013.

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE

Diretor do SAMAE

**Muda Nível Salarial da Servidora Juciana Carlessi Burin**

PORTARIA SAMAE N. 18/2013 01 de julho de 2013.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Subir o nível salarial, da servidora JUCIANA CARLESSI BURIN 206 B1 PARA 206- C1, relativo ao período aquisitivo de 01.07.2011 a 30.06.2013. Conforme determina o plano de cargos, Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 01 de julho de 2013.

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE

Diretor do SAMAE

**Reajusta Índice Salarial**

PORTARIA SAMAE Nº. 10/2013 de 14 de maio de 2013.

REAJUSTA VENCIMENTOS

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE, Diretor do SAMAE, no uso das atribuições que lhe são auferidas através da Lei nº 819/94 de 1º de setembro de 1994, no seu Art. 1º.

**R E S O L V E :**

Adequar a Tabela Salarial – Anexo X da Lei 615/91 de 22 de Dezembro de 1991, conforme determinação da Lei Municipal nº 1.671 de 14 de maio de 2013.

Assim sendo, o índice de reajuste para todos os níveis da Tabela Salarial dos servidores do SAMAE de Timbé do Sul, será de 7,16% (Sete virgula dezesseis por cento), a partir de 14 de Maio de 2013. Conforme planilha anexa.

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE

Diretor do SAMAE

SAMAE -SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO						
Conv. Fundação Nacional de Saúde						
TIMBÉ DO SUL - SANTA CATARINA						
TABELA SALARIAL						
ANEXO DA PORTARIA Nº 10 - 2013						
VIGENTE A PARTIR DE 14 DE MAIO DE 2013.						
PADRÃO	NÍVEL	R E F E R Ê N C I A S				
		A	B	C	D	E
01	01	539,46	551,22	563,25	575,55	588,12
	02	600,96	614,07	627,45	641,15	655,17
	03	669,47	684,04	698,98	714,25	729,84
	04	745,75	761,99	778,60	795,60	812,97
02	01	700,17	715,43	731,08	746,99	763,34
	02	779,95	797,00	814,37	832,17	850,30
	03	868,85	887,80	946,94	926,98	947,22
	04	967,63	988,72	1.010,30	1.032,31	1.054,81
03	01	886,12	905,43	925,23	945,40	966,01
	02	987,10	1.008,68	1.030,69	1.053,19	1.075,95
	03	1.099,64	1.123,61	1.148,13	1.173,22	1.198,79
	04	1.224,90	1.251,60	1.278,90	1.306,79	1.335,27
04	01	1.104,17	1.128,28	1.152,88	1.178,02	1.203,75
	02	1.230,02	1.256,67	1.284,29	1.312,34	1.340,94
	03	1.909,69	1.951,32	1.993,91	2.037,45	2.081,94
	04	1.525,92	1.559,69	1.593,67	1.628,41	1.663,91
05	01	1.349,78	1.379,18	1.409,29	1.439,98	1.471,38
	02	2.042,94	1.536,22	1.569,72	1.603,92	1.638,93
	03	1.674,65	1.711,15	1.748,50	1.786,68	1.825,70
	04	1.865,29	1.905,97	1.947,50	1.989,96	2.033,33
06	01	1.627,55	1.663,05	1.699,35	1.736,47	1.774,34
	02	1.813,07	1.852,61	1.893,07	1.934,34	1.976,58
	03	2.559,20	2.063,81	2.108,80	2.154,77	2.201,86
	04	2.249,87	2.298,91	2.349,02	2.400,22	2.452,55
07	01	1.939,74	1.982,08	2.025,29	2.069,53	2.114,68
	02	2.160,81	2.207,91	2.256,10	2.305,37	2.355,71
	03	2.407,14	2.459,65	2.513,23	2.568,12	2.624,30
	04	2.681,39	2.739,86	2.799,58	2.860,65	2.923,01
Reajuste salarial (7,16%) autorizado p/ Lei 1.671 de 14 de maio 2013.						
FUNÇÕES GRATIFICADAS						
Diretor do Samae R\$						969,87
Coordenador do Samae R\$						678,91
Chefe do Serv. de Administração/Servico Técnico/RH R\$						484,93

Encarregado Seção / Redes e Ramais / ETE / ETA	R\$	290,96
PLANTÃO	R\$	37,76
AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE		
Diretor do SAMAE		

# Timbó

## PREFEITURA

### Ata Análise Laudos Pregão Presencial N.º 19 2013 FMS - Suplementos Nutricionais

ATA DE ANÁLISE DAS COMPOSIÇÕES PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2013

Às nove horas do dia vinte e dois de agosto de dois mil e treze, no Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Bairro Centro, em Timbó - SC, o Pregoeiro Oficial, Sr. Jean M. R. Vargas, realizou a classificação das empresas participantes do processo licitatório de Pregão Presencial n.º 19/2013 do Fundo Municipal de Saúde, cuja entrega de envelopes de Proposta e Habilitação ocorreu em 16/08/2013 às 09hs e o prazo oficializado em ata para diligência findou em 21/08/2013 às 17hs.

De acordo com relatório de análise apresentado pela Nutricionista, Sra. Ana Karolina Longo Boaventura, as empresas cujas análises foram aprovadas são: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA, ROSSANE SERAFIM MATOS EPP, SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. A empresa MEDIGRAM DISTR. MEDICAMENTOS LTDA. ME foi reprovada nos itens 1, 2, 5, 6 e 7, e a empresa ONCOLINE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. ME foi reprovada nos itens 1, 2, 5, 6, 7. Já a empresa CM HOSPITALAR LTDA não apresentou laudos técnicos

O relatório oficial de classificação das propostas está disponível no endereço eletrônico [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes), e o parecer da análise realizada pela Nutricionista está disponível aos interessados no Setor de Licitações.

Diante do exposto, fica marcada para 27/08/2013 às 14h30min a Etapa de Lances do referido processo.

Timbó (SC), 22 de agosto de 2013  
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS  
Pregoeiro Oficial

### Aviso Abertura das Propostas Tomada de Preço N.º 33 2013 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
TOMADA DE PREÇO Nº. 33/2013 SAMAE  
AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

Município de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta da Tomada de Preço n.º 33/2013 SAMAE, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA INGLATERRA, acontecerá no dia 28/08/2013 às 08h30min na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

Timbó, 22 de agosto de 2013  
DEISE A. N. NICOLETTI  
Presidente da Comissão de Licitações

### Edital Pregão Presencial N.º 13 2013 Fct - Aquisição de Tecido, Toalha e Madeira

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2013 - FCT

OBJETO: aquisição de tecido tnt, toalha plástica e madeiras diversas para serem utilizadas na decoração e demais aplicações da 23ª Festa do Imigrante, que acontecerá nos dias 10 a 13 de outubro de 2013 no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 09 de setembro de 2013. ABERTURA: dia 09 de setembro de 2013 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

TIMBÓ (SC), 22/08/2013  
JORGE FERREIRA  
Presidente Fundação Cultural de Timbó

### Edital Pregão Presencial N.º 98 2013 PMT - Aquisição de Material Impresso

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 98/2013 - PMT

OBJETO: aquisição de material impresso (tiquetes, pulseira para controle, crachá, bloco de recibo, folha timbrada, folder, adesivo para bolachão de madeira, banner, placas de identificação, faixa) para a 23ª Festa do Imigrante, que acontecerá nos dias 10 a 13 de outubro de 2013 no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 10 de setembro de 2013. ABERTURA: dia 10 de setembro de 2013 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

TIMBÓ (SC), 22/08/2013  
JORGE R. FERREIRA  
Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

JAIME AVENDANO  
Assessor Institucional de Comunicação Social

### Extrato Contrato de Credenciamento 2013.01-04 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/01-04  
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.  
CONTRATADO: Comercial Abelam LTDA.

OBJETO: Credenciamento de mercados para fornecimento de alimentação, produtos de higiene pessoal e limpeza através de tickets para usuários da assistência social de Timbó.  
VALOR: Ticket vale-alimentação de R\$ 60,00 (sessenta reais), R\$ 80,00 (oitenta reais) e R\$ 100,00 (cem reais).



Prazo: 17/07/2013 até 17/04/2014.

Data da Assinatura: 23/08/2013.

ELSON A.A. MARSON JUNIOR

Secretário Municipal de Assistência Social

### Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 11 2013 Fumtran

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2013 - FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa para a prestação de serviços de confecção de impressos, especificados no Anexo I, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

EMPRESA FORNECEDORA: Albgraf Formulários Contínuos LTDA; Sevega Gráfica e Impressão Digital LTDA ME; Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos LTDA ME; Gráfica Guaramirim LTDA; Tipotil - Indústria Gráfica LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 8.849,00 (oito mil oitocentos e quarenta e nove reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 23/08/2014.

Timbó, 23/08/2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1529/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMI0469	55370831D	6599/2	08/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
AMI0469	55370832D	6602/0	08/05/2013	R\$ 191,53	230 * VI
BFF0471	55370432D	6599/2	26/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXI4965	54544084E	6548/0	23/04/2013	R\$ 85,12	229
MBN6772	55371084D	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233
MDQ9945	55371825D	6920/0	02/04/2013	R\$ 127,69	233
MEE2122	54766540C	5010/0	23/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEE2122	54766542C	6599/2	23/03/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 432/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAA5096	8756030579	7455/0	24/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
AET7505	8756032129	7455/0	05/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFB1957	8756030847	7455/0	01/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFO6604	8756029679	6050/3	24/02/2013	R\$ 191,53	208
AHO1274	8756032959	6050/3	30/05/2013	R\$ 191,53	208
AIM3066	8756030753	7455/0	02/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
AMB8980	8756030488	7455/0	29/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
AMB8980	8756031713	7455/0	04/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
ATW3244	8756030506	7455/0	29/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
BJG7938	8756031712	7455/0	28/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
DZG1060	8756030173	7455/0	15/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
IKM5140	8756030462	6050/3	29/03/2013	R\$ 191,53	208
IKZ6114	8756031970	7455/0	02/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
IZA8130	8756032742	7455/0	24/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWW9205	8756030276	6050/3	23/03/2013	R\$ 191,53	208
LXB8179	8756032128	7455/0	11/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXM5979	8756031388	7455/0	14/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXM9319	8756031833	6050/3	01/05/2013	R\$ 191,53	208
LXS9285	8756031753	7455/0	30/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYU6854	8756030910	7455/0	06/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAH6739	8756031785	7455/0	01/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAS2866	8756032696	7455/0	19/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBB6693	8756030601	6050/3	28/03/2013	R\$ 191,53	208
MBE3526	8756030855	7455/0	31/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBR6765	8756030954	7455/0	06/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBZ3451	8756030883	7455/0	02/04/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCF4086	8756030856	7455/0	01/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCH6971	8756030896	7455/0	03/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDA3698	8756031352	7455/0	20/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDC8436	8756032048	7463/0	03/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDG1853	8756030391	7455/0	17/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDM9959	8756030447	7455/0	26/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDM9959	8756030912	7455/0	06/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDO4071	8756032709	7455/0	19/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDT3519	8756030527	7455/0	24/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDT7599	8756030593	7455/0	27/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDU1709	8756030364	7455/0	22/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEC0254	8756030917	7455/0	03/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEF7872	8756030549	7455/0	28/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEG4300	8756032096	5673/2	07/05/2013	R\$ 85,12	183
MEU9839	8756031758	7455/0	28/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEV6584	8756032796	7463/0	24/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFJ3656	8756030275	6050/3	22/03/2013	R\$ 191,53	208
MFM4550	8756030929	7455/0	01/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFZ0208	8756031869	7455/0	24/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGY2555	8756031958	7455/0	30/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHD1991	8756030618	7463/0	30/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHF3592	8756031087	7455/0	08/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHG9142	8756030528	7455/0	24/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHJ2257	8756029998	7463/0	12/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHO1985	8756032833	7455/0	23/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHO3242	8756029988	7455/0	09/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHP0198	8756031795	7455/0	03/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHV3972	8756029811	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIE0519	8756032810	7471/0	23/05/2013	R\$ 574,61	218 * III
MIE5121	8756030216	7455/0	22/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIJ3229	8756030253	5673/2	19/03/2013	R\$ 85,12	183
MIJ9843	8756030322	7455/0	22/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIQ2059	8756030952	7455/0	05/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJM9099	8756031663	7455/0	26/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJP2081	8756031827	6050/3	30/04/2013	R\$ 191,53	208
MKE0858	8756032254	7455/0	11/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKL8147	8756032769	7455/0	20/05/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKV0728	8756030520	7455/0	24/03/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 434/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKH7377	8756030956	7463/0	06/04/2013	R\$ 127,69	218 * II
AXJ2910	8756033167	7455/0	06/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
CMP7559	8756032251	6050/3	10/05/2013	R\$ 191,53	208
DHZ2170	8756032137	7455/0	06/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
ILA3009	8756032226	6050/3	06/05/2013	R\$ 191,53	208
LXL1348	8756031325	5673/2	20/04/2013	R\$ 85,12	183
LXV8964	8756032122	5673/2	11/05/2013	R\$ 85,12	183
LXX1032	8756032241	7455/0	09/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZF1446	8756031415	7455/0	19/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZH1958	8756032145	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAZ4119	8756032150	7455/0	05/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBC6192	8756032408	7455/0	17/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBK7845	8756030909	7455/0	06/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBZ2437	8756032260	6050/3	11/05/2013	R\$ 191,53	208
MCF4086	8756032162	6050/3	05/05/2013	R\$ 191,53	208
MCG6502	8756032337	7463/0	10/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCG8046	8756031252	7455/0	22/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCX4166	8756031357	7455/0	15/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MED5577	8756031345	7455/0	15/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEJ3340	8756031275	7455/0	23/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFH7166	8756032064	5673/2	05/05/2013	R\$ 85,12	183
MFN3784	8756032152	7455/0	06/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGP0394	8756032100	7455/0	09/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHH8956	8756032813	7455/0	23/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHO7687	8756031216	7455/0	18/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIL6711	8756031168	6050/3	12/04/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJH8889	8756031424	7455/0	20/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJP5516	8756030434	5673/2	27/03/2013	R\$ 85,12	183
MJR0895	8756030932	7463/0	01/04/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJZ3976	8756032067	5673/2	05/05/2013	R\$ 85,12	183
MLB6319	8756032229	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLE0704	8756030724	7463/0	28/03/2013	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 436/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADA9785	8756033002	7455/0	01/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFN7568	8756032371	5673/2	16/05/2013	R\$ 85,12	183
AIA6379	8756032824	7455/0	23/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
AKV3315	8756032998	6050/3	31/05/2013	R\$ 191,53	208
AKV9586	8756032341	7455/0	10/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
APS5606	8756032958	6050/3	30/05/2013	R\$ 191,53	208
CTZ9315	8756030348	7455/0	21/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
CYG6213	8756032283	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
DIT0751	8756031955	7455/0	30/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
HSP2904	8756032953	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
IBH7094	8756032971	6050/3	28/05/2013	R\$ 191,53	208
IFI7419	8756032468	7455/0	13/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
IFI7419	8756032966	7463/0	27/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
ILJ5774	8756033223	7455/0	08/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
KMV4288	8756032404	7455/0	12/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
KNO5102	8756032278	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
KNO5102	8756032923	7455/0	26/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LON4461	8756032743	7455/0	24/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXH5405	8756031652	6050/3	24/04/2013	R\$ 191,53	208
LXM5979	8756032312	7455/0	10/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXM5979	8756032366	6050/3	15/05/2013	R\$ 191,53	208
LXM7237	8756032962	7455/0	26/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXS3249	8756032856	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYA2408	8756032871	5673/2	27/05/2013	R\$ 85,12	183
LYJ6367	8756032823	7463/0	23/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYW9616	8756032420	7455/0	12/05/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW9616	8756032722	7455/0	19/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZB1286	8756030977	7455/0	05/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZF1351	8756031597	7455/0	24/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZF3616	8756032838	7463/0	23/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZH3738	8756032777	7455/0	21/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZN7383	8756032461	7455/0	12/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZS5849	8756032510	7455/0	13/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAM6309	8756031639	7455/0	21/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAQ6352	8756032368	5673/2	16/05/2013	R\$ 85,12	183
MAR1743	8756032741	7455/0	24/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAZ8290	8756032355	7455/0	12/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBB7172	8756032547	7455/0	14/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBD9946	8756032292	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBG6603	8756031418	7455/0	19/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBP2144	8756033000	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBP9582	8756032412	6050/3	13/05/2013	R\$ 191,53	208
MBQ5938	8756030981	7455/0	08/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBU6878	8756032965	6050/3	26/05/2013	R\$ 191,53	208
MBX9684	8756032294	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBX9684	8756032839	7463/0	23/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCB1614	8756032339	7471/0	10/05/2013	R\$ 574,61	218 * III
MCE4365	8756032370	6050/3	15/05/2013	R\$ 191,53	208
MCG0252	8756032407	7455/0	15/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCQ4684	8756032906	7455/0	28/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCY9104	8756032444	7455/0	18/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDC3201	8756032406	7455/0	14/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDE7665	8756032334	7455/0	10/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDK9184	8756032373	7455/0	13/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDK9184	8756032374	7455/0	14/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDQ8322	8756031816	7455/0	28/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDT5886	8756033035	7455/0	03/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDU8763	8756031108	7455/0	11/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDV0121	8756032665	7455/0	22/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDW2743	8756032771	7455/0	20/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDY5604	8756032499	7455/0	17/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEA0332	8756032553	7455/0	14/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEE3644	8756032736	6050/3	24/05/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEK3113	8756031100	7463/0	10/04/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEP2905	8756032788	7455/0	23/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEQ8791	8756032350	5673/2	13/05/2013	R\$ 85,12	183
MEW1925	8756032879	6050/3	26/05/2013	R\$ 191,53	208
MFB8848	8756031762	7455/0	28/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFI5516	8756032465	7455/0	12/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFS4298	8756032307	7455/0	10/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFY2592	8756032759	7455/0	19/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGK3674	8756032671	7455/0	19/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGI1221	8756032671	5673/2	19/05/2013	R\$ 85,12	183
MGK3674	8756032822	7455/0	23/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGL0107	8756032503	6050/3	17/05/2013	R\$ 191,53	208
MGM2809	8756032976	7463/0	28/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGY6984	8756032275	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGY7033	8756031097	7455/0	10/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHN0403	8756032403	7455/0	12/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHN2960	8756032776	6050/3	21/05/2013	R\$ 191,53	208
MHU0411	8756032726	7463/0	20/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHX1601	8756032504	6050/3	17/05/2013	R\$ 191,53	208
MHX9600	8756032778	7455/0	21/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIC8605	8756032479	7455/0	14/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIF3010	8756032861	7455/0	29/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIG3816	8756032968	7455/0	27/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIH3864	8756032488	7455/0	15/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIH8748	8756032945	7455/0	30/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIM1842	8756032289	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIO9949	8756032920	7455/0	01/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIR6236	8756032550	7455/0	14/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIT4524	8756030839	7463/0	31/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIT4524	8756030842	7463/0	31/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIV7935	8756032286	7455/0	07/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIW6989	8756033127	7455/0	06/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJA7143	8756032351	5673/2	15/05/2013	R\$ 85,12	183
MJC4082	8756032729	6050/3	21/05/2013	R\$ 191,53	208
MJD0681	8756031513	5673/2	27/04/2013	R\$ 85,12	183
MJE0046	8756032485	6050/3	15/05/2013	R\$ 191,53	208
MJH1599	8756031153	7455/0	10/04/2013	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJI2311	8756032699	7463/0	23/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJX9174	8756032041	7463/0	02/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJZ8193	8756032750	6050/3	21/05/2013	R\$ 191,53	208
MKG8336	8756032429	7455/0	16/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKG8336	8756032934	7455/0	27/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKP6588	8756031081	7455/0	07/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKW7397	8756032097	7455/0	08/05/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1530/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWU1775	54544014E	7366/2	25/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LXQ7872	55643445D	7366/2	06/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MAE7785	55643462D	5185/1	11/03/2013	R\$ 127,69	167
MAO5079	54544134E	5967/0	28/05/2013	R\$ 191,53	203 * V
MAR1035	54544122E	5541/3	10/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE4420	55371039D	7030/2	22/04/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBH8735	54544121E	5541/1	10/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB1614	54544119E	5967/0	10/05/2013	R\$ 191,53	203 * V
MEE2122	54766541C	7030/1	23/03/2013	R\$ 191,53	244 * I
MFC2476	55643467D	5185/1	11/03/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1533/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GVR1253	54544154E	6599/2	06/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZR0371	54766841C	6599/2	13/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAM7601	55371029D	6599/2	02/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAZ3480	55371303D	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAZ3480	55371304D	6912/0	20/05/2013	R\$ 53,20	232
MCK5672	55371324D	6599/2	28/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFF4167	54544175E	5010/0	07/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHR1093	55371659D	5045/0	23/05/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1534/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRU4739	54544185E	5541/1	10/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZU2936	54544045E	5185/1	02/04/2013	R\$ 127,69	167
MAM7601	55371030D	6076/0	02/04/2013	R\$ 191,53	210
MAM7601	55371031D	5835/0	02/04/2013	R\$ 127,69	195
MCK5672	55371325D	7030/2	28/05/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGU7360	54544001E	5967/0	25/03/2013	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1537/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFQ9499	55326514B	5010/0	31/05/2007	R\$ 574,61	162 * I
AHV6472	55371113D	6599/2	02/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
AHV6472	55371114D	5169/1	02/06/2013	R\$ 1.915,38	165
ILK0452	55371080D	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233
LXC2066	55371032D	5045/0	18/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
LYM2638	55371088D	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233
LZP7761	55371829D	6920/0	02/04/2013	R\$ 127,69	233
MAO1080	55371809D	6920/0	02/04/2013	R\$ 127,69	233
MAZ3419	55371098D	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233
MBG7240	55371072D	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233
MBK2529	55371071D	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233
MBX9684	55370885D	6742/0	03/06/2013	R\$ 127,69	230 * XX
MCY5627	55371161D	5045/0	28/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCY6620	54544164E	6912/0	07/06/2013	R\$ 53,20	232
MEJ5654	55371355D	6920/0	05/06/2013	R\$ 127,69	233
MFV0569	55371537D	6920/0	05/03/2013	R\$ 127,69	233
MHE3470	55371710D	5169/1	02/06/2013	R\$ 1.915,38	165



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1538/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALX9321	54544137E	5541/1	28/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN4894	54544129E	7366/2	23/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCY5627	55371162D	5185/1	28/05/2013	R\$ 127,69	167
MGB0375	54544177E	5487/0	10/06/2013	R\$ 127,69	181 * XI
MJS2623	55371706D	5550/0	25/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1536/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATD3809	54544383E	5967/0	16/07/2013	203 * V
EBM2256	54544391E	5541/1	23/07/2013	181 * XVII
MCI4994	55371125D	5347/0	20/07/2013	178
MEW3837	55371727D	7030/2	26/07/2013	244 * I
MGF0014	54544223E	5509/0	09/07/2013	181 * XIII
MJU4063	55370899D	6823/1	25/07/2013	231 * IV
MKQ6044	54544368E	5541/1	05/07/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 431/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHB1969	8756033379	7455/0	14/06/2013	218 * I
AHB1969	8756033389	7455/0	09/06/2013	218 * I
AHW0741	8756033836	5673/2	12/07/2013	183
AIE3934	8756033315	5673/2	10/06/2013	183
AJQ0858	8756033809	7455/0	02/07/2013	218 * I
ARE8731	8756033365	7455/0	09/06/2013	218 * I
BHP0830	8756033832	7455/0	03/07/2013	218 * I
BQA5261	8756033689	5673/2	06/07/2013	183
CKI2999	8756033535	6050/3	19/06/2013	208
CRE0234	8756033384	6050/3	10/06/2013	208
CVE5367	8756033678	7455/0	04/07/2013	218 * I
CXN1995	8756033951	7455/0	12/07/2013	218 * I
DAM8827	8756033426	6050/3	15/06/2013	208
DIL8886	8756033332	6050/3	13/06/2013	208
ICN8174	8756033353	7455/0	13/06/2013	218 * I
IJU9148	8756033741	6050/3	06/07/2013	208
IJW3329	8756033899	7455/0	07/07/2013	218 * I
INR5497	8756033744	7455/0	06/07/2013	218 * I
JGJ1787	8756033682	5673/2	02/07/2013	183
JOO6150	8756033893	7463/0	13/07/2013	218 * II
JRO2139	8756033798	7455/0	06/07/2013	218 * I
KLV7774	8756033465	7455/0	21/06/2013	218 * I
LWR6034	8756033486	6050/3	17/06/2013	208
LWR8374	8756033837	6050/3	13/07/2013	208
LWT6013	8756033345	7455/0	14/06/2013	218 * I
LWY2730	8756033748	7455/0	06/07/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXE4292	8756033872	7455/0	13/07/2013	218 * I
LXT3813	8756033255	7455/0	10/06/2013	218 * I
LYC8447	8756033286	7463/0	13/06/2013	218 * II
LYQ8664	8756033280	7455/0	13/06/2013	218 * I
LYY2811	8756033739	7455/0	06/07/2013	218 * I
LYY2811	8756033789	7463/0	06/07/2013	218 * II
LYZ0740	8756033796	7455/0	06/07/2013	218 * I
LZA2977	8756033859	5673/2	09/07/2013	183
LZR9542	8756033849	6050/3	07/07/2013	208
LZU0743	8756033392	6050/3	09/06/2013	208
MAH7721	8756033401	6050/3	10/06/2013	208
MAP0175	8756033905	7455/0	09/07/2013	218 * I
MAP3241	8756033788	7455/0	05/07/2013	218 * I
MBG5638	8756033820	7463/0	02/07/2013	218 * II
MBP1915	8756033877	7455/0	07/07/2013	218 * I
MBS1205	8756033388	7455/0	09/06/2013	218 * I
MCR7145	8756033681	5673/2	03/07/2013	183
MDG3945	8756033704	7455/0	06/07/2013	218 * I
MDJ5140	8756033772	7455/0	03/07/2013	218 * I
MDL0602	8756033779	7455/0	04/07/2013	218 * I
MDW0642	8756033403	7455/0	10/06/2013	218 * I
MDX3359	8756033888	7455/0	09/07/2013	218 * I
MDZ2629	8756033293	7455/0	13/06/2013	218 * I
MEH6858	8756033695	7455/0	02/07/2013	218 * I
MEI3068	8756033814	7455/0	02/07/2013	218 * I
MEL0056	8756033677	5673/2	02/07/2013	183
MEP3333	8756033813	7455/0	02/07/2013	218 * I
MES1818	8756033945	7455/0	11/07/2013	218 * I
MEU6314	8756033937	7455/0	07/07/2013	218 * I
MEY0714	8756033711	6050/3	01/07/2013	208
MEZ2321	8756033245	7455/0	10/06/2013	218 * I
MFC8584	8756033335	7463/0	15/06/2013	218 * II
MFM1448	8756033701	7455/0	01/07/2013	218 * I
MFN9966	8756033907	7455/0	10/07/2013	218 * I
MFP3071	8756033852	5673/2	09/07/2013	183
MGD0218	8756033377	7455/0	14/06/2013	218 * I
MGF4227	8756033693	7455/0	04/07/2013	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGQ7095	8756033797	7455/0	06/07/2013	218 * I
MGX0773	8756033359	7455/0	09/06/2013	218 * I
MGY7033	8756033366	7471/0	10/06/2013	218 * III
MGY7033	8756033368	7455/0	11/06/2013	218 * I
MHJ2847	8756033862	7455/0	11/07/2013	218 * I
MHN5163	8756033848	7455/0	12/07/2013	218 * I
MHP2391	8756033719	7463/0	01/07/2013	218 * II
MHQ9750	8756033305	7455/0	13/06/2013	218 * I
MHT7935	8756033864	7463/0	12/07/2013	218 * II
MHV8400	8756033954	7455/0	13/07/2013	218 * I
MHW7245	8756033411	6050/3	12/06/2013	208
MHZ4245	8756033329	7455/0	10/06/2013	218 * I
MIH6200	8756033356	6050/3	10/06/2013	208
MIS5322	8756033911	7455/0	11/07/2013	218 * I
MIT8760	8756033363	7455/0	09/06/2013	218 * I
MJA2060	8756033793	7455/0	06/07/2013	218 * I
MJR0140	8756033882	7455/0	12/07/2013	218 * I
MJS6800	8756033917	7455/0	11/07/2013	218 * I
MJX3012	8756033760	7455/0	30/06/2013	218 * I
MKA2149	8756033674	5673/2	30/06/2013	183
MKN1318	8756033284	7463/0	13/06/2013	218 * II
MKW0210	8756033778	7455/0	03/07/2013	218 * I
MLJ0011	8756033326	5673/2	14/06/2013	183
MLN3779	8756033490	7455/0	17/06/2013	218 * I
MQY7974	8756033941	6050/3	10/07/2013	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 433/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAC5034	8756034002	7455/0	18/07/2013	218 * I
ABW9226	8756033516	6050/3	16/06/2013	208
AHA8800	8756033616	7455/0	28/06/2013	218 * I
AHB1969	8756034000	7455/0	18/07/2013	218 * I
AMB8980	8756033571	7463/0	29/06/2013	218 * II
CSN3022	8756033570	7455/0	29/06/2013	218 * I
DME3579	8756033998	7455/0	14/07/2013	218 * I
DPN5553	8756033430	5673/2	18/06/2013	183
IBX6937	8756033434	5673/2	18/06/2013	183
IKO9158	8756034072	7455/0	18/07/2013	218 * I
ILD9436	8756033577	7455/0	23/06/2013	218 * I
LWS2132	8756033964	7455/0	15/07/2013	218 * I
LWX1427	8756033472	7455/0	19/06/2013	218 * I
LXC4368	8756034003	7455/0	19/07/2013	218 * I
LXY7339	8756034048	6050/3	14/07/2013	208
LYD2433	8756033181	6050/3	02/06/2013	208
LZC3367	8756033946	6050/3	11/07/2013	208
LZD7460	8756033542	6050/3	22/06/2013	208
MAP1950	8756033957	5673/2	14/07/2013	183
MAV0130	8756033552	7455/0	23/06/2013	218 * I
MBO6961	8756033614	7455/0	27/06/2013	218 * I
MBS9929	8756033583	7455/0	27/06/2013	218 * I
MBT1932	8756033585	7455/0	29/06/2013	218 * I
MBV9012	8756034061	6050/3	17/07/2013	208
MCH5252	8756034077	7455/0	20/07/2013	218 * I
MCT3471	8756033656	7455/0	26/06/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEK4512	8756033591	7455/0	23/06/2013	218 * I
MEQ0376	8756034057	7463/0	17/07/2013	218 * II
MFB9329	8756034009	7455/0	16/07/2013	218 * I
MFN9966	8756034029	7455/0	19/07/2013	218 * I
MFN9966	8756034030	7455/0	19/07/2013	218 * I
MGE1001	8756033457	7455/0	16/06/2013	218 * I
MGM3250	8756033575	7455/0	26/06/2013	218 * I
MGY7033	8756033485	7463/0	17/06/2013	218 * II
MGY7033	8756033500	7455/0	19/06/2013	218 * I
MGY7033	8756033599	7463/0	24/06/2013	218 * II
MGY7033	8756033604	7463/0	26/06/2013	218 * II
MHT7935	8756033968	7463/0	19/07/2013	218 * II
MHX3624	8756033659	6050/3	27/06/2013	208
MIN9403	8756033558	5673/2	29/06/2013	183
MJF7620	8756034014	7455/0	14/07/2013	218 * I
MJR6743	8756033611	7455/0	27/06/2013	218 * I
MJS1337	8756033536	6050/3	20/06/2013	208
MJS6554	8756033449	6050/3	17/06/2013	208
MJT7691	8756033988	7455/0	19/07/2013	218 * I
MKM1166	8756034054	7455/0	16/07/2013	218 * I
MKP6588	8756033621	7455/0	29/06/2013	218 * I
MKZ9817	8756034045	7455/0	14/07/2013	218 * I
MLA1074	8756034044	7455/0	14/07/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 435/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEP5973	8756033973	6050/3	17/07/2013	208
AHU1762	8756034024	7455/0	18/07/2013	218 * I
EBM2256	8756033999	7463/0	17/07/2013	218 * II
EBM2256	8756034033	6050/3	14/07/2013	208
EBM2256	8756034036	6050/3	19/07/2013	208
EBS6022	8756033471	7455/0	18/06/2013	218 * I
IQG1164	8756033865	7455/0	12/07/2013	218 * I
LYI1391	8756033958	5673/2	14/07/2013	183
MFO8306	8756034086	5673/2	27/07/2013	183
MGX3035	8756033969	5673/2	19/07/2013	183
MKP5216	8756033961	5673/2	20/07/2013	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1527/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BOH4850	55371879D	6599/2	06/07/2013	230 * V
BOH4850	55371880D	6610/2	06/07/2013	230 * VII
DBO7794	55370893D	6599/2	11/07/2013	230 * V
JPS7252	55371219D	5169/1	05/07/2013	165
KHL5327	55370846D	5010/0	05/07/2013	162 * I
KMY5883	55371216D	6599/2	05/07/2013	230 * V
LXV2728	55371877D	6599/2	05/07/2013	230 * V
LXV2728	55371878D	5010/0	05/07/2013	162 * I
LYT5807	55370848D	5010/0	09/07/2013	162 * I
MAI7188	54544233E	6726/1	12/07/2013	230 * XVIII
MBS1353	55370844D	6599/2	13/06/2013	230 * V
MCV8321	54544341E	6599/2	18/07/2013	230 * V
MEG5524	55371377D	6920/0	13/07/2013	233
MEH0691	55370841D	5045/0	13/06/2013	162 * V
MEH0691	55370842D	6599/2	13/06/2013	230 * V
MEV0333	55371172D	6599/2	11/07/2013	230 * V
MGX6821	55370449D	6599/2	12/07/2013	230 * V
MGX6821	55370450D	5010/0	12/07/2013	162 * I
MGY4206	55371168D	6912/0	11/07/2013	232
MJS9026	55371223D	6912/0	11/07/2013	232



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1528/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIW3439	55370886D	5835/0	04/06/2013	195
LYB5857	54544356E	5568/0	27/06/2013	181 * XIX
MFV5483	54544342E	7366/2	18/07/2013	252 * VI
MGF7840	54544237E	5568/0	17/07/2013	181 * XIX
MGY4206	55371167D	5738/0	11/07/2013	186 * II
MLP1093	54544339E	5541/1	17/07/2013	181 * XVII
MLX1849	55371405D	5738/0	19/06/2013	186 * II
MMM4880	54544386E	5967/0	17/07/2013	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1531/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAS4417	55370446D	5045/0	27/06/2013	162 * V
ACR3081	55370443D	6599/2	27/06/2013	230 * V
ACR3081	55370445D	6912/0	27/06/2013	232
MAX0218	54544248E	6548/0	24/07/2013	229
MEN3460	55371873D	6637/2	27/06/2013	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1532/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZP4912	54544216E	5541/5	25/06/2013	181 * XVII
MBE6024	55371409D	5185/1	04/07/2013	167
MEA9802	54544406E	5452/5	26/07/2013	181 * VIII
MFB0240	55370442D	5185/1	27/06/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1535/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIN8564	55370895D	6599/2	25/07/2013	230 * V
AIN8564	55370896D	5045/0	25/07/2013	162 * V
AJJ2611	55371392D	6920/0	20/07/2013	233
ARK9909	55371396D	6920/0	20/07/2013	233
CYQ4184	54571330E	6920/0	21/07/2013	233
LXZ1863	55371722D	5010/0	20/07/2013	162 * I
LXZ1863	55371723D	5169/1	20/07/2013	165
LXZ1863	55371724D	6599/2	20/07/2013	230 * V
LXZ1863	55371725D	6912/0	20/07/2013	232
LXZ1863	55371726D	5274/1	20/07/2013	175
LZQ5553	54544374E	5010/0	10/07/2013	162 * I
LZQ5553	54544375E	5061/0	10/07/2013	163 c/c 162 * I
LZQ5553	54544376E	6599/2	10/07/2013	230 * V
LZQ5553	54544377E	6556/1	10/07/2013	230 * I
MAB6842	55371398D	6920/0	20/07/2013	233
MAV4062	54571349E	6920/0	30/07/2013	233
MBA0043	55371399D	6920/0	20/07/2013	233
MBB0571	54571343E	6920/0	21/07/2013	233
MCB0621	54571341E	6920/0	21/07/2013	233
MDU1973	54571302E	6920/0	21/07/2013	233
MEW3837	55371728D	6637/2	26/07/2013	230 * IX
MHJ3025	55371711D	5010/0	28/06/2013	162 * I
MHJ4438	54544226E	6912/0	10/07/2013	232
MKI9453	55371400D	6920/0	20/07/2013	233



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE AGOSTO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

# Três Barras

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.076 de 22 de Agosto de 2013

LEI Nº 3.076 DE 22 DE AGOSTO DE 2013

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 13 DA LEI Nº 2.939 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010 QUE INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE TRÊS BARRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O parágrafo único do artigo 13 da Lei nº 2.939 de 16 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação deverá elaborar resolução com normas de organização e funcionamento dos conselhos escolares, sendo que o número de conselheiros dos conselhos escolares será proporcional ao número de alunos matriculados.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC.,

em 22 de agosto de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

### Lei Nº 3.077 de 22 de Agosto de 2013

LEI Nº 3.077 DE 22 DE AGOSTO DE 2013

RERRATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A FINALIDADE DE INSTITUIR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica rerratificado pelo Município de Três Barras/SC, Protocolo de Intenções com a finalidade de instituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL, o qual será composto pelos municípios de Três Barras/SC, Bela Vista do Toldo/SC, Major Vieira/SC ficando desde já autorizado o Chefe do Poder Executivo a manifestar expressa anuência, em assembléia, em relação à aprovação do respectivo estatuto.

Art. 2º O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL será constituído sob a forma de consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, mediante publicação do competente Estatuto.

Art. 3º Fica o Município de Três Barras autorizado a firmar contrato de rateio com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL visando atender as finalidades do consórcio, conforme estabelecido no protocolo de intenções, que através da presente Lei passa a denominar-se Contrato de Consórcio, nos termos do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Fica aplicada, para reger as relações jurídicas entre Município de Três Barras/SC, Bela Vista do Toldo/SC e Major Vieira/SC e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL, a Lei federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 22 de agosto de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

### ANEXO ÚNICO

#### PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE OS

MUNICÍPIOS DE TRÊS BARRAS, BELA VISTA DO TOLDO, E MAJOR VIEIRA PARA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOLHIMENTO NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL

PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE TRÊS BARRAS/SC, BELA VISTA DO TOLDO/SC E MAJOR VIEIRA/SC PARA CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 11.107/2005 E O DECRETO Nº 6.017/2007, QUE DISPÕE SOBRE NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.

Os municípios de Três Barras, Bela Vista do Toldo e Major Vieira representados pelos seus respectivos Prefeitos Municipais, resolvem firmar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir um Consórcio Intermunicipal, em conformidade com a Lei federal nº 11.107/2005 e o Decreto federal nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, conforme segue:

### CAPÍTULO I

Do consorciamento

CLÁUSULA PRIMEIRA. São subscritores do Protocolo de Intenções:

I – o MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.400/0001-35, com sede à Avenida Santa Catarina, 616, Centro, CEP 89490-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Eloi José Quege;

II – o MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.888/0001-86, com sede à Rua: Estanislau Schumann, nº 839 Centro, CEP 89478-000 representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Gilberto Damaso da Silveira.

III – o MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.392/0001-27, com sede à Travessa Otacílio Florentino de Souza, 210 Centro CEP 89480-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Israel Kiem.

### CAPÍTULO II

Da Denominação

CLÁUSULA SEGUNDA. O Consórcio de Municípios denominar-se-á CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL e terá a denominação fantasia de “LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS”.

**CAPÍTULO III**

Da finalidade, dos objetivos, dos princípios e das obrigações

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O Consórcio terá por finalidade a instituição do serviço socioassistencial de alta complexidade, na modalidade de Abrigo Institucional para crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; e
- III - em razão de sua conduta.

**CLÁUSULA QUARTA.** O Consórcio terá por objetivo a execução de programas de abrigo provisório, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações, em especial a Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, sendo os seguintes:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III – atendimento personalizado em grupo, conforme preconiza as orientações técnicas de acolhimento de crianças e adolescentes;
- IV – desenvolvimento de atividades socioeducativas;
- V – não-desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;
- X – As crianças e adolescentes abrigados serão submetidos a avaliações periódicas, conforme disposto no § 1º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009;
- XI – Os prazos máximos de abrigamento serão os dispostos no § 2º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** É permitido o atendimento de crianças e/ou adolescentes envolvidos com dependência química, quando já realizado o tratamento por meio da política de saúde e/ou comunidades terapêuticas, ou em tratamento/atendimento e acompanhamento pela política de saúde do município de origem, ou do município sede do consórcio.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** As ações de promoção da saúde, ações educativas e de prevenção de agravos devem ser articuladas com a Rede de Atenção Básica/Primária, composta por UBS – Unidades Básicas de Saúde e pela ESF – Estratégia de Saúde da Família. Esses serviços também devem ser procurados, caso haja necessidade de solicitar requisição de exames, medicamentos básicos e acompanhamento do quadro de situação de saúde de crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** Caso haja necessidade, a equipe dos serviços de atenção básica/primária fará também encaminhamento

para unidades de atenção especializada - que inclui Hospitais, Maternidades, Unidades de Urgências e/ou Emergências e Serviços/Unidade de Referências - capacitados para atenderem casos que demandem atenção especializada, como adolescentes grávidas, crianças e adolescentes com deficiência, com distúrbios de crescimento, com doenças infecto-contagiosas ou imunodepressoras, dentre outros.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Nos casos de crianças e adolescentes com transtornos mentais e/ou que apresentam problemas devido ao uso abusivo ou dependência de álcool e outras drogas, deve ser acionada a Rede de Saúde mental, por meio das ações de Saúde Mental, na Atenção Básica, do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS ou, onde houver o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil – CAPS I, especializado no atendimento de crianças e adolescentes com transtornos mentais graves (autismo, psicoses, neuroses graves, abuso ou dependência de álcool e outras drogas).

**PARÁGRAFO QUINTO.** O atendimento humanizado de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento requer uma estreita articulação entre o Sistema Único de Saúde - SUS e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Desse modo, orienta-se que os órgãos gestores dessas duas políticas desenvolvam estratégias conjuntas e elaborem protocolos de atenção integral à saúde de crianças e adolescentes que se encontram em Serviços de Acolhimento, bem como de seus familiares.

**PARÁGRAFO SEXTO.** Crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, não devem ser separados, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesses ou se houver claro risco de violência.

**CAPÍTULO IV**

Do prazo de duração

**CLÁUSULA QUINTA.** O Prazo de duração do Consórcio será por tempo indeterminado.

**CAPÍTULO V**

Da sede e foro

**CLÁUSULA SEXTA.** A sede será à Rua: Bem-te-vi, s/nº, Distrito São Cristóvão, cidade de Três Barras/SC e foro na cidade e Comarca de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

**CAPÍTULO VI**

Da possibilidade da inclusão de novos associados

**CLÁUSULA SÉTIMA.** É admitida a inclusão de novos sócios desde que o representante legal do novo município formalize interesse em anuir aos termos do presente protocolo e o submeta à apreciação da Assembléia Geral do Consórcio.

**CAPÍTULO VII**

Da área de atuação

**CLÁUSULA OITAVA.** A área de atuação do Consórcio será formada pela totalidade das superfícies dos municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para a finalidade a que se propõe.

**CAPÍTULO VIII**

Da personalidade jurídica

**CLÁUSULA NONA.** Será constituído como uma associação pública,

com personalidade jurídica de direito público interno, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Como forma de garantir simultaneidade recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor no dia primeiro do mês subsequente à aprovação.

## CAPÍTULO IX

### Dos Estatutos

**CLÁUSULA DÉCIMA.** O Consórcio será organizado por Estatuto Social cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas previstas no Protocolo de Intenções e do contrato constitutivo.

§ 1º O Estatuto Social será aprovado pela Assembleia Geral.

§ 2º O Estatuto Social somente poderá ser alterado pelo voto de no mínimo 50% mais um dos membros da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

§ 3º O Estatuto Social e suas alterações produzirão seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial, podendo ser de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

## CAPÍTULO X

Dos critérios para a representatividade do Consórcio perante outras esferas de governo

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** Ao Presidente do Consórcio competirá representar os municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad iudicia”, mediante decisão da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO XI

Das normas de convocação e funcionamento da Assembleia Geral, inclusive para elaboração, aprovação e modificação do estatuto

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Os municípios que integram o Consórcio terão direito a um membro titular e um suplente na Assembleia Geral, que terão voto desde que quites com seus compromissos financeiros com o Consórcio e demais obrigações estatutárias. O membro titular é o Prefeito Municipal e o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

§ 1º Poderão participar da Assembleia Geral, sem direito a voto, representantes das Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados, representantes de outros entes da federação e da sociedade civil, desde que convidados pela Diretoria do Consórcio.

§ 2º A Assembleia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente do Consórcio, sempre que houver pauta para deliberação e extraordinariamente para tratar de assunto específico. A reunião ordinária deverá ser convocada com antecedência de no mínimo 3 (três) dias úteis, e a reunião extraordinária com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, e publicada em jornal de circulação regional.

§ 3º A Assembleia Geral será a instância máxima de decisão do Consórcio, sendo que o voto de cada titular será singular,

independentemente dos investimentos feitos no Consórcio.

§ 4º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.

§ 5º As decisões serão tomadas por maioria simples dos municípios associados presentes, com exceção das previstas neste Protocolo e no Estatuto Social.

## CAPÍTULO XII

Da Diretoria, eleição e duração do mandato

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O Consórcio será dirigido por uma Diretoria, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos em Assembleia Geral, por escrutínio secreto para o mandato de 1 (um) ano, sendo permitida re-eleição.

§ 1º Havendo uma única chapa a eleição poderá ocorrer por aclamação.

§ 2º No caso de empate será declarado eleita a chapa que tiver como Presidente o Prefeito mais idoso.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** A eleição da primeira diretoria será realizada na primeira Assembleia Geral após a aprovação do Protocolo de Intenções pelas respectivas Câmaras de Vereadores e, as seguintes serão realizadas no mês de dezembro de cada ano, para o exercício seguinte, assumindo automaticamente em 1º de janeiro.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os membros da Diretoria não receberão remuneração a qualquer título pelo exercício do cargo.

## CAPÍTULO XIII

Do número, das formas de provimento e da remuneração dos empregados do Consórcio e dos casos de contratação temporária

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** Para atender as finalidades e objetivos do Consórcio, o quadro de empregados e remuneração será o constante do Anexo I, parte integrante deste Protocolo de Intenções.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A revisão dos salários dos empregados do Consórcio será anual, mediante aprovação da Assembleia Geral, atento aos limites orçamentários do Consórcio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.** A contratação dos empregados do Consórcio é obrigatória e far-se-á mediante Concurso Público e/ou Processo Seletivo, exceto para o cargo de Coordenador Social, considerado cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração da Diretoria.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** As contratações serão efetivadas pelo período de vigência do Consórcio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.** O regime de trabalho dos empregados do Consórcio será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA.** Os municípios consorciados poderão ceder ou transferir servidores do quadro permanente para atuarem no Consórcio, na forma e condições da legislação de cada ente.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Na hipótese do município consorciado assumir o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

**CLÁUSULA DÉCIMA NOVA.** O regulamento deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente quanto à descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA.** A Diretoria estabelecerá através de Resolução, os casos de excepcional interesse público para contratação de pessoal por tempo determinado objetivando atender às necessidades temporárias, como por exemplo, a execução de estudos, projetos específicos, atendimento às obrigações assumidas por força de convênios, ajustes de condutas, termos, acordos, bem como substituições temporárias.

#### CAPÍTULO XIV

Do contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviço público

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA.** O Consórcio poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo da Diretoria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos consorciados.

#### CAPÍTULO XV

Dos direitos e obrigações dos consorciados

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA.** Além dos direitos dos consorciados previstos no Estatuto Social, os municípios adimplentes com suas obrigações poderão exigir dos demais integrantes o pleno cumprimento das cláusulas do contrato estalecidas no Estatuto e nos contratos firmados.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA.** O município consorciado poderá se retirar da sociedade com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal e desde que participe sua intenção com prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA.** Fica a cargo da Assembleia Geral acertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA.** Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da Assembleia Geral.

#### CAPÍTULO XVI

Do regime contábil e financeiro e da publicidade do atos

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA.** A execução das receitas e das despesas do consórcio deverá obedecer às normas de direito administrativo e financeiro aplicáveis às entidades públicas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA.** O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado, para apreciar as contas de seu representante legal, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os municípios consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA.** O Consórcio obedecerá ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo que qualquer do povo tenha acesso às suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

#### CAPÍTULO XVII

Do contrato de Consórcio Público

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA.** O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do presente Protocolo de Intenções, sendo que a recusa ou demora na ratificação não poderá ser penalizada.

§ 1º A ratificação pode ser realizada com reserva que deverá ser clara e objetiva, preferencialmente vinculada à vigência de cláusula, parágrafo, inciso ou alínea do protocolo de intenções, ou que imponha condições para a vigência de qualquer desses dispositivos.

§ 2º Caso a lei do município preveja reservas, a admissão do ente no consórcio dependerá da aprovação pela Assembleia Geral.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA.** O Contrato do Consórcio só poderá ser celebrado mediante apresentação da ratificação do Protocolo de Intenção pelas Câmaras de Vereadores de todos os municípios consorciados.

#### CAPÍTULO XVIII

Da Gestão do Consórcio

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA.** Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

I - ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação;

II – firmar convênio em nome dos Municípios consorciados, com o Governo Estadual, Governo Federal, Empresas Públicas, de Economia Mista, Autarquias, Secretarias de Estado, Ministérios e organismos internacionais;

III - mediante previsão em contrato de programa, promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** No caso de contratação de operação de crédito, o Consórcio se sujeita aos limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 52, inciso VII, da Constituição Federal.

#### CAPÍTULO XIX

Do Contrato de Rateio

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA.** Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

§ 1º Os entes consorciados arcarão com os custos fixos e variáveis em rateio proporcional ao número de vagas de cada município participante.

§ 2º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos



orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA.** Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, XV, da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA.** As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA.** Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 1º Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

§ 2º A eventual impossibilidade de o município consorciado cumprir as obrigações orçamentárias e financeiras estabelecidas em contrato de rateio obriga o Consórcio a adotar medidas judiciais para garantir a finalidade a que se propõe, garantia de direitos das crianças e adolescentes acolhidos, sob pena de interrupção do acolhimento e as penas da Lei.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA.** É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

§ 1º Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

§ 2º Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA.** O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA.** Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Consórcio deverá fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

## CAPÍTULO XX

Da Contratação do Consórcio por Município

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA.** O Consórcio poderá ser contratado por município consorciado ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação, nos termos do art. 2o, III, da Lei no 11.107, de 2005.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O Contrato, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado município consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

## CAPÍTULO XXI

Das Licitações Compartilhadas

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA.** O Consórcio poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, nos termos do § 1o do art. 112 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

## CAPÍTULO XXII

Da Exclusão de Município Consorciado

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA.** A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa.

§ 1º Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio, ou tornar-se inadimplente.

§ 2º A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o município consorciado poderá se reabilitar.

§ 3º A exclusão de consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

## CAPÍTULO XXIII

Da extinção do Consórcio

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA.** A extinção do Consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados, sendo que em caso de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação;

III - o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio; e

IV - O Município de Três Barras/SC, sede do Consórcio, indenizará os demais municípios pelas edificações e bens móveis adquiridos em conjunto durante a existência do Consórcio, após avaliação feita em comum acordo entre os consorciados, na mesma proporção em que foram adquiridos e dentro das condições financeiras do Município de Três Barras/SC.

## CAPÍTULO XXIV

Do local destinado ao funcionamento do Consórcio e da aquisição dos bens móveis

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA.** O imóvel destinado ao funcionamento do Consórcio é de propriedade do Município de Três Barras/SC e será cedido por meio de termo de comodato que

terá validade no período de duração do Consórcio. (Anexo II – Estrutura Física – Planta Baixa)

**PARÁGRAFO ÚNICO.** As despesas para a aquisição dos bens móveis, ou com eventuais ampliações, reformas, adaptações e manutenção do imóvel, necessários ao funcionamento do Consórcio serão rateadas entre os municípios consorciados, por meio de contrato de rateio, em igual proporção.

## CAPÍTULO XXV

Das disposições gerais

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA.** Nenhum município poderá ser obrigado a se consorciar ou a permanecer consorciado, sendo que a retirada do município do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, na forma previamente disciplinada por Estatuto Social.

§ 1º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de consórcio público ou do instrumento de transferência ou de alienação.

§ 2º A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

## CAPÍTULO XXVI

Das disposições transitórias

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA.** Os controles administrativos e financeiros, os procedimentos licitatórios e de pessoal, enquanto o Consórcio não contar com estrutura adequada para tal finalidade, serão executados por servidores do quadro de pessoal do Município de Três Barras/SC.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA.** Após a ratificação do presente Protocolo de Intenções pelos municípios signatários, através de lei específica, o mesmo transformar-se-á em Contrato de Consórcio e será elaborado o Estatuto Social, submetido à Assembleia especialmente designada para tal finalidade.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA.** Este protocolo de intenções será publicado na imprensa oficial, podendo ser de forma reduzida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede municipal de computadores em que se poderá obter seu texto integral.

Três Barras/SC, 30 de julho de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE Prefeito Municipal Três Barras/SC	GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA Prefeito Municipal Bela Vista de Toldo/SC
---	---

ISRAEL KIEM  
Prefeito Municipal  
Major Vieira/SC

## ANEXO I

### DOS EMPREGOS PÚBLICOS

GRUPO	CARGO	Nº VAGAS	Remuneração R\$	Carga Horária Semanal
1 - SERVIÇOS GERAIS	Cozinheira	01	678,00	40 horas

	Serviços Gerais	01	678,00	40 horas
2 - SERVIÇOS OPERACIONAIS (Nível Médio)	Cuidador Social (Noturno)	04	790,01	40 horas
	Cuidador Social (Diurno)	06	790,01	40 horas
3 - TÉCNICO CIENTÍFICO (Nível Superior)	Assistente Social	01	1.725,00	30 horas
	Psicólogo	01	2.300,00	40 horas

### DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	PERFIL	Nº VAGAS	Remuneração R\$	Carga Horária Semanal
Coordenador Social	1. Nível superior, conforme resolução 17/2011 do CNAS, que compõe a gestão; 2. Experiência na área da criança e do adolescente; 3. Conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da região.	01	2.300,00	40 horas

### DOS SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Funcionários	Total Funcionários	Salário Unitário	Salário Total	Adicional Noturno	Encargos Sociais 36%	Total
Cozinheira	01	678,00	678,00	-	244,08	922,08
Serviços Gerais	01	678,00	678,00	-	244,08	922,08
Cuidador Social Noturno	04	790,01	3.160,04	379,20	1.274,13	4.813,37
Cuidador Social Diurno	06	790,01	4.740,06	-	1.706,42	6.446,48
Assistente Social	01	1.725,00	1.725,00	-	621,00	2.346,00
Psicólogo	01	2.300,00	2.300,00	-	828,00	3.128,00
Coordenador	01	2.300,00	2.300,00	-	828,00	3.128,00
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>9.261,02</b>	<b>15.581,10</b>	<b>379,20</b>	<b>5.745,71</b>	<b>21.706,01</b>

## ANEXO II

## DA ESTRUTURA FÍSICA

Quartos	Até 4 crianças e/ou adolescentes por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade.
Sala de Estar ou similar	Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
Sala de jantar/copa	Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo.
Ambiente para Estudo	Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura.
Banheiro	Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência.
Cozinha	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
Área de Serviço	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guarda de equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
Área externa (Varanda, quintal, jardim, etc.)	Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão sócio-econômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos. Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários.
Sala para a equipe técnica	Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc.) Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa e técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala de coordenação/atividades administrativas	Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.). Deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo. Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa e técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala / espaço para reuniões	Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.

## Observações:

A estrutura física atual está dentro dos parâmetros exigidos pela Legislação em vigência. Anexo segue a Planta Baixa.

Toda infraestrutura do abrigo institucional oferece acessibilidade para o atendimento de pessoas com deficiências.

**Lei N° 3.078 de 22 de Agosto de 2013**

LEI N° 3.078 DE 22 DE AGOSTO DE 2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TRÊS BARRAS - SC NO EXERCÍCIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal firmar Convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Três Barras - SC, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 05.879.053/0001-48, estabelecida à Av. Santa Catarina, nº 550, centro, Três Barras - SC, com finalidade de promoção de natal, incremento na arrecadação e realização de campanha de conscientização fiscal.

Art. 2º. Para execução do convênio o Município repassará o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) à Câmara de Dirigentes Lojistas de Três Barras - SC.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de elemento específico do orçamento ou através de abertura de crédito especial ou suplementar por Decreto.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 22 de agosto de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

**Lei N° 3.079 de 22 de Agosto de 2013**

LEI N° 3.079 DE 22 DE AGOSTO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR ÁREA DE TERRA AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR, ADMINISTRADO PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, objetivando promover a construção de moradias destinadas à alienação para famílias, com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos, cadastradas junto a Secretaria Municipal de Habitação, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV - 2, do Governo Federal, fica autorizado a doar ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, regido pela Lei Federal nº 10.188, de 12.02.2001, representado pela Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão do FAR e pela operacionalização do PMCMV, a área 45.000 m² (quarenta e cinco mil metros quadrados) parte integrante de uma área maior objeto da matrícula imobiliária nº 13.248 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas - SC, identificada conforme mapa e memorial descritivo elaborado pelo Engenheiro Civil Acir Dequêch CREA/SC nº 011995-0.

Parágrafo único. O imóvel constante do caput no valor de R\$ 96.300,00 (noventa e seis mil e trezentos reais) é, por esta Lei, desafetado de sua natureza de bem público e passam a integrar a categoria de bens dominiais.

Art. 2º. O bem imóvel descrito no artigo 1º desta Lei será utilizado exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e constará dos bens integrantes do FAR - Fundo de Arrendamento Residencial, não se comunicando com o patrimônio da instituição gestora do Fundo - Caixa Econômica Federal, observadas ainda, quanto a tais bens, as restrições constantes do artigo 1º, § 3º da Lei Federal nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.

Art. 3º. O Donatário terá como encargo utilizar o imóvel doado nos termos desta Lei exclusivamente para construção de unidades habitacionais, destinadas à população de baixa renda, com renda bruta de até 03 (três) salários mínimos.

Parágrafo único. A propriedade das unidades habitacionais produzidas será transferida pelo Donatário para cada um dos beneficiários, mediante alienação, segundo as regras estabelecidas no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

Art. 4º. A doação realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei, ficará automaticamente revogada, revertendo a propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade, se:

I - O Donatário fizer uso do imóvel doado para fins distinto daquele determinado no artigo 3º desta Lei;

II - a construção das unidades habitacionais não iniciar em até 12 (doze) meses contados a partir da efetiva doação, na forma da Lei.

Art. 5º. O imóvel do objeto da doação ficará isento do recolhimento dos tributos municipais de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.875 de 18 de dezembro de 2009.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 22 de agosto de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

### **Lei Nº 3.080 de 22 de Agosto de 2013**

LEI Nº 3.080 DE 22 DE AGOSTO DE 2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER AUXÍLIO A FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 2 - PMCMV2.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder auxílio no valor de R\$ 3.633,00 (três mil seiscentos e trinta e três reais) a 40 (quarenta) famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida 2 - PMCMV2 do Governo Federal.

Art. 2º. O valor do auxílio financeiro para cada família será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e o pagamento se dará através de depósito na conta bancária específica para o recebimento dos valores do Programa Minha Casa Minha Vida 2.

Art. 3º. O valor de R\$ 2.633,00 (dois mil, seiscentos e trinta e três reais) será concedido através de bens e serviços economicamente mensuráveis aplicados nas obras de infraestrutura, assistência técnica, trabalho social, gestão e administração do projeto.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de elemento específico do orçamento vigente ao tempo da execução, possibilitada a anulação e suplementação.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 22 de agosto de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

### **Lei Nº 3.081 de 22 de Agosto de 2013**

LEI Nº 3.081 DE 22 DE AGOSTO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARCELAR DÉBITOS COM A FAZENDA NACIONAL RELATIVOS AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar acordo de parcelamento de débito com a Fazenda Nacional relativo ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), nos termos da Lei nº 12.810 de 15 de maio de 2013, relativos às competências de exercícios anteriores, em até 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais e consecutivas, a serem retidas no respectivo Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios - FPM ou em prestações equivalentes a 1% (um por cento) da média mensal da receita corrente líquida do Município.

Art. 2º. Para apuração do montante devido, e cálculo das parcelas, os respectivos valores originais poderão ser atualizados e acrescidos dos devidos encargos de acordo com as normas legais aplicáveis.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do vigente e de exercícios futuros, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 22 de agosto de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

### **Portaria Nº. 468 de 20 de Agosto de 2013.**

PORTARIA Nº. 468 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor SILVESTRE JOSE NADROVSKI, matrícula 17352.5 - cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, Quadro de Servidores Efetivos, para exercer suas funções com lotação na Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor



**Portaria N°. 469 de 20 de Agosto de 2013.**  
PORTARIA N°. 469 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º. DESIGNAR o servidor SIRLENE APARECIDA WALTER, matrícula 11091.4 - cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Quadro de Servidores Efetivos, para exercer suas funções com lotação na Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

**Decreto N° 018/2013, de 22 de Agosto de 2013**

DECRETO N° 018/2013, de 22 de agosto de 2013.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CMAE"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e em consonância com a Lei Municipal 165/96 de 11 de agosto de 1995,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeado a CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CMAE, para o exercício de 2013, ficando assim constituído:

**I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO**

MEMBRO: Elenir Zonta dos Santos  
SUPLENTE: Luiz Fernando Barbosa de Oliveira

**II - REPRESENTANTES DOS PROFESSORES**

MEMBRO: Adriana de Paula Louzada  
SUPLENTE: Luciane Manfé Chaves  
MEMBRO: Roberta Rocha de Souza  
SUPLENTE: Judite Apª de Carli Giardini

**III - REPRESENTANTES DE APPS:**

MEMBRO: Velci de Souza Chinato  
SUPLENTE: Claudete Pereira do Amaral  
MEMBRO: Carlos Alberto Chinato  
SUPLENTE: Claudete Bortolini Spader Bueno

**IV - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL**

MEMBRO: Valdirene Aparecida Pezzi Chiot

SUPLENTE: Leonor Brás Mingotti

MEMBRO: Norma Inês Bertucci Maestri

SUPLENTE: Flávio Roberto Lazarotto

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o DECRETO n° 27/2010 de 23 de abril de 2010.

Vargem Bonita (SC), 22 de agosto de 2013.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 22/08/2013.

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## Vidal Ramos

### PREFEITURA

**Pregão Registro de Preços N°. 54/2013 - Peças da Caixa de Câmbio Modelo G3.38 Caminhão e e Caixa Satélites Completa Para F4000, 4X4 Ano 2011**

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS N°. 54/2013

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para eventual Contratação de empresa para fornecimento de peças da caixa de câmbio modelo G3.38 CAMINHÃO CAÇAMBA PLACA LWR 6323 E CAIXA SATELITES COMPLETA PARA F4000, 4X4 ANO 2011, PLACA MIF 4603 a ser entregue na Garagem da Prefeitura do município de Vidal Ramos.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA N°. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n°. 54/2013, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei n°. 10.520, de 17/07/2002, Decreto n°. 3.555, de 08/08/2000, Decreto n°. 3.693 de 20/12/2000, Decreto n°. 3.784 de 06/04/01, Lei n°. 6.474, de 06/08/2002, Decreto n°. 0199, de 09/06/2003, Decreto n°. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal n°. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 04 de setembro de 2013.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 10:00 hrs do dia 04 de setembro de 2013, na Av. Jorge Lacerda, n°. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda n°. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47)



3356-1122, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 23 de agosto de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### Lei Complementar N° 0137/13

LEI COMPLEMENTAR N° 137/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Altera disposições contidas na Lei Complementar n° 122/12, que Dispõe sobre o Novo Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Magistério Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 15 da Lei Complementar n° 122/12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 Após a edição desta Lei somente será realizado concurso público para os cargos contidos na Carreira do Magistério Municipal no nível de graduação.

§1º A contratação de servidores em caráter temporário, para o exercício de funções do magistério, exclusivamente da educação infantil e nos 05 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental (séries iniciais), excepcionalmente poderá ser realizada no nível Magistério ou Nível Médio na modalidade normal, sempre após o esgotamento da listagem do processo seletivo de todos os candidatos habilitados no nível de graduação.

§2º Aos contratados temporariamente no nível Magistério ou Nível Médio na modalidade normal, será devido a título de remuneração, o valor correspondente à referência “I”, do nível magistério do cargo de professor.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### Lei N° 2.967/13

LEI N.º 2.967/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Homologa o Contrato Administrativo de Credenciamento n° 030/2013, celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, o Município de Videira e a Empresa TSC topografia Serviços e Consultoria (Mauro Cesar Ihacos Me), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica homologado o Contrato Administrativo de Credenciamento n° 030/2013, celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, o Município de Videira e a Empresa TSC topografia Serviços e Consultoria (Mauro Cesar Ihacos Me), nos termos do contrato anexo, parte integrante da presente LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### Lei N° 2.968/13

LEI N.º 2.968/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bens imóveis pertencentes ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavon, no Bairro Centro, e do Paço Municipal, localizado na Avenida Manoel Roque n° 188, no Bairro Alvorada, ambos de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Comissão Jovem Advogado - Subseção OAB de Videira, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos a 1º de agosto.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI N° 2.968/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a Comissão Jovem Advogado - Subseção OAB de Videira, neste ato representado por seu Presidente, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal n° 2.968/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do:

- a) Paço Municipal, localizado na Avenida Manoel Roque nº 188, Bairro Alvorada, com a finalidade de colocar uma caixa de papelão para a Campanha do "Agasalho - Aqueça uma Comunidade", no mês de agosto de 2013;
- b) Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavon, no Bairro Centro, com a finalidade de realizar a Campanha do "Agasalho - Aqueça uma Comunidade", na data de 31 de agosto do corrente ano, das 08h00min às 18h00min.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. As áreas objeto da presente autorização de uso somente poderão ser utilizadas para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, nas datas previstas na Cláusula Primeira;

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Segurança no local do evento;
  - b. Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
  - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
  - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
  - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
  - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
  - g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
  - h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente no mês de agosto e na data de 31 de agosto do corrente ano, conforme previsão na Cláusula Primeira, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

COMISSÃO JOVEM ADVOGADO - SUBSEÇÃO OAB DE VIDEIRA

Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Lei Nº 2.969/13

LEI Nº 2.969/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Celebrar Acordo de Cooperação com a União Federal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar Acordo de Cooperação com a União Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando a cessão, sem ônus, de 3 (três) médicos veterinários para exercerem as atividades pertinentes à inspeção de produtos de origem animal, nos termos da minuta do Anexo Único que faz parte integrante da presente LEI.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contratar, em caráter temporário, 3 (três) médicos veterinários para atenderem o objeto do Acordo de Cooperação do Anexo Único desta LEI.

§ 1º A carga horária dos servidores previstos no caput deste artigo será de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 3.590,62 (três mil, quinhentos e noventa reais e sessenta centavos), correspondente ao cargo de Médico Veterinário, do Grupo Ocupacional Especialistas ANS - Atividade de Nível Superior, Modalidade Operacional, da Lei Complementar Municipal nº 118/11 - do Novo Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Videira.

§ 2º Aplicam-se aos contratos oriundos desta Lei as normas previstas na Lei nº 2.369/10 e alterações posteriores.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos a 19 de junho de 2013.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

#### ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.969/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRA O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA-SC, VISANDO POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE PROGRAMA NA ÁREA DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

A UNIÃO FEDERAL, representada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, através da Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina SFA-SC, CNPJ 00.396.895/0001 - 25, situada à Rua João Grumiché, nº 117, Bairro Kobrasol, CEP 88102 - 600, São José - SC, doravante denominada MINISTÉRIO, representada neste ato pelo Superintendente Federal de Agricultura em Santa Catarina, Senhor LUIZ GUSTAVO BALENA PINTO, portador da RG nº 77.344.934, CPF nº. 004.762.959-20, nomeado pela Portaria nº 884, de 28 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 01 de outubro de 2012, de conformidade com as atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, publicada no

Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010 e a Prefeitura Municipal de Videira - SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, doravante denominado MUNICÍPIO, representado neste ato por seu PREFEITO MUNICIPAL Sr. LOURENÇO BECKER, portador da Carteira de Identidade nº 10R-605.087, expedida pela SSP/SC, CPF nº 310.685.459-68, conforme Ata de Posse, datada de 1º de janeiro de 2013, considerando a competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para realizar a fiscalização de que trata a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, alterada pelo artigo 4º da Lei nº 7.889, de 23 de dezembro de 1989, resolvem celebrar o presente PROTOCOLO, sujeitando-se, as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO tem por objetivo a conjugação de esforços entre os partícipes MINISTÉRIO - MUNICÍPIO no desenvolvimento e execução de ações diretamente ligadas aos trabalhos na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal, no Município de Videira - SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

I - Ao MINISTÉRIO compete:

- Treinar e avaliar o(s) servidor (es) disponibilizado(s) pelo MUNICÍPIO, com vistas a capacitá-los tecnicamente, para o exercício das tarefas específicas;
- Controlar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos executados pelo(s) servidor (es) disponibilizado(s), os qual (is) ficará (ao) sujeito(s) ao cumprimento da legislação federal pertinente, nos trabalhos a serem executados nos segmentos indicados na CLÁUSULA PRIMEIRA;
- Solicitar ao MUNICÍPIO a substituição do(s) servidor (es) que não cumprir(em) os requisitos legais estabelecidos na CLÁUSULA PRIMEIRA, ou for(em) considerado(s) inapto(s) para o desempenho das funções respectivas;
- Arcar com as despesas de deslocamento do(s) servidor (es) disponibilizado(s), para fins de participação em reuniões, supervisões técnicas e treinamento, quando convocado(s).

II - Ao MUNICÍPIO compete:

- Apoiar o MINISTÉRIO, para o alcance do objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, com profissionais Médicos Veterinários, devidamente habilitados(s) e registrados(s) no respectivo Conselho Profissional e Técnicos de nível médio, em número suficiente e de acordo com cada solicitação formal;
- Remunerar o(s) seu(s) servidor (es) na forma da alínea anterior e arcar com todas as obrigações trabalhistas decorrentes do contrato de trabalho com cada servidor disponibilizado ao MINISTÉRIO;
- Substituir, no prazo de 30 (trinta) dias, o(s) servidor (es) cuja substituição for solicitada na do inciso I alínea "c" da presente Cláusula;
- Responsabilizar-se por todo ônus originado em decorrência da relação trabalhista entre o MUNICÍPIO e o(s) servidor (es) disponibilizado(s) ao MINISTÉRIO, desobrigando este e, conseqüentemente, a União Federal, de quaisquer responsabilidades trabalhistas pertinentes às disposições de que trata o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas inerentes às atividades a serem desenvolvidas pelo(s) servidor (es) disponibilizado(s) pelo MUNICÍPIO, relativas ao segmento estabelecido na CLÁUSULA PRIMEIRA, sob a responsabilidade do MINISTÉRIO, serão executadas dentro do Plano Operativo - PO da SFA-SC/MAPA no que se refere à Inspeção e Fiscalização.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente ACORDO será de 01 (um) ano, iniciando-se na data de 19 de junho de 2013, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com o interesse dos partícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Expirada a vigência do presente Acordo de Cooperação, não haverá privilegio de quaisquer espécies do(s) Servidor (es) no MINISTÉRIO ou na UNIÃO FEDERAL.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido, a qualquer momento, por inadimplência de qualquer de suas Cláusulas ou condições, mediante comunicação escrita, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, e no momento que o MINISTÉRIO dotar a SFA-SC/MAPA de pessoal qualificado.

PARAGRAFO ÚNICO - Rescindido o presente Acordo de Cooperação, não haverá privilegio de quaisquer espécies do(s) Servidor (es) no MINISTÉRIO ou na UNIÃO FEDERAL.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA MODIFICAÇÃO

Este ACORDO DE COOPERAÇÃO poderá ser modificado através de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não haja mudança de objeto.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

Fica vedado às partícipes, em qualquer ação promocional que venha a ser empreendida, com pertinência ao objeto deste ACORDO DE COOPERAÇÃO a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO será publicado, em extra-to, no Diário Oficial da União na forma da legislação vigente, como condição para sua eficácia.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Florianópolis - SC, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Instrumento.

Para validade do que pelas partes foi avençado, firma-se este Instrumento em 03 (três) via de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também subscrevem.

São José - SC, de de 2013.

Sr. LUIZ GUSTAVO BALENA PINTO

Superintendente Federal de Agricultura em Santa Catarina -Substituto

Sr. LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Testemunhas:

C.I.

CPF:

C.I.

CPF:



**Lei N° 2.970/13**

LEI N° 2.970/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar despesas com 03 (três) delegados da Sociedade Civil eleitos na II Conferência de Cultura de Videira, que participarão da III Conferência Estadual de Cultura de Santa Catarina, a realizar-se nos dias 02 e 03 de setembro do corrente ano de 2013, em Florianópolis/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a despender, até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com o pagamento de despesas de alimentação e hospedagem a 03 (três) delegados da Sociedade Civil, abaixo denominados, eleitos na II Conferência de Cultura de Videira, que participarão da III Conferência Estadual de Cultura de Santa Catarina, a realizar-se nos dias 02 e 03 de setembro de 2013, no Centro Integrado de Cultura, em Florianópolis-SC.

I - Juliano Batista de Lima, inscrito no CPF nº 006.044.959-43;

II - Janete Inês Padilha, inscrita no CPF nº 489.941.469-20;

III - Humberto Dalpizol, inscrito no CPF nº 543.680.659-72;

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 - Departamento de Turismo e Cultura

2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Lei N° 2.971/13**

LEI N.º 2.971/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Sueli Perazzoli Trindade, inscrita no CPF nº 944.535.519-91, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.971/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a Sra. SUELI PERAZZOLI TRINDADE, pessoa física, inscrita no CPF nº 944.535.519-91, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.971/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização de evento da UP! Essência, a ocorrer no dia 15 de setembro de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO**

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 15 de setembro de 2013.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Serviço de segurança no local do evento;

b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;

d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuallidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 15 de setembro de 2013 e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

**CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer

controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER

SUELI PERAZZOLI TRINDADE

Prefeito Municipal Interino

Representante

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Lei N° 2.972/13

LEI N.º 2.972/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Homologa o Termo de Doação nº 524/13 firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC e a Prefeitura Municipal de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Doação nº 524/13 firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC e a Prefeitura Municipal de Videira, dos bens móveis abaixo especificados, como forma de assegurar a continuidade das atividades de pesquisa, desenvolvimentos científico e tecnológico e de formação de recursos humanos de acordo com a Administração Municipal, nos moldes do termo anexo, parte integrante da presente LEI.

ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL	QUANT.	Nº PAT.	VALOR R\$
1	Projektor Multimidia 2500 ansi lumens	1	902521	1.259,00
2	Projektor Multimidia 2500 ansi lumens	1	902522	1.259,00
3	Projektor Multimidia 2500 ansi lumens	1	902523	1.259,00
4	Telescopio cassegrani 9,25 poleg. Tripe	1	902524	11.800,00
5	Telescopio cassegrani 9,25 poleg. Tripe	1	902525	11.800,00
TOTAL R\$				27.377,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

#### Lei N° 2.973/13

LEI N.º 2.973/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito da Praça Nereu Ramos, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Videira, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

#### MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.973/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Videira - APAE Videira, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.973/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso da Praça Nereu Ramos, na data de 22 de agosto de 2013, com a finalidade de realizar a campanha de divulgação da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla e da Mostra dos Trabalhadores realizados na APAE de Videira.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

- I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.
- II. O evento previstos na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 22 de agosto de 2013.
- III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:
  - a. Segurança no local do evento;
  - b. Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
  - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
  - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
  - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
  - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material



utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na data constante no item II, da Cláusula Segunda, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA - APAE

Representante

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Lei nº 2.966/13

LEI Nº 2.966/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

18 - Fundação Municipal de Esportes - FMEV

01 - Fundação Municipal de Esportes

2.076 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 50.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.022 - Pavimentação de Estradas Vicinais

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

#### Decreto Nº 10.555/13

DECRETO Nº 10.555/13, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2100/09 e suas alterações e à vista do contido no Processo Administrativo nº 13.194/2013,

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 31 de agosto de 2013, FABIO RAFAEL HERPICH, do cargo comissionado de Diretor do Observatório Municipal, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, admitido pela Portaria nº 0828/11.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de agosto de 2013.

Videira, 22 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

#### Decreto Nº 10.556/13

DECRETO Nº 10.556/13, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12 de 12 de dezembro de 2012.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 218.840,00 (Duzentos e dezoito mil oitocentos e quarenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.063 - Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.12 - Aplicações Diretas 29.120,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.11- Aplicações Diretas 11.460,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064.10 - Aplicações Diretas  
34.260,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade

3.3.93.00.00.00.00.00.01.0065.17 - Aplicações Diretas  
80.000,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.067 - Programa DST/AIDS

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas  
10.000,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.080 - Manutenção da Saúde no Município

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas  
54.000,00

**TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 218.840,00**

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2013 e da anulação da seguinte dotação:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0065.17 - Aplicações Diretas  
80.000,00

**TOTAL DAS ANULAÇÕES 80.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Decreto Nº 10.557/13**

DECRETO Nº 10.557/13, DE 22 DE AGOSTO DE 2013

Nomeia Membros para o Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº 544/99, de 04 de março de 1999 e, com as alterações das Leis nº 1.046/02, 2.003/08 e 2.296/10,  
DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes do Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI, os seguintes membros:

I - Órgão Superior:

a) Representante do Poder Executivo do Município de Videira:  
GILBERTO LUIZ BOSCHETTI

b) Assessor Jurídico Municipal:  
LUCIANE MARIA DOS SANTOS

c) Representante da Associação Comercial e Industrial:  
GUSTAVO PICKERT

d) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:  
CELSON FRANCISCO TESTOLIN

e) Secretário Municipal de Infraestrutura:  
VOLNEI GRANETTO

f) Assessor do Planejamento:  
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI

g) Representante da Câmara Municipal de Vereadores:  
CHRISTIANE ZIMMER

h) Representante do Sindicato de Condutores de Veículos:  
WILSON SILVA DO AMARAL

i) Delegado Regional de Polícia:  
IGHOR SIQUEIRA DE ARAÚJO

j) Representante da Polícia Militar:  
VALMIR ESQUINA

k) Representante da União Videirense das Associações de Moradores:  
JOSÉ DIOMIR DE OLIVEIRA

l) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas:  
ELOI MARCELINO PARIZOTTO

m) Representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA:  
FRANCISCO CIPOLLI MONTENEGRO FILHO

n) Representante da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos de Videira - AREAVID:  
RICARDO TESTOLIN

o) Representante do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas da Região de Videira - SINTRAVIR:  
IVANIR PAULO CARLESSO

II - Órgão Executor:

a) Diretor Administrativo:  
LUIS HENRIQUE FREITAS MACHADO

b) Diretor Técnico:  
DINILSO ANTONIO GAIO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 14.458/13.

Videira, 22 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Decreto Nº 10.558/13**

DECRETO Nº 10.558/13, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Regulamenta o Art. 215 da Lei Complementar nº 129/12 (Dispõe sobre o novo estatuto dos servidores públicos do município de Videira, excluídos os servidores do magistério municipal) e da Lei Complementar nº 130/12 (Dispõe sobre o novo estatuto dos profissionais do magistério municipal de Videira), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no §4º do artigo 215 das Leis Complementares nº 129/12 e 130/12,

DECRETA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a concessão da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor efetivo que por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos filhos ou enteados, dos pais, ou pessoa sob a guarda do servidor, necessite se afastar das atividades laborativas.

§1º A licença apenas poderá ser deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício das atribuições do seu cargo ou mediante a compensação de horário, após parecer favorável da Junta Médica Oficial e avaliação socioeconômica promovida mediante a realização de Estudo Social.

§2º A licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos do cargo, por até 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, em ambos os casos após a emissão do parecer favorável da Junta Médica Oficial.

§3º O período de licença por motivo de doença em pessoa da família será integralmente computado para aposentadoria, sendo recolhida a contribuição previdenciária para o INPREVID, como se em atividade estivesse o servidor.

Art. 2º. Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I - Atestado Médico - documento emitido por médico, que reflete o estado do paciente, no presente caso, o membro da família;

II - Assistência Direta do Servidor: aquela onde a assistência do servidor ao membro da família for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício das atribuições do cargo ou mediante compensação de horário;

III - Avaliação da Junta Médica Oficial: perícia oficial realizada por 03 (três) médicos devidamente designados, a que deve se submeter a pessoa da família que esteja acometida de doença;

IV - Avaliação Sócio-Econômica: estudo social realizado no grupo familiar por Assistente Social do Município devidamente designado.

## CAPÍTULO II

## DO PEDIDO E DO ATESTADO MÉDICO

Art. 3º. O pedido de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família deverá ser protocolizado na Prefeitura Municipal de Videira endereçado ao Prefeito Municipal.

§1º. O pedido deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - atestado médico, contendo a Classificação Internacional de Doenças - CID, atestando que o enfermo necessita de assistência de terceiro, bem como o período necessário para tanto;

II - documento que comprove o parentesco do enfermo com o requerente;

III - declaração firmada pelo requerente de que sua assistência pessoal é indispensável e que é impossível ser prestada simultaneamente com o exercício das atribuições do cargo;

IV - cópia do RG e do CPF do servidor e dos membros do grupo familiar;

V - cópia da Certidão de Nascimento, para menores de 18 (dezoito) anos, caso não possua o RG e CPF;

VI - comprovante de residência, caso a residência seja alugada juntar cópia do contrato de aluguel;

VII - comprovante de renda do grupo familiar (cópia: da carteira de trabalho, do contra cheque de pagamento, do carnê de contribuição ao INSS e/ou do extrato de pagamento de benefícios);

VIII - comprovante de gastos gerais do grupo familiar (água, luz, alimentação, gás, remédios, consultas, exames, outros gastos com tratamento de saúde);

IX - outros documentos que o servidor entender necessário para análise do pedido.

§2º O pedido deverá ser digitado ou manuscrito com letra legível e conterá as seguintes informações:

I - nome completo do servidor;

II - nomenclatura do cargo efetivo;

III - lotação, secretaria onde exerce suas atribuições;

IV - nome completo do familiar acometido de doença e grau de parentesco;

V - endereço completo do membro familiar e telefone para contato;

VI - solicitação da licença e o respectivo prazo da mesma;

VII - data e assinatura

§3º O Atestado Médico, original ou cópia autenticada por servidor municipal, deverá ser digitado ou manuscrito com letra legível devendo conter as seguintes informações:

I - nome completo do servidor;

II - nome completo do familiar acometido de doença;

III - designação da necessidade de acompanhamento;

IV - tempo de afastamento concedido ao servidor, por extenso e numericamente; sendo que as datas de atendimento, início da dispensa e emissão do atestado não poderão ser retroativas e deverão coincidir;

V - a descrição da doença e/ou o CID da doença do membro familiar;

VI - data, carimbo e assinatura do médico

§4º. O requerente deverá aguardar em atividade a resposta de seu pedido, sob pena de registro de falta em seu assentamento funcional, salvo os casos em que o atendimento médico exija a imediata e indispensável presença do servidor, em face a urgência do atendimento.

Art.4º. O pedido que não obedecer às exigências do art. 3º, será indeferido sem exame do mérito.

## CAPÍTULO III

## DA AVALIAÇÃO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL

Art. 5º A Junta Médica Oficial procederá à avaliação médica do membro da família acometida da doença, na presença do servidor e emitirá parecer, conforme Anexo I deste Decreto, assegurando, rejeitando ou adequando as condições apresentadas pelo servidor acerca da necessidade do acompanhamento do membro familiar.

Parágrafo único. A Junta Médica analisará os seguintes quesitos:

I - se a enfermidade apresentada no atestado condiz com a

apresentada pelo membro da família;

II - se a quantidade de dias apresentada é suficiente e/ou necessária para o acompanhamento e cuidados médicos do membro da família;

III - se existe a necessidade de exames complementares, devendo solicitá-los com custas ao servidor municipal;

IV - se a assistência deve ser feita em período integral, e;

V - verificar se pode ser feito por outro membro familiar;

Art. 6º A Avaliação da Junta Médica Oficial poderá ser dispensada para a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, desde que não ultrapasse o período de cinco dias corridos, limitada a três vezes no ano de forma alterada.

§1º A dispensa da perícia oficial fica condicionada à apresentação de atestado médico, que será recepcionado na Secretaria onde estiver lotado o servidor para aval do Secretário competente e posteriormente será encaminhado ao Departamento de Pessoal para justificação da falta e inclusão na pasta funcional.

§2º No atestado a que se refere o § 1º, deverá constar a identificação do servidor e do membro da família, bem como do profissional emitente, o registro deste no conselho de classe, o código da Classificação Internacional de Doenças - CID ou diagnóstico e o tempo provável de afastamento.

§3º Ao servidor é assegurado o direito de não autorizar a especificação do diagnóstico do membro da família em seu atestado, hipótese em que deverá submeter-se à avaliação da junta médica oficial, ainda que a licença não exceda o prazo de 05 (cinco) dias.

§4º O atestado deverá ser apresentado à Secretaria, onde o servidor esteja exercendo suas atividades laborativas, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados da data do início do afastamento do servidor.

§5º A não apresentação do atestado no prazo estabelecido no §4º, salvo por motivo justificado, caracterizará falta ao serviço, nos termos dos respectivos estatutos municipais.

§6º A Secretaria, onde o servidor estiver exercendo suas atividades laborativas, deverá encaminhar o atestado ao Departamento de Pessoal para registro e arquivamento dos dados indispensáveis, observadas as normas vigentes de preservação do sigilo e da segurança das informações.

§7º Ainda que configurados os requisitos para a dispensa da avaliação da junta médica oficial, previsto no caput deste artigo, o membro da família será submetido a avaliação a qualquer momento, mediante pedido da chefia do servidor ou do Departamento Pessoal.

Art. 7º As avaliações da junta médica oficial serão realizadas na sede da empresa prestadora dos serviços de segurança e medicina do trabalho.

Parágrafo único - Caso o membro da família esteja impossibilitado de sua locomoção para a realização da avaliação médica pela junta médica oficial no lugar designado, o servidor deverá solicitar a realização de avaliação domiciliar, sendo obrigatória a sua presença no momento da visita.

#### CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Art. 8º A Avaliação Sócio-Econômica será realizada por Assistente Social, servidor municipal que terá atribuição para realizar todos os procedimentos e questionamentos necessários para apurar a atual condição sócio-econômica do servidor.

Art. 9º O Assistente Social procederá à avaliação e emitirá parecer, conforme Anexo II deste Decreto, assegurando, rejeitando ou adequando as condições apresentadas pelo servidor acerca da necessidade do acompanhamento do membro da família.

§1º O Assistente Social analisará os seguintes quesitos:

I - apresentação de documentos de identificação (CPF, RG e/ou Certidão de Nascimento) dos membros que compõe o grupo familiar do servidor;

II - comprovante de residência;

III - comprovantes de renda do grupo familiar;

IV - comprovantes de despesas pessoais do grupo familiar (alimentação, educação, saúde, transportes);

V - se a assistência deve ser feita somente pelo servidor ou pode ser feita por outro membro familiar;

VI - se a assistência deve ser feita em período integral pelo servidor.

§2º O Assistente Social realizará os seguintes procedimentos: análise de documentos, entrevista individual e visita domiciliar.

Art. 10 A Avaliação Socioeconômica poderá ser dispensada para a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, desde que não ultrapasse o período de cinco dias corridos, limitada a três vezes no ano de forma alterada

Parágrafo único. Se o membro da família for submetido à avaliação da junta médica oficial, por força do §3º do Art. 6º deste Decreto, também será realizado a avaliação socioeconômica, ainda que a licença não exceda o prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 11 Ainda que configurados os requisitos para a dispensa da avaliação socioeconômica, previsto no caput do Art. 10, o servidor será submetido à avaliação a qualquer momento, mediante pedido da chefia do servidor ou do Departamento de Pessoal.

Art. 12 As avaliações socioeconômicas serão realizadas no domicílio do servidor e/ou membro da família, sendo obrigatória a sua presença no momento da visita.

Parágrafo único - Caso o membro da família esteja em lugar diverso de seu domicílio, para a realização da avaliação sócio-econômica, o servidor deverá informar e solicitar a realização de avaliação no respectivo local, sendo obrigatória a sua presença no momento da visita.

#### CAPÍTULO V DO PRAZO DA LICENÇA

Art. 13 A licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos do cargo, por até 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, em ambos os casos após a emissão do parecer favorável da Junta Médica Oficial.

§1º Se o prazo da licença solicitado for inferior aos 90 (noventa) dias, este poderá ser prorrogado até o prazo de 90 (noventa) dias, desde que seja respeitado o disposto nos Capítulos II, III e IV deste Decreto para a concessão de prorrogação.

§2º Se o prazo da licença solicitado for superior a 90 (noventa) dias, o prazo inicial a ser concedido será de 90 (noventa) dias, o restante do período será considerado como prorrogação até o prazo de 90 (noventa) dias, desde que seja respeitado o disposto nos Capítulos II, III e IV deste Decreto para a concessão de prorrogação.

§3º O período de licença por motivo de doença em pessoa da



família será integralmente computado para aposentadoria, sendo recolhida a contribuição previdenciária para o INPREVID, como se em atividade estivesse o servidor.

#### **CAPÍTULO VI DO PROCEDIMENTO DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

**Art. 14** O servidor deverá protocolizar na Prefeitura Municipal o requerimento, juntamente com o atestado, no prazo máximo de 02 (dois) dias, após a emissão do atestado para a abertura de processo administrativo.

Parágrafo único - Os servidores, no prazo de 02 (dois) dias após a emissão do atestado, também deverão entregar cópia do atestado na secretaria em que estiver exercendo suas atividades laborativas para o agendamento da avaliação da junta médica.

**Art. 15** A avaliação da junta médica deverá ser agendada e realizada no prazo de 03 (três) dias após o protocolo do requerimento e documentos.

Parágrafo único - O respectivo processo administrativo permanecerá no Departamento de Pessoal até o resultado da perícia médica.

**Art. 16** Após a avaliação da junta médica oficial o Departamento de Pessoal encaminhará o Processo Administrativo ao Departamento de Ação Social para que, no prazo de 02 (dois) dias, proceda à avaliação socioeconômica.

**Art. 17** Realizada a avaliação médica e concluída a avaliação sócio-econômica o processo administrativo será encaminhado à Secretaria de Administração para deferimento ou indeferimento da licença, no prazo de 02 (dois) dias.

Parágrafo único - Após a decisão o servidor será intimado da decisão pelo Departamento Pessoal e o respectivo processo será arquivado na pasta funcional do mesmo.

#### **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art.18** O descumprimento ao disposto neste Decreto considera-se infração disciplinar, sujeitando o infrator às penalidades previstas nos respectivos estatutos.

**Art. 19** Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Administração.

**Art.20** São partes integrantes deste Decreto, o Anexo I - Modelo de Requerimento, o Anexo II - Parecer Da Junta Médica Oficial, o Anexo III - Estudo Sócio - Econômico.

**Art. 21** Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de agosto de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração  
DECRETO Nº 10.558/13, DE XX DE AGOSTO DE 2013

#### **ANEXO I - MODELO DE REQUERIMENTO**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL NOME DO PREFEITO**

NOME DO SERVIDOR, brasileiro, ocupante do cargo efetivo NOME DO CARGO EFETIVO, lotado na Secretaria Municipal de NOME DA SECRETARIA, venho através deste requerer a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, com base no art. 215 do Estatuto dos Servidores Municipais, para acompanhar e prestar todos os cuidados médicos necessários à NOME DA PESSOA MEMBRO DA FAMÍLIA ACOMETIDA DE DOENÇA, GRAU DE PARENTESCO, residente e domiciliado na Rua ENDEREÇO RESIDENCIAL DA PESSOA ACOMETIDA DE DOENÇA, Fone ( ) NÚMERO DE TELEFONE, conforme demonstra-se pelos documentos anexos.

Nestes termos, requer o deferimento.

Videira, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

NOME E ASSINATURA DO SERVIDOR  
FONE: 35330670



**ANEXO II – PARECER DA JUNTA MÉDICA OFICIAL**

<b>RESULTADO DA PERÍCIA MÉDICA</b>	
<b>NOME DO SERVIDOR:</b>	
<b>SECRETARIA DE ORIGEM DO SERVIDOR:</b>	
<b>NOME DO FAMILIAR:</b>	
<b>GRAU DE PARENTESCO:</b>	<b>IDADE DO FAMILIAR:</b>
<b>QUANTIDADE DE DIAS INDICADO PARA O ACOMPANHAMENTO:</b>	
<b>DIAGNÓSTICO DA ENFERMIDADE:</b>	
<b>EXAME COMPLEMENTARES:</b>	
<b>A ASSISTÊNCIA DIRETA DO SERVIDOR É INDISPENSÁVEL?</b>	
<b>A ASSISTÊNCIA PODE SER PRESTADA SIMULTANEAMENTE COM O EXERCÍCIO DO CARGO?</b>	

**DADOS FUNDAMENTAIS DESTE DOCUMENTO NO ARTIGO 215 DAS LEIS COMPLEMENTARES N° 129/12 - NOVO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, EXCLUÍDOS OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E N° 130/12 – ESTATUTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO SERVIDOR**

\_\_\_\_\_  
***LOCAL - DATA - ASSINATURAS E CARIMBO DOS MÉDICOS***

**ENCAMINHADO O RESULTADO DA PERÍCIA PARA A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL NESTA DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_  
***Assinatura e Carimbo do Departamento Pessoal***

**ANEXO III – ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

**1. Identificação**

Nome: \_\_\_\_\_  
Filiação: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_  
Identidade: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
Estado Civil: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado – Quantos anos? \_\_\_\_\_ Outros \_\_\_\_\_  
Cônjuge: \_\_\_\_\_ Nº. De Filhos: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
Local de Trabalho: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_  
Vencimentos: \_\_\_\_\_  
Possui outra fonte de renda?  
( ) Não ( ) Sim - R\$ \_\_\_\_\_

**2. Composição Familiar**

Nome	Parentesco	D. Nasc.	Sit. Civil	Instrução	Local Trabalho	Renda

Renda Familiar: \_\_\_\_\_

Renda per Capita \_\_\_\_\_

**3. Situação Habitacional:**

Imóvel: ( ) Alugado ( ) Próprio ( ) Cedida ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Tipo de Moradia: ( ) Alvenaria ( ) Madeira ( ) Mista ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Quantidade de Cômodos na Moradia: \_\_\_\_\_

Tempo que reside no local: \_\_\_\_\_

**4. Despesas Mensais**

Aluguel	Alimentação	Saúde	Transporte
R\$	R\$	R\$	RS
Educação	Água/Luz/Fone	Vestuário	Outros (Empréstimos/Financiamentos)
R\$	R\$	R\$	RS
<b>TOTAL DA DESPESA MENSAL: R\$</b>			

**5. Parecer Social/Diagnóstico:**

---

---

---

---

Videira (SC), \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

**ASSISTENTE SOCIAL**  
**N° do Registro no CRESS**  
**Assinatura**

**Decreto N°10.554/13**

DECRETO N° 10.554/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.966/13, de 21 de agosto de 2013.

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

18 - Fundação Municipal de Esportes - FMEV

01 - Fundação Municipal de Esportes

2.076 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas 50.000,00

**TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 50.000,00**

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.022 - Pavimentação de Estradas Vicinais

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas 50.000,00

**TOTAL DAS ANULAÇÕES 50.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria N° 0637/13**

PORTARIA nº 0637/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 12745/2013,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ELIZETE VESCOVI SOERGER, Professora, de 1º de fevereiro 1º de maio de 2014, referente ao quinquênio de 02 de março de 2000 até 1º de março de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2014.

Videira, 22 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Dispensa de Licitação N° 04/2013 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/13 - FMAS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/13 - FMAS

HOMOLOGAÇÃO: 22/08/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET BANDA LARGA POR ONDAS DE RÁDIO PARA A CASA LAR MENINO JESUS.

CONTRATADO: NETMASTER TELECOM LTDA.

Valor Total R\$: R\$ 1.699,00 (mil seiscentos e noventa e nove reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 22 de Agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Encerramento Pregão N° 105/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 105/2013

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 105/2013, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CONCRETO USINADO A SER UTILIZADO PELA EQUIPE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NO CONserto DE PASSEIOS, MUROS E PISOS DE PONTOS DE ÔNIBUS, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 22 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Encerramento Pregão N° 46/2013-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2013-FMS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2013-FMS, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM UTILIZADOS NO PREPARO DE PÃES QUE SERÃO SERVIDOS AOS PACIENTES QUE FREQUENTAM AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CAPS 01, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 22 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino



**Pregão Presencial N° 116 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL N° 116/2013-PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 116/2013 - PMV. 1. OBJETO: registro de preços para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados, de combustível especial para abastecimento dos veículos da Secretaria de Infraestrutura deste município. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 06/09/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 22 de Agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Pregão Presencial N° 12 - FME**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2013 - FME

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 12/2013 - FME. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS, PARA USO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DESTA MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 10:00 horas do dia 11/09/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 10:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 22 de Agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Pregão Presencial N° 18 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2013 - FMAS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 18/2013 - FMAS. 1. OBJETO: registro de preços para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados, de materiais elétricos e hidráulicos, para uso nas manutenções dos Peti's, Cebem, Cras, Creas, Casa Lar, Conselho Tutelar e Departamento de Ação Social deste Município. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 08:15 horas do dia 11/09/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 08:15 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES:

Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 22 de Agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Pregão Presencial N° 49 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2013-FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 49/2013-FMS. 1. OBJETO: registro de preços para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados, de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas para uso nas manutenções e consertos das unidades da Secretaria Municipal de Saúde deste município. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 11/09/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 23 de Agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Retificação Tomada de Preços N° 05/2013 - PMV**

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 05/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira comunica aos interessados que fica alterada a forma de obtenção do presente edital e seus anexos, o qual encontra-se disponível no site do Município, sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações mediante o pagamento de taxa, permanecendo a mesma data de abertura para o dia 05 de Setembro do corrente ano às 14:00 horas. Informações na Avenida Manoel Roque, n° 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

Videira, 22 de Agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Contrato N° 205/2013**

Contrato n°: 205/2013

Data de Assinatura: 22/08/2013

Locador : Netmaster Telecom Ltda

Valor Total: R\$ 1.699,00 (mil seiscentos e noventa e nove reais)

Licitação : DL 04/2013 - FMAS

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET BANDA LARGA POR ONDAS DE RÁDIO PARA A CASA LAR MENINO JESUS.

**Extrato do Contrato N. 0595/2013**

Extrato do Contrato n. 0595/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLESSIANE FURCKEL TELES DE OLIVEIRA

CPF: 071.686.939-05

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARILDE COSTA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
VIGÊNCIA: de 09 de julho de 2013 a 20 de setembro de 2013  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

**Extrato do Termo Aditivo N. 0119/2013**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0119/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MÁRCIA APARECIDA DE MORAIS  
CPF: 038.027.729-89  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 21 de outubro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0223/2013**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0223/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ALINE APARECIDA DA SILVA TEDESCO  
CPF: 065.670.339-32  
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 01 de dezembro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0226/2013**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0226/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ROSE SCHOFFEN PERGHER  
CPF: 017.532.819-62

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora tahlana de oliveira, em licença para tratamento de saúde de membro da família, conforme processo administrativo n. 10480/2013" para "em substituição à servidora TAHIANA DE OLIVEIRA, em licença para tratamento de saúde de membro da família seguido de, em gozo de licença prêmio, conforme portaria n. 0609/13"  
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 05 de novembro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0291/2013**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0291/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUCIANE BALESTIERI MOURA  
CPF: 944.555.709-34  
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 01 de setembro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Edital de Convocação N° 053/13 - C.P. 005/2012 - ESF**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 053/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, n° 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego

Público - Edital n° 005/2012:

CONVOCADADA	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
LETÍCIA FUMAGALLI DA SILVA	ENFERMEIRA - ESF	10.553/13, DE 21/08/2013

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos, conforme disposto no Capítulo IV, do Edital de Concurso Público para Emprego Público n° 005/12:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital, conforme estabelecido no Capítulo XIII, do Edital de Concurso Público para Emprego Público n° 005/12.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

**Consórcios****CIGA****Extrato Contrato 207 - PGT - Cocal do Sul**

Extrato de Contrato n° 207/2013

Programa de Gestão Tributária - Cocal do Sul

CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul

CNPJ: 95.778.056/0001-88

CONTRATO MUNICIPAL N°: 189/13

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

**PREVISÃO LEGAL:** Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

**VALOR:** R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) por mês.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 12 de agosto de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### Extrato Contrato 208 - Programa - Ouro Verde

Extrato de Contrato nº 208/2013

Contrato de Programa - Ouro Verde

CONTRATANTE: Município de Ouro Verde

CNPJ: 80.913.031/0001-72

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0103/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Ouro Verde e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Ouro Verde no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

**PREVISÃO LEGAL:** Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

**JUSTIFICATIVA:** Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Ouro Verde, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

**VALOR:** Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 15 de agosto de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### Extrato Contrato 209 - Rateio - Ouro Verde

Extrato de Contrato nº 209/2013

Contrato de Rateio - Ouro Verde

CONTRATANTE: Município de Ouro Verde

CNPJ: 80.913.031/0001-72

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0104/2013

**CONTRATADO:** Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Ouro Verde e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 0103/2013.

**PREVISÃO LEGAL:** Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

**VALOR:** R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 19 de agosto de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## CIM-AMAVI

### Aviso de Publicação de Edital de Processo Seletivo

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2013

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI, torna público que se acham abertas as inscrições ao processo seletivo simplificado visando a contratação por tempo determinado de profissionais para atuarem em Abrigo Institucional localizado no Município de Vidal Ramos, conforme quadro de funções abaixo:

Nº de vagas	Função	Carga horária	Formação Mínima	SALÁRIO (R\$)
01 + CR	Cuidador	Regime especial de 12h x 36h	Nível médio	1.066,00
CR	Cozinheiro	40h semanais	Nível fundamental	682,00

CR = Cadastro de Reserva.

**Inscrições:** Serão realizadas no período de 26 de agosto a 06 de setembro de 2013, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 14h às 17h nas dependências do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI, junto à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, sito à Rua XV de Novembro, 737 - Bairro Centro - CEP - 89.160-015 - Rio do Sul - Santa Catarina, ou através do endereço eletrônico [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim).

**Provas Escritas:** Serão realizadas no dia 15 de setembro de 2013 no Município de Vidal Ramos, em local a ser divulgado oportunamente no endereço eletrônico [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim).

O Edital completo está disponível na sede do CIM-AMAVI e no site [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim).

Rio do Sul, 26 de agosto de 2013.

HUGO LEMBECK

Presidente do CIM-AMAVI